

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira

**A contribuição do Serviço Social na
operacionalização da política de assistência
estudantil na UNIFESP: o olhar da Comissão
PAPE/PBP**

Taubaté – SP

2017

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira

**A contribuição do Serviço Social na
operacionalização da política de assistência
estudantil na UNIFESP: o olhar da Comissão
PAPE/PBP**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP

2017

ANA CAROLINA GONÇALVES DA SILVA SANTOS MOREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA OPERACIONALIZAÇÃO DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIFESP: O OLHAR DA COMISSÃO
PAPE/PBP**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Linha de Pesquisa 2: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Maria Liduina de Oliveira e Silva - Universidade Federal de São Paulo

Assinatura _____

Dedico este trabalho ao Marcos, esposo, companheiro
de todas as horas, grande incentivador e minha inspiração.
Você não me permitiu desistir e eu cheguei até aqui. “Ainda bem”!

Também ao André e ao Danilo, o motivo do meu sorriso e minha razão.
“Vamos viver tudo que há pra viver”, enfim!

E à memória de Joaquim e Pedrina, meus pilares, que agora me abençoam do céu.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora Aparecida, por me permitirem viver esta experiência e chegar até aqui.

À minha família, os de perto e os de longe, pelo apoio, incentivo e principalmente a compreensão nas horas de ausência.

A todos os meus amigos e amigas, que de muitas formas me incentivaram e animaram! Em especial Juliana, Débora e Cátia que desde a graduação mantém viva a nossa amizade. Muito orgulho das mulheres, mães e profissionais que nos tornamos! Nosso quarteto é mesmo “fantástico”!

Aos meus colegas de trabalho, em especial à Priscila, minha “dupla”, que com seu carisma e competência muito me ensina e me motiva a ser melhor.

Aos meus colegas de turma, MDH 2015. Obrigada pelos momentos mistos de alegria, ansiedade, tristeza e realizações... foram tantas emoções! Aos professores e professoras, agradeço pelo compartilhar de suas experiências e conhecimentos que tanto nos enriqueceram.

Às profissionais que participaram deste estudo, minhas colegas de trabalho e profissão. Muito obrigada pela parceria de luta, conquistas, embates e vitórias! Por aceitarem o desafio: sem vocês nada disso teria sentido.

À UNIFESP, em especial às professoras Tatiana Cunha, Andrea Rabinovici, Fernanda Cruz, Zuleika Roque e ao ex-diretor acadêmico do ICT, professor Luiz Leduño, por não medirem esforços naquilo que poderiam fazer para que este trabalho fosse concretizado.

Aos que me ajudaram na construção deste trabalho, em especial à Beth Xavier. Meu muitíssimo obrigada pelo zelo e dedicação.

À banca, nas pessoas das profas. Suzana Ribeiro e Liduina Oliveira, pelas contribuições que tanto auxiliaram no enriquecimento deste trabalho.

E à querida professora e orientadora Elisa Brisola, por me ensinar mais do que como construir uma dissertação, mas sim a refletir sobre minha prática, a ser uma profissional melhor e mais comprometida. Muito obrigada pelo carinho, amizade, ensinamentos... por tudo!

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade, 1985.

RESUMO

A dissertação aborda a construção dos programas de auxílios para estudantes na Universidade Federal de São Paulo e a contribuição do profissional de Serviço Social neste trabalho. As políticas de assistência estudantil nas universidades têm a prerrogativa de proporcionar melhores condições de permanência aos estudantes matriculados, principalmente aos que são identificados com os critérios estabelecidos pela legislação como em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Porém, percebe-se as implicações da contrarreforma vigente nas políticas sociais brasileiras, incluindo a Educação Superior, impactam as ações e apresentam novas demandas, exigindo das universidades novas respostas a estas demandas. Nesta mediação, situa-se o profissional de Serviço Social que, por sua autonomia, vincula-se ética e politicamente ao público estudantil. A pesquisa objetivou conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis. Como objetivos específicos buscou-se investigar como a política de assistência estudantil é operacionalizada na Comissão PAPE/PBP da UNIFESP, verificar as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* desta Universidade e identificar novas possibilidades de intervenção profissional, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante da UNIFESP. A abordagem é qualitativa, um estudo de caso com a Metodologia da História Oral na medida em que se pretendeu dar visibilidade aos sujeitos. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica da triangulação, à qual permite a articulação das narrativas com o contexto onde foram produzidas e os autores que estudam as temáticas emergentes no discurso. Como resultados obteve-se o conhecimento acerca do trabalho realizado nos NAEs, na perspectiva do atendimento equitativo das demandas estudantis, apesar dos entraves percebidos, frutos do projeto mais amplo de expansão das universidades federais que trouxe rebatimentos nas políticas de permanência. O novo perfil do estudante, delineado pelas pesquisas de perfil realizadas pela UNIFESP, concretizado pela adesão da Universidade à Lei de Cotas e identificado pelas assistentes sociais também foi destacado. O trabalho realizado na Comissão Permanente de Estudos PAPE/PBP foi abordado, demonstrando que novas possibilidades podem ser alcançadas a partir da desvinculação de um processo burocrático e reducionista de “bolsificação” da assistência estudantil, com a perspectiva crítica e criativa das profissionais envolvidas neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho do Assistente Social. Assistência Estudantil. Direito à Permanência.

SUMMARY

The dissertation addresses the development of the Student Assistance Policy at the Federal University of São Paulo and the contribution of the Social Work professional in this work. The Student assistance policies in universities have the prerogative to provide better conditions of stay for enrolled students, especially those that are identified with the criteria established by the legislation as being in a socioeconomic vulnerability situation. However, it's possible to note the implications of the current counter-reform in Brazilian social policies, including the higher education, which impacts the activities and presents new demands, requiring from the Universities answers to these demands. In this mediation, the social work professional is located, ethically and politically linked to the student population. The objective of the research was to identify the role of social workers at the Federal University of São Paulo – UNIFESP - about student demands. The specific objectives were to investigate how the student assistance policy was conceived in UNIFESP, to recognize the actions developed by social workers in the Student Support Centers – NAE - of the University campuses and identify new possibilities for professional intervention, based on the recognition of the current profile of the UNIFESP student. The approach is qualitative, a case study with the Oral History Methodology in order to give visibility to the subjects. The analysis of the data was done through the triangulation technique which allows the articulation of the narratives with the context where they were produced and with the authors who study the emergent themes in the speeches. As a result, knowledge was obtained on the work that has been done in the NAEs, in the perspective of equitable attendance of the student demands, in spite of the perceived obstacles, result of the project of expansion of the federal universities that brought consequences in the policies of permanence. The new profile of the student, pointed by the profile surveys conducted by UNIFESP and enforced by the adherence of UNIFESP to the Law of Quotas and identified by the social workers was also highlighted. The work carried out at the Standing Committee on PAPE / PBP Studies was approached, demonstrating that new possibilities could be reached by the disengagement of the bureaucratic and assistentialist process of the Student Assistance Policy, from the critical and creative perspective of the professionals involved in this work.

KEYWORDS: Social Worker's Job. Student Assistance. Right to Permanence.

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIG	Bolsa de Iniciação à Gestão
CAAP	Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência
CAE	Conselho de Assuntos Estudantis
CAE	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CAEXT	Coordenadoria de Atividades Extracurriculares
CAISE	Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Estudante
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CCEL	Coordenadoria de Cultura, Esporte e Lazer
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF 1988	Constituição Federal de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EPM	Escola Paulista de Medicina
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
PAPE	Programa de Auxílios para Estudantes
PBP	Programa Bolsa Permanência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SCIELO	Portal Scientific Electronic Library Online
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SSCD	Serviço de Saúde do Corpo Discente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNITAU	Universidade de Taubaté

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos <i>campi</i>	22
Figura 2: Descrição das etapas de implementação dos Programas de auxílio na UNIFESP	45

LISTA DE TABELAS / QUADRO

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	25
Tabela 2: Panorama populacional, econômico e de desenvolvimento humano dos municípios que abrigam os <i>campi</i> da UNIFESP	26
Tabela 3: Perfis para atribuição de auxílios	48
Quadro 1: Perfil das entrevistadas	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Renda total mensal da família – ano 2011	85
Gráfico 2: Faixa etária dos ingressantes - 2011	86
Gráfico 3: Cor da pele autodeclarada – UNIFESP em 2011	86
Gráfico 4: Autodeclaração – cor/raça/etnia – 2015	87
Gráfico 5: Situação conjugal – 2011	88
Gráfico 6: Situação conjugal dos estudantes – <i>Campus</i> Guarulhos - 2011	89
Gráfico 7: Localização da moradia familiar – 2011	90
Gráfico 8: Procedência dos ingressantes – 2015	91
Gráfico 9: Situação de trabalho dos estudantes – 2011	91
Gráfico 10: Situação de trabalho dos estudantes por <i>campus</i> – 2011	92
Gráfico 11: Pessoa responsável pela renda familiar – 2011	94
Gráfico 12: Escolaridade do pai/mãe/outra pessoa de referência na família – 2011	95
Gráfico 13: Escolaridade do pai por <i>campus</i> – 2011	96
Gráfico 14: Escolaridade da mãe - 2011	96
Gráfico 15: Escolaridade da mãe por <i>campus</i> – 2011	97
Gráfico 16: Índice de vulnerabilidade sociocultural – 2015	98

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	16
1.1 Problema	18
1.2 Objetivos	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Delimitação do Estudo	21
1.3.1 Os municípios que abrigam os <i>campi</i> da UNIFESP	23
1.3.2 A primeira gestão da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis na UNIFESP: de 2010 a 2012	27
1.4 Relevância do Estudo / Justificativa	30
1.5 Organização da Dissertação	31
II. REVISÃO DE LITERATURA	32
2.1 Assistência Estudantil	39
2.1.1 Concepção da Assistência Estudantil na UNIFESP	43
2.2 Direito à permanência	50
2.3 Trabalho do assistente social	56
2.4 Referencial teórico	62
III. PROPOSIÇÃO	65
IV. MÉTODO	66
4.1 Tipo de Pesquisa	71
4.2 População	73
4.3 Instrumentos	75
4.4 Procedimentos para Coleta de Dados	76
4.5 Procedimentos para Análise de Dados	78
V. RESULTADOS E DISCUSSÕES	82
5.1 O perfil dos estudantes dos <i>campi</i> da UNIFESP	82
5.2 O trabalho dos NAEs e a articulação entre as equipes para o atendimento das demandas apresentadas	99
5.2.1 A avaliação socioeconômica como principal demanda das profissionais	106
5.2.2 Outras demandas e a relação com o trabalho multi/interprofissional	109
5.2.3 A categoria mediação e a demanda da mediação de conflitos	117

5.3 Identificando o perfil do estudante: novas demandas e possibilidades	122
5.3.1 A reserva de vagas e seus novos desafios	128
5.3.2 A universidade urbana: mobilidade e território	132
5.3.3 Vulnerabilidade e democratização da universidade	137
5.4 Avaliação dos programas de auxílios e bolsas e novas perspectivas	139
5.4.1 A assistência estudantil e a contrarreforma da Educação Superior brasileira	143
5.4.2 O trabalho coletivo e a relação com a gestão	149
5.4.3 Os limites de atuação e as estratégias para seu enfrentamento	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE I – Termo de Autorização	175
APÊNDICE II – Roteiro de Entrevistas	178
APÊNDICE III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	179
ANEXO I – Folha de aprovação para pesquisa institucional	181
ANEXO II – Aprimoramento da metodologia de avaliação socioeconômica e de atribuição de auxílios	182
ANEXO III – I Fórum dos Programas de Assistência Estudantil da UNIFESP	193

I INTRODUÇÃO

A política de assistência estudantil das universidades federais brasileiras vem sendo estruturada ao longo dos anos por ações que visam proporcionar melhores condições de permanência aos estudantes nelas matriculados, por meio de políticas de inclusão e acesso ao ensino superior. Tais políticas possibilitam às classes historicamente menos favorecidas ocuparem vagas em instituições públicas de ensino superior em todo o país. Essa população apresenta particularidades e exige das instituições revisão e planejamento de suas ações, visando garantir sua permanência e contribuindo para a redução das desigualdades sociais e consolidação da cidadania.

A ampliação do acesso da população brasileira ao ensino superior público, como forma de apropriação do direito social à Educação, tem tornado estes espaços, historicamente ocupados pelas elites, cada vez mais representativos, a partir da participação das camadas mais empobrecidas da população brasileira. A discussão sobre uma sociedade livre e justa perpassa as discussões sobre a permanência estudantil, já que estas políticas permitem aos estudantes terem condições justas e equânimes de participar dos espaços acadêmicos e universitários.

O presente estudo pretende conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, contemplando seus seis *campi* e Reitoria, acerca das demandas estudantis. Busca trazer contribuições acerca da temática da permanência estudantil nesta Universidade, particularmente explorar o processo de construção em curso e demonstrar o conhecimento das assistentes sociais desta instituição sobre seu trabalho profissional na Universidade Federal de São Paulo.

Para tanto, buscar-se-á contextualizar o papel da assistência estudantil considerando os resultados da pesquisa intitulada: “Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes da UNIFESP: um estudo inicial realizado com base em dados de ingressantes 2011”¹, que teve por objetivo conhecer, do ponto de vista socioeconômico, quem foram os ingressantes nesta Universidade naquele ano, em comparação com os estudantes-alvo da assistência estudantil atualmente. Para tanto utilizou-se também dos dados publicados na recente pesquisa “Análise do perfil de estudantes ingressantes da Universidade Federal de São

¹ Este estudo foi realizado no escopo da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis desta universidade em 2011, com base em dados dos ingressantes daquele ano. Os resultados obtidos remetem a um panorama socioeconômico dos estudantes ingressantes, demonstrando os diferentes perfis dentro da mesma instituição. A mesma foi publicada e a referência encontra-se ao final deste estudo.

Paulo”, publicada em 2016². As referidas pesquisas foram realizadas por equipes vinculadas à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-reitoria de Graduação e permitiu a produção de dados que remetem a um momento particular de expansão desta Universidade, possibilitando reflexões sobre as questões relacionadas ao acesso e às condições de permanência dos estudantes matriculados, apontando indicadores possíveis para a elaboração de políticas de assistência estudantil específicas para as demandas da instituição. Estes dados demonstram haver diferenças no perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nos diversos *campi*³ desta Universidade e podem auxiliar em estudos para elaboração e avaliação das políticas estudantis atuais.

Muitas transformações ocorreram na UNIFESP no que se refere à assistência estudantil, a partir da vinculação da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁴ e ao ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU)⁵: um novo perfil de estudante, cada vez mais representativo da sociedade, que demanda tanto a qualidade e excelência da formação quanto reais condições de permanência, principalmente a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O profissional de Serviço Social tem participado dos processos de ampliação destes direitos e sua consolidação nestes espaços educacionais.

A Educação Superior, compreendida como espaço de construção de cidadania, direitos e emancipação humana, por vezes não atende às necessidades apresentadas por seus estudantes, em relação à permanência estudantil. Diante deste impasse, apresenta-se o seguinte questionamento, que será explorado no decorrer da pesquisa: como se efetiva o papel profissional da/o⁶ assistente social na Universidade Federal de São Paulo, a partir da identificação do perfil do estudante desta mesma universidade?

² Ambas pesquisas encontram-se disponíveis em <http://unifesp.br/reitoria/prae/institucional/documentos/perfil-dos-estudantes> Acesso em 04/01/2017.

³ Os *campi* que farão parte deste estudo são: Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos e São Paulo. O *campus* Zona Leste ainda encontra-se em implantação e será apenas citado e o *campus* de extensão Santo Amaro não recebe estudantes de graduação, portanto não estará incluso.

⁴ O REUNI é um programa do Governo Federal instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior, proporcionando condições para que as universidades federais promovam expansão física, acadêmica e pedagógica. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>.

⁵ O Sistema de Seleção Unificada – SISU é o sistema informatizado do Ministério da Educação – MEC em que instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos selecionados e classificados pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

⁶ Para fins de esclarecimento, em contextos mais gerais será utilizado o termo “assistente social” em ambos os gêneros. Na discussão teórica será utilizado como o apresentado pelos autores. Nos casos em que se referir ao

A motivação para escolha deste tema para estudo e aprofundamento emergiu da prática profissional exercida como assistente social no âmbito do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), no *campus* São José dos Campos desta universidade. Os Núcleos de Apoio ao Estudante são órgãos multiprofissionais de apoio aos estudantes, vinculados à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE e compostos por servidores técnico-administrativos de diversas áreas, tais como saúde, Educação e Serviço Social, coordenados por um docente ou técnico-administrativo. A gestão dos programas de auxílios, tema principal deste estudo, é realizada pela PRAE em conjunto com a Comissão de Estudo e Aprimoramento do Programa de Auxílios (Comissão PAPE/PBP)⁷, composta pelas assistentes sociais presentes em cada um dos NAEs de cada *campus*⁸.

Cabe destacar o papel da pesquisadora também como membro desta equipe de trabalho. A realização deste estudo a partir da perspectiva “de dentro” foi um privilégio e um desafio. O privilégio em ter proximidade com a temática, com o cotidiano de trabalho e com o contexto da UNIFESP; o desafio se revelou no distanciamento necessário a qualquer pesquisador. A escolha da metodologia de coleta e análise dos dados possibilitou a realização deste estudo, na medida em que favoreceu a proximidade entre os sujeitos, a postura crítica e analítica de ambos e o registro do cotidiano sob o olhar das profissionais que o vivenciam.

Com a realização deste estudo, pretende-se contribuir com a análise da permanência estudantil do ponto de vista do conhecimento das assistentes sociais que operacionalizam estes Programas, levando-se em consideração o estudo do perfil do estudante usuário, de modo a possibilitar o aprimoramento destas políticas e o reconhecimento das demandas apresentadas pelos referidos estudantes.

1.1 Problema

De acordo com Iamamoto (2009, p. 48), o trabalho profissional do Assistente Social tem como desafio o atendimento das necessidades sociais de grupos e segmentos sociais, na perspectiva da luta por direitos. O desenvolvimento do exercício da cidadania e do

grupo de assistentes sociais participantes deste estudo, o termo estará no feminino pois trata-se exclusivamente de mulheres na equipe (conforme quadro 1).

⁷ Informação disponível em: <http://www.unifesp.br/reitoria/prae/index.php/institucional/prae/comissoes/comissao-de-avaliacao-e-estudo-do-programa-de-auxilio-permanencia-pape-e-do-programa-bolsa-permanencia-pbp/objetivos-avaliacao>

⁸ Esta é uma universidade multicampi, com unidades na Baixada Santista, capital do Estado, região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba Paulista, além da unidade Reitoria, localizada na capital.

trabalho, a mediação, a intervenção, na perspectiva da interdisciplinaridade são inerentes à profissão, que tem por premissa a intervenção na realidade em busca da autonomia dos sujeitos.

Este profissional, inserido no campo da Educação Superior, atua na implementação de políticas estudantis em equipes multi/interdisciplinares de apoio aos estudantes. Nesta Universidade, as equipes cotidianamente se deparam com dificuldades e limites de atuação que precarizam a implementação destas políticas, tais como equipes reduzidas, falta de infraestrutura, capacitação, orçamento inadequado para subsidiar as ações, entre outros entraves.

A Universidade Federal de São Paulo, presente em municípios da região metropolitana da capital, litoral e interior deste estado, apresenta semelhanças e diferenças na sua organização institucional entre os *campi* e seus respectivos estudantes, em relação à situação de vulnerabilidade socioeconômicas e culturais e nas disputas de poder internas e externas à comunidade acadêmica. Aspectos que, somados à conjuntura de contrarreforma educacional, impactam diretamente nas condições de trabalho dos profissionais do Serviço Social envolvidos com a assistência estudantil.

Desta forma, a Educação Superior, tal como preconiza a Lei n. 9.394/96 em seu artigo n. 43, tem como finalidades, entre outras, “*estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo*”. É compreendida como espaço de formação, incentivo à pesquisa, espaço de divulgação e socialização dos conhecimentos, incentivo ao aperfeiçoamento cultural e profissional, estímulo ao conhecimento dos problemas contemporâneos, promoção da extensão e atuação no aprimoramento da Educação Básica (BRASIL, 1996). Porém, na perspectiva de construção de cidadania e de direitos, acaba não atendendo às necessidades apresentadas por seus estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, no que se refere à permanência estudantil (questões que envolvem direitos básicos à moradia, alimentação, transporte, creche, entre outros, mas também o pleno aproveitamento do direito à Educação Superior).

Diante da realidade vivenciada pelas/os assistentes sociais que atuam nas políticas de educação, particularmente nessa Universidade, a partir de sua perspectiva, intencionalidade e percepção acerca da totalidade de seu fazer profissional, relacionado ao trabalho exercido nos NAEs, apresenta-se o seguinte questionamento: *como se efetivou e se efetiva o trabalho profissional das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP da UNIFESP, em relação ao atendimento das demandas estudantis identificadas (tanto nas pesquisas de perfil dos estudantes em 2011 e em 2016 e atualmente, de modo empírico)?*

Uma possibilidade de compreensão dessa realidade, que se configura a partir deste questionamento, está relacionada tanto com *a ampliação do campo de trabalho deste profissional no ensino superior*, sendo este requisitado a exercer suas atividades vinculado, muitas vezes, a programas de permanência (vinculação esta que remete à realização de estudos socioeconômicos de modo majoritário, acarretando em uma redução do trabalho profissional e conseqüente dificuldade no exercício do trabalho multi/interdisciplinar nos NAEs), *quanto com a mudança do perfil do estudante*, apontada na pesquisa de perfil em 2011 e 2016 e que sofreu alterações ao longo destes anos, percebidas pelas profissionais que trabalham com este público. Esta vinculação mais próxima com a realização de estudos socioeconômicos que viabilizam o acesso dos estudantes aos programas de auxílio é realizada em meio a uma grande demanda imposta por esta mesma atividade, o que dificulta as demais interfaces da intervenção profissional.

Questões que vão desde o acompanhamento mais sistemático dos estudantes bolsistas até a atuação em outros âmbitos institucionais são, muitas vezes, deixadas de lado ou executadas aquém do esperado. Além destas questões, percebe-se os rebatimentos da crise do capital na Educação Superior e particularmente nas políticas de assistência estudantil, já que tem no campo das políticas sociais e da educação grandes impactos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar como a política de assistência estudantil é operacionalizada na Comissão PAPE/PBP da UNIFESP;
- Verificar as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* desta Universidade, considerando o trabalho em equipes multi/interprofissionais e as demandas locais;
- Identificar novas possibilidades de intervenção profissional, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante da UNIFESP.

1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa será realizada no âmbito da Comissão de Avaliação e Estudo do Programa de Auxílios da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UNIFESP. Esta Comissão é formada por assistentes sociais, responsáveis pela avaliação e estudo dos critérios para atribuição de auxílios e bolsas, fornecendo dados para subsidiar as políticas de permanência aplicadas nesta universidade.

Esta Universidade tem como núcleo de origem a Escola Paulista de Medicina (EPM)⁹, fundada em 1933. Foi federalizada em 1956 e em 1994 tornou-se universidade federal, ainda com cursos apenas nas áreas de saúde. Sua transformação de escola para universidade se deu por meio da Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994.

A partir da demanda de expansão das vagas e do processo de interiorização das universidades federais, a UNIFESP universalizou suas ações e tornou-se uma universidade multicampi. A partir de 2005, com recursos do programa de expansão do Governo Federal, novas unidades foram implantadas em municípios próximos à capital do Estado, onde surgiu a EPM. Este processo de expansão ampliou as áreas de conhecimento abrangidas pela Universidade – ciências exatas, humanas, ambientais e sociais aplicadas, além de possibilitar a democratização do ensino, a partir do ingresso pelo Sisu.

A partir de 2007, passou a contar com seis *campi* em atividade e um em fase de implantação:

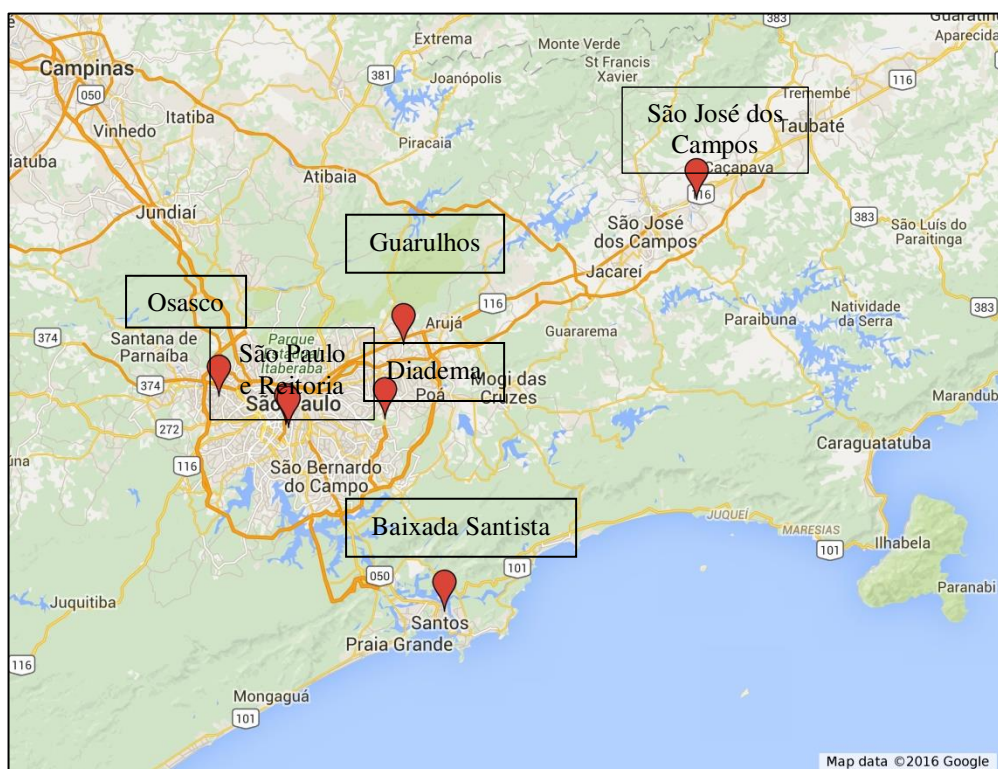
- a) Vila Clementino (ou *Campus* São Paulo), com as unidades da Escola Paulista de Enfermagem, com o curso de Bacharelado em Enfermagem, e Escola Paulista de Medicina, com os cursos de graduação em Ciências Biológicas – modalidade médica (Biomedicina), Fonoaudiologia, Medicina, Tecnologia em Informática e Saúde, Tecnologia em Radiologia e Tecnologia Oftálmica;
- b) Baixada Santista, com os cursos de graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar, Engenharia Ambiental, Engenharia de Petróleo, Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional;
- c) Diadema, com os cursos de graduação em Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia, Ciências – Licenciatura, Química e Química Industrial;
- d) Guarulhos, com os cursos de graduação em Ciências Sociais, História, História da Arte, Letras, Filosofia e Pedagogia;

⁹ Informação disponível em: <http://www.epm.br/sobre-a-escola/1-historia>. Acesso em 06/01/2017.

- e) São José dos Campos, com os cursos de graduação em Bacharelado em Ciência e Tecnologia (entrada unificada)¹⁰, Bacharelado em Matemática Computacional, Engenharia Biomédica, Bacharelado em Biotecnologia, Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia de Materiais e Engenharia de Computação (cursos de formação específica);
- f) Osasco, com os cursos de graduação em Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais;
- g) Zona Leste, em fase de implantação, que contará com os cursos de Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil e Geografia.

A figura 1 mostra a localização de cada um dos *campi* da UNIFESP. Percebe-se que a maior parte deles está situada na capital e região metropolitana, exceto o *campus* São José dos Campos, localizado no município homônimo valeparaibano e o *campus* Baixada Santista, situado na região litorânea. As assistentes sociais participantes desta pesquisa são lotadas em cada um destes *campi*, e a pesquisadora no *campus* São José dos Campos.

Figura 1: Localização dos *campi*.



Fonte: Google. Elaborado pela pesquisadora.

¹⁰ A entrada unificada é parte do projeto Universidade Nova que, segundo Leher (2011, p. 2-3), pretende promover um novo formato no currículo das universidades ao criar um ciclo básico e curto, não profissional, que garanta aos estudantes um diploma generalista. A formação específica é passível de nova seleção. O autor critica este modelo por entender que este cumpre exigências bancomundialistas e contrarreformistas de aligeiramento e precarização da formação superior.

A UNIFESP é uma das três universidades federais¹¹ do Estado de São Paulo e a única com sede na capital do Estado. As outras duas são: Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), com sede no município de Santo André e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), com sede no município de São Carlos. Este Estado conta ainda com outras duas instituições federais de ensino superior: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com sede no município de São Paulo e unidades por todo o Estado e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), presente no município de São José dos Campos¹².

O *campus* São Paulo é o pioneiro, agregando atualmente duas unidades universitárias e aproximadamente 1.550 estudantes de graduação. Está localizado na Vila Clementino, zona sul da cidade de São Paulo. Os demais *campi* foram sendo construídos a partir do plano REUNI de expansão das universidades federais. O primeiro *campus* de expansão foi o *campus* Baixada Santista, inaugurado em 2005, que conta hoje com aproximadamente 1.836 estudantes de graduação. O *campus* Diadema foi implantado em 2007 e possui atualmente 2.549 estudantes de graduação. No mesmo ano, foi criado o *campus* São José dos Campos, que conta atualmente com 1.200 estudantes de graduação, e o *campus* Guarulhos, com 3.200 estudantes de graduação matriculados. O *campus* Osasco foi o último em atividade a ser inaugurado, no ano de 2011. Conta hoje com 1.192 estudantes matriculados na graduação.

Todos os *campi* contam também com atividades de pesquisa, cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e atividades de extensão.

1.3.1 Os municípios que abrigam os *campi* da UNIFESP

A urbanização das cidades é uma realidade global e provoca diversas reflexões e debates acerca de suas construções e contradições. Por trás do cenário de modernidade que demonstram, encontramos a luta pelos espaços construídos em suas melhores localizações, divisões de zonas de pobreza e de riqueza, diferentes ambientes preservados e poluídos (VÉRAS, 2010, p. 33).

Os *campi* desta universidade estão localizados em cidades metropolitanas, com todas as contradições que esta realidade pode apresentar: “*desigualdades socioespaciais no*

¹¹ Nesta seção não estão incluídas as universidades estaduais –UNESP, UNICAMP e USP, visto que o foco principal do estudo são as universidades federais e os institutos federais presentes no Estado de SP.

¹² Informações disponíveis em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 06/01/2017.

acesso ao ambiente construído, degradação ambiental, políticas públicas ineficazes, exclusão e miséria, vulnerabilidade” (HARVEY, 2006 apud VÉRAS, 2010, p. 34).

A capital do Estado abriga, além do *campus* pioneiro, a sede administrativa (Reitoria), localizada no mesmo bairro do *campus* e aquele que se encontra em implantação. Os municípios de São Paulo, Diadema, Guarulhos e Osasco estão localizados na região metropolitana de São Paulo, composta por 39 municípios. Esta região ocupa o primeiro lugar entre as regiões metropolitanas brasileiras, com uma população total de 19.683.975 pessoas em 2010. A maior parte desta população é composta por pessoas entre 15 e 64 anos, com 13.963.954 pessoas em 2010.

Santos abriga o *campus* Baixada Santista, que abrange toda esta região metropolitana. Ela é composta por 9 municípios, apresenta uma área de 2.419,9 km² e uma população de mais de 1.600.000 habitantes. Do total de habitantes dessa região, 68,89% têm entre 15 e 64 anos.

O município de São José dos Campos e está localizado na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, que inclui também a Região Serrana do Vale, composta por 39 municípios. Esta região apresenta uma área de 16.175,7 km² e mais de 2.000.000 de habitantes. Deste total, 70,68% têm entre 15 e 64 anos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é utilizado como medida para fornecer dados de longevidade, educação e renda, variando de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o local¹³.

A tabela a seguir demonstra os índices encontrados em cada município:

¹³ Todas as informações acerca do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios utilizadas nesta seção foram encontradas na página do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um *site* que traz o IDHM e outros 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade para os municípios brasileiros: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em 04/01/2017.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Municípios	<i>Campus</i>	Área de extensão do município	Densidade demográfica	Ano de instalação	Região	IDHM
São Paulo	Reitoria / SP/ Zona Leste / Santo Amaro	1526,68 km ²	7.365,24 hab./km ²	1.554	Mesorregião metropolitana de São Paulo	muito alto (IDHM entre 0,800 e 1)
Diadema	Diadema	32,17 km ²	11.999,97 hab./km ²	1.959	Mesorregião metropolitana de São Paulo	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
Guarulhos	Guarulhos	319,17 km ²	3.829,8 hab./km ²	1.880	Mesorregião metropolitana de São Paulo	Alto (entre 0,700 e 0,799)
Osasco	Osasco	64,56 km ²	10.323,25 hab./km ²	1.959	Mesorregião metropolitana de São Paulo	Alto (entre 0,700 e 0,799)
Santos	Baixada Santista	281,35 km ²	1.491,94 hab/km ²	1.545	Mesorregião metropolitana de São Paulo	Muito alto (entre 0,800 e 1)
São José dos Campos	São José dos Campos	1.100,66 km ²	570,15 hab/km ²	1.767	Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista	Muito alto (entre 0,800 e 1)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2017. Organizado pela pesquisadora.

A urbanização na contemporaneidade revela processos excludentes, com consequências na situação de vulnerabilidade social e territorial de seus habitantes.

Numa perspectiva de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, as cidades são divididas por estratos sociais, onde cada grupo social localiza-se onde consegue pagar por seus custos. As periferias demonstram a realidade do não acesso à “*cidade legal*”, com todos os seus benefícios urbanos e a “*cidade real*”, vivida na precariedade de suas condições postas (ou impostas) (VÉRAS, 2010, p. 35).

Os dados apresentados na tabela 1 demonstram que os municípios estão localizados em grandes regiões metropolitanas e apresentam semelhanças no que se refere ao IDHM e na densidade demográfica, características dos grandes centros urbanos.

De acordo com Vêras (2010, p. 36), a globalização alterou de modo relevante a vida nas cidades, de modo especial a partir da presença de empresas multinacionais: as cidades se tornaram *globais*, com sede de bancos e do capital financeiro, grandes centros de convenções e de circulação de mercadorias.

Já a tabela 2 apresenta dados brutos referentes ao desenvolvimento econômico destas regiões. Os números relativos ao PIB demonstram que estas regiões possuem grande riqueza produzida.

Tabela 2: Panorama populacional, econômico e de desenvolvimento humano dos municípios que abrigam os *campi* da UNIFESP

	População nacional recenseada e estimada – ano 2007	Números do PIB – ano 2013 (em reais)	Números do PIB – ano 2013 (<i>per capita</i>)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM 2010
País	183.987.291	5.316.453.957	26.444,63	0,755 (em 2014)
Região Sudeste	77.873.120	2.938.538.823	34.789,78	*
Estado de São Paulo	39.827.570	1.708.221.390,00	39.122,26	0,783
São Paulo	10.886.518	570.706.192,00	48.275,45	0,805
Diadema	386.779	13.428.069,00	33.015,67	0,757
Guarulhos	1.236.192	49.392.842,00	38.016,46	0,763
Osasco	701.012	55.515.707,00	80.265,37	0,776
Santos	418.288	19.265.873,00	44.478,22	0,840
São José dos Campos	594.948	27.401.017,00	40.699,31	0,807

Fonte: IBGE¹⁴, PNUD¹⁵. 2016. Organizado pela pesquisadora. *Dados não encontrados.

¹⁴ Dados acerca da contagem populacional e economia dos municípios disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm> e em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm.

¹⁵ Dados acerca do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM disponíveis em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>.

Para Véras (2010, p. 37), as cidades globais deveriam proporcionar o desenvolvimento social como um atributo fundamental, haja vista sua competitividade no mundo internacionalizado. Porém, o que se percebe é a polarização social, onde o direito à cidade é muitas vezes relegado.

A autora compreende como uma desigualdade no direito à cidade a heterogênea distribuição de espaços e pessoas:

As cidades atuais ilustram, por assim dizer, um conjunto de homens e mulheres, estrangeiros (nascidos fora e dentro de seus países, e neste caso assim considerados pelo *establishment*), desempregados, “inempregáveis”, homossexuais, indígenas, refugiados, moradores da precariedade (favelados, encortiçados e das periferias) afrodescendentes, imigrantes, nômades, *homeless*, “outros” em situação de fronteira (política e social), territorialidades cambiantes.

A autora destaca também que a desigualdade se expressa no mercado formal de trabalho, ao qual esta população em muitas vezes não tem acesso; nas áreas de risco em que esta população reside, tanto social quanto ambiental, e a questão da violência e insegurança à qual encontram-se expostas (VÉRAS, 2010, p. 41).

Todas essas realidades estão presentes nos *campi* da UNIFESP, haja vista ser uma universidade urbana e socialmente referenciada. A maior parte dos *campi* estão instalados em regiões periféricas dos municípios, o que demanda infraestrutura para acesso à população e apropriação de seus espaços pela comunidade local e representa uma possibilidade ainda maior de integração da universidade com o meio onde se situa. Esta relação está longe de ser considerada harmoniosa, e este amplo debate não será esgotado neste estudo.

Neste tópico, coube ilustrar a realidade dos municípios que abrigam os *campi* da UNIFESP. Cabe destacar que, em sua maioria, ou estão localizados nas periferias destas grandes cidades, e recebem a população de seu entorno, ou estão localizados nos grandes centros e recebem uma parcela desta população, como podemos observar no tópico relacionado ao perfil do estudante (5.1).

1.3.2 A primeira gestão da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis na UNIFESP: de 2010 a 2012

Com o aumento gradativo do número de estudantes nos seis *campi*, novas necessidades vêm sendo apontadas por estes. Desde infraestrutura adequada às atividades

acadêmicas, aumento dos recursos financeiros para custeio e a ampliação do programa de atribuição de auxílios, como forma de subsidiar a permanência dos mesmos nos cursos¹⁶.

Em 2010 foi criado, por meio do Estatuto desta universidade, o Conselho de Assuntos Estudantis (CAE) e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), com o objetivo de abarcar as ações de permanência, em consonância com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse Decreto visa apoiar a permanência de estudantes oriundos das camadas mais empobrecidas da população, matriculados em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino superior. Tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando combater a retenção e a evasão.

A primeira gestão da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, à frente pelo período 2010 a 2012, indicou como frentes de trabalho quatro coordenadorias: Ações Afirmativas e Políticas de Permanência (CAAP), Atenção Integral à Saúde do Estudante (CAISE), Atividades Extracurriculares (CAEXT) e Cultura, Esporte e Lazer (CCEL). O contato e a comunicação com os demais *campi* são realizados por meio dos Núcleos de Apoio ao Estudante (NAE), presentes em cada um dos seis *campi*.

Os NAEs são órgãos multiprofissionais de apoio aos estudantes, vinculados politicamente à PRAE e administrativamente à direção acadêmica de cada *campus*, compostos por servidores técnico-administrativos de diversas áreas, tais como Saúde, Educação e Serviço Social, coordenados por um docente ou técnico-administrativo. Buscam efetivar a política de assistência estudantil deliberada pelo CAE, seguindo, desta forma, as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação no que tange ao PNAES.

A partir da criação dessa Pró-reitoria as assistentes sociais (será utilizada a expressão no feminino pois todas as profissionais participantes da pesquisa e atuantes no setor são mulheres) lotadas nos NAEs buscaram formas de implementar um programa de auxílios que respondessem às demandas advindas da nova configuração da Universidade, percebidas pela instituição e delegadas como “tarefa” a essa Pró-reitoria.

Foram realizadas naquele ano várias reuniões da recém formada Comissão PAPE¹⁷, periódicas ou em caráter emergencial, que possibilitaram a elaboração de um programa que abarcasse critérios, instrumentos de análise e pesquisas, fluxos, instrumentos que permitissem a caracterização do perfil e seu atendimento, no escopo das prioridades

¹⁶ Informação disponível em: <http://www.unifesp.br/institucional/institucionalsub/apresentacao>.

¹⁷ Só em 2013, a partir da instituição do Programa PBP é que a nomenclatura foi alterada.

preconizadas no PNAES, a saber: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Atualmente essa Comissão permanece com sua formação inicial, em caráter contínuo e com encontros mensais ou sempre que necessário, buscando sempre alinhar métodos de trabalho, análises de casos, aprimoramento de critérios, subsidiando a PRAE em questões relativas à permanência estudantil.

Na tentativa de conduzir políticas que atendessem às novas demandas, foi realizada, no âmbito desta Pró-reitoria, a pesquisa intitulada “Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes da UNIFESP: um estudo inicial realizado com base em dados de ingressantes 2011”, o qual objetivou conhecer, do ponto de vista socioeconômico, quem foram os ingressantes nesta Universidade naquele ano.

Esta pesquisa, iniciada no final de 2010, foi coordenada por duas docentes, coordenadoras de CAAP e CAEXT, contando com a participação de técnicos de diversas áreas, bem como outros docentes e estudantes. A pesquisa permitiu a produção de dados que remetem a um momento particular de expansão desta Universidade, possibilitando reflexões sobre as questões relacionadas ao acesso à Universidade e às condições de permanência dos estudantes matriculados, apontando indicadores possíveis para a elaboração de políticas de assistência estudantil específicas para as demandas da instituição.

A partir dos dados coletados e publicados¹⁸, apresentou-se um material amplo e rico para análise e aprofundamentos em relação a este perfil, possibilitando a condução das políticas e novos cruzamentos de dados a serem realizados. A partir desse material e do conhecimento das assistentes sociais com relação às demandas estudantis, buscou-se compreender quais novas demandas estavam a exigir novas respostas profissionais, sobretudo das assistentes sociais que atuavam (e ainda atuam) nos NAEs e Reitoria, realizando as análises socioeconômicas para concessão dos auxílios disponibilizados pelos Programas Auxílio para Estudantes (PAPE) e Bolsa Permanência (PBP), e que compunham (e continuam compondo) a Comissão PAPE/PBP.

Por meio da realização deste estudo, buscou-se identificar a atuação das assistentes sociais na referida Universidade, considerando a política de assistência estudantil

¹⁸ Ambas as pesquisas encontram-se disponíveis no *site* da Universidade: <http://unifesp.br/reitoria/prae/institucional/documentos/perfil-dos-estudantes> Acesso em 04/01/2017.

vigente, o perfil do estudante identificado nas pesquisas realizadas e o conhecimento dessas assistentes sociais acerca das demandas estudantis apontadas no perfil e vivenciadas no cotidiano profissional dos NAEs. À luz da teoria social crítica, pretendeu-se apontar como essa política foi concebida, quais ações foram realizadas a partir desta implantação e quais as possibilidades de investigação a partir dos resultados da pesquisa em referência.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

A motivação para escolha deste tema para estudo e aprofundamento partiu da prática profissional exercida no cargo de assistente social do Núcleo de Apoio ao Estudante na UNIFESP, *campus* São José dos Campos. A atividade é exercida em conjunto com a Comissão de Avaliação e Estudo do Programa de Auxílios, composta pelas assistentes sociais que atuam em todos os *campi* desta Universidade e em conjunto a outros profissionais como psicólogos, pedagogos, enfermeiros, entre outros, presentes em cada NAE.

Essa Comissão foi designada para elaborar os programas de auxílio para estudantes em situação de vulnerabilidade, parte da política de assistência estudantil dessa Universidade, mantendo sua composição até o presente momento. Desde o início dos trabalhos, em 2010, a equipe esperava aprofundar os estudos sobre a metodologia utilizada em seu desenvolvimento, a qual levou em consideração a realidade identificada no perfil dos estudantes antes da institucionalização dos programas, indicando-se este ponto como a principal relevância do presente estudo.

Outro ponto importante a ser explorado, identificado em pesquisas realizadas anteriormente, é o aprofundamento nas questões que envolvem o trabalho profissional para além da realização de estudos socioeconômicos. A precarização do trabalho e os limites de atuação profissional nos NAEs encerram outras possibilidades de atuação junto às equipes multi/interprofissionais.

A partir da realização deste estudo, buscou-se identificar novas possibilidades de intervenção no campo da assistência estudantil, explorar a gestão dos programas, a interdisciplinaridade no campo da educação vivenciada nas equipes, assim como aprofundar o conhecimento sobre o estudo do perfil do estudante.

Pretende-se contribuir com a temática da assistência estudantil, partindo do conhecimento das assistentes sociais que operacionalizam estes programas e do estudo do perfil do estudante usuário, tornando-se uma colaboração na construção de políticas que atendam às demandas destes estudantes, considerando tanto a qualidade e excelência da

formação quanto às reais condições de permanência, principalmente a dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

1.5 Organização da Dissertação

A dissertação, para efeitos de apresentação está organizada em seções, porém cabe registrar que estas guardam relações entre si, visto que compõem uma totalidade.

Na Revisão de Literatura apresenta-se a pesquisa “estado da arte”, realizada com o objetivo de conhecer as publicações já disponíveis sobre os temas que perpassam este estudo; contextualiza-se a assistência estudantil nas universidades, em especial como foi concebida na UNIFESP; discute-se o direito à permanência e o trabalho profissional do assistente social, com enfoque particular na sua vinculação com a tradição marxista e ao campo das políticas sociais, além de aprofundar o referencial teórico que sustenta este estudo.

Na seção “Método” são descritos, além do método propriamente dito, qual seja a teoria social crítica marxista e a metodologia da História Oral; o tipo de pesquisa, a população, os instrumentos, os procedimentos para coleta e análise dos dados.

Os “Resultados e Discussões” são apresentados em seguida, contemplando o perfil dos estudantes dos *campi* da UNIFESP, tal como se apresenta nas duas pesquisas de perfil realizadas; o trabalho nos NAEs e a articulação entre cada equipe para atendimento das demandas; as novas demandas desveladas a partir do perfil do estudante identificado pelas profissionais e as novas perspectivas a partir da avaliação realizadas por elas.

Por fim, apresentam-se as considerações preliminares e nos anexos dois projetos desenvolvidos pela Comissão PAPE/PBP.

II REVISÃO DA LITERATURA

A presente dissertação tem por objetivo central conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis.

Para subsidiar esta investigação, faz-se necessário um levantamento bibliográfico inicial a respeito das temáticas que serão abordadas no decorrer do trabalho, quais sejam: atuação do assistente social, assistência estudantil e direito à permanência. Esta pesquisa inicial é chamada de “estado da arte”.

Segundo Ferreira (2002, p. 258), as pesquisas na modalidade “estado da arte” são definidas como de caráter bibliográfico, que buscam mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Apresentam caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica sobre o tema proposto.

Inicialmente, foi realizado um levantamento no banco próprio de dissertações e artigos, em sites de pesquisa, base de dados e repositórios de universidades brasileiras.

As palavras-chave foram norteadoras destas pesquisas e resultaram em um número considerável de produções sobre este tema, o que demonstra que o mesmo é bastante debatido no meio acadêmico. Porém, nenhuma produção a respeito das políticas estudantis nas universidades paulistas, em especial na UNIFESP, foi encontrada.

A pesquisa no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a palavra-chave “atuação do assistente social” gerou 245 resultados. Deste total, foram priorizados trabalhos com os termos: Serviço Social, assistente social – atuação profissional, prática profissional, assistente social, Brasil, políticas públicas, política social, avaliação, pobreza, e descartados outros temas não pertinentes, tais como saúde mental, violência doméstica, profissional da saúde, entre outros. A partir deste refinamento, foram encontrados 45 artigos/dissertações/teses, sendo selecionada para compor esta pesquisa apenas uma dissertação, a qual trazia conteúdos referentes ao objeto desta pesquisa.

Em seguida, foi realizada nova pesquisa utilizando-se a palavra-chave “assistência estudantil”. Foram obtidos 45 trabalhos, e selecionados para compor esta pesquisa cinco destes, que versavam sobre temas relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa.

O termo “direito à permanência” gerou 673 resultados. Foi realizado um refinamento, que priorizou trabalhos com os temas: Brasil, direito, educação, políticas públicas, direito à educação, Educação Superior, vulnerabilidade e juventude, e excluídos

termos como família, envelhecimento, sexualidade, dentre outros. Este refinamento resultou em 57 artigos, sendo selecionado um destes para compor a pesquisa.

A base de dados utilizada em seguida foi o Portal Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e, utilizando os mesmos descritores, não foi obtido nenhum resultado.

A terceira base de dados consultada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ao utilizar o primeiro descritor “atuação do assistente social”, o banco gerou 146 resultados. O primeiro refinamento utilizado foi a inserção do operador booleano AND e o termo “educação”, em seguida “assistência estudantil” e por último “direito à permanência”, obtendo um total de 31 resultados.

Com a utilização do descritor “assistência estudantil”, foram encontrados 36 resultados, sendo selecionados dois trabalhos para esta pesquisa. Com a utilização do terceiro descritor, “direito à permanência”, foram encontrados 2.297 resultados. Foi inserido o operador booleano *and* e o termo assistência estudantil, sendo encontrados treze resultados.

Vale ressaltar que estas consultas nas bases de dados disponíveis na internet trouxeram por vezes artigos que a pesquisadora já possuía em seu acervo, além de trabalhos presentes nas duas bases. Por este motivo, a segunda aparição foi descartada.

Foram descartados também trabalhos que versavam sobre temas próximos, porém não diretamente relacionados com o tema central desta pesquisa, tais como: aspectos da vivência estudantil, subjetividade do estudante, residências (ou moradias) estudantis, atuação do assistente social na educação básica, enfoque no Programa Universidade para Todos (PROUNI¹⁹ - que diz respeito a instituições *particulares* de ensino superior), mercado de trabalho, evasão, entre outros.

De modo particular, foram encontrados trabalhos que abordam temáticas que poderão favorecer a presente pesquisa, tais como: estudos de caso de várias Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), relação entre Educação e Serviço Social (inserção dos profissionais), análises críticas do PNAES e REUNI, processo de implantação de bacharelados interdisciplinares, estudo socioeconômicos, análise de perfil do estudante, influência da teoria marxista, o trabalho do assistente social na universidade pública, garantia de direitos dos estudantes de graduação, além de conceitos como indicadores sociais, políticas sociais, contrarreforma, vulnerabilidade, equidade, dentre outros.

¹⁹ O Programa Universidade para Todos – PROUNI tem a finalidade de conceder bolsas de estudo parciais e integrais a estudantes matriculados em cursos de graduação em instituições privadas, ofertando isenção de tributos às que aderirem. Tem por fundamento a Lei nº 11096, de 13 de janeiro de 2005. Informação disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>

Os trabalhos selecionados foram os publicados prioritariamente a partir de 2010, ano em que o Decreto PNAES nº 7234, de 19 de julho foi publicado, considerando que o mesmo norteia as ações de assistência estudantil na atualidade.

Segue abaixo um breve resumo das publicações encontradas que direcionarão a presente pesquisa. Outras estarão descritas mais adiante, junto aos itens aos quais serão abordadas.

Em relação ao descritor “atuação do assistente social”, foram encontradas pesquisas sobre estudos socioeconômicos, como a de Graciano e Lehfeld (2010), que atualiza indicadores e metodologia para a realização do estudo socioeconômico construídos nas últimas décadas pelas próprias autoras, bem como contribui com os profissionais com subsídios para a realização deste estudo. Consideram a avaliação socioeconômica como meio para garantia de direitos. Já Moraes (2011) contribui com a identificação de categorias que favorecem a análise da atual situação dos estudantes do ensino superior brasileiro. Para este autor, o trabalho, a família, a assistência estudantil, entre outras características gerais do estudante são fundamentais para a análise da realidade.

A dissertação de Nascimento (2013) procura apreender, numa perspectiva crítica, as principais determinações que conformam a expansão da assistência estudantil nos anos 2000. Destaca que a assistência estudantil assume uma posição funcional à formação do consenso das classes subalternas ao projeto educacional dominante e instrumental à materialização (concretização de suas metas produtivistas) das propostas dos principais programas da contrarreforma universitária. Para a autora, a expansão da assistência estudantil neste contexto esconde um movimento contraditório que determina a funcionalidade da “assistência estudantil consentida” ao projeto educacional dominante. Segundo Nascimento, em nova fase da contrarreforma universitária dos anos 2000 a assistência estudantil passa a cumprir funções estratégicas, contribuindo para legitimar o discurso da democratização da Educação Superior pública.

Foi selecionada também a obra de Pereira (2000), que traz reflexões sobre a política do *Welfare State* e as transformações sofridas por ela, bem como as respostas institucionais e políticas suscitadas pelas metamorfoses da questão social. De acordo com a autora, as políticas sociais públicas continuam em pauta, submetendo as forças econômicas a um controle social crescente.

A publicação de Romera (2008), sobre indicadores sociais, foi considerada pertinente pois identifica se os assistentes sociais atuantes em projetos sociais no município de Presidente Prudente utilizam os indicadores sociais no processo de gestão. Por meio de

pesquisa de campo, análise teórico-empírica e pesquisa bibliográfica identificou a necessidade da atualização constante dos assistentes sociais para estarem sempre aptos a trabalhar com as ferramentas necessárias e destacou a produção de indicadores como essencial na elaboração de estratégias nas ações sociais.

Outra publicação selecionada para compor este estudo foi a dissertação de Zacarias (2013), a respeito da teoria marxiana²⁰ e sua relação com a atuação do assistente social. A autora buscou conhecer como os assistentes sociais mediam a teoria marxista no seu exercício profissional com vistas a contribuir para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. O método dialético-crítico é utilizado como orientação metodológica e objeto de pesquisa. Verificou que a maioria dos sujeitos da pesquisa admite utilizar o referencial marxista para o desenvolvimento do seu trabalho.

A relação entre Serviço Social e Educação ficou evidente nas obras de Almeida (2011), Lessa (2013) e Nascimento e Arcoverde (2012). Em pesquisa realizada pelo GT de Educação em 2010 com os assistentes sociais envolvidos com educação, Almeida (2011) traz reflexões que subsidiam este debate e contribui para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional que, por sua vez, orienta o debate das particularidades do trabalho destes profissionais nesta política pública. Busca fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora.

Lessa (2013) discute a complexa relação entre a Educação como política pública e a vinculação do Serviço Social a ela. Numa perspectiva crítica, propõe pensar a Educação segundo os fundamentos do projeto ético-político que orienta nossa profissão e destaca que, se estiver articulada com a prática social global, a desigualdade pode ser convertida em igualdade por meio da Educação.

Por sua vez, Nascimento e Arcoverde (2012) procuram refletir sobre a dimensão político-pedagógica do Serviço Social como direção para repensar a intervenção da profissão na assistência estudantil. Entendem que tal dimensão contribui para a ampliação da “relativa autonomia” destes profissionais, na medida em que potencializa a sua intervenção cotidiana no sentido de busca de estratégias de atuação que permitam o exercício de seu projeto profissional coletivo voltado para a defesa dos direitos dos usuários dos seus serviços.

Uma pesquisa foi destacada sob o tema “perfil do estudante”. Ristoff (2014) discute até que ponto as políticas de acesso ao ensino superior começam a alterar o perfil do

²⁰ Apesar de haver diferenças entre os termos “marxista” e “marxiano”, optou-se por manter a forma como a autora descreveu em sua obra. Cf. ZACARIAS, 2013.

estudante de graduação do *campus* brasileiro. Realiza uma análise do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), apresentando dados quantitativos e gráficos a respeito das informações coletadas e conclui que a Educação Superior “[...] *está criando importantes oportunidades de mobilidade social para alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pais sem escolaridade [...]*” (RISTOFF, 2014, p. 746).

A respeito da política de assistência estudantil, foram destacadas várias obras, que incluem a discussão de temas como direito à educação, equidade, análises críticas, estudos de caso entre outras abordagens.

Em seu artigo, Assis (2013) busca discutir e analisar as políticas de assistência estudantil, por meio de uma pesquisa aplicada e qualitativa (estudo de caso). Foram apresentadas experiências, principais projetos e atividades desenvolvidas, concluindo que a assistência estudantil, enquanto direito social, tem a tarefa de produzir novas relações e reduzir as desigualdades. Já Costa (2010) analisa as políticas de assistência estudantil sob o prisma da equidade. Utiliza como referencial teórico o modelo das políticas públicas *multiple streams*²¹, de J. Kingdon e a concepção de equidade de J. Rawls²². Verifica que no período correspondente à primeira fase das políticas de assistência estudantil no Brasil (da criação da Casa do Estudante até o período de redemocratização) haviam ações voltadas para as necessidades básicas dos alunos; na segunda fase (da CF 88 até os dias atuais) verifica-se a implementação de programas institucionais, garantindo uma maior equidade na Educação Superior.

Em sua publicação, Prado e Yari (2013) apresentam uma reflexão sobre quais aspectos contribuem e quais dificultam a efetividade e definição da política de assistência estudantil e os impactos na vida dos estudantes atendidos. Contextualizam historicamente a temática. Segundo os autores, a assistência estudantil é apontada como projeto viável para a democratização do ensino superior, para a redução das desigualdades sociais e para a

²¹ Ou múltiplos fluxos. Esta teoria originou-se a partir de estudos sobre a formação da agenda pública, utilizando um modelo de decisão em organizações onde prevalece a presença simultânea de interpretações, por vezes conflitantes, sobre um mesmo fenômeno. Cf. GOTTEMS et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 22, n. 2, p. 511-520, 2013.

²² Para mais esclarecimentos acerca da concepção política de justiça de John Rawls, recomendo a leitura do artigo QUINTANILHA, F. R. A concepção de justiça de John Rawls. *Intuito*, Porto Alegre. v. 3, n.1, Jun. 2010. p. 33-44. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/6107/5176>. Acesso em 06/01/2017.

ascensão social. Os estudantes beneficiados por ela tiveram ganhos sociais e econômicos, apesar dos impasses, contradições e limitações das ações.

Faria (2011) avalia o “Programa Conexões de Saberes” da Universidade Federal do Tocantins em uma perspectiva crítica, buscando compreender e interpretar quais foram as influências do neoliberalismo sobre as políticas de inclusão implementadas na Educação Superior. Por meio de pesquisa bibliográfica, avaliação *ex post*, abordagem quanti-qualitativa, pesquisa de campo e entrevistas, demonstra que a implementação ocorrida no contexto das reformas neoliberais, com redução dos recursos públicos para o financiamento da Educação Superior prejudicam e fragmentam as ações.

O artigo de Vasconcelos (2010) aborda a evolução da atividade de assistência estudantil no sistema público de ensino superior no Brasil numa perspectiva crítica. Por meio de investigação bibliográfica, consulta em sites das universidades e análise quantitativa dos dados coletados, verifica que o tema ainda é pouco pesquisado, que há necessidade de criar, manter e ampliar os programas existentes e democratizar mecanismos para a permanência.

Os demais estudos selecionados versam sobre a temática da assistência estudantil em diferentes universidades federais.

O estudo de Carvalho (2013) avalia as políticas de assistência estudantil praticadas na Universidade Federal de Lavras - MG em quatro semestres letivos. Apresenta estudos sobre políticas públicas (tipologias) e conclui que é necessário maior preparo institucional na sistematização de informações que possibilitem a avaliação de seus resultados, e que as políticas de assistência estudantil têm sido eficazes no que diz respeito ao desempenho dos estudantes usuários.

Del Giúdice (2013) aborda o conceito de vulnerabilidade, junto ao tema “assistência estudantil”, e retrata como a assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa - MG vem acompanhando a realidade brasileira das políticas adotadas ao longo do tempo. Destaca que as ações de assistência estudantil devem ser vistas como investimento educacional.

Por sua vez, Fernandes (2012) analisa a política de Assistência Estudantil e sua materialização (abrangência e efetividade) na Universidade Federal de Itajubá - MG, antes e depois do PNAES. Numa perspectiva crítica, pondera que a política não foi construída de forma democrática, não é vista como fundamental e que não há mobilização estudantil neste sentido. Utilizou como coleta de dados aplicação de questionários e entrevistas com alunos e gestores. Conclui que poucos conhecem em profundidade a assistência estudantil e a reconhecem como direito. Constata a ocorrência de uma “flutuação e inconstância” nos

pagamentos aos alunos. Confirma suas hipóteses de que não houve participação democrática dos alunos na criação da política e nem posicionamento crítico por parte destes em relação à assistência estudantil, a existência de contradição entre o discurso e a prática dos gestores, as ausências de uma equipe que efetivasse a política e de uma padronização nas análises.

Gazotto (2014) propõe-se a analisar o PNAES e identificar as condições de acesso e permanência dos discentes atendidos na Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE), setor de Serviço Social. Realiza pesquisa bibliográfica, documental e de campo e demonstra o conhecimento das políticas públicas educacionais no contexto das políticas educacionais de cunho neoliberal, o momento de reestruturação das universidades federais, a necessidade dos auxílios para a permanência dos discentes e o desconhecimento do PNAES enquanto direito pelo público da assistência estudantil.

Já Gonçalves (2011) investiga as concepções existentes sobre as políticas de assistência estudantil entre os alunos da Universidade Federal de Pelotas - RS, participantes de programas assistenciais. Analisa a contribuição acadêmica para a cidadania no contexto social. Utiliza perspectiva crítica dialética sobre políticas sociais, associada à revisão de literatura sobre a política de assistência estudantil no país. Conclui que os Programas de Assistência Estudantil representam grande oportunidade para permanecer na Universidade e concluir um curso superior, e que a política de assistência estudantil enfrenta o projeto de inspiração neoliberal que prima pela desregulamentação das conquistas e direitos dos cidadãos.

Graeff (2014) estuda a constituição da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS junto a alunos egressos de escola pública, usuários da assistência estudantil nesta instituição. Verifica a instabilidade da política de assistência estudantil, a precariedade das ações devido ao aspecto focalizado da política e a influência dos organismos internacionais.

Magalhães (2013) realiza uma análise de conjuntura da Educação Superior no Brasil no contexto de reestruturação produtiva e da incorporação dos princípios neoliberais no desenvolvimento das políticas sociais. Utiliza entrevistas semi-estruturadas em uma abordagem qualitativa com estudantes inseridos nos programas de moradia que ingressaram na universidade em 2009. Verifica que os programas de assistência estudantil existentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ têm grande importância para a permanência dos estudantes em condição de desigualdade social e econômica, porém ressalta a importância da ampliação quantitativa e qualitativa dos diversos serviços que compõem os programas de assistência estudantil.

Em sua obra, Mariz (2014) analisa quais os desdobramentos do PNAES na assistência ao estudante da Universidade Federal da Paraíba - PB, identificando avanços e retrocessos para a efetivação do direito de acesso/permanência na universidade. Demonstra que foram verificados inúmeros limites para a operacionalização da política de assistência estudantil nas IFES, com condições precárias de funcionamento, e que garantir a operacionalização da política na perspectiva da efetivação de direitos é tarefa considerada complexa.

Ramalho (2013) estuda o aspecto avaliativo da Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Minas Gerais (CEFET – MG) e propõe a construção de instrumentos de monitoramento. Utiliza o método de ciclo de políticas baseado em Conde (2011) e Ball (1992 e 1994), e uma discussão sobre equidade baseada em López (2005). Realiza uma pesquisa qualitativa - análise documental com o objetivo de correlacionar estatisticamente indicadores educacionais (aprovação, reprovação e abandono) e o recebimento de bolsas de assistência estudantil. Conclui que o estudante bolsista reduziu em 72% sua chance de abandono institucional, comparado ao não bolsista. Apresenta possíveis indicadores para monitoramento e avaliação da Política.

Por fim, Silveira (2012), em sua obra, busca conhecer e refletir sobre as ações da política de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. Realiza pesquisas em sites das universidades e conclui que a grande maioria das universidades possuem ações neste sentido, prevalecendo programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar os gastos com moradia, alimentação e transporte. No entanto, reconhece que são poucas as instituições que já possuem residências universitárias e o restaurante universitário ainda não é uma realidade em todas as universidades. No que se refere às ações de saúde mental e física, assim como o acompanhamento de alunos com deficiência, identificou poucas ações.

O aprofundamento do estudo desses materiais trouxe subsídios para a compreensão da temática posta, acerca das contribuições do profissional de Serviço Social na construção da política de assistência estudantil na UNIFESP, bem como compreender quais serão as novas respostas a serem postas a novas demandas apresentadas pelo público estudantil.

2.1 Assistência estudantil

As políticas de acesso ao ensino superior implantadas a partir do paradigma neoliberal, trazem em seu escopo o desmonte das universidades públicas e um incentivo à

privatização da educação, ocasionando dificuldades para concretização deste acesso, tornando necessárias políticas de inclusão (SILVEIRA, 2012, p.41).

Com o objetivo de construir políticas públicas para esta área, em 2007, o Governo Federal lança o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. De modo específico para o ensino superior lança, através do Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007 o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O REUNI teve por objetivo “*criar condições para o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais*” (GOUVÊA, 2009, p. 34). Os objetivos a serem alcançados em cinco anos eram: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e aumentar a relação entre alunos de graduação por professor em cursos presenciais. A adesão por parte das universidades seria voluntária e por meio de envio de projetos, de modo que o programa destinaria recursos financeiros para a execução do plano de reestruturação apresentado (GOUVÊA, 2009, p. 34-35).

As críticas em relação ao REUNI remetem à década de 1990, quando medidas concretas da contrarreforma²³ brasileira foram iniciadas e trouxeram consequências para as universidades públicas, especialmente verificadas nas novas legislações, nos modelos de avaliação das universidades (com critérios de eficiência e produtividade), na política para o desenvolvimento da ciência e tecnologia (fortalecimento da mercantilização do conhecimento em detrimento de demandas sociais coletivas), a Educação à Distância (EAD) como política de expansão – uso da tecnologia para padronização, empobrecimento e banalização da formação e regulamentação das fundações de apoio (privatização interna das instituições públicas de ensino superior), entre outras (CISLAGHI, 2010, p. 120-147).

Em seu estudo, Juliana Cislighi (2010) analisa a universidade num contexto de ataques contrarreformistas que a afetam e também à totalidade dos direitos e políticas sociais conquistados historicamente. Utilizando-se de uma perspectiva crítica, conclui que, na prática, o REUNI propõe uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais, bem como de recursos de custeio.

A respeito da reforma do Estado, cabe esclarecer que se trata de uma redefinição do papel do Estado, onde este torna-se um realocador de recursos, buscando-se garantir a

²³ Segundo Behring (2009, p. 71-72), a contrarreforma consiste em certas escolhas políticas dos governos em, partindo de novas relações com os grupos mundiais, ocupar um lugar cada vez mais subordinado, restringindo-se a cobrir custos de infraestrutura, aplicar incentivos fiscais, garantir escoamento da produção e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação em nome da competitividade e da atratividade. Em contrapartida, observam-se as desregulamentações e flexibilizações nas relações de trabalho, nas privatizações e no impacto nas condições de vida das “maiorias”, em nome da adaptação à esta contrarreforma do Estado.

ordem interna e a segurança externa, justiça e equidade, estabilização econômica e desenvolvimento. Porém, em detrimento do cumprimento dos dois últimos papéis, passa a transferir ao setor privado atividades como educação, saúde, cultura, e pesquisa científica, atingindo diretamente as políticas sociais. Desta forma, reduz a prestação direta dos serviços e mantêm-se como regulador e provedor. (BEHRING, 2008, p. 178-179).

Em sua publicação, Gabrielle dos Santos e Leana Freitas (2014) buscaram refletir sobre as políticas públicas para acesso e permanência no ensino superior no Brasil. Com uma abordagem crítica, propuseram repensar estratégias efetivas de inclusão e permanência, que contemplem os segmentos da sociedade brasileira historicamente excluída do ensino superior e a retirada do caráter seletivo e focalizado, para que esta política seja reconhecida como direito social.

Segundo estas autoras, a discussão sobre políticas de acesso e permanência nas universidades públicas estão inseridas no contexto das transformações ocorridas no cenário nacional, que redefine e reconfigura a realidade do acesso e permanência estudantil no país (SANTOS; FREITAS, 2014, p.183). Este reordenamento impacta na criação de novos modelos de processos seletivos, mecanismos e desenvolvimento de políticas que vão desde a integração do aluno por meio de políticas afirmativas, acesso a bolsas acadêmicas e por recorte de renda, entre outras estratégias que buscam ampliar o acesso e permanência e garantir o direito à educação. Estas práticas, além de inserirem o aluno no meio acadêmico, buscam conter a evasão (GOUVÊA, 2009, p.60).

De certo modo, o REUNI permitiu às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) viabilizarem o acesso ao ensino superior, inclusive de estudantes sem perspectivas anteriores de usufruir deste acesso. Porém, apenas o ingresso não garante a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica²⁴ (GRAEFF, 2014, p. 35). O Plano previu a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, mas, considerando as reformas do Estado aos moldes do neoliberalismo, que reduziram os gastos no setor público, prejudicando as políticas públicas de modo geral, os investimentos com assistência ao estudante passaram a ser direcionados e focalizados nos mais pobres, prejudicando a universalização deste direito social (GRAEFF, 2014, p. 37).

²⁴ O conceito de vulnerabilidade é complexo, e aqui refere-se ao “[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, [...] e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social destes atores”, conforme descrito por Abramovay, Castro, Pinheiro et al. (2002, p. 29). Este conceito continuará a ser trabalhado no decorrer deste estudo.

Segundo Míriam Silveira (2012), há diferenciações nos programas de bolsa/auxílio permanência nas IFES, não havendo um padrão único para a conceituação destes programas. Segundo esta autora, a padronização favoreceria a garantia do direito à permanência, sem desconsiderar a autonomia das ações das IFES (SILVEIRA, 2012, p. 84).

Ainda segundo esta autora, nas universidades apontadas em sua pesquisa, a maioria ofertam as seguintes modalidades de auxílios: bolsa/auxílio permanência (com ou sem contrapartida), moradia (possuem residência/moradia estudantil ou ofertam valores em dinheiro para esta finalidade), alimentação (a maioria possui restaurante universitário ou oferta o valor em dinheiro para esta finalidade), transporte (concedem valores ou não foram identificadas ações neste sentido), creche (a maioria das instituições pesquisadas não atua neste sentido, ou oferta um valor em dinheiro), saúde física e mental (poucas ações foram identificadas), atendimento a pessoas com deficiência (poucas ações identificadas). Quanto aos Planos de Assistência Estudantil, várias IFES não possuem regulamentação de suas ações (SILVEIRA, 2012, p. 82-97).

Diante do exposto, torna-se necessário refletir sobre o papel profissional do assistente social na educação superior, inserido na condução de políticas de permanência estudantil, a partir do desafio de compreender e acompanhar, teórica e politicamente, as condições postas e articuladas com um cenário imbricado pela dinâmica da mundialização do capital (ALMEIDA, 2011, p. 25).

A lógica do capital, que entre outras consequências aumenta o desemprego e diminui postos de trabalho, provoca o acirramento das expressões da questão social, afetando diretamente o cotidiano dos trabalhadores, com rebatimentos na política de educação superior. Expansão sem recursos, ausência de metodologias de formação para docentes, precarização do trabalho docente e técnico-administrativo, são algumas das questões a serem postas tanto para os profissionais quanto para os estudantes. Questões ético-políticas levantadas e agravadas pelo processo de reforma educacional vigente. (KOIKE, 2009, p. 208)

A questão social, compreendida como “[...] o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 156), foi trazida para o centro das discussões nos anos 1980, onde nas mais diversas dimensões da vida social houve a exigência por uma ordem de vida mais justa e igualitária. Ganha dimensão institucional e é incorporada à agenda de transformações políticas do período de transição democrática (TELLES, 1999, p. 81), incluindo as lutas sociais pela garantia da educação como direito e o seu pleno acesso à toda a população.

Eliana Bolorino (2012, p. 90) realizou uma pesquisa acerca do trabalho profissional do assistente social na educação no Estado de São Paulo e destaca que é necessário vislumbrar a centralidade e o espaço de luta que a educação ocupa nos tempos atuais, e que os profissionais envolvidos devem estabelecer estratégias que visem à construção da educação como processo de libertação. O assistente social tem a luta por direitos sociais e a consolidação da cidadania como um de seus princípios, estabelecido em seu projeto ético-político profissional. Desta forma, une-se aos demais profissionais educadores neste objetivo comum, qual seja, a consolidação do direito social da educação.

Ainda segundo Bolorino (2012, p. 153-154),

É importante esclarecer que essa dimensão educativa da prática profissional do assistente social está inscrita no significado social da profissão, que atua nas relações sociais, isto é, na reprodução da própria sociedade, da totalidade do processo social, da dinâmica tensa das relações entre as classes sociais.

Sobre a dimensão educativa, a autora acima esclarece que o assistente social deve buscar elucidar a realidade social em seus meandros, possibilitando que a população desenvolva uma visão crítica que contribua para a mobilização social e a consequente luta e conquista de direitos (BOLORINO, 2012, p. 154). Para ela, o processo de aquisição de conhecimentos extrapola ao contexto de sala de aula, mas está presente no intercâmbio entre a natureza e os outros indivíduos como instrumento social, possibilitando o desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica, em acordo com Gramsci²⁵ (BOLORINO, 2012, p. 20).

2.1.1 Concepção da Assistência Estudantil na UNIFESP

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, coletivo que congrega 59 IFES foi criado no final da década de 1980 com o intuito de definir políticas de ação que proporcionem apoio aos estudantes. Por meio de encontros, produção de documentos, pesquisas e levantamentos, busca formular e implantar políticas que garantam a permanência de estudantes de graduação nas IFES (FONAPRACE, 2012, p. 62).

A década de 1990 foi marcada pela globalização da economia mundial e pela investida neoliberal que se fortalece no Brasil a partir do governo Fernando Henrique

²⁵ De acordo com Bolorino, o pensamento gramsciano traz contribuições para a educação e a cultura, com elementos que permitem uma reflexão acerca do trabalho profissional do assistente social na educação pública (2012, p. 32).

Cardoso. Nesse período, vivenciou-se a ideia de privatização de IFES e o FONAPRACE instituiu, como prioridade, a identificação de dados que fundamentassem uma proposta política de assistência ao estudante (FONAPRACE, 2012, p. 18-19).

A formulação das pesquisas subsidiou e fortaleceu o processo de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, seguido do Decreto nº 7.234 que o fundamenta como política de Estado.

Segundo o documento FONAPRACE 25 anos:

A política de assistência estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012, p. 63).

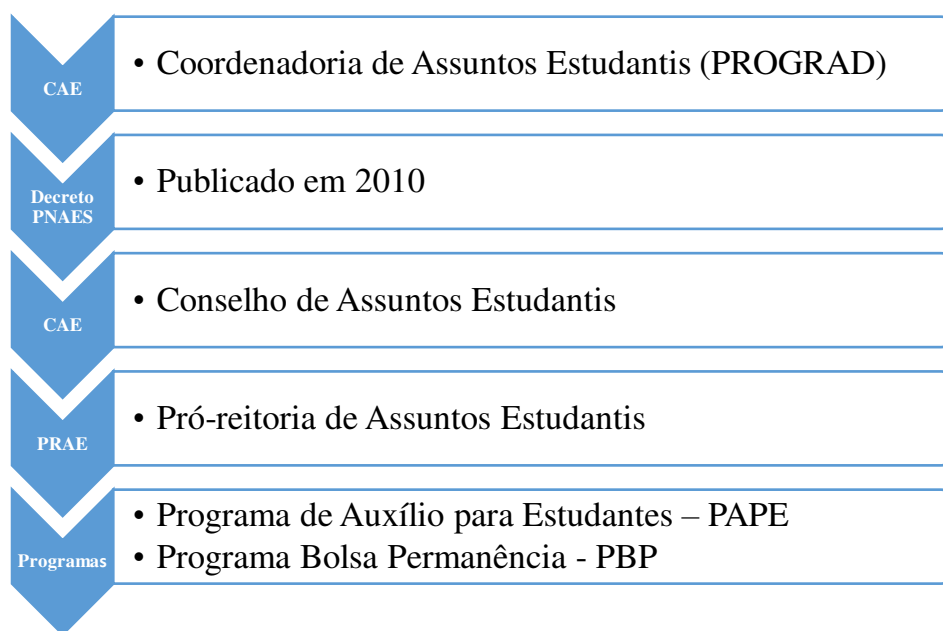
A assistência estudantil é reconhecida como uma política de inclusão social que pretende possibilitar a estudantes com baixa condição socioeconômica a participação em atividades acadêmicas em condições de igualdade com os demais estudantes, na medida em que atende às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte, além de programas e projetos nas áreas de atenção à saúde física e mental, cidadania e cultura, esporte e lazer, acessibilidade, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico (FONAPRACE, 2012, p. 63).

A partir da publicação do Decreto PNAES, a Universidade Federal de São Paulo, que mantinha em sua Pró-reitoria de Graduação a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) criou, em 2010, por meio do Estatuto da UNIFESP, o Conselho de Assuntos Estudantis (CAE)²⁶ e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), com o objetivo de abarcar as ações de permanência da Universidade, de forma democrática.

A figura 2 mostra as etapas desta implantação desde antes da publicação do Decreto PNAES até o estabelecimento dos programas.

²⁶ A sigla permaneceu a mesma, sendo que a primeira se refere a um extinto departamento.

Figura 2: Descrição das etapas de implementação dos Programas de auxílio na UNIFESP



Fonte: UNIFESP. Elaborado pela pesquisadora.

A política de assistência estudantil desta universidade tem como uma de suas principais características a construção democrática desde o início. O CAE conta com a participação de membros docentes, técnicos administrativos e estudantes (graduandos, pós-graduandos e residentes), eleitos por seus pares a cada dois anos (um ano para estudantes). Neste Conselho são debatidas as propostas de melhorias para o ambiente acadêmico, no que se refere à permanência estudantil. Permanência esta que não se limita à concessão de auxílios ou bolsas (condição material de permanência), mas que está alicerçada na perspectiva de totalidade e abrange outras ações e programas (tais como saúde, esporte, alimentação, manifestações culturais, diálogo com outras instâncias acadêmicas, ações afirmativas).

No que se refere aos auxílios e bolsas, a referida Pró-reitoria conta com dois programas que visam atender aos estudantes que se apresentem em condições de vulnerabilidade socioeconômica (basicamente demonstrada pelo valor da renda *per capita* do grupo familiar, que deve estar entre zero e um salário mínimo e meio por pessoa). O primeiro a ser instituído foi o PAPE, estabelecido em 2010 com base no ordenamento jurídico do Decreto PNAES. Este Plano estabelece alguns critérios para acesso aos auxílios, ao mesmo tempo em que possibilita certa autonomia à universidade para uso do recurso. Tem por objetivo apoiar a permanência de estudantes oriundos das camadas mais empobrecidas da

população, matriculados em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino superior e viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando combater a retenção e a evasão.

O segundo, trata-se do Programa de Bolsa Permanência – PBP, instituído pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, o qual prevê a concessão de auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas. É também estruturado a partir do critério de renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio e pago diretamente pelo Ministério da Educação – MEC aos estudantes, via cartão de benefício. Em 11 de maio de 2016, por meio de Ofício (Ofício-Circular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC), o Ministério da Educação suspendeu a realização de novas inscrições no PBP, mantendo-as para estudantes indígenas e quilombolas. Os estudantes inseridos no PBP até a publicação do Ofício continuam recebendo o benefício.

Entretanto, há diferenças entre os dois programas. Primeiro, a forma como o recurso é repassado. Enquanto o PAPE é gerenciado por meio de verba destinada à universidade, o PBP é repassado via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE diretamente aos estudantes beneficiados. A segunda diferença refere-se à exigência de carga horária diária mínima dos cursos. O PAPE atende aos estudantes de todos os cursos de graduação da UNIFESP, enquanto o PBP contemplou apenas estudantes de cursos cujas grades curriculares alcancem carga horária diária de atividades igual ou superior a cinco horas. Outra diferença reside no valor concedido em cada um deles. Enquanto que o PAPE possui escalas de valores baseados no grau de vulnerabilidade aferido na análise, o PBP tem um valor fixo. Aos estudantes indígenas e quilombolas o valor fixo concedido é diferenciado dos demais estudantes e a análise socioeconômica é realizada respeitando-se a condição peculiar destes grupos.

Das várias críticas realizadas pela universidade ao programa PBP, no período em que permitia a inscrição de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, destacam-se duas. A primeira referiu-se à restrição de carga horária. Neste caso, percebeu-se a exclusão de uma série de cursos noturnos, matutinos, vespertinos ou integrais com carga horária inferior a estabelecida, fato que se contrapõe à perspectiva de isonomia entre os estudantes. Em relação à diferença de valores, o PBP estabelece um valor único para estudantes com vulnerabilidade e que não sejam indígenas ou quilombolas, valor que, na maioria dos casos mais vulneráveis, necessita de complementação com o PAPE.

O movimento de expansão implementado pela Universidade Federal de São Paulo traz consigo a necessidade de implantação de políticas mais amplas voltadas à assistência ao

estudante na universidade. O aumento no número de matrículas nos *campi*, em especial a partir da adesão da UNIFESP à Lei de Cotas²⁷, demandam a ampliação de políticas de permanência. As ações institucionais que atualmente envolvem permanência e que são financiadas com recursos provenientes do PNAES, estão relacionadas aos NAEs, aos restaurantes universitários, ao Serviço de Saúde do Corpo Discente - SSCD e às moradias estudantis (ainda em fase de planejamento), à operacionalização dos programas de auxílio/bolsa supracitados e de Bolsas de Iniciação à Gestão – BIG.

Torna-se importante fazer um resgate histórico a respeito das mudanças ocorridas no Programa de Auxílios que foram realizadas pela Comissão de Avaliação PAPE/PBP. No início, os auxílios eram concedidos aos estudantes de graduação por meio de modalidades, ou seja, o estudante recebia um valor definido para uma finalidade específica, quais sejam: o auxílio transporte, o auxílio alimentação, o auxílio moradia e o auxílio creche.

A partir de estudos e aprofundamentos acerca do perfil do estudante, desenvolvidos no âmbito desta Comissão e da PRAE, o Programa de auxílios foi reavaliado. Percebeu-se que a concessão de bolsas por modalidades não contemplava as necessidades dos estudantes da Universidade, limitando-se as margens da avaliação socioeconômica realizada e, por conseguinte, a atuação das assistentes sociais responsáveis pelas análises. Uma proposta de aprimoramento foi elaborada e apresentada ao Conselho de Assuntos Estudantis em 2012²⁸ que aprovou a atribuição dos auxílios pelo perfil de vulnerabilidade dos estudantes verificada pelo Serviço Social durante as análises, por meio da identificação dos perfis socioeconômicos.

²⁷ Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas IFES a estudantes oriundos integralmente do ensino médio público (regulares ou de educação de jovens e adultos). As demais 50% das vagas permanecem em ampla concorrência.

²⁸ Trata-se do documento intitulado “Programa Auxílio Permanência: aprimoramento da metodologia de avaliação socioeconômica e de atribuição de auxílios”, elaborado pela Comissão de Avaliação do Programa de Auxílio Permanência para apresentação na reunião do Conselho de Assuntos Estudantis ocorrida em setembro/2012. Este documento encontra-se na íntegra nos anexos.

Tabela 3: Perfis para atribuição de auxílios

Perfil	Valor do Auxílio Concedido Pape	Valor do Auxílio Concedido PBP	Auxílio Equivalente
Perfil I: extrema vulnerabilidade socioeconômica.	R\$ 746,00	R\$ 773,00 ²⁹	Alimentação, Transporte e Moradia.
Perfil II: alta vulnerabilidade socioeconômica.	R\$ 586,00	R\$ 613,00 ³⁰	Alimentação e Moradia.
Perfil III: média vulnerabilidade socioeconômica.	R\$ 373,00	R\$ 400,00	Alimentação e Transporte; ou Moradia.
Perfil IV: baixa vulnerabilidade socioeconômica.	R\$ 213,00	R\$ 400,00	Alimentação.
Perfil V: situação de vulnerabilidade financeira.	R\$ 160,00	R\$ 400,00	Transporte.

Fonte: Programa de Auxílio Para o Estudante/ UNIFESP

Os valores de auxílios propostos relativos aos graus de vulnerabilidade identificados apresentam como referência a soma das modalidades de auxílios já praticados anteriormente. A justificativa para a utilização destes valores como referência se deve à base inicial de seu cálculo já estabelecida, que preconiza três necessidades básicas previstas pelo PNAES: alimentação, destinado a auxiliar a nutrição básica dos estudantes no período do curso; transporte, destinado a auxiliar no deslocamento do estudante de sua moradia ao *campus*, e moradia, destinado a auxiliar nos custos com moradia provisória do estudante no período da sua graduação. O auxílio denominado “permanência”, instituído a partir desse aprimoramento, tem o mesmo valor do auxílio moradia e seu objetivo é atender a estudantes com alta vulnerabilidade, mas que por residirem no município do *campus* ou em municípios vizinhos (atendidos por transporte público metropolitano), não eram contemplados com a modalidade “moradia”.

²⁹ Valor correspondente à bolsa PBP (R\$ 400,00) acrescida de complementação com a bolsa PAPE de R\$ 373,00.

³⁰ Valor correspondente à bolsa PBP (R\$ 400,00) acrescida de complementação com a bolsa PAPE de R\$ 213,00.

Importante ressaltar que, além das faixas de valores estabelecidos, os estudantes pais/mães contemplados pelo Programa que tenham filhos com até seis anos completos, podem receber o auxílio creche, no valor de R\$120,00 por filho.

Para fins de análise, os programas PAPE e PBP consideram o conceito de vulnerabilidade socioeconômica como sendo “o conjunto de situações que podem comprometer a permanência do(a) estudante na UNIFESP. Tais situações podem abranger ausência ou dificuldade no acesso a bens e serviços públicos básicos e/ou direitos sociais”³¹. Os seguintes indicadores são utilizados para caracterização desta situação de vulnerabilidade socioeconômica: situação de moradia do estudante ou da família; procedência escolar; renda *per capita* do grupo familiar; impacto de doenças graves na organização familiar; situação de trabalho do grupo familiar e do próprio estudante.

Para além desses indicadores básicos, outros critérios para a identificação, verificação e validação de novos indicadores socioeconômicos foram considerados, de modo que essa atribuição pudesse ser mais democrática e equitativa em relação às demandas trazidas pelos estudantes solicitantes.

Como forma de aproximar a análise da realidade de cada estudante, o Programa considerou, além dos indicadores básicos, fatores denominados como “variáveis atenuantes” e “variáveis agravantes”. As variáveis atenuantes são fatores que demonstram algum grau de estabilidade assim como o acesso aos bens e serviços privados do grupo familiar e/ou do estudante. Consideram-se como principais variáveis atenuantes: “[...] estudante já ter concluído curso de graduação anteriormente; o acesso a bens e serviços privados; patrimônio familiar apresentado; segurança/estabilidade de emprego e renda; disponibilidade de aplicações financeiras”³².

As variáveis agravantes estão relacionadas a fatores que acentuam a situação de vulnerabilidade e risco social do estudante. A análise socioeconômica considera as seguintes variáveis, principalmente:

Participação em programas de transferência de renda governamentais; residência familiar localizada em área irregular ou de risco; acúmulo de despesas com moradia do grupo familiar e moradia provisória do estudante; insegurança de renda e/ou desemprego do provedor financeiro da família; estudante provedor financeiro do grupo familiar; fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (UNIFESP, 2012, p. 7).

³¹ Informações disponíveis na página: <http://www.unifesp.br/reitoria/prae/programas/programas/pape>.

³² Ver documento na íntegra nos anexos.

A Comissão entende que na perspectiva da concessão de auxílios por perfil é possível contemplar não só um maior número de estudantes pelos programas em questão, mas garantir que o princípio da equidade seja preservado e qualificado. Isso porque a metodologia de análise apresentada prima pela concepção de que a renda *per capita*, embora responda a critérios econômicos, por si só não contempla as adversidades e vicissitudes a que estão sujeitas as famílias de origem dos estudantes das camadas populares que passaram a acessar a universidade pública pós-processo de reestruturação e expansão.

Há que se destacar, ainda, que a constituição da Comissão de Avaliação e Estudos implementada no âmbito institucional permite um aprimoramento constante de critérios de elegibilidade e de variáveis que definem os contextos de vulnerabilidade, de modo a acompanhar as mudanças de perfil dos estudantes que se pretende atender via programas de auxílio estudantil.

Por outro lado, novos desafios estão sendo colocados à política de assistência estudantil. Do ponto de vista da permanência material, os programas dependem de recursos orçamentários suficientes para sua manutenção, cada vez mais escassos devido às implicações da contrarreforma e de retrocessos nos investimentos em educação no Brasil. Do ponto de vista da permanência acadêmica, a ampliação das possibilidades de acesso às universidades federais via Lei de Cotas Sociais a estudantes egressos de escola pública, provenientes da estrutura deficitária do ensino básico, exige acompanhamento e adaptação do corpo docente e de toda a comunidade acadêmica para esta realidade. Há de se considerar que as questões presentes de modo particular (com relação à situação financeira familiar, por muitas vezes, incompatível com as exigências materiais impostas à manutenção estudantil no âmbito acadêmico), devem ser compreendidas em um contexto macrosocietário de crise e redução de direitos e não de culpabilização dos estudantes e de suas famílias.

2.2 Direito à permanência

Nesta seção serão abordados a educação como direito, assim como a permanência estudantil, as quais demandam medidas governamentais para sua manutenção. O conceito de vulnerabilidade também será explorado aqui.

A educação é compreendida, a partir do período de transição democrática (resultado de lutas e conquistas sociais), como direito de todos e dever do Estado (artigo n. 205 da CF 1988), além de ser concebida no rol dos Direitos Humanos, em 1948 e reiterada em Viena – Declaração de 1993 (KOWALSKI, 2012, p. 133). Desse modo passa a ser

considerada como direito social garantido pelo Estado, que tem a responsabilidade de prover a educação para todos.

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) em 1996 e o Plano Nacional da Educação (PNE) em 2001, a educação básica e superior passaram a serem concebidas como bens e, garantir seu acesso, passou a ser papel do Estado que, por meio de criação de medidas e políticas sociais, tem a finalidade de garantir este direito (KOWALSKI, 2012, p. 136).

Diferente da educação básica, que é universal, a educação superior não tem este caráter. Em virtude de escolhas pessoais e profissionais, nem todos os brasileiros cursam o ensino superior. Porém, todos(as) que têm interesse em realizar um curso de formação superior devem ter livre acesso à universidade pública, e muitas vezes não é isso que se observa nas universidades brasileiras. O principal critério para acesso às universidades é a aferição do conhecimento individual dos candidatos, por meio do vestibular. Este proporciona o ingresso dos estudantes, mas a permanência é facultada às universidades por meio de políticas públicas para este fim.

Em seu estudo, Aline Kowalski (2012) buscou investigar de que modo a política educacional de Assistência Estudantil se efetivou na garantia de direitos aos alunos que ingressaram nas instituições de ensino superior. Realizou pesquisa qualitativa com uso de grupos focais e análise documental e verificou que as medidas políticas adotadas pelos governantes nas últimas décadas (anos 1990 a 2000) incidiram a contrarreforma universitária, que tornou as políticas sociais e educacionais retraídas (com redução de gastos), flexibilizadas e competitivas (aos moldes das tendências mercadológicas).

A partir da implantação do PNAES em 2010, houve a regulamentação das ações de apoio à permanência e a conclusão de curso de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Estabeleceu-se, em seu artigo nº 3, § 1º, que as ações deveriam ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

[...] moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

Os objetivos do Programa foram:

[...] democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na

permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Determina ainda que o público-alvo prioritário para as ações seriam os estudantes oriundos da rede pública ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Concedeu às IFES autonomia para a gestão dos recursos, possibilitando às instituições implantarem ações, definirem critérios de seleção dos estudantes e efetivarem a política.

Em nosso país, o número de jovens que acessam o ensino superior é aquém do esperado para esta faixa etária e as ações de inclusão adotadas pelo Estado, apesar de aumentarem o número de jovens ingressantes nas IFES, permanecem insuficientes para reverter o processo de marginalização e negação do direito à educação, especialmente entre os jovens em situação de exclusão e vulnerabilidade social (KOWALSKI, 2012, p. 137).

Outro dado importante é a constatação de que os jovens que acessam a universidade são, em sua maioria, brancos e ricos. Esta é uma realidade na UNIFESP (da dado presente nas pesquisas de perfil apresentadas neste estudo) e nas outras universidades brasileiras, conforme pesquisa do IBGE³³.

Neste sentido, o principal objetivo dos programas de permanência estudantil é garantir que estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, sejam eles pertencentes a grupos sociais desfavorecidos ou com baixa renda familiar, permaneçam e concluam os cursos aos quais estão matriculados, atendendo às suas necessidades básicas e proporcionando inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida.

O conceito de vulnerabilidade aqui apontado pode ser compreendido como:

[...] a situação em que um conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um determinado grupo social revelam-se insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais [...] (ABRAMOVAY; CASTRO; PINHEIRO et al, 2002, p. 30).

Anna Carolina Assis *et al.* (2013, p. 130) discutem e analisam as políticas de assistência estudantil praticadas pelas IFES, a partir das trajetórias do PNAES e FONAPRACE. Realizaram uma pesquisa qualitativa com 11 IFES que adotaram programas

³³ LISBOA, V. Número de estudantes no ensino superior aumenta; maioria ainda é branca e rica. Rio de Janeiro, dez. 2015. Seção Geral. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/ensino-superior-avanca-25-pontos-percentuais-entre-jovens-estudantes-em-10>. Acesso em: 19 fev. 2017.

mais abrangentes que a concessão de auxílios para a manutenção básica dos estudantes. Afirmaram que:

Ao conceder o acesso a camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis torna-se crucial o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência desses alunos nas IFES, destacando-se também a importância da articulação assistência com ensino e pesquisa, como propõe o PNAES.

Os autores destacaram que, ao reduzir a política de assistência estudantil a um caráter limitado de combate à pobreza, com a função específica de atender às necessidades básicas dos discentes, ela torna-se descaracterizada enquanto direito social e reduzida à “caridade institucionalizada” (ASSIS *et al.*, 2013, p. 132). Este fenômeno, conhecido como “bolsificação” da assistência estudantil, pode ser definido como a destinação de recursos para atender a demandas básicas de sobrevivência dos estudantes, tais como moradia e alimentação em detrimento de uma atenção a questões culturais e simbólicas além, de necessidades muitas vezes não expressas diretamente pelos estudantes mas presentes no cotidiano destes nas IFES.

Torna-se necessário compreender, a partir do enfoque da vulnerabilidade, a busca pela equidade no acesso e permanência no ensino superior, considerando que este conceito de equidade se relaciona à renúncia da ideia de que somos todos iguais e com as mesmas condições de usufruir dos direitos sociais. O reconhecimento das diferenças sugere estratégias para se alcançar a “igualdade fundamental”, igualdade esta compreendida então como uma “construção social” (LÓPEZ, 2005, p. 68 apud COSTA, 2010, p. 86).

O conceito de vulnerabilidade social é amplo e relativamente novo. Pode ser entendido como um processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de grupos sociais e conseqüente diminuição de sua capacidade de reação às adversidades, devido a situações de extrema pobreza, privação de recursos mínimos para sua sobrevivência, fragilização de vínculos afetivos e/ou relacionais de pertencimento social e territorial, entre outras condições sociais (CAVALHEIRO, 2013, p. 60).

Todas estas características estão presentes no ambiente universitário pois, como já foi dito, há uma predominância de um grupo social específico nestes ambientes – brancos e ricos, o que torna os grupos sociais mais desfavorecidos minorias nestes espaços, ou seja, vulneráveis em relação à sua permanência.

Para Simone Monteiro (2011, p. 34), que estudou sobre a vulnerabilidade social de jovens em Porto Alegre – RS, o conceito de vulnerabilidade social é construído socialmente, como produto das transformações societárias, a partir de condicionantes

históricos. Estas transformações ocasionam mudanças na esfera privada, acentuando fragilidades e contradições. Para esta autora, compreender a vulnerabilidade implica em compreender a relação dialética entre externo (contexto de referência) e interno (características básicas dos indivíduos, lugares ou comunidades).

Segundo Monteiro (2011, p. 35),

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos.

O fortalecimento dos sujeitos para possibilitar o acesso aos bens, serviços e direitos sociais pode diminuir a condição de vulnerabilidade social em que se encontram. As políticas sociais, aqui especificamente *a política de assistência estudantil*, caracterizam-se como instrumentos de garantia de direitos, emancipação e autonomia, ao possibilitarem o acesso ao ensino superior jovens em condições de vulnerabilidade social (MONTEIRO, 2011, p. 35).

Para que os estudantes beneficiários dos programas sejam compreendidos enquanto pessoas em situação de vulnerabilidade e para que as ações permitam o atendimento equitativo de suas demandas, tais como famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, identidades étnicas, culturais ou sexuais estigmatizadas, extrema pobreza e uso abusivo de substâncias psicoativas, torna-se imprescindível descrever o perfil do estudante e conhecer suas demandas, de modo a organizar as ações em vista de um perfil delimitado e reconhecido.

O conceito de vulnerabilidade social é também vinculado ao conceito de risco social. Castel (2005, p. 61 *apud* NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 72-73), afirma que o risco é algo previsível. Suas chances de ocorrência, custos e prejuízos podem ser verificados previamente. Desta forma, é possível identificar os riscos a que estão expostos os grupos sociais em determinado território, de modo a organizar serviços e programas que previnam sua instalação ou promovam uma atenuação dos agravos ou sequelas individuais e sociais. Neste particular, o instrumento da pesquisa de perfil, entre outras avaliações, pode contribuir para a articulação entre políticas de acesso e permanência estudantil.

Vulnerabilidade social e risco relacionam-se com as políticas sociais na medida em que estas podem fortalecer a capacidade de resposta das famílias e seus membros,

contribuindo para a redução do grau de vulnerabilidade dos indivíduos (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 74).

Há de se compreender, entretanto, que o conceito de vulnerabilidade social pode também ser interpretado de maneira a comprometer a garantia de direitos, na medida em que for ser direcionado por uma lógica dominante e hegemônica de manutenção do *status quo*, onde o Estado mantém minimamente os indivíduos, sem democratizar a riqueza socialmente construída pelo conjunto dos trabalhadores (MONTEIRO, 2011, p. 38), inclusive dificultando o repasse de recursos orçamentários para o custeio da assistência estudantil, por exemplo.

Um desafio que se coloca para a efetivação do direito social à permanência estudantil é o conceito de território, tal como estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Este documento, que embasa as ações da referida política, além de estabelecer normas e critérios para a gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, destaca a dimensão territorial como *lócus* de vivência comunitária, alvo das ações de proteção social básica, de vigilância social e de defesa social e institucional, com prioridade de atenção na matricialidade sociofamiliar (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 74-75).

Este desafio está tanto na natureza das IFES, qual seja, a de receber estudantes de diversas regiões do país, o que dificulta o acesso físico dos profissionais da instituição às realidades vivenciadas por seu grupo familiar de referência, quanto na estrutura dos programas de permanência, que, por receberem recursos diretamente da União para a manutenção de seus programas, não possibilitam uma aproximação com a realidade dos municípios aos quais estão instalados, ocasionando um distanciamento com as políticas de assistência social locais. As políticas de permanência pouco se relacionam com esta perspectiva, desconsiderando que o estudante está, no período de sua graduação, em um outro território, e que se encontra, por vezes, desprotegido socialmente. As construções de redes de atendimento são realizadas de modo pontual por meio de iniciativas dos profissionais dos NAEs com os municípios, muitas das vezes mediadas pelas direções de *campus* e PRAE.

Cabe ressaltar que as Universidades são formadas pelo “tripé” da educação superior, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta última preconiza ampliar o acesso da universidade à sociedade e às políticas públicas. Este estudo não tem a pretensão de abordar este tema, fundamental na atuação das Universidades brasileiras.

2.3 Trabalho do assistente social

Nesta seção, será abordado o trabalho profissional do assistente social, com enfoque particular na sua vinculação com a tradição marxista e ao campo das políticas sociais. Antes, será feita uma breve consideração sobre a concepção de “trabalho” na perspectiva em que esta pesquisa está pautada.

Segundo Marilda Iamamoto (2014, p. 349. Grifos da autora) “*o trabalho é atividade racional orientada para um fim, à produção de valores de uso, a apropriação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas.*” O homem³⁴ constrói e modifica a natureza por sua ação para satisfazer suas necessidades. O trabalho concreto é “*condição de vida humana*”, atividade existencial do homem, pessoa livre e consciente.

Os indivíduos afirmam-se como seres criadores por meio do trabalho. São reconhecidos como seres pensantes, que agem consciente e racionalmente, em virtude de ser uma atividade prático-concreta. Por meio do trabalho o homem transforma-se, e esta transformação ocorre no sentido material (por meio da produção de objetos) e no sentido subjetivo (com a criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas) (IAMAMOTO, 2014, p. 350-351).

Neste sentido, a autora afirma que os indivíduos buscam respostas aos seus “carecimentos” e os transformam em perguntas, cujas respostas enriquecem suas próprias atividades. Este movimento corresponde ao desenvolvimento do trabalho, atividade programática e de realização, que tem como produto sua objetivação. Novas necessidades são criadas e objetivadas a partir das múltiplas faculdades destes indivíduos, seus sentimentos, curiosidades, aspirações e o conhecimento prático cotidiano. “*O trabalho [...], objetivação de forças essenciais humanas (faculdades e necessidades), cria, pois, a possibilidade permanente de evolução humana: a própria história.*” (IAMAMOTO, 2014, p. 351).

Sendo o trabalho inseparável do conhecimento e de formas de pensar a vida cotidiana, o ser que trabalha constrói, por meio de sua atividade, maneiras de se relacionar, apropriando-se das circunstâncias existentes com intencionalidade para que os fins de sua atividade cumpram funções sociais, adquirindo assim valor de uso (IAMAMOTO, 2014, p. 352).

³⁴ O termo “homem” está presente neste trecho por remeter à categoria de *ser social* utilizada por Marx. Não pretende conflitar com as perspectivas relacionadas a questão de gênero, mas sim compreende a natureza humana e sua relação com o capitalismo em seus escritos.

O Serviço Social utiliza as contribuições de Marx como investimento teórico, considerando a categoria trabalho como central para compreender seu fazer profissional, as transformações que ocorrem na divisão social e técnica do trabalho e as implicações da lógica do capital neste contexto.

O trabalho torna-se cada vez mais social a partir de sua divisão, o que permite um aprofundamento da dimensão da universalidade do homem com um ser histórico e social. Porém, soma-se à divisão do trabalho a propriedade privada, gerando uma repartição desigual do trabalho e de seus produtos, onde os indivíduos que produzem não são capazes de se apropriar de suas objetivações (IAMAMOTO, 2014, p. 353).

A respeito disso, a autora explica

[...] A divisão do trabalho traz em seu seio a contradição entre o interesse do indivíduo singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos, fazendo com que este último adquira formas independentes, fixadas num poder objetivo superior aos indivíduos e separadas dos seus interesses reais, particulares e gerais. Nesse sentido, o interesse coletivo aparece como ‘comunidade ilusória’ expressa no Estado, no dinheiro, na religião, ainda que sobre a base concreta dos laços existentes entre os homens, encobrindo as lutas efetivas entre as diferentes classes. (IAMAMOTO, 2014, p. 353 *apud* MARX; ENGELS, 1977, p. 28-29)

O trabalho é essencialmente uma atividade coletiva. Até mesmo o ato individual do trabalho é essencialmente histórico-social, possível apenas a partir de uma atividade coletiva, ainda que realizada pelas gerações passadas (IAMAMOTO, 2014, p. 353). A autora cita o “*caráter social do trabalho*”, que se expressa na afirmação de que o homem e a mulher só podem realizar seu trabalho por meio da relação com os outros. Para ela, o homem torna-se homem e se identifica como tal ao incorporar em sua vida e sua atividade formas de comportamento e ideias criadas por gerações anteriores (produto histórico-social).

O debate profissional acerca da categoria trabalho abrange diferentes posicionamentos, que serão aprofundados no item 5.2 deste estudo. A questão da autonomia profissional, que envolve este debate, é determinante para o exercício profissional, que integra o trabalho coletivo em diferentes espaços sócio ocupacionais e multiprofissionais.

Após a breve exposição sobre o conceito de trabalho a ser considerado nesta pesquisa, será abordada a dimensão do exercício profissional, amparada na concepção sobre a profissão desenvolvida por Marilda V. Iamamoto (2014, 2009, 2006 e 2004).

Para Marilda Iamamoto, analisar o trabalho do assistente social como concreto e ao mesmo tempo abstrato requer a realização de análises específicas das condições e das

relações sociais em que ele ocorre (IAMAMOTO, 2014, p. 430). Relações sociais estas que interferem diretamente no exercício profissional.

A reflexão sobre a ação profissional possibilita a identificação de determinações que estruturam o trabalho na sociedade capitalista, bem como a sua mediação na esfera dos serviços. Por se tratar de uma profissão liberal, regulamentada por estatutos legais e éticos, o profissional dispõe de relativa autonomia na condução de seu exercício profissional; porém, pela condição de trabalhador assalariado, esta relação social é mediada pelo mercado de trabalho que a regula por um contrato de trabalho, que “[...] impregna *o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores [...]*”, expressando-se de modo particular no âmbito deste exercício profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 215. Grifos da autora).

As ações profissionais sofrem as determinações do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil, tais como os demais trabalhadores. Algumas destas determinações sociais presentes no trabalho profissional podem ser identificadas como a precarização, a subcontratação, metas de produtividade, a condição de assalariado. O estado, na medida em que se constitui como o maior empregador de assistentes sociais, que executa também a função de operacionalizar as políticas públicas, influenciando ainda mais na atuação profissional dos assistentes sociais.

A respeito da condição de trabalhador assalariado, Iamamoto (2014, p. 415) esclarece que

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma ‘profissão liberal’ na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras.

É necessário considerar as particularidades, vinculadas à inter-relação entre o projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado, para uma análise mais aprofundada do trabalho do assistente social. Estas particularidades remetem a essa relativa autonomia, onde o profissional, vinculado ao exercício profissional pautado em seu projeto ético-político, encontra-se na condição de trabalhador assalariado. Cabe ressaltar a natureza qualitativa desta profissão que, inscrita predominantemente no terreno político e ideológico,

supõe a realização de programas, projetos e diversos atendimentos previstos pelas políticas institucionais aos quais se vincula. (IAMAMOTO, 2009, p. 7-8).

Quanto aos distintos projetos políticos institucionais que apontam estratégias para responder à questão social,³⁵ Yamamoto (2014, p. 196-197) reporta ao tensionamento “[...] *entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais*”, o que traz implicações nas condições de trabalho do assistente social.

Segundo a autora, o primeiro projeto trata da defesa dos direitos, na perspectiva do avanço da democracia e na defesa da cidadania e da igualdade. Para tanto, requer que o Estado seja o condutor das políticas públicas, protagonista na descentralização do poder e no impulso ao processo de democratização das políticas sociais, englobando o controle social na gestão e ocupação dos espaços públicos.

A segunda proposta entra em conflito com esta primeira, na medida em que traz uma inspiração neoliberal, preconizando os ajustes indicados por organismos internacionais, materializando-se a partir da reestruturação do Estado, ocorrida nos anos 1990. Esse projeto provoca a subordinação dos direitos sociais e da política social à lógicas econômicas, ferindo preceitos constitucionais. Nesta lógica, “[...] *considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento [...]*” (IAMAMOTO, 2014, p. 197).

A partir dos anos 1980, uma nova face é construída para o Serviço Social brasileiro, diferente de suas origens patronais e conservadoras. Tanto a produção teórica quanto o exercício profissional ampliam suas bases de legitimidade para incorporar interesses e necessidades dos segmentos populacionais subalternizados, alvos de seu exercício profissional. A vinculação com a tradição marxista é assumida pela profissão e o percurso é demarcado pelas lutas de trabalhadores pelo processo de democratização brasileiro e pela conquista do Estado de Direito (IAMAMOTO, 2014, p. 212).

Um projeto profissional suscita uma identidade coletiva, que surge em meio a interesses contraditórios. Por se desenvolver em meio a contradições, tal propósito torna-se também político. Nesta dinâmica estão os projetos societários por serem transformadores ou conservadores e de maior abrangência. O projeto ético-político do Serviço Social está

³⁵ Marilda Yamamoto aponta a definição de questão social como expressão das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, acentuadas a partir do retraimento do Estado em suas ações. Estas desigualdades são agravadas por disparidades de gênero, características étnico-raciais e regionais, que limitam o acesso aos bens e a riqueza social a segmentos da sociedade civil. Destaca que neste “terreno de disputas” é que trabalham os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 160).

vinculado a uma proposta mais ampla de transformação da sociedade. A própria exigência política da intervenção profissional sugere esta vinculação (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 4-5).

O projeto profissional do assistente social coloca alguns princípios que norteiam o exercício profissional, tais como: liberdade, igualdade, autonomia, defesa dos direitos sociais e humanos, justiça social, entre outros, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. A materialização deste projeto ético-político ocorre a partir da intervenção profissional, por meio de uma compreensão crítica da realidade e de suas condições sociais.

Segundo Teixeira e Braz (2009, p. 7-8), os elementos do projeto ético-político materializam-se no processo sócio-histórico da profissão, e podem ser sistematizados conforme segue:

- A explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- A matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- A crítica radical à ordem social vigente (sociedade do capital), que reproduz a miséria ao mesmo tempo em que ostenta uma produção monumental de riquezas;
- As lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria por meio de sua organização política aliada a setores progressistas da sociedade brasileira.

O projeto ético-político da profissão tem como fundamento importante a teoria marxista, que inclusive destaca o reconhecimento da questão social como objeto de trabalho do assistente social. O Serviço Social é requisitado a atuar sobre as sequelas criadas pelas desigualdades e pela exploração da força de trabalho, o que permite que contingentes populacionais estejam à margem dos “processos civilizatórios”. O fazer profissional do assistente social ocorre a partir das consequências de um modelo de acumulação que se concretiza na desigualdade percebida na pobreza, no adoecimento, na violência, no abandono, no sofrimento mental, entre tantas outras facetas (LESSA, 2013, p. 115).

Segundo Yazbek (2014, p. 678), vivemos em um tempo de mudanças aceleradas em diferentes dimensões da vida social, marcada por uma nova sociabilidade e uma nova política. As transformações que ocorrem no modo de produção e no mundo do trabalho, incluindo as políticas sociais, que se tornam cada vez mais focalizadas e condicionadas, repercutem diretamente no trabalho do assistente social. A prática profissional, imbricada por uma relação contraditória de disputas políticas na esfera pública e nas lutas sociais, demonstra seus efeitos nas relações sociais, caracterizado pela fragmentação da vida social, desde a produção, a dispersão do trabalho e a eliminação dos referenciais que orientavam a identidade de classes e suas lutas.

O trabalho profissional é polarizado pela trama das relações sociais e seus interesses vigentes na sociedade. Marilda Yamamoto (2006, p. 11) sugere que “[...] o exercício profissional participa de um movimento que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria possibilidades de sua transformação”. A presença de “forças sociais e políticas reais” permite que a categoria estabeleça estratégias político-profissionais que reforcem os interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2006, p. 11).

O campo de trabalho da educação tem despertado os interesses da economia globalizada. O acesso e a qualidade da educação são perpassados pela condição de classe do educando e pela estrutura para oferta deste serviço público. Se suas condições de vida e de trabalho são precárias, aliadas à insuficiente estrutura educacional pública, suas possibilidades de aprendizagem tornam-se fragilizadas (LESSA, 2013, p. 110). Não se constata, na maioria das vezes, a valorização plena do conhecimento e da educação.

Frente à abertura de um campo de trabalho para o assistente social nas universidades, particularmente junto aos programas de auxílio permanência, torna-se necessário aprofundar os conhecimentos acerca desta política, frente às diversas expressões da questão social presentes no campo educacional (LESSA, 2013, p. 114). É imprescindível aprofundar a reflexão sobre a população usuária, suas condições de vida e participação política, reconhecendo as possibilidades de resistência ao processo de fragilização da educação, pensando a mesma em acordo com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social que são a justiça, o direito, a igualdade, a não discriminação, o respeito à pluralidade e o diálogo com outras categorias (LESSA, 2013, p. 125).

Em seu estudo, Marta von Dentz e Roberto Silva (2015) realizaram um resgate histórico das interfaces de origem das áreas da Educação e do Serviço Social e perceberam como foi se estabelecendo a articulação entre as duas áreas. As desigualdades demarcam historicamente tanto as políticas de escolarização quanto a institucionalização da profissão no âmbito da divisão social do trabalho, o que torna emergente um diálogo entre as duas áreas.

De acordo com os autores, a aproximação entre essas áreas ocorre desde os primórdios da profissão de Serviço Social, sendo que os assistentes sociais atuantes na educação tinham como objetivo “preparar” socialmente os indivíduos, tornando-os cidadãos “produtivos e úteis para o capital”, numa perspectiva conservadora (DENTZ; SILVA, 2015, p. 19).

A grande proximidade entre as duas áreas torna-se evidente em questões como a proteção social, vulnerabilidade e riscos sociais, programas e benefícios sociais. O processo

“*contraditório*” de ampliação dos direitos sociais ocorrido com a Constituição de 1988 suscitou uma gama de políticas públicas que perpassam e aproximam ainda mais as duas áreas. Para os autores, o trabalho realizado pelos assistentes sociais, em sua dimensão socioeducativa, pode fortalecer as redes de sociabilidade e acesso a serviços sociais, de modo que possibilitam o reconhecimento e a aplicação dos direitos dos estudantes, compreendidos como sujeitos sociais (DENTZ; SILVA, 2015, p. 25).

Para eles, há a necessidade de se compreender a educação como uma política social que visa a garantir direitos sociais. O conceito de educação deve ser reavaliado enquanto perspectiva da produção social e do papel que a escola assume na sociedade (DENTZ; SILVA, 2015, p. 26).

Diante das considerações sobre o trabalho do assistente social, a partir de uma perspectiva crítica, de seu projeto ético-político e de modo particular sua proximidade com a área da Educação, será destacado no próximo ítem a vinculação teórica com o pensamento marxista, presente no Serviço Social desde sua renovação³⁶.

2.4 Referencial teórico

Em seu estudo, Zacarias (2013, p. 64) afirma a importância do pensamento marxista para a construção do projeto profissional do Serviço Social na atualidade, na designação de valores éticos, diretrizes e na centralidade da categoria trabalho na profissão, bem como no reconhecimento da questão social como objeto de trabalho profissional.

De acordo com essa autora, à luz da teoria marxista é possível compreender que o assistente social realiza suas atividades por meio do trabalho na sociedade capitalista. Ele intervém sobre a questão social (objeto de trabalho) que se expressa de diferentes formas nos diferentes campos profissionais de atuação e está sujeito ao processo de alienação, como os da mesma classe (ZACARIAS, 2013, p. 64).

A inserção desse pensamento no Serviço Social brasileiro ocorre em dois momentos. No primeiro, que vai de 1970 ao final de 1980, perpassou a crise da ditadura e a sua derrota, bem como assistiu o surgimento dos movimentos democráticos e populares. No

³⁶ Netto (2004, p. 128-129) descreve esta ação a partir da ruptura com a *homogeneidade* e conservadorismo que vigoravam na profissão até meados dos anos 1960. Esta ruptura teve raízes na laicização da profissão sobre a autocracia burguesa, laicização esta constituída pela diferenciação da categoria e pela disputa pela hegemonia do processo profissional em todos os âmbitos. Em suas palavras, “[...] ao *refuncionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros por ela responsáveis [...]*”, foram instauradas as condições para uma renovação do Serviço Social.

segundo momento, a pressão do “*neoconservadorismo pós-moderno*” envolveu as ciências sociais, emergindo a adoção de “*novos paradigmas*”³⁷ (NETTO, 2009, p. 693). De qualquer forma, a inserção do pensamento de Marx contribuiu para o Serviço Social brasileiro e constituiu-se a partir daí uma nova geração de pesquisadores e profissionais pautados nestas concepções.

Segundo Yazbek (2009, p. 150-151) a partir dos anos 1980, a teoria social marxista inicia sua interlocução com o Serviço Social. A matriz teórico-metodológica desta teoria apreende o ser social a partir de mediações, onde as relações sociais são intermediadas por situações que revelam/ocultam as relações sociais imediatas, de modo dialético e contraditório.

A partir daí este referencial imprime direcionamento ao pensamento do Serviço Social no país, desde a formação, eventos acadêmicos e associativos passando pela regulamentação legal do exercício profissional e de seu Código de Ética. Busca a ruptura com o conservadorismo, avançar na produção de conhecimentos e apropriar-se do pensamento gramsciano a respeito do Estado, sociedade civil e em Lukács a respeito da ontologia do ser social fundada no trabalho, entre outros pensadores contemporâneos (YAZBEK, 2009, p. 151).

De acordo com Carvalho (2012, p. 91), a aproximação do Serviço Social com o pensamento marxista trouxe várias contribuições. Entre elas a concepção do surgimento da profissão e seu desenvolvimento a partir da divisão social e técnica do trabalho (que neste estudo é destacada por Marilda Iamamoto, entre outros), a produção teórica pautada nos processos de análise da realidade brasileira (como as contribuições de outras/outras pesquisadoras(es) com seus estudos, tais como Juliana Cislighi, Clara Nascimento, Aline Kowalski entre outras/os), o enfrentamento da questão social a partir da dinâmica das classes sociais e da função de Estado na formulação das políticas sociais (destacados na abordagem de Elaine Behring, Aldaísa Sposati, Yolanda Guerra e outras/os) (CARVALHO, 2012, p. 91).

Nesta pesquisa, em particular, a teoria social crítica marxista possibilitou a compreensão de como as relações de fato se dão no cotidiano do trabalho, ou seja, permeadas por contradições e mediações. O processo histórico de trabalho da equipe de assistentes

³⁷ Segundo Netto a esquerda sofreu históricas derrotas políticas no último terço do século XX. O autor atribui estas derrotas à debilidade teórica e à relação de forças com a direita e o conservantismo. Afirma que a pesquisa e a investigação da realidade não devem ser deixadas de lado, e que o essencial permanece, ou seja, o método elaborado por Marx – a crítica da ordem social comandada pelo capital. Entrevista realizada em 25/06/2016, disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=62:revista-novos-temas-entrevista-jose-paulo-netto Acesso em 06/01/2017.

sociais destacado neste estudo pode ser analisado em suas particularidades, no contexto da realidade que o envolve, em suas dinâmicas e possibilidades, dando-se a conhecer.

Por meio de uma análise crítica da realidade, os assistentes sociais possibilitam não apenas o acesso a serviços sociais, mas contribuem para a construção da autonomia dos sujeitos, a partir da reflexão acerca da cidadania e direitos sociais. Desta forma, a reflexão por meio da teoria aqui destacada auxilia no trabalho destes profissionais, na medida em que desvela as contradições a que os indivíduos estão sujeitos, o que interfere nas relações sociais.

III PROPOSIÇÃO

Diante do exposto, denota-se uma preocupação em investigar a forma como a assistência estudantil foi concebida na UNIFESP, em especial os programas de auxílio/bolsas para estudantes, analisando as ações desenvolvidas e possibilitando novas perspectivas de intervenção, considerando o perfil do estudante e o trabalho das assistentes sociais envolvidas nesta atividade.

A partir do aprofundamento sobre as expressões *assistência estudantil* (que nesta Universidade traz uma característica importante de construção democrática), *direito à permanência* (considerando a importância da garantia desse direito social, em relação ao projeto neoliberal de contrarreforma que avança sobre a educação brasileira) e *trabalho profissional do assistente social* (fundamentado na perspectiva teórica crítica) serão investigadas quais ações são realizadas pelas assistentes sociais que operacionalizam os programas e quais respostas podem ser dadas às novas demandas advindas dos novos perfis de estudantes matriculados nesta Universidade.

IV MÉTODO

A presente pesquisa se estrutura no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, tal como concebido pela teoria marxista. Este referencial pretende analisar a sociedade burguesa “*alicerçada no modo de produção capitalista e busca descobrir sua estrutura e dinâmica por meio de procedimentos analíticos*” (SILVA, 2013, p. 70).

Netto (2009, p. 690-691) esclarece que três categorias são nucleares na concepção teórico-metodológica de Marx. Na articulação entre elas – totalidade, contradição e mediação, Marx fundamenta a perspectiva metodológica que sustenta seu arcabouço teórico. Para o autor, a totalidade concreta é a sociedade burguesa, de máxima complexidade, constituídas por totalidades de menor complexidade. O movimento dinâmico desta sociedade resulta no caráter contraditório destas totalidades, que sem contradição seriam “*totalidades inertes*”. Já as relações entre os processos que ocorrem nas totalidades constitutivas em sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva são mediadas, sobretudo pela estrutura peculiar de cada totalidade.

Segundo Netto (2009, p.685), Marx compreende a realidade concreta como sendo a síntese de muitas determinações, a “*unidade do diverso*”. O conhecimento teórico é o conhecimento do concreto, constitutivo da realidade, que não está posto imediatamente ao pensamento: “*deve ser reproduzido por este e só a ‘viagem de modo inverso’ permite esta reprodução*”. Qualifica este método como uma elevação do abstrato ao concreto, sendo este o “*único modo em que o cérebro pensante se apropria do mundo*”.

Nas palavras de Netto (2009, p. 685):

Ora, o objetivo da pesquisa marxiana é, expressamente, conhecer “as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa”. E o que são “categorias”, das quais Marx cita inúmeras (trabalho, valor, capital etc.)? As categorias, diz ele, “*exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada*” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias *reflexivas*).

O método construído por Marx possibilita o tratamento crítico-analítico da contemporaneidade, a “*reprodução ideal do seu movimento real*”. Para operar esta reprodução, indica que “*é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os*

procedimentos do pesquisador” (NETTO, 2009, p. 689). A ênfase neste método é dada à dimensão histórica dos processos sociais.

O reconhecimento das categorias teóricas de Marx permite a compreensão das complexas relações da realidade onde se situa o trabalho profissional do assistente social. Por exprimirem formas de existência e simples aspectos dessa sociedade (CARVALHO, 2012, p. 23), este reconhecimento contribui para compreender as relações entre o trabalho realizado, bem como o desvelamento de novas possibilidades de intervenção a partir de novas demandas postas pelo real.

De acordo com Faleiros (1997, p. 68):

O método é a consciência da manifestação do desenvolvimento de um conteúdo, da manifestação da realidade segundo seu movimento próprio, suas contradições, seus impulsos internos, seus nexos interiores. O método não é, portanto, uma série de regras, nem o nexos ideal estabelecido entre variáveis isoladas por um sujeito observador. É pela prática científica que se forma o método.

Os fenômenos não se revelam de imediato. Para sua compreensão, deve-se situá-los em uma perspectiva histórica, quando se compreende a realidade como movimento que se transforma a partir de suas contradições internas e externas e numa perspectiva da totalidade e onde os fenômenos são compreendidos a partir da contradição geral em relações dialéticas (FALEIROS, 1997, p. 69).

O processo de conhecimento proposto pela teoria marxista considera o período, as relações de dominação, de exploração e a história para explicar os fenômenos, por meio da mediação técnica do conhecimento como instrumento, que busca sistematizar, em determinado movimento, as relações sociais. Essa construção teórica se faz por meio de uma prática teórica, num movimento histórico e dialético.

A partir da compreensão de que o objeto de trabalho do Serviço Social deve ser construído teórica e praticamente, a reflexão sobre seus instrumentos e mediações deve ser situada nas relações de poder e saber, estruturadas nas instituições e nas políticas sociais do Estado capitalista (FALEIROS, 1997, p.73).

A respeito da dialética marxista, Quiroga (1991, p. 75) esclarece que “*a consciência é produto do ser social e que, a partir desta consciência, o homem intervém e modifica a realidade, que gerou a própria consciência*”. Neste sentido, o conhecimento da realidade não é apenas um reflexo da realidade do pensamento, mas sim a realidade elaborada por seu conhecimento acumulado. Portanto, uma síntese desta relação entre pensamento e realidade é gerada deste processo, superior a uma transição meramente “*mecânica*”.

Em acordo com Tonet (2013, p. 9), o sentido de uma teoria social crítica é a intervenção, a partir da compreensão dos fenômenos com parte de uma realidade histórica e social, de modo a modificar os fundamentos da ordem social e construir uma outra forma de sociabilidade humana.

A partir da adoção, pela profissão, do referencial teórico-metodológico proveniente da tradição marxista, o campo da pesquisa tem se expandido, em consonância com a dimensão investigativa e interventiva da formação profissional, trazendo um “*estatuto de maioria intelectual para a profissão*” (GUERRA, 2009, p. 702).

Yolanda Guerra (2009) apresenta algumas importantes reflexões acerca da importância da produção de conhecimento para o Serviço Social, que, segundo a autora, torna-se “*um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, como condição do exercício profissional competente e qualificado*” (GUERRA, 2009, p. 703).

A necessidade de atuação na realidade leva ao conhecimento da própria realidade. Assim, a pesquisa situa-se como mediação entre o conhecimento e os fatos, que se apresentam como campo para a intervenção. Conforme Guerra (2009, p. 705), “*compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo*”.

O conhecimento pode ser apropriado de diversas formas. A mais elementar é por meio do espírito prático, proveniente do cotidiano, do entendimento empírico do real. O conhecimento teórico apresenta-se como uma outra forma de apropriação do mundo, visando captar e reproduzir o real por meio do pensamento, do aprofundamento sistemático das ações, como o objetivo de investigar, interpretar ou desvelar um determinado objeto (GUERRA, 2009, p. 707).

O processo investigativo compreende a realidade de modo mais abrangente, como totalidade. Esta compreensão requer um procedimento que envolve tanto a decomposição da realidade, onde as totalidades parciais de uma totalidade mais ampla, bem como as relações entre elas são reconhecidas; quanto à recomposição da totalidade, onde se percebem as vinculações, nexos e como estes atribuem particularidades à esta totalidade (GUERRA, 2009, p. 709).

A realidade traz consigo forças que se confrontam continuamente. Esta contradição permite ao sujeito realizar a síntese dialética, a apreensão do real por meio da luta dos opostos. Com isso, a realidade se coloca tanto como possibilidade quanto como restrição dessas possibilidades. Cabe ao pesquisador perceber os elementos que predominam naquele

momento histórico, tendo em vista que o conhecimento é sempre aproximativo e historicamente situado (GUERRA, 2009, p. 711).

Yolanda Guerra (2009, p. 712) ressalta que a investigação é inerente a grande parte das competências profissionais do assistente social, de modo que ganha o estatuto de “*elemento constitutivo da própria intervenção profissional*”.

Daí entendermos que a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a *elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita* (GUERRA, 2009, p. 712. Grifos da autora).

Desse modo, percebe-se que o assistente social, ao lidar com as múltiplas expressões das relações sociais, dispondo de um acervo privilegiado de informações sobre as desigualdades vivenciadas pelos sujeitos, conhece a realidade de maneira direta. Entretanto, a investigação permite ao profissional o conhecimento indireto, como mediação entre a realidade a ser conhecida e o sujeito. Esta dimensão investigativa se dá em conjunto com a dimensão interventiva, por meio do planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo (GUERRA, 2009, p. 712-713). Permite a construção crítica de novas posturas, de respostas qualificadas às demandas institucionais, organizacionais, ou dos movimentos sociais (GUERRA, 2009, p. 715).

Nesta perspectiva, a abordagem qualitativa, presente neste estudo busca apreender as experiências dos sujeitos acerca de sua atividade profissional e sobre novas respostas a serem criadas diante de novas demandas reais. Para tanto, será utilizado em conjunto a metodologia da História Oral.

Nas pesquisas qualitativas a História Oral é valorizada por sua característica de exclusividade do dado, ou seja, o mesmo não pode ser encontrado em documentos. É necessário buscá-lo nas pessoas para transcrevê-lo em documentos (ROJAS, 1999, p. 92).

Segundo Portelli (1997, p. 27), as fontes orais nos trazem informações sobre pessoas ou grupos sociais cuja história escrita eventualmente pode ser falha ou distorcida. De modo especial, este estudo pretende trazer à tona a construção do programa de auxílios da UNIFESP, aprofundando a análise sobre os métodos utilizados pela equipe e ao seu conteúdo: “*a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupos*” são destacados.

Algumas peculiaridades das fontes orais, tais como a oralidade, a forma narrativa, a subjetividade e a relação entre entrevistador e entrevistado são importantes para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, pois expressam o significado da experiência através

dos fatos. A narrativa traz subjetivamente uma interpretação de significados da experiência (MATTAR, 2008, p. 81).

Para Portelli (1996, p. 2), não só a filosofia é implícita nos fatos, mas a motivação para a narrativa consiste na expressão do significado de suas experiências por meio dos fatos narrados. Recordar e contá-los já é interpretá-los.

[...] A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados” (PORTELLI, 1996, p. 2).

Entre estes elementos peculiares na História Oral, Portelli (1997, p. 31) destaca sua ênfase nos significados. Nas palavras do autor: “[...] *entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. [...]*”.

As fontes orais permitem ao pesquisador apreender não apenas os fatos ocorridos, mas o que o sujeito intencionava fazer, o que acreditava estar fazendo e o que o ele pensa ter feito. A construção da narrativa revela o empenho na relação do relator com sua história (PORTELLI, 1997, p. 31).

A credibilidade das fontes orais consiste no fato de não haver afirmativas “erradas”. Mesmo se considerarmos a afirmativa como um “erro”, a mesma pode ser interpretada como psicologicamente “correta”, em virtude de não haver “falsas fontes orais” (PORTELLI, 1997, p. 32). Segundo Portelli (1996, p. 62), “*o que as fontes dizem pode [até] não haver sucedido de modo verdadeiro, mas está contado de modo verdadeiro*”. O depoimento, a partir de sua narrativa (momento em que o narrador conta sua experiência), torna-se um documento, uma via de acesso ao contexto histórico contemporâneo do que fala e do que ouve.

Considerando que em História Oral objetiva-se compreender como o sujeito apreendeu e interpretou o vivido em seu papel de protagonista, reforça-se a opção pelo uso deste método, à luz do referencial teórico marxista, pretendendo-se levantar experiências, condições sócio-históricas e possibilidades de transformação do real junto aos sujeitos desta pesquisa.

4.1 Tipo de pesquisa

Na realização desta pesquisa buscou-se conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis.

Para tanto, será realizada uma investigação acerca da construção da política de assistência estudantil, das ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* da UNIFESP, além de identificar novas possibilidades de intervenção neste campo, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante da Universidade onde se pretende realizar a pesquisa.

O interesse em pesquisar este tema vem da atuação da pesquisadora como assistente social nesta Universidade e da expectativa em apontar novas respostas e possibilidades de intervenção no campo da assistência estudantil.

Em relação à natureza, esta será uma pesquisa básica; quanto à abordagem, será considerada a qualitativa. Esta modalidade de pesquisa tem como foco a obtenção de dados descritivos mediante contato direto do pesquisador com a situação – objeto de estudo, de modo interativo. Busca entender os acontecimentos a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa, de onde parte a interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996, p. 1).

Ao aplicar métodos qualitativos, o pesquisador demonstra estar mais preocupado com o processo social, em visualizar o contexto e em integrar-se empaticamente com o objeto de estudo, de modo a compreender melhor o fato a ser estudado (NEVES, 1996, p. 2).

Quanto à relação dos métodos qualitativos com os métodos quantitativos, não há uma oposição, mas uma complementaridade, que contribui para um melhor entendimento acerca do fenômeno. A combinação entre estes métodos é chamada de “triangulação” (NEVES, 1996, p. 2).

O termo “triangulação” tem dimensões diferenciadas. Neste estudo será destacado o que se relaciona à técnica de análise das informações coletadas. Serão considerados neste momento de análise aspectos que dissertam sobre as características dos *campi*, a relação destes com a comunidade em que estão inseridos, a comunidade acadêmica local e sua relação com a assistência estudantil, os municípios e suas relações com os *campi*, o perfil do estudante já identificado e sua atual configuração, os usos de espaços pelos estudantes da UNIFESP, entre outros aspectos do cotidiano.

Esta técnica prevê dois momentos distintos, que se articulam dialeticamente e que são a preparação dos dados empíricos coletados e a análise propriamente dita, que implica

uma reflexão sobre a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade, sobre os processos que permeiam as relações estabelecidas nessa estrutura e pelas estruturas que permeiam a vida em sociedade (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 203-204).

Neves (1996, p. 3) apresenta três modalidades da pesquisa qualitativa. Pesquisa documental, estudo de caso e etnografia. A pesquisa documental é caracterizada pela análise de materiais que ainda não foram interpretados. Neste estudo, uma das etapas do processo de pesquisa será a documental em relatórios, pesquisas quantitativas e documentos acerca da assistência estudantil da UNIFESP, sobretudo aqueles disponibilizados pela Universidade em referência.

O autor esclarece, quanto ao estudo de caso, que o mesmo é reconhecido pelo aprofundamento em uma unidade de estudo em particular, recomendado para aqueles que procuram identificar como e por que certos fenômenos ocorrem (NEVES, 1996, p. 3).

Ao propormos um estudo de caso, concordamos com Gil (2008, p. 57-58) em sua afirmação sobre este estudo: *“é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”*. O estudo de caso investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto. Tem como propósito explorar situações cujos limites não estão bem definidos, descrever a situação do contexto de determinada investigação e explicar as variáveis para compreensão de fenômenos onde não cabem levantamentos ou experimentos (GIL, 2008, p. 58).

Já o método etnográfico, segundo Neves (1996, p. 3) envolve um longo período de estudos, quando o pesquisador utiliza técnicas de observação, contato direto e participação em atividades, estando o mesmo fixado em residência na comunidade.

De acordo com sua finalidade, torna-se pertinente a utilização da pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008, p. 27): *“são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”*. O autor esclarece que essas pesquisas *“envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”*. (GIL, 2008, p. 27)

Inicialmente, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, com o levantamento do estado da arte sobre as palavras-chaves *assistência estudantil, direito à permanência e atuação do assistente social*. Esta busca foi realizada em bancos de dados disponíveis na internet e no material anteriormente triado pela pesquisadora, fruto de estudos anteriores sobre o tema. O objetivo do estado da arte foi conhecer o que já foi pesquisado sobre o assunto, o que ainda não foi abordado e quais possibilidades de investigação estão postas.

Diante das peculiaridades da construção dos programas da assistência estudantil na UNIFESP, o estudo de caso justifica-se por possibilitar uma investigação mais aprofundada do objeto de estudo. Como a proposta principal é identificar o conhecimento das assistentes sociais na UNIFESP acerca das demandas estudantis apontadas no perfil atual do estudante desta Universidade, demonstra-se a aplicabilidade deste tipo de pesquisa, já que relaciona tanto o trabalho destas profissionais na política e o perfil dos estudantes usuários dos programas, delineado por estudos anteriormente realizados no âmbito da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Pesquisas de perfil, já citadas anteriormente, entre outros estudos).

4.2 População

Para Gil (2008, p. 89), universo ou população pode ser compreendido como os elementos com características definidas e amostra como um subconjunto deste universo ou população.

Este estudo foi realizado no âmbito da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de São Paulo, onde se encontram vinculados os Núcleos de Apoio ao Estudante, presentes em cada um dos seis³⁸ *campi* desta instituição. O *campus* São José dos Campos não está incluído nesta etapa por ser o local de trabalho desta pesquisadora, e por não haver outra profissional do Serviço Social atuando neste local para participar deste estudo.

Atuam na operacionalização da política de assistência estudantil desta Universidade 8 (oito) assistentes sociais. Serão entrevistadas as 7 (sete) assistentes sociais que atuam em cada um dos 6 (seis) NAEs³⁹ (exceto o NAE *campus* São José dos Campos) e a lotada na sede administrativa da Universidade, no *campus* Reitoria, mesmo não estando vinculada diretamente a nenhum NAE. Em acordo com os objetivos da pesquisa, entendemos que a elas foi delegada a “tarefa” de construir um programa de auxílios, de operacionalizar o mesmo, incluindo a definição de seus critérios, delimitação do público-alvo, fluxos de atendimentos e encaminhamentos, avaliação socioeconômicas, levantamentos a respeito dos usuários e aprimoramentos constantes, desde 2010 até o presente momento.

O convite para participar da coleta de dados para esta pesquisa foi enviado para o endereço eletrônico de cada uma das assistentes sociais em 20 de novembro de 2015, cujos endereços já eram de conhecimento da pesquisadora, pelo fato de exercerem atividade

³⁸ A saber: Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, Reitoria e São Paulo.

³⁹ O NAE do *campus* Guarulhos possui 2 (duas) assistentes sociais e os demais (Baixada Santista, Diadema, Osasco, São Paulo e Reitoria) 1 (uma).

profissional na mesma instituição. À medida que as respostas chegavam, as entrevistas foram sendo agendadas, seja presencialmente, seja pelo recurso de chamadas por vídeo via *internet*, ambos com registro de gravação de voz. As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro/2015 a abril/2016.

Todas as profissionais convidadas aceitaram participar das entrevistas. Após a coleta e análise dos dados, as entrevistas foram validadas pelas participantes.

O quadro 1 apresenta informações sobre o perfil das entrevistadas (o grupo é composto apenas por mulheres). A identidade das participantes foi substituída por nomes de brasileiras que se destacaram na história, por sugestão da pesquisadora e à escolha das profissionais. Para esta escolha foram entregues, junto com os trechos de narrativas para validação, 14 sugestões de nomes destas mulheres encontrados em uma página da *internet*. À medida que as profissionais foram devolvendo as narrativas, foram também apontando com qual nome gostariam de ser identificadas. Quanto aos *campi* da universidade, estes não foram identificados junto às narrativas, buscando manter o sigilo das profissionais lotadas nos respectivos *campi*.

Cabe destacar que a metodologia de História Oral possibilita a identificação nominal dos participantes; todavia esta questão, ao ser apresentada às entrevistadas, causou certo desconforto. Para solucionar esta questão, foi dada a sugestão acima descrita.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas

Identificação	Idade	Tempo de formação (em anos)	Local de formação	Atuação anterior	Tempo de trabalho na UNIFESP (em anos)	Especializações (por área)
Tarsila ⁴⁰	51	27	São Paulo	Instituição bancária	5	Pedagogia empresarial
Leila ⁴¹	34	10	Franca	Prefeituras (área de saúde mental e do trabalho)	6	Atendimento familiar; Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais

⁴⁰ Tarsila do Amaral (1886-1973) foi pintora e desenhista paulista, participou do movimento de intelectuais modernista.

⁴¹ Leila Diniz (1945-1972) foi atriz e reconhecida por suas atitudes de enfrentamento à repressão contra as mulheres em seu tempo. A ser fotografada grávida de biquíni na praia, chocou o país e chamou a atenção para a condição de subalternidade das mulheres de sua época.

Celina ⁴²	28	5	Franca	Prefeitura (atenção básica) e aprimoramento	4	Projetos Sociais
Estamira ⁴³	31	6	São Paulo	Habitação e pessoas em situação de rua	3	Políticas Públicas
Maria Quitéria ⁴⁴	29	6	São Paulo	Habitação	6	Políticas Públicas
Chiquinha Gonzaga ⁴⁵	36	9	São Paulo	Assistência Social e Unidade da Fundação CASA	7	Políticas Públicas
Carolina de Jesus ⁴⁶	32	3	Bahia	Prefeitura (atenção básica e hospital)	1 ano e meio	Operadores de medidas sócio-educativas (especialização); Mestrado em Psicologia social

Fonte: Pesquisadora, 2016.

4.3 Instrumentos

O estudo de caso aqui realizado utilizou como instrumento para coleta de dados as entrevistas sob a perspectiva da História Oral. A escolha deste procedimento se deu a partir dos objetivos, que remetem ao conhecimento mais aprofundado sobre a constituição dos Programas de Auxílio da UNIFESP e sobre as novas respostas a serem postas diante das demandas desveladas pela pesquisa de perfil realizada anteriormente.

As questões norteadoras para a realização deste estudo foram:

⁴² Celina Guimarães Viana (1890-1972) foi professora e a primeira eleitora brasileira. O Estado do Rio Grande do Norte, onde nasceu, foi o primeiro do país que aboliu a distinção entre os sexos para suas eleições.

⁴³ Estamira Gomes de Souza (1939-2011) ficou conhecida por protagonizar um filme homônimo, lançado em 2004 com direção de Marcos Prado. Apresentava distúrbios mentais e chamava a atenção pelo discurso filosófico em contraste com a realidade de pobreza de onde vivia e trabalhava – um aterro sanitário na capital do Rio de Janeiro.

⁴⁴ Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853) foi a primeira militar brasileira a combater no país. É patrona dos oficiais do exército e conhecida como a Joana D'Arc brasileira.

⁴⁵ Francisca Edwíges Neves Gonzaga (1847-1935) foi compositora, pianista e maestrina brasileira. Foi a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil e chamou a atenção da sociedade na época por suas atitudes de vanguarda, como separar-se do marido, criar um dos filhos sozinha (e trabalhar para isso, dando aulas de piano), tendo sido separada dos demais. Teve um romance oculto com um jovem de 16 anos, quando tinha 52, o que fez com que o adotasse como filho para poderem viver juntos.

⁴⁶ Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi moradora de uma favela na capital de São Paulo onde trabalhava como catadora. Ficou conhecida por registrar o cotidiano da comunidade em cadernos encontrados no lixo. Foi uma das primeiras e mais importantes escritoras negras brasileiras.

1. Em seu trabalho, quais as principais demandas trazidas pelos estudantes e quais respostas profissionais você constrói para elas? Qual a participação da equipe de profissionais do NAE nestas respostas?

2. A partir do perfil dos estudantes já identificado, quais foram as principais mudanças percebidas? Quais novas demandas desveladas? Quais novas possibilidades de intervenção podem ser construídas? Por quê? Como fazer?

3. Como você avalia os processos de implantação / implementação da política de assistência estudantil na UNIFESP, incluindo sua concepção e atual operacionalização?

Além destes eixos principais, outros pontos foram considerados durante as entrevistas, por auxiliarem na discussão e reflexão sobre os objetivos da pesquisa. Estão relacionados ao *público-alvo* (particularidades, necessidades e demandas apresentadas), às *equipes* (dificuldades em relação à implementação, condução e execução de políticas, o trabalho multi/interdisciplinar) e *trabalho profissional* (percepção acerca das demandas, perspectivas para além dos estudos socioeconômicos, novas possibilidades de intervenção, estratégias político-profissionais para reforçar os interesses do público alvo, autonomia e relações de poder institucionais).

4.4 Procedimentos para Coleta de Dados

Por utilizar seres humanos para coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP – UNITAU), que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Após sua aprovação, por meio de protocolo, foi solicitada a autorização da UNIFESP para se realizar a coleta de dados, tendo sido autorizada a realização da pesquisa pelo comitê de ética desta Universidade e o acesso a documentos institucionais pela Pró-reitora de assuntos estudantis em 08 de setembro de 2015.

A partir do levantamento bibliográfico, que foi realizado mediante a consulta em trabalhos previamente elaborados, literatura específica e aprofundamento teórico, foi realizado um levantamento documental, que levou em consideração os aspectos já sistematizados sobre os Programas de Auxílio desta Universidade.

Além da investigação documental, foram realizadas as entrevistas com cada assistente social que compõe a equipe técnica da Comissão PAPE/PBP. A coleta das narrativas foi realizada entre os meses de novembro de 2015 e abril de 2016, seja

presencialmente em seus locais de trabalho (cada um dos *campi* da UNIFESP, localizados na capital, região metropolitana de São Paulo e Baixada Santista), seja utilizando-se de recurso de chamadas por vídeo via *internet*, em seus locais de trabalho ou residências, ambos com registro de gravação de voz. A escolha da forma como cada entrevista foi realizada, horário e local se deu pela entrevistada, dentre as possibilidades levantadas pela pesquisadora (presencial ou por vídeo).

A metodologia utilizada foi a História Oral, conforme já citado anteriormente. Esta metodologia de pesquisa se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, tais como padrões culturais, estruturas sociais, processos históricos e laços do cotidiano. Os dados para estas análises são obtidos por meio de narrativas (relatos orais), que fornecem ao pesquisador uma visão mais concreta de etapas das trajetórias dos sujeitos, ponderadas, pelos sujeitos, por sua importância em suas vidas (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 8).

Por meio da História Oral, os indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial são ouvidos, deixando seus registros e os do grupo social ao qual pertencem para análises futuras (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 12). Estes autores ressaltam especificidades da História Oral enquanto agente da ampliação do conhecimento e fonte de consulta. Uma delas diz respeito ao uso de temas contemporâneos, visto que atua em ocorrências recentes, onde a memória dos sujeitos alcança. Outra especificidade decorre da intencionalidade do pesquisador em produzir documentos históricos, já que o pesquisador participa da produção do documento de forma crítica e concomitante à realização das entrevistas (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p.13).

A intencionalidade na escolha das pessoas para o diálogo em História Oral leva em consideração o lugar que ocupam na realidade social a ser investigada e o que representam neste local. As relações com o pesquisador e até mesmo com o local escolhido para dialogar influenciam nas narrativas (KHOURY, 2001, p. 85).

A coleta dos relatos é realizada por meio de uma conversa, onde não se busca uma uniformidade ou padronização dos relatos, mas a atenção é voltada para a riqueza que cada entrevistado tem para contar. É o encontro de duas pessoas – pesquisador e sujeito, conscientes da objetividade e da subjetividade daquele encontro. Desta forma, a entrevista constitui uma construção na relação entre estes sujeitos, permeada pela experiência de cada um (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 15).

Esta metodologia considera as narrativas como textos, com enredo e interpretações construídas pelos sujeitos. Cada narrativa é única e significativa, onde o

narrador interpreta a realidade e nela situa a si mesmo e aos outros. “*Cada pessoa, valendo-se dos elementos de sua cultura, socialmente criados e compartilhados, conta não apenas o que fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.*” (KHOURY, 2001, p. 84).

Desta forma, todo cuidado deve ser tomado no sentido de não desvincular as narrativas dos sujeitos que as constroem. O modo de elaborar e redigir os resultados do estudo deve considerar um inventário de diferenças em que o leitor seja convidado a tecer novas interpretações e avaliações. O exercício da pesquisa com História Oral possibilita captar, nos significados dos enredos, modos peculiares de ser e de viver, tensões, conflitos, resistências e transgressões narrados pelos sujeitos (KHOURY, 2001, p. 87).

Para a coleta das narrativas para este estudo, foram agendadas entrevistas com antecedência, autorizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴⁷ e seguiram um roteiro pré-estabelecido. Foram registradas por áudio e em seguida transcritas para a análise. Todas as informações contidas no material digital serão mantidas sob a guarda desta pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos, sendo então, após o fim deste período, descartadas.

A ética profissional em relação ao uso desta metodologia se expressa em algumas ações, como por exemplo na fidelidade do pesquisador às palavras e ao sentido da entrevista; na explicitação dos objetivos do trabalho e dos possíveis usos dos materiais coletados aos sujeitos; no respeito às solicitações feitas pelos entrevistados quanto ao sigilo de suas informações de identificação, além da restituição do material coletado aos sujeitos (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 24).

4.5 Procedimentos para Análise de Dados

A análise dos dados em História Oral compreende procedimentos que vão desde a preparação das entrevistas, passando pela realização das mesmas, a posterior interpretação dos dados coletados e análise por triangulação. Em História Oral, as análises rompem com a concepção de distanciamento histórico, visto que o pesquisador é contemporâneo do sujeito de sua pesquisa e isso passa a ser um instrumento de auxílio para a compreensão da realidade a ser estudada (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 11). Neste estudo em particular, o

⁴⁷ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está no Apêndice III e foi apresentado às profissionais que aceitarem participar deste estudo, sendo-lhes garantido o sigilo de sua identidade, bem como assegurada sua saída do presente estudo, se assim o desejarem, a qualquer momento.

distanciamento foi considerado um desafio, visto que a pesquisadora integra a equipe “pesquisada”. Muitas possibilidades foram exploradas nesta relação, em especial o conhecimento da pesquisadora do campo a ser estudado: a instituição, suas contradições e particularidades.

Interpretar é atribuir sentido aos fatos narrados, estabelecendo uma relação dialógica entre narrador e pesquisador, mediada pela cultura. Por meio da cultura, o pesquisador atribui sentido aos fatos narrados, decodificando símbolos, imagens e mitos presentes nas lembranças do narrador. Interpretar é também fazer uma viagem no imaginário do outro, buscando decifrar o indizível, o sentido oculto do que foi dito. É possibilitar que a pluralidade de sentidos se manifeste na construção do conhecimento histórico. É dar visibilidade ao outro, permitindo que sua voz prevaleça no texto interpretativo (COSTA, 2014, p. 51).

Para realizar a interpretação, a autora ressalta que alguns temas são selecionados das narrativas pelo pesquisador e que esta seleção não é neutra: envolve a experiência de vida do pesquisador, sua formação política e profissional e sua visão de mundo. No decorrer da pesquisa o pesquisador enfrenta também o desafio da multiplicidade de conceitos oferecidos, no âmbito da historiografia e as demais ciências sociais. Partimos aqui do princípio de que todo conceito é histórico, portanto construído em determinado tempo, por homens que forjaram cada detalhe da história. Decifrar os significados e sentidos que o narrador confere à sua narrativa torna-se aqui um desafio (COSTA, 2014, p. 52).

Cabe ressaltar que, a partir de uma perspectiva filosófica, a interpretação deve ir além dos limites do visível, estando atenta ao histórico social, cultural e às relações de poder que permeiam aquela relação. Por trás de uma narrativa podem estar outras dimensões da vida como temporalidades, valores, sabedoria, desigualdades e outras, que devem ser consideradas (COSTA, 2014, p. 58).

O pesquisador atua diretamente na produção do documento. Sua tarefa consiste na elaboração crítica concomitante à realização das entrevistas. As narrativas são compreendidas como a “matéria-prima” para a História Oral. A escrita e a oralidade, aqui, complementam-se mutuamente e não são excludentes. A peculiaridade das fontes orais encontra-se na riqueza de sentimentos, emoções e significados expressos pelo narrador, tanto na quantidade quanto na qualidade deste tipo de material. A oralidade compreende também aspectos que a forma escrita é incapaz de revelar, quais sejam os significados e conotações expressas pelo narrador. A dinâmica das fontes orais permite o enfoque dos significados em detrimento dos eventos

em si, sendo esta sua diferença em relação à escrita padrão (CASSAB RUSCHEINSKY, 2004, p. 14).

A perspectiva utilizada neste estudo está amparada nas contribuições de Alessandro Portelli. Para ele,

A história oral não tem sujeito unificado: é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. ‘Parcialidade’ aqui permanece simultaneamente como ‘inconclusa’ e como ‘tomar partido’: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os ‘lados’ existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e ‘fontes’ estão dificilmente do mesmo ‘lado’. A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como ‘conflito’ e confrontação como ‘busca pela unidade’ – é uma coisa que faz a história oral interessante” (PORTELLI, 1997, p. 39).

Nesta perspectiva, cabe destacar que este estudo envolveu as assistentes sociais que realizam seu trabalho na Comissão PAPE/PBP, equipe em que a pesquisadora também faz parte. A proximidade da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa foi considerada como peculiaridade, já que proporcionou o acesso aos temas e sua correlação com o atual contexto histórico de modo mais aproximado. A História Oral como metodologia utilizada neste estudo contribuiu para que as diferentes perspectivas de cada profissional entrevistada fossem destacadas, gerando um texto complexo e crítico a respeito do fazer profissional desta equipe.

Cléria Costa (2014, p. 60-61) ressalta a compreensão que parte da ciência pós-moderna. Esta considera a complexidade do mundo real, o senso comum, a subjetividade, a experiência humana e outros fatores, antes considerados marginais, agora integrantes do conhecimento científico. O saber deixa de ser uma relação entre sujeito e objeto para se tornar um saber solidário, marcado pela reciprocidade entre os sujeitos sociais. Ao aceitar que o conhecimento histórico seja solidário e dialógico, reconhecemos a diversidade cultural ante o pesquisador e os sujeitos, sendo que a este é atribuída total visibilidade.

Em busca das fontes orais que fundamentam esta pesquisa, foram realizadas entrevistas únicas, temáticas (sendo utilizado um roteiro pré-estabelecido) e diretas (ocorreram pessoalmente). Como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas foram gravadas em áudio, produzindo a partir daí a fonte de dados para análise.

Optou-se pela análise por triangulação, que permite a adoção de um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo por diferentes perspectivas. A partir de sua característica dialética, compreende-se a apreensão de informações e de

aspectos teóricos-conceituais possibilitando o desenvolvimento, por parte do pesquisador, de sua consciência crítica (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 206).

Nesta fase da análise o pesquisador contextualiza, compara e triangula as narrativas orais. Lançando mão de informações e conhecimentos prévios sobre o assunto, elabora um texto que traz em si as narrativas, o contexto e a fundamentação teórica. O resultado pode ser verificado no próximo item, precedido por um breve resumo das pesquisas de perfil a que se refere esta pesquisa.

V RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a realização deste estudo pretendeu-se conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis. Com isso, buscou-se os relatos profissionais acerca de suas experiências frente às demandas atuais entre os estudantes dos diferentes *campi*, já que as realidades de cada *campus* são diferentes entre si.

Neste sentido, descreveu-se como a política de assistência estudantil foi concebida na UNIFESP. Por meio dos relatos orais, as profissionais relataram suas experiências junto aos programas de auxílio, considerando que algumas delas atuam desde o início de sua implantação. Buscou-se ainda conhecer as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* com relação à política de assistência estudantil e explorar quais ações ainda podem ser realizadas, a partir da demanda estudantil e da experiência profissional de cada assistente social em suas equipes. Finalmente, com a identificação de novas possibilidades de intervenção no campo da assistência estudantil, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante da UNIFESP, desvelar respostas às novas demandas que surgem no cotidiano profissional, em relação ao público alvo das ações.

A fim de subsidiar a compreensão das respostas das profissionais que atuam no Programa de Apoio ao Estudante apresenta-se a seguir uma discussão acerca do perfil dos estudantes dos *campi* da UNIFESP.

5.1 O perfil dos estudantes dos *campi* da UNIFESP

Esta seção tem por objetivo apresentar alguns dos dados referentes à análise das pesquisas de perfil dos estudantes realizadas por esta universidade. A primeira, intitulada “O perfil socioeconômico e cultural da Universidade Federal de São Paulo: estudo realizado com base nos dados de ingressantes de 2011 na Universidade Federal de São Paulo” sobre o perfil dos estudantes ingressantes na UNIFESP no ano de 2011, em comparação com a recente publicação da pesquisa “Análise do perfil de estudantes ingressantes da Universidade Federal de São Paulo”, que traz um panorama dos ingressantes de 2015 e, sempre que os dados possibilitam um cruzamento, com os ingressantes de 2012, 2013 e 2014. Em todos esses anos os questionários socioeconômicos, que dão subsídio às pesquisas desta natureza na UNIFESP foram aplicados aos ingressantes, de modo que possibilitaram a nova publicação.

Estas duas pesquisas estão em acordo com as realizadas pelo FONAPRACE, nos anos de 1996/1997, 2003/2004, 2010 e 2015. Este Fórum busca, por meio destes levantamentos, obter o perfil dos estudantes das 63 universidades federais espalhadas pelo território brasileiro, traçando o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes nelas matriculados. Os resultados obtidos norteiam as ações realizadas em âmbito nacional.

O objetivo de utilizar os dados de pesquisas desta natureza neste estudo é demonstrar que esta Universidade procura conhecer quem são os seus estudantes para então propor ou buscar equacionar seus programas de atendimento aos estudantes ao perfil indicado, além de atender a solicitações governamentais e institucionais. Ao identificar seu perfil de estudante, as políticas educacionais e estudantis são melhor formuladas e têm maior alcance.

Uma das formas de identificação do perfil, além da aplicação de questionários socioeconômicos, é o estudo socioeconômico, parte intrínseca das ações dos assistentes sociais. Para Mioto (2009, p. 482), *“o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações”*. Além disso, a Lei que dispõe sobre o exercício profissional apresenta os estudos socioeconômicos como competência profissional.⁴⁸ Percebe-se, com isso, a proximidade entre a delimitação do perfil dos estudantes desta universidade e a atuação das assistentes sociais nos NAEs.

A primeira pesquisa, realizada no ano de 2011 e publicada no início do ano seguinte, marca o início das atividades da PRAE, em 2010. Teve por objetivo conhecer quem foram os ingressantes em 2011 sob os aspectos socioeconômico e cultural. Foi utilizado como subsídio um questionário socioeconômico elaborado pela equipe gestora em 2010 e aplicado a todos os ingressantes do ano seguinte. Foram realizados levantamentos com os dados obtidos, além de cruzamentos entre os mesmos dados.

A pesquisa atual (ingressantes em 2015 e anos anteriores) demonstra que ano a ano os questionários continuaram sendo aplicados aos ingressantes, sendo que em 2014 e 2015 100% do total de ingressantes preencheram, e em 2013 o preenchimento foi bem próximo disso.

A partir deste ponto, apresenta-se uma breve síntese dos resultados desta pesquisa, com o objetivo de elucidar o perfil do estudante ingressante da UNIFESP. Foram selecionados pela pesquisadora algumas questões principais, com base na primeira pesquisa, que referem-se à classificação econômica dos estudantes, renda total mensal da família do

⁴⁸ Lei nº 8.662, de 07/06/1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

estudante, faixa etária do estudante (de acordo com a sua idade em 31 de dezembro de 2009), cor da pele⁴⁹ autodeclarada⁵⁰, situação conjugal do estudante, localização da moradia familiar, situação de trabalho dos estudantes, quem é o responsável pela renda da família e a escolaridade do pai, mãe e pessoa de referência da família. Estes termos foram atualizados na pesquisa de 2015, como será observado adiante. Vale ressaltar que a maior parte dos cruzamentos realizados e de questões tratadas especificamente por curso não foram destacadas neste breve resumo.

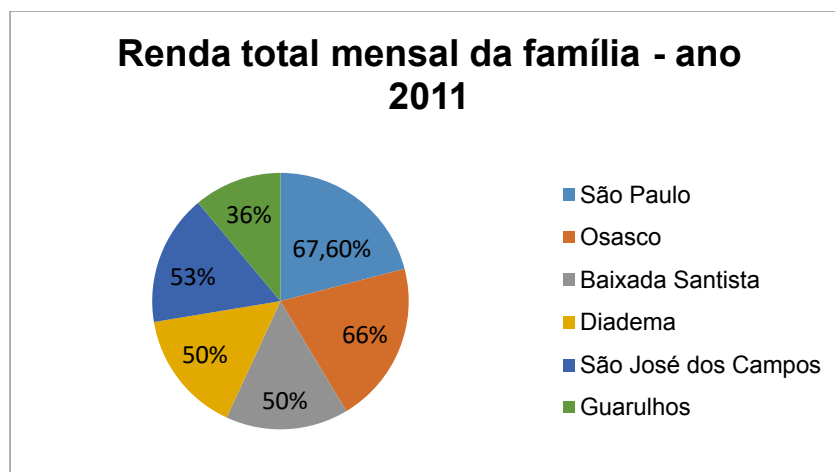
a) Renda familiar

Em 2011: A questão em referência é relacionada à renda total mensal da família do estudante. Obteve-se os seguintes dados: os *campi* São Paulo e Osasco apresentaram maior porcentagem de estudantes com renda familiar superior a cinco salários mínimos: 67,6% e 66%, respectivamente. Os *campi* Baixada Santista e Diadema apresentaram porcentagem próxima à metade de estudantes com renda até cinco salários mínimos e superior a cinco salários mínimos. O *campus* São José dos Campos apresentou 53,3% de estudantes com renda familiar superior a cinco salários mínimos, e o *campus* Guarulhos apresentou percentual maior em estudantes com renda familiar até cinco salários mínimos (64,2%).

⁴⁹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considera cinco termos para designar a cor da pele dos indivíduos brasileiros em suas pesquisas: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Estes termos foram definidos após anos de pesquisas e aprimoramentos realizados visando adequar as pesquisas à realidade brasileira ao longo dos anos (ver em “Nota técnica: Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE”, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf). Porém, há de se considerar que estes termos não estão isentos de questionamentos realizados por grupos e movimentos negros, que não se sentem representados por uma definição semelhante à “cor”, mas sim ao termo mais representativo de sua raça, o “negro”.

⁵⁰ A autodeclaração de cor está presente na Lei nº 12.288, de 20/07/2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Em seu parágrafo único, item IV, define a população negra como o “conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme terminologia utilizada pelo IBGE, ou que adotam autodefinição parecida (ver em: Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Trata-se de um avanço em relação a este direito social, visto que anteriormente os indivíduos eram classificados majoritariamente por fenótipos e por sua origem. Ver em FERREIRA, A. H. “Classificação racial no Brasil, por aparência ou por origem?” In: 36º encontro anual da ANPOCS. 2012. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8192&Itemid=76. Acesso em 07/09/2016.

Gráfico 1: Renda total mensal da família – ano 2011



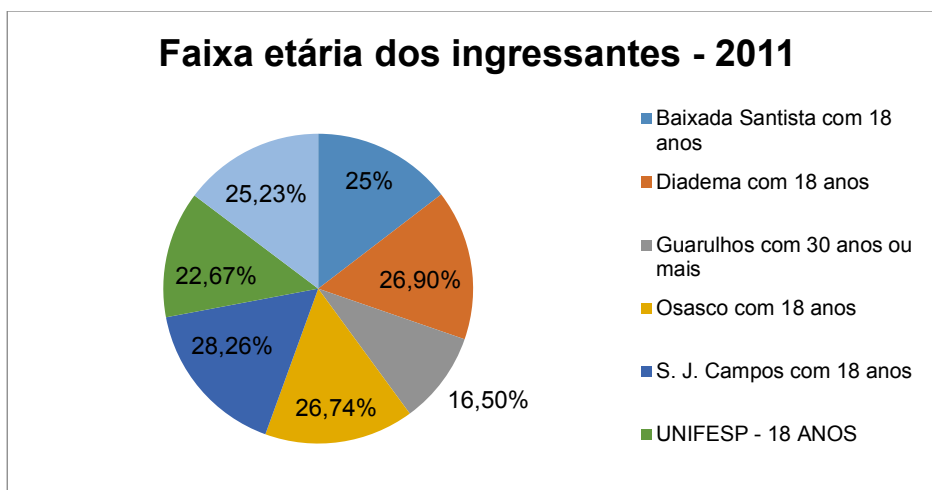
Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Em 2015: A pesquisa apontou que houve relativa estabilidade entre os anos 2012 e em 2015. Nestes dois anos, mais da metade dos ingressantes (51,8% em 2012 e 51,1% em 2015) declarou rendimentos totais superiores a cinco salários mínimos. No decorrer dos anos houve diferenças nas questões que envolveram a renda, e a última publicação trouxe os dados aglutinados em: acima de cinco salários mínimos, até cinco salários mínimos e não tem renda, de modo a abarcar todas as alternativas anteriores.

b) Faixa etária dos estudantes

Em 2011: A faixa etária do estudante neste bloco foi a considerada em 31 de dezembro de 2009. A maioria dos estudantes da UNIFESP como um todo tinha 18 anos (22,67%). Nos *campi* Baixada Santista e Diadema, a maior parte dos estudantes também apresentava 18 anos (25% e 26,9%, respectivamente). O *campus* Guarulhos apresentou a maior parte de seus estudantes ingressantes em 2011 com 30 anos ou mais (16,5%). Osasco e São José dos Campos apresentaram maior parte de ingressantes naquele ano com 18 anos (26,74% e 28,26%, respectivamente), e no *campus* São Paulo o destaque foi para ingressantes com 19 anos (25,23%).

Gráfico 2: Faixa etária dos ingressantes - 2011



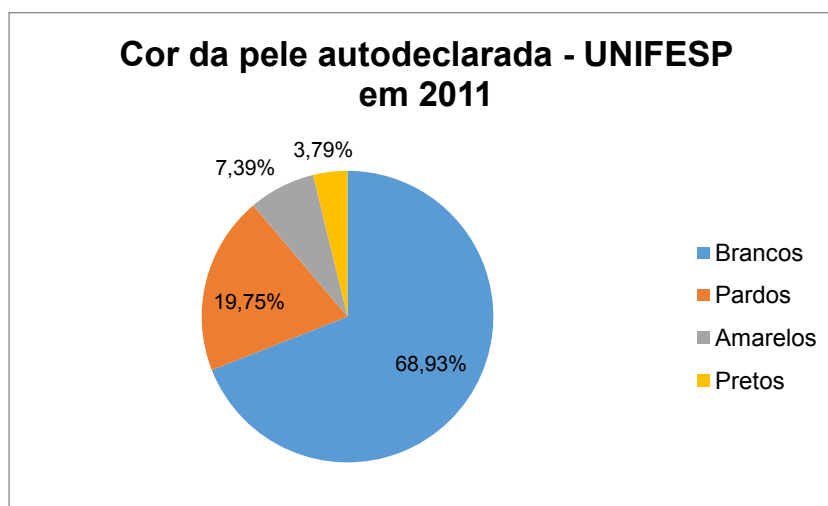
Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Em 2015: A pesquisa atual demonstrou que entre os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 a média de idade dos ingressantes foi de 22 anos, com mediana de 19 anos.

c) Cor da pele autodeclarada

Em 2011: Quanto à cor da pele autodeclarada pelos ingressantes naquele ano, 68,93% dos estudantes da UNIFESP como um todo se autodeclararam brancos, seguido de 19,75% de autodeclarados pardos, 7,39% de amarelos, 3,79% de pretos e 0,14% de indígenas.

Gráfico 3: Cor da pele autodeclarada – UNIFESP em 2011



Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

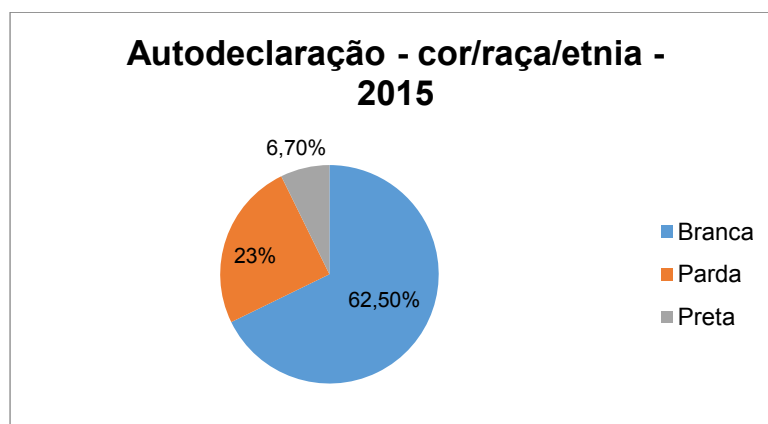
Vale ressaltar que neste período a Lei de Cotas⁵¹ ainda não tinha sido sancionada. Atualmente, esta universidade cumpre a referida lei com o ingresso de, no mínimo, 50% de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e, deste percentual, 50% de estudantes deverão ser oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. O percentual de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas obedece a proporção destes grupos na unidade da Federação onde o *campus* encontra-se instalado, de acordo com os dados do IBGE.

Na pesquisa de perfil em referência, o *campus* Guarulhos apresentou a menor porcentagem de alunos autodeclarados brancos entre os *campi*, com 62,71% dos ingressantes, e o *campus* São José dos Campos apresentou a menor porcentagem de ingressantes autodeclarados pretos, com 1,09%, dentre os *campi* da UNIFESP.

Em um cruzamento entre renda X cor da pele, a UNIFESP apresentou as cores amarela, branca e indígena como maioria de estudantes com renda maior que 5 salários-mínimos, enquanto que as cores parda e preta apresentaram a maioria de estudantes com renda até 5 salários mínimos.

Em 2015: Nesta pesquisa foi utilizado o termo cor/raça/etnia para designar os ingressantes por sua autodeclaração. Em sua maioria os ingressantes são de cor/raça/etnia branca (62,5%), seguidos de parda (23%) e preta (6,7%). Percebe-se um significativo aumento de ingressantes pardos e pretos em relação à pesquisa anterior, em detrimento da diminuição de ingressantes brancos, embora ainda sejam maioria.

Gráfico 4: Autodeclaração – cor/raça/etnia – 2015



Fonte: Análise do perfil de estudantes ingressantes da UNIFESP. 2016. Elaborado pela pesquisadora.

⁵¹ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

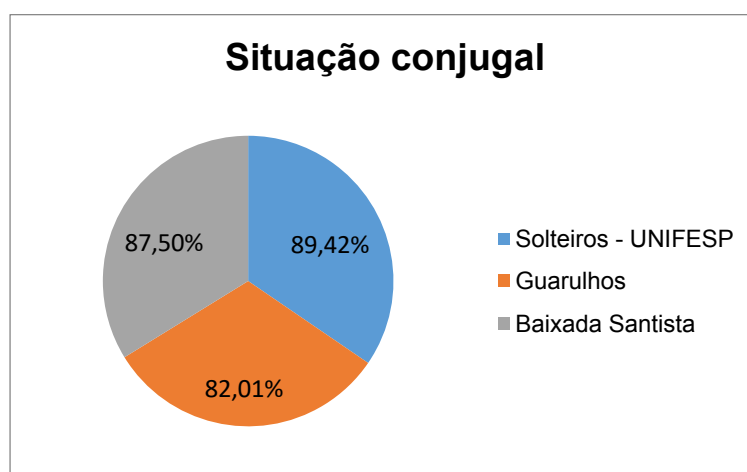
Vale destacar que o *campus* Guarulhos apresentou a maior proporção de estudantes de cor/raça/etnia parda (27,5%) e preta (9,6%) entre os *campi*.

Na pesquisa atual, os estudantes que se autodeclararam amarelos (66,1%) ou brancos (56,4%), em sua maioria, eram provenientes de famílias com rendimentos superiores a cinco salários mínimos. Os de cor/raça/etnia parda (60,1%) e preta (58,8%) pertencem a grupos familiares com renda menor que cinco salários mínimos em sua maioria.

d) Situação conjugal do estudante

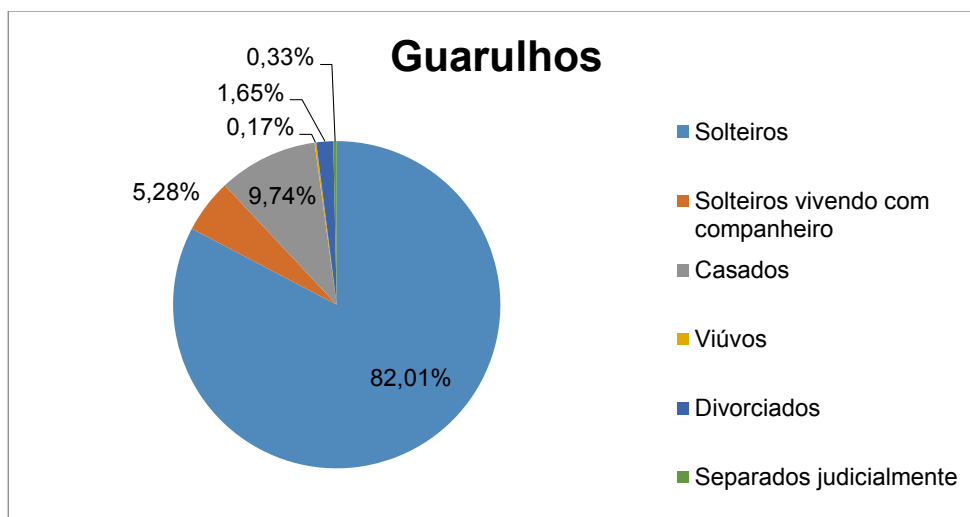
Em 2011: Com relação à situação conjugal, a maioria dos que responderam ao questionário declararam-se solteiros (89,42%). Os menores índices de estudantes solteiros foram encontrados em Guarulhos (82,01%) e Baixada Santista (87,50%).

Gráfico 5: Situação conjugal – 2011



Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

O maior índice de diferentes situações conjugais declarados pelos estudantes foi encontrado no *campus* Guarulhos. Além dos solteiros, 5,28% declararam ser solteiros(as) e viverem com companheiro. Também encontrou-se o maior percentual de casados(as) (9,74%), viúvos(as) (0,17%), divorciados(as) (1,65%) e separados(as) judicialmente (0,33%).

Gráfico 6: Situação conjugal dos estudantes – *Campus Guarulhos* - 2011

Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

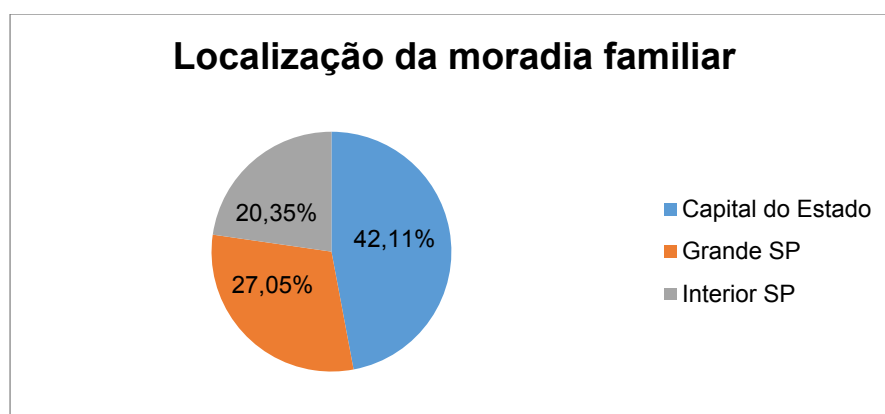
Em um cruzamento entre situação conjugal X idade, 46,58% dos estudantes ingressantes em 2011 com até 18 anos eram solteiros. Esta porcentagem diminuiu para 33,72% dos estudantes entre 19 a 21 anos e para 19,69% de estudantes com 22 anos ou mais.

Em 2015: A maioria dos estudantes ingressantes em 2015 declarou-se solteiro (91,7%). O *campus* São Paulo apresentou maior índice de solteiros entre os *campi* (95,7%) e Guarulhos apresentou o menor índice (85,6%).

e) Localização da moradia familiar

Em 2011: A maior parte dos estudantes ingressantes naquele ano na universidade como um todo provinham da capital do Estado (42,11%), seguido de outro município da Grande São Paulo (27,05%) e do interior do Estado de São Paulo (20,35%). Estes dados demonstram que esta universidade atendeu, naquele ano, prioritariamente estudantes provenientes do Estado em que se encontra localizada.

Gráfico 7: Localização da moradia familiar – 2011

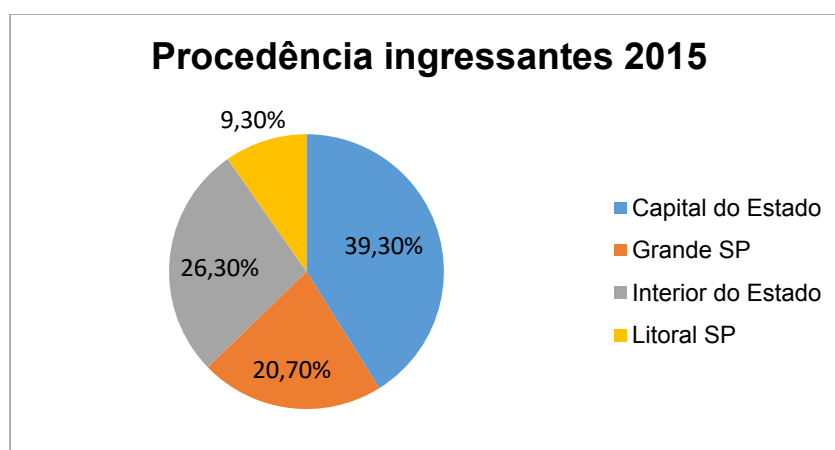


Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

O *campus* Baixada Santista atendeu em especial os estudantes provenientes de sua região – litoral do Estado de São Paulo (28,57%), assim como o *campus* São José dos Campos, que atendeu principalmente estudantes provenientes do interior do Estado (68,48%). Os demais *campi* (Diadema, Guarulhos, Osasco e São Paulo) atenderam prioritariamente estudantes provenientes da capital do Estado, com índices que variam de 42,71% em Osasco a 52,05% em Diadema. Quanto à localização da família dos alunos da UNIFESP ingressantes em 2011, por região brasileira, 97,32% provinham da região sudeste do Brasil.

Em 2015: Considerando como procedência o Estado de São Paulo, visto que 97,46% dos ingressantes apontaram este Estado como procedência, os ingressantes 2015 foram em sua maioria originários da capital do Estado (39,3%) ou de municípios da Grande São Paulo (20,7%). Percebe-se que esta Universidade continua recebendo em especial estudantes oriundos de seu próprio Estado e Regiões Metropolitanas, visto que 26,3% apontaram vir do interior do Estado e 9,3% do litoral do Estado.

Gráfico 8: Procedência dos ingressantes – 2015

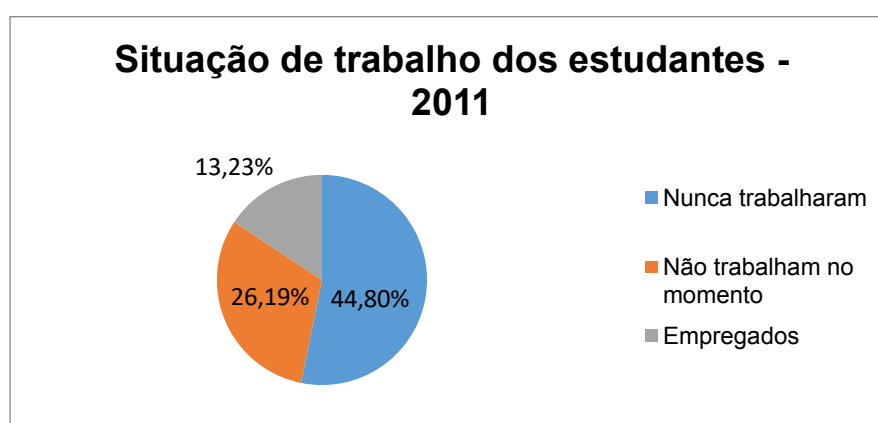


Fonte: Análise do perfil de estudantes ingressantes da UNIFESP. 2016. Elaborado pela pesquisadora.

f) Situação de trabalho dos estudantes

Em 2011: Um outro ponto de destaque na referida pesquisa de perfil refere-se à situação de trabalho dos estudantes. Percebe-se que a maioria dos estudantes da UNIFESP como um todo ingressantes naquele ano nunca trabalharam (44,80%). Em segundo lugar estão os estudantes que declararam não exercer atividade remunerada no momento, nem receber pensão ou aposentadoria (26,19%). O terceiro maior grupo é formado pelos que se declararam empregados com carteira assinada (13,23%).

Gráfico 9: Situação de trabalho dos estudantes – 2011



Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

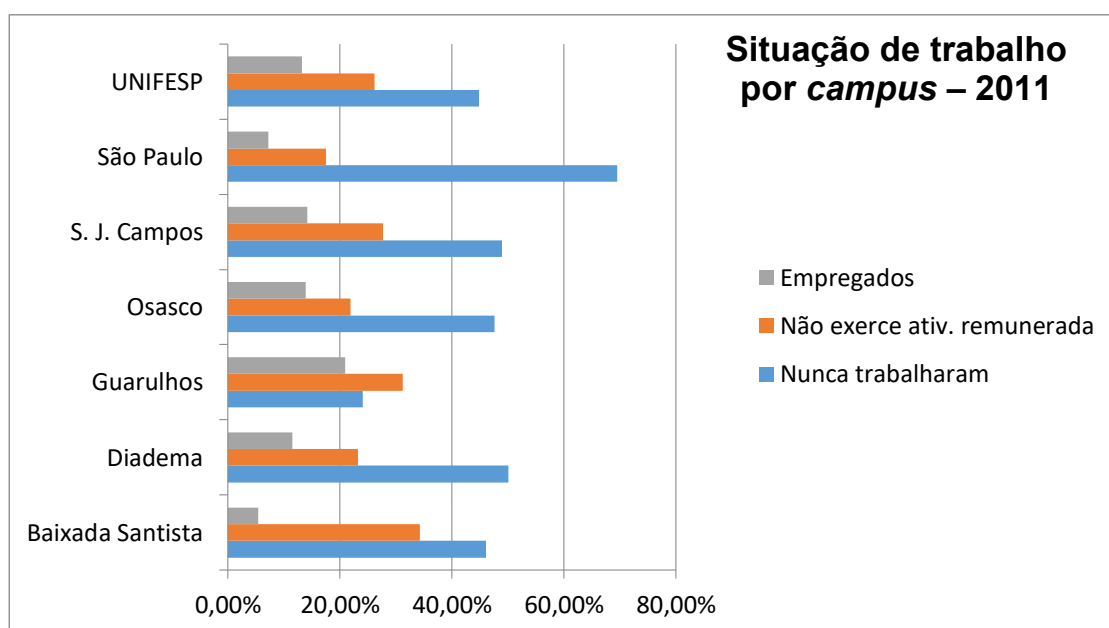
A situação de trabalho por *campus* indica que no *campus* Baixada Santista, o maior grupo é o de estudantes que nunca trabalharam (46,07%), seguido dos que declararam não exercer atividade remunerada no momento, nem receber pensão ou aposentadoria

(34,29%). No *campus* Diadema, 50,10% dos estudantes ingressantes em 2011 declararam nunca terem trabalhado, e 23,20% declararam não exercer atividade remunerada no momento, nem receber pensão ou aposentadoria.

Já no *campus* Guarulhos, a maior parte dos estudantes que responderam ao questionário afirmaram não exercer atividade remunerada no momento, nem receber pensão ou aposentadoria (31,19%). Em seguida estão os que nunca trabalharam (24,09%) e os empregados com carteira assinada (20,96%). No *campus* Osasco a maior parte dos estudantes ingressantes naquele ano declararam que nunca trabalharam (47,57%), seguidos dos que no momento não exercem atividade remunerada, nem recebem pensão ou aposentadoria (21,88%). A parcela dos que são empregados com carteira assinada neste *campus* está um pouco acima da média da universidade (13,89%).

Em São José dos Campos a maior parte dos estudantes ingressantes em 2011 declarou que nunca trabalhou (48,91%), seguida de estudantes que não exercem atividade remunerada no momento, nem recebem pensão ou aposentadoria (27,72%). A parcela dos que trabalham com carteira assinada também é mais alta que a média da UNIFESP (14,13%). O *campus* São Paulo apresentou a maior parcela dentre os *campi* e sobre a média da UNIFESP em estudantes que nunca trabalharam: 69,47%, seguida de estudantes que não exercem atividade remunerada no momento, nem recebem pensão ou aposentadoria: 17,45%.

Gráfico 10: Situação de trabalho dos estudantes por *campus* – 2011



Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Em 2015: Dos ingressantes neste ano, a maioria dos que declararam ter um trabalho remunerado foram os do *campus* Guarulhos (39,35%). Já no *campus* São Paulo, 67,42% informaram não trabalhar e não estar à procura de trabalho. Ainda em Guarulhos, 42,16% responderam que não trabalham mas encontram-se à procura de trabalho.

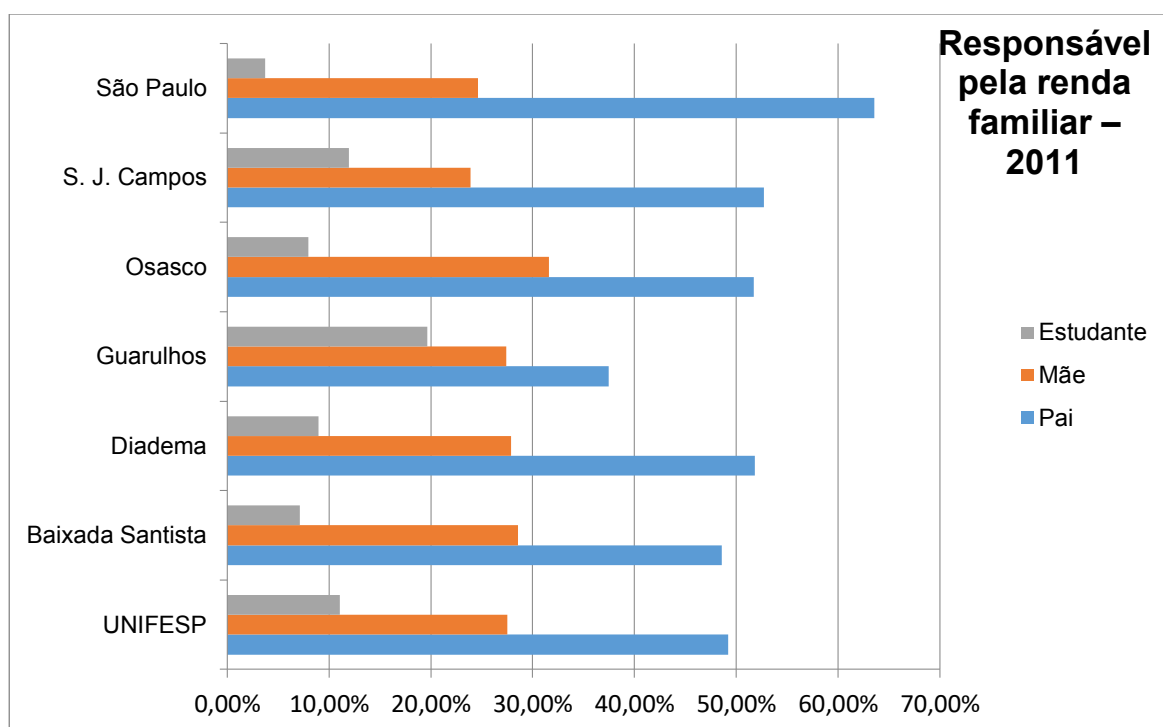
g) Quanto ao responsável pela renda da família

Em 2011: A maior parte dos estudantes ingressantes em 2011 apontou no questionário socioeconômico ser o pai (49,22%), seguida da mãe (27,51%). A proporção de estudantes que se declararam responsáveis pela renda é de 11,04%.

O *campus* Baixada Santista apresentou números próximos aos das médias da universidade, assim como o *campus* Diadema. O *campus* Guarulhos apresentou 37,46% de estudantes que declararam o pai como responsável pela renda; 27,39% declararam a mãe como a responsável pela renda e 19,64% como o próprio estudante, sendo esta média maior que a da universidade. Em Osasco os números também são compatíveis com as médias da UNIFESP, assim como ocorreu na Baixada Santista e em Diadema.

O *campus* São José dos Campos apresentou 52,72% de estudantes que declararam o pai como responsável pela renda; 23,91% declararam ser a mãe a responsável e 11,96% declararam serem os responsáveis pela renda, média esta mais alta que a da universidade. O *campus* São Paulo apresentou o maior número de estudantes que declararam ser o pai o responsável pela renda, com 63,55% dos estudantes nesta condição. Em seguida a mãe como responsável foi apontada por 24,61% dos respondentes.

Gráfico 11: Pessoa responsável pela renda familiar – 2011



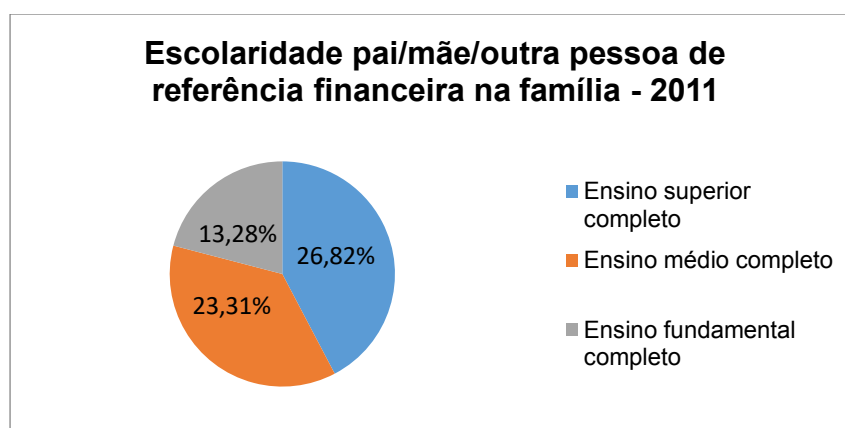
Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Em 2015: Os ingressantes dos *campi* Baixada Santista (37,18%), Diadema (38,22%), Osasco (40,66%), São José dos Campos (43,03%) e São Paulo (48,31%) apontam como responsáveis por sua manutenção o grupo familiar de origem. Em Guarulhos a maioria (50,74%) afirmou que o responsável será o próprio estudante.

h) Escolaridade do pai, mãe e pessoa de referência da família

Em 2011: Outra questão importante na pesquisa referiu-se à escolaridade do pai, mãe e pessoa de referência da família. Quanto à escolaridade do pai, na média geral da UNIFESP, o maior número de respostas (26,82%) indicou o ensino superior completo, seguido de 23,31% indicando o ensino médio completo. O terceiro maior grupo de respostas referiu-se ao ensino fundamental completo (13,28%).

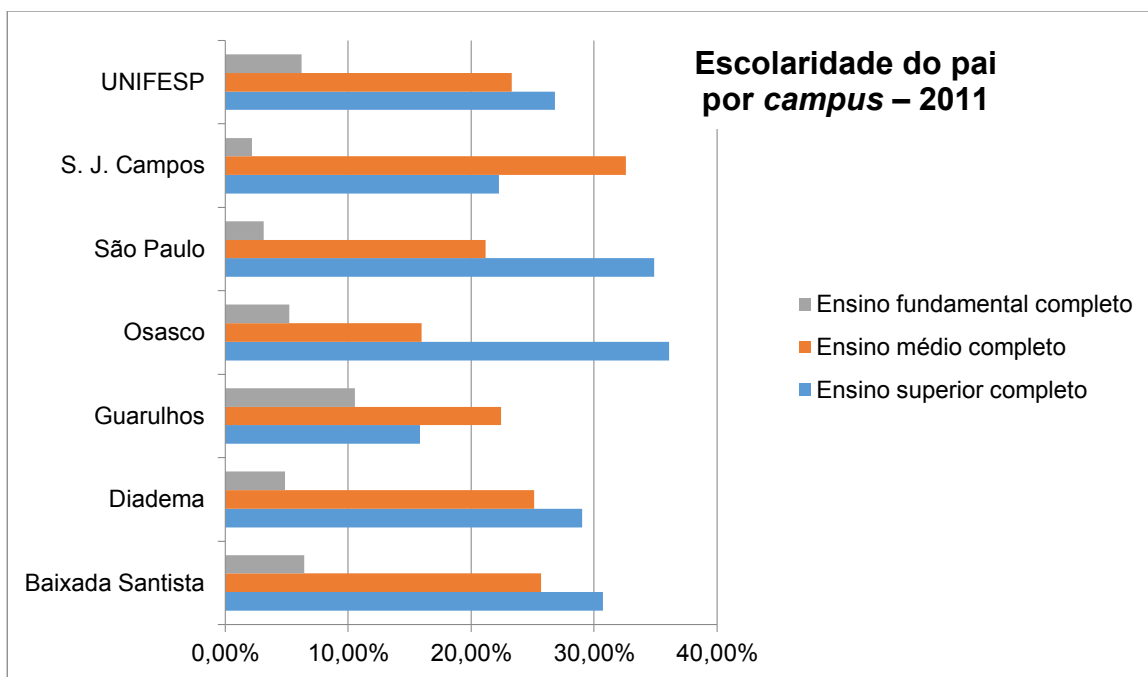
Gráfico 12: Escolaridade do pai/mãe/outra pessoa de referência na família – 2011



Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

O *campus* Baixada Santista apresentou 30,71% de pais com ensino superior completo, seguido de 25,71% de pais com o ensino médio completo. O *campus* Diadema apresentou dados próximos aos do *campus* Baixada Santista. Já o *campus* Guarulhos apresentou a maior parte das respostas indicando a escolaridade do pai como ensino médio completo (22,46%), seguida de ensino fundamental completo (20,46%). O terceiro maior grupo de respostas em Guarulhos referiu-se aos pais que tinham ensino superior completo (15,84%).

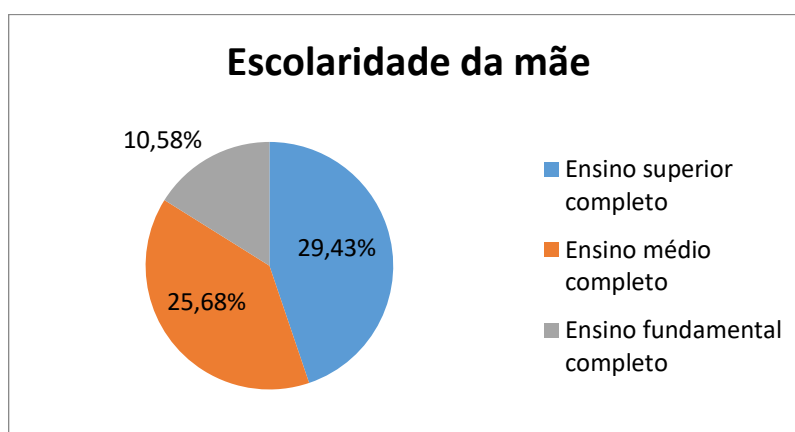
Os *campi* Osasco e São Paulo indicaram como maior índice os pais com ensino superior completo (36,11% e 34,89%, respectivamente), enquanto que em São José dos Campos os estudantes apontaram para o ensino médio completo com 32,61% das respostas neste ítem.

Gráfico 13: Escolaridade do pai por *campus* – 2011

Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Em relação à escolaridade da mãe, o maior dado é o de mães com o ensino superior completo (29,43%) e com o ensino médio completo (25,68%) na média geral da universidade. O terceiro maior grupo de respostas referiu-se ao ensino fundamental (10,58%).

Gráfico 14: Escolaridade da mãe - 2011

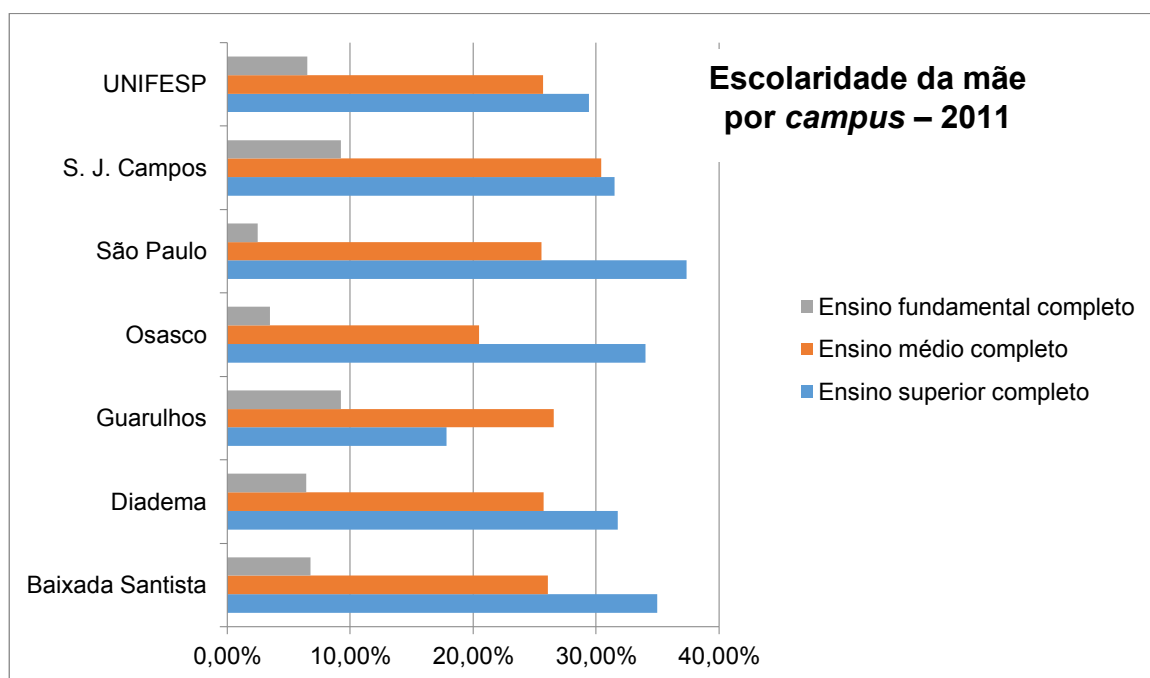


Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Todos os *campi* apresentam porcentagens maiores que a média da UNIFESP para mães com ensino superior completo, variando entre 31,52% em São José dos Campos e 37,38% no *campus* São Paulo. O *campus* Guarulhos apresenta média abaixo da encontrada na

universidade, com 17,82% de mães com o ensino superior completo. Quanto ao ensino médio completo, as médias diferenciam-se das apontadas na universidade nos *campi* Osasco, com 20,49% e São José dos Campos, com 30,43%. Em relação ao ensino fundamental completo, todos os *campi* ficaram abaixo da média da universidade, variando entre 6,54% no *campus* São Paulo e 9,78% em São José dos Campos. O *campus* Guarulhos apresentou 17,16% de mães com o ensino fundamental completo.

Gráfico 15: Escolaridade da mãe por *campus* – 2011



Fonte: O perfil socioeconômico e cultural da UNIFESP. 2013. Elaborado pela pesquisadora.

Com relação à escolaridade de outra pessoa de referência da família, os dados não diferiram dos apresentados nos itens referentes à escolaridade do pai e da mãe. A média da UNIFESP esteve em 33,26% com o ensino superior completo e 22,76% para o ensino médio completo, seguido de 11,13% com o ensino superior incompleto.

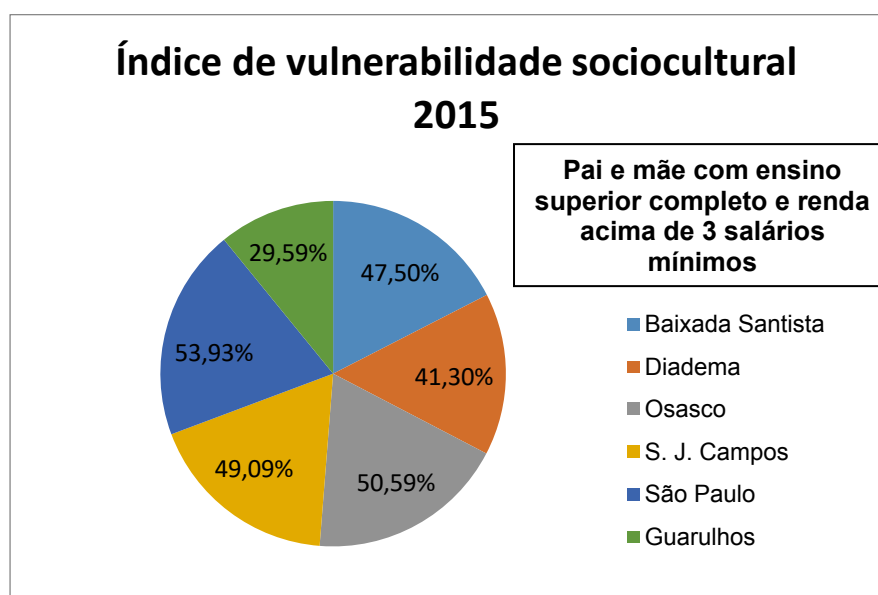
Em 2015: Nesta pesquisa o item correspondente foi o “Índice de vulnerabilidade sociocultural”, que relacionou a classificação da renda familiar com a escolaridade do pai e da mãe⁵². O critério utilizado descreve pai e mãe com e sem ensino superior e a renda bruta

⁵² Esta compreensão tem como referencial o estudo: ALMEIDA, A. M. F.; ERNICA, M.. Inclusão e Segmentação Social no Ensino Superior Público no Estado de São Paulo (1990-2012). *Educação & Sociedade*, Campinas, vol.36, n.130, Mar. 2015. p.63-83. Disponível em:

mensal de até três salários mínimos e acima de três salários mínimos. Esta forma de classificação compreende que em grupos onde os pais têm mais escolaridade, independente da renda, mais recursos são mobilizados para a vida educacional dos filhos. Diferente dos casos onde os pais têm menor escolaridade, menos recursos são mobilizados para este fim.

Sendo assim, os *campi* Baixada Santista (47,5%), Diadema (41,3%), Osasco (50,59%), São José dos Campos (49,09%) e São Paulo (53,93%) apresentaram a maioria de seus ingressantes com pai e mãe com ensino superior e renda familiar acima de três salários mínimos. O *campus* Guarulhos, por sua vez, apresentou 31,66% de seus ingressantes que declararam pai e mãe sem ensino superior e renda familiar acima de três salários mínimos, um valor bem aproximado dos dois índices seguintes: 29,59% apresentaram pai e mãe com ensino superior e renda acima de três salários mínimos e 29,29% de ingressantes com pai e mãe sem ensino superior e renda até três salários mínimos.

Gráfico 16: Índice de vulnerabilidade sociocultural – 2015



Fonte: Análise do perfil de estudantes ingressantes da UNIFESP. 2016. Elaborado pela pesquisadora.

Ao final desta apresentação, que buscou relacionar os dados encontrados na pesquisa de perfil do ingressantes em 2011 e 2015 na UNIFESP, alguns esclarecimentos se fazem necessários. As pesquisas contaram com outros dados e cruzamentos também significativos, que pela necessidade de destacar alguns pontos principais, não foram incluídos nesta breve apresentação. Os dados que tiveram como centralidade os cursos de cada um dos

campi também não foram explicitados neste estudo, pelo motivo de que neste intervalo de tempo (desde a realização da pesquisa em 2011), vários cursos foram criados, extintos ou reformulados.

As considerações finais da publicação de 2011 destacam cursos que apresentaram maior vulnerabilidade e o *campus* Guarulhos como sendo o que “*apresenta uma concentração significativa de alunos com renda inferior a 5 salários mínimos*” (CRUZ; CESPEDES, 2013, p. 128), demandando maior atenção com relação às políticas de assistência estudantil para este público.

Já a pesquisa de 2015 apresenta dados importantes como o decréscimo contínuo no percentual de estudantes de cor/raça/etnia branca (7,5% a menos) e o aumento de 3,7% de pardos. Houve crescimento no número de estudantes provenientes de escola pública (em torno de 6%), mudança atribuída à implementação da Lei de Cotas. As considerações finais do documento apontam para o enorme desafio que se apresenta ao ensino superior público, o de estar mais acessível à maior parte da população oriunda de ensino médio público, diante da grande oferta de ensino superior privado no Brasil.

Outros desafios são postos a partir do conhecimento do perfil de seus estudantes: proporcionar permanência e assistência estudantil aos estudantes já matriculados, priorizando o novo perfil delineado pela Lei de Cotas; realizar o acompanhamento (pesquisas) dos estudantes durante o curso e ao seu término, além do momento do acesso; ampliar o escopo dos estudos para avaliar a evasão, fenômeno preocupante principalmente nos cursos de Ciências Exatas; atentar para perfis diferenciados como estudantes trabalhadores, de cursos noturnos, pais/mães entre outros. Além da atenção aos diferentes perfis, torna-se essencial estruturar serviços como restaurantes universitários, moradias, creches, melhorias no transporte e acesso aos *campi*, com o apoio das gestões locais (Prefeituras Municipais) e da comunidade local.

5.2 O trabalho nos NAEs e a articulação entre as equipes para o atendimento das demandas apresentadas

A partir desta seção serão apresentadas as impressões referentes às questões abordadas nas entrevistas com as sete profissionais que participaram da pesquisa. As narrativas serão apresentadas a partir dos três eixos principais, abordando-se concomitantemente questões paralelas que se destacam nos relatos. A questão central

apresentada diz respeito ao trabalho das assistentes sociais nos NAEs, considerando o atendimento às demandas estudantis e o trabalho multidisciplinar que ocorre nestes núcleos.

Com o objetivo de elucidar a questão contemporânea que envolve a discussão entre Serviço Social ser ou não trabalho, pretende-se em poucas linhas abordar esta temática, sem nenhuma pretensão em esgotá-la. A discussão será amparada pelos trabalhos de Lessa (2000, 2012) e Yamamoto (2005, 2014).

A perspectiva de trabalho em Marx, que ora abordamos, discutiu-se no tópico “Trabalho do assistente social” desta dissertação. Segundo este entendimento, o trabalho é uma relação entre o homem e a natureza em que o homem, por sua atividade teleológica e intencional, media, regula e transforma, ou seja, modifica a natureza e assim modifica a si mesmo.

Este entendimento de Marx modifica toda uma história onde o homem, até então, era um ser com destino predeterminado por potências além de seu domínio. Acreditava-se em uma “essência” ou uma “força natural” além da capacidade de entendimento dos homens que tudo regia e a qual todos estavam submetidos. A relação entre o homem e a história modificou-se a partir do momento em que, por meio das forças produtivas, o homem desenvolve a capacidade própria de transformar a natureza de modo intencional (transformação por meio de uma ideação e objetivação) e assim atuar como demiurgo de sua história (LESSA, 2012, p. 19).

De acordo com Marx, a transformação da natureza por meio do trabalho realiza-se por meio de processos de trabalho e de seus componentes fundamentais: a força de trabalho (possui uma intencionalidade), um objeto ou matéria-prima a ser transformada e os meios ou instrumentos que possibilitam esta transformação (CAVALLI, 2009, p.2).

Lessa (2012, p. 28) afirma que, para Marx, o trabalho é categoria fundante porque, na relação com a totalidade social, é o trabalho o local por excelência onde as necessidades são produzidas e reproduzidas com aberturas à novas possibilidades. Esta produção e reprodução marca o desenvolvimento histórico do gênero humano.

A questão que envolve o Serviço Social apresenta-se neste particular: os profissionais do Serviço Social transformam a natureza por meio de sua intervenção profissional? A respeito disso, Lessa (2012, p. 28-29) diz o seguinte:

Esta, portanto, a nosso ver, é uma das questões decisivas que estão em jogo com a afirmação que o Serviço Social seria trabalho. Igualar ao trabalho práticas profissionais como o Serviço Social ou a educação (ou, como em algumas poucas tentativas, a medicina ou a nutrição), significa igualar o intercâmbio orgânico com a natureza com outras atividades em tudo distintas. Ao cancelar o que o trabalho tem

de específico, isto é, cumprir a função social de transformar a natureza em meios de produção e de subsistência, dissolve-se o trabalho em um enorme conjunto de práxis e, conseqüentemente, cancela-se a tese marxiana de ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens. E, com esse cancelamento, está liminarmente revogada a demonstração de como a essência humana é construto puro e exclusivo da ação dos seres humanos e, conseqüentemente, está revogada a demonstração por Marx da possibilidade e da necessidade históricas da revolução proletária.

Duas vertentes se apresentam como possibilidades de compreensão desta problemática, ou seja, se o trabalho do assistente social é transformador da realidade social ou não.

Alguns autores defendem que o Serviço Social não é trabalho, não havendo nele portanto processos de trabalho. Entre eles citamos Holanda (2012)⁵³ e Sérgio Lessa (2000, 2012). Este último afirma, amparado na concepção de trabalho em Marx, que o Serviço Social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais e que não realiza uma mediação entre o homem e a natureza, portanto, não há trabalho propriamente, tal como Marx o define. Segundo este autor, a intervenção do assistente social está voltada apenas para as relações sociais, relações entre os homens, não configurando uma transformação de um objeto (natureza) por meio de instrumento (CAVALLI, 2009, p. 5).

A questão colocada por Lessa é a de que existe uma diferença ontológica entre a função social da organização dos homens para que a sociedade se reproduza e a função social do trabalho. Segundo ele, a organização dos homens é distinta da transformação da natureza em bens necessários para a sociedade pois os que organizam o trabalho não objetivam a produção (LESSA, 2000, p. 20). Para ele, há semelhanças superficiais entre a classe trabalhadora e a “classe intermediária⁵⁴”, como por exemplo a condição assalariada. Porém, a função social exercida é o diferencial entre o trabalho assalariado do operário e o trabalho assalariado do assistente social.

O autor apresenta duas problemáticas na relação entre Serviço Social e trabalho: a primeira, se todas as *práxis* sociais são trabalho, e não há distinção entre organização do trabalho e a produção deste, então não há categoria fundante e a teoria de Marx cai por terra, abrindo-se a possibilidade de aceitação das teorias liberais e neo-liberais que negam até mesmo a existência da história e do ser social (LESSA, 2000, p. 21). A segunda, no campo

⁵³ HOLANDA, M. N. A. B. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. In: *Serviço Social e Sociedade*, ano 23, n. 69, mar. 2012. p. 5-29.

⁵⁴ Lessa (2012, p. 67-68) esclarece que uma parte da sociedade (classe dominante) vive da riqueza produzida pela outra parte (classe dominada). Entre essas duas classes existe uma classe intermediária entre os operários e a classe dominante. Esta classe tem como função social auxiliar a classe trabalhadora na reprodução das relações de expropriação dos trabalhadores. Ele insere os assistentes sociais nesta classe intermediária.

político, identifica todos os que realizam toda e qualquer atividade social como trabalho, incluindo banqueiros, políticos, grandes empresários.

A discussão acerca desta temática envolve a compreensão sobre a divisão social do trabalho. Segundo Teixeira, que em sua obra apresenta um panorama da produção bibliográfica de Marilda Yamamoto, a divisão do trabalho envolve grande cooperação em um mesmo processo de trabalho, ainda que fragmentado em diferentes especialidades. Explica que

[...] O Serviço Social, como as demais especialidades, existe devido a sua necessidade social no modo de organização que preconiza a criação de valor voltado à ampliação do capital. A participação do Serviço Social no processo de produção e reprodução social em sentido amplo significa que, como outras profissões, esta cria condições necessárias ao conjunto do processo de produção e reprodução do capital, atendendo necessidades oriundas do modo de organização capitalista (TEIXEIRA, 2014, p. 102).

Outros argumentos sustentam a definição de que o Serviço Social se encontra inserido, enquanto trabalho coletivo, no ciclo de produção e reprodução do capital, contribuindo para o ciclo reprodutivo em seu conjunto. Yamamoto (2014, p. 249) esclarece que a profissão está inserida na esfera da “reprodução”, onde o domínio do trabalho é objetivado nos meios de produção sobre o trabalho vivo, ou seja, sobre o trabalhador. Afirma, em acordo com Marx, que a noção de reprodução

“[...] refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção” (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Deste modo, a reprodução atinge a totalidade da vida cotidiana, incluindo o trabalho e a profissão. Uma vez assalariado, este profissional aproxima-se da produção de valor, da manutenção do exército industrial de reserva, em resposta a interesses da classe capitalista e a redistribuição da mais-valia, como forma de reprodução das relações sociais de produção (TEIXEIRA, 2014, p. 103-104).

Yamamoto (2014, p. 251) esclarece que o capital cria uma maior quantidade possível de trabalho materializado (valor) e reduz o trabalho necessário ao mínimo, ampliando assim o tempo de trabalho excedente. Com isso, progride-se a acumulação, que tem como uma de suas condições de desenvolvimento o conjunto da população trabalhadora excedente, o que contribui para a regulação dos salários.

A autora faz uma reflexão sobre o significado social da profissão, afirmando “o caráter contraditório do exercício profissional, indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2014, p. 253). Para ela, a dimensão contraditória da atividade profissional não desconsidera a autonomia dos profissionais de interferirem no direcionamento social e ético-político de seu exercício profissional, mas reafirma que cabe aos profissionais elegerem suas finalidades, formas de conduzir e de processar seu exercício mediante as condições e relações de trabalho que configuram o espaço sócio-ocupacional do assistente social (IAMAMOTO, 2014, p. 253).

Para Iamamoto, o Serviço Social não é uma profissão vinculada aos processos de criação de produtos e valor, tal como afirma Lessa. Embora não esteja vinculada ao desempenho de funções produtivas, caracterizada, portanto como um trabalho improdutivo, encontra-se integrada à criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho e da extração da mais-valia (IAMAMOTO, 2006, p. 85-86; 2014, p. 256).

A inserção no mercado de trabalho do profissional do Serviço Social é realizada por meio da relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada, afirmando-se sua condição de trabalhador assalariado, como já explicitado. Seus meios e condições de trabalho são fornecidos pelas instituições empregadoras. Assim, o assistente social caracteriza-se como um trabalhador livre, destituído de seus meios de produção, proprietário apenas de sua força de trabalho qualificada, absorvida pelo mercado como mercadoria. Apesar desta condição, destacam-se neste profissional a dimensão criativa, a fundamentação ética e a relativa autonomia, como características profissionais fundamentais (TEIXEIRA, 2014, p. 106-107).

Como forma de avançar na compreensão deste debate, torna-se imprescindível abordarmos a categoria mediação, como método dialético de análise da realidade, uma das categorias centrais da dialética. Esta categoria contribui na intervenção profissional na medida em que possibilita compreender os fenômenos não como isolados, mas como parte de um complexo social, influenciado por ideologias, expressões da política, economia, cultura e outras áreas. A mediação pode ser compreendida por meio da tríade: singularidade, universalidade e particularidade (CAVALLI, 2009, p. 7).

A singularidade compreende as demandas de modo pontual, fragmentado. O atendimento às demandas sob esta perspectiva não ultrapassa o imediato. Na contramão desta abordagem está a universalidade, que compreende as questões postas como além do aparente, de forma totalitária e coletiva. A universalidade relaciona as demandas com as contradições existentes, utilizando-se do método dialético de reflexão e ação (CAVALLI, 2009, p. 8).

Já na particularidade o objeto profissional é reconstruído. A compreensão das demandas em sua particularidade exige rompimento com a visão imediatista e a apreensão dos processos sócio-históricos (CAVALLI, 2009, p. 9).

Deste modo, ao incorporar a categoria mediação em sua intervenção profissional, o assistente social posiciona-se de modo crítico e dialético, proporcionando não apenas uma compreensão da questão apresentada, mas a possibilidade de intervenção social junto ao sujeito.

Parafraseando Teixeira (2014, p. 108),

O trabalho do Serviço Social tem um efeito nas condições materiais e sociais dos indivíduos, membros da classe trabalhadora, que são usuários dos serviços sociais. Estes estão previstos em políticas sociais [...]. Sua relevância enquanto trabalho concreto, que o condiciona como socialmente necessário, está em que interfere nas condições de sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. [...] Ocorre que o trabalho do Serviço Social incide também no campo do conhecimento, dos valores e comportamentos, ao possuir uma dimensão socioeducativa.

Embora o Serviço Social não se inscreva entre as atividades diretamente vinculadas à criação de produtos e valor, visto que o Estado é seu maior empregador, isto não significa seu total alijamento da produção como um todo. Iamamoto (2014, p. 256) esclarece que o processo de produção e reprodução capitalista se utiliza de diversas atividades profissionais que, mesmo não estando relacionadas diretamente com a produção, são necessárias ao movimento do capital.

Para Teixeira (2014, p. 110), Iamamoto defende a materialidade do trabalho profissional do Serviço Social, na medida em que este profissional participa na reprodução da força de trabalho e na criação de consensos, seja reforçando a hegemonia vigente, seja contribuindo para uma mudança de comportamento da classe trabalhadora, numa perspectiva contra-hegemônica. Esta última atende mais aos anseios profissionais, considerando-se a perspectiva crítica.

Por fim, Iamamoto (2014, p. 258) esclarece que

[...] é necessário extrapolar o foco corrente centrado na prática profissional, visto que esta se restringe a um dos elementos do exercício profissional historicamente situado: o próprio trabalho, como atividade do sujeito que age, componente subjetivo do processo de trabalho. E caminhar para uma abordagem na óptica de totalidade da mesma, ampliando o foco da análise para o trabalho em seu processo de realização no mercado de trabalho, em condições e relações sociais determinadas.

Esta discussão está presente no escopo da profissão desde os anos 1990 e não há aqui pretensão de esgotá-la ou de afirmar uma postura única. Apenas buscou-se trazer esclarecimentos acerca da reflexão do Serviço Social como trabalho no âmbito filosófico.

A seguir, apresenta-se a análise do trabalho do assistente social nos NAEs e sua articulação em cada equipe, visando o atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes.

A primeira questão envolveu a discussão sobre o trabalho no Núcleo de Apoio ao Estudante, bem como a articulação entre as equipes de cada um dos NAEs para o atendimento das demandas apresentadas:

- Em seu trabalho, quais as principais demandas trazidas pelos estudantes e quais respostas profissionais você constrói para elas? Qual a participação da equipe de profissionais do NAE nestas respostas?

As demandas e requisições sociais que se apresentam aos assistentes sociais expressam a dinâmica das relações sociais presentes na sociedade, ou seja, são forças provenientes tanto do movimento do capital quanto dos direitos, valores e princípios oriundos da classe trabalhadora. Particularmente, o Serviço Social se encontra organicamente vinculado às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas de seu enfrentamento, permeadas tanto pela ação dos trabalhadores quanto do capital e do Estado (IAMAMOTO, 2009, p. 27-28).

O exercício profissional agrega um conjunto de determinações e mediações estabelecidas com distintos sujeitos sociais em sua condição de trabalhador assalariado. Estas determinações e mediações condicionam o processamento do trabalho cotidiano e o seu significado social, bem como restringem a autonomia profissional, com implicações na efetivação do projeto ético-político (IAMAMOTO, 2009, p. 38).

Neste contexto, as atividades desenvolvidas pelos profissionais sofrem, além das implicações relacionadas à sua condição de trabalhador assalariado, as demandas advindas das situações singulares vividas pelos indivíduos que acessam os serviços e suas famílias, grupos e segmentos sociais. O desafio se encontra no atendimento das necessidades sociais trazidas por estes e no trânsito da esfera privada para a luta por direitos, integrando o singular no coletivo e incorporando a pesquisa e o conhecimento da realidade destes sujeitos como requisitos fundamentais para o desempenho da profissão, aliadas à sensibilidade e à vontade política transformadoras (IAMAMOTO, 2009, p. 40).

5.2.1 A avaliação socioeconômica como principal demanda das profissionais

Este primeiro eixo buscou apresentar as demandas que são encontradas em cada Núcleo, bem como as respostas dadas a estas requisições.

As principais demandas relatadas estão associadas à vulnerabilidade⁵⁵ socioeconômica da família, e para atender a esta requisição é realizada a análise socioeconômica a fim de identificar o perfil do estudante. Se o estudante apresentar o perfil em acordo com o determinado nos programas de auxílio/bolsa estudantil, o mesmo é inserido nos programas disponíveis.

Dificuldade na manutenção aqui da universidade por vários fatores, principalmente pela situação de vulnerabilidade socioeconômica da família, que não tem condições de auxiliar nesse momento. Então, como eu auxilio: eu faço uma análise socioeconômica, verifico qual é a renda, qual a situação do grupo familiar, aí chego numa conclusão se é perfil para receber o auxílio ou não (Tarsila).

Esta narrativa descreve de modo sucinto a rotina de análises socioeconômicas realizadas por estas profissionais. As análises são realizadas caso a caso com o objetivo de obter o perfil de vulnerabilidade de cada estudante solicitante para então inseri-lo em um dos programas disponíveis. Os estudos socioeconômicos realizados pelas assistentes sociais são parte intrínseca da ação profissional. A lei que dispõe sobre o exercício da profissão apresenta esta ação como competência profissional⁵⁶.

A UNIFESP conta com dois programas de auxílio/bolsa que visam atender aos estudantes que se apresentam em condições de vulnerabilidade socioeconômica, basicamente demonstrada pelo valor da renda do grupo familiar, que deve estar entre zero e um salário mínimo e meio *per capita* para atendimento. O mais antigo é o Programa de Auxílio para Estudantes – PAPE, instituído em 2010 a partir do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este plano estabelece alguns critérios para acesso aos auxílios, ao mesmo tempo que possibilita autonomia à universidade para uso do recurso.

⁵⁵ O conceito de vulnerabilidade utilizado por esta universidade em seus programas de auxílios compreende o conjunto de situações que podem comprometer a permanência do estudante na universidade. Abrange a ausência ou dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos e direitos sociais. Consultar também o tópico núm. 2.2 deste estudo.

⁵⁶ A Lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, art. 4º, inciso 11) estabelece a realização de estudos socioeconômicos com os usuários, a fim de obter benefícios e serviços sociais, como competência do assistente social.

Já o Programa de Bolsa Permanência – PBP, instituído pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, prevê a concessão de auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir do critério de renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio, e para estudantes indígenas e quilombolas, pago diretamente pelo Ministério da Educação – MEC aos estudantes, via cartão de benefício. Aos estudantes indígenas e quilombolas o valor é diferenciado e não é necessário realizar análise socioeconômica, devido às suas especificidades de organização social. A diferença entre os dois programas baseia-se na forma como o recurso é repassado (no primeiro é destinado à universidade para posterior repasse aos estudantes e o segundo diretamente aos estudantes beneficiados) e no critério de carga horária de curso, que não existe no primeiro programa, mas que no segundo é estipulada em igual ou superior a 5 horas diárias, o que exclui uma série de cursos noturnos, matutinos, vespertinos ou integrais com carga horária inferior.

No início da profissão o estudo social de caso adotava uma perspectiva de orientação positivista/funcionalista, onde a desigualdade era considerada como um fato “natural” e a solução para este problema estava na adaptação dos indivíduos e em sua personalidade. Nesta perspectiva, os auxílios tinham caráter temporário e utilizava-se da averiguação dos modos de vida como parte da análise (MIOTO, 2009, p. 483).

A partir da adoção, por parte da profissão, do compromisso ético-político de transformação social, a interpretação das demandas passa a ser vista como expressão de necessidades humanas não atendidas, decorrentes do modo de organização capitalista. Neste sentido, os direitos são caminhos para a concretização da cidadania, por meio de políticas sociais. O Estado tem o papel de garantir e atender as necessidades básicas (MIOTO, 2009, p. 484-485).

Neste particular, estas profissionais têm por atribuição a realização dos estudos socioeconômicos para a concessão dos auxílios aos estudantes que solicitam e são identificados em um dos níveis de perfil identificados no quadro 1. Esta atividade é realizada desde a preparação dos editais anuais, divulgação, recebimento de documentos, realização das entrevistas, estudos socioeconômicos e outras formas de avaliação para definir em qual perfil o estudante se encaixa e assim garantir que o mesmo será atendido pelos programas.

Regina Mioto (2009, p. 485) esclarece, quanto aos estudos socioeconômicos, que são “*ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação dos direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social.*”

Para esta autora, os estudos socioeconômicos ou sociais são utilizados em diversas áreas e assumem determinadas características e finalidades, condicionadas tanto pelas

especificidades da área em que o profissional atua como pela natureza do espaço sociocupacional, exigindo do profissional conhecimentos que envolvem a dimensão ética e operativa da profissão (MIOTO, 2009, p. 487).

“Podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social” (MIOTO, 2009, p. 488). A finalidade imediata dos estudos socioeconômicos é a emissão de um parecer, e, de modo mais ampliado, a obtenção e análise de dados sobre a população atendida (condições econômicas, políticas, sociais e culturais), subsidiar o planejamento e a gestão dos serviços e a reformulação ou a formulação de políticas sociais (MIOTO, 2009, p. 488).

Dentro desta perspectiva, adotada pela equipe de assistentes sociais mencionada aqui, a família é o núcleo de referência dos indivíduos, instância maior de proteção social. Deve ser compreendida em sua diversidade, considerando inclusive a presença de conflitos, inerentes às suas relações. Deste modo, o estudo social deve abranger o conhecimento da estrutura das relações familiares dentro e fora de seus limites (MIOTO, 2009, p. 489).

Ainda segundo Miotto (2009, p. 489), três indicadores auxiliam na definição de família: a coabitação dos membros num mesmo domicílio, laços consanguíneos ou biológicos e as relações afetivas.

Para a realização dos estudos socioeconômicos, são utilizados instrumentos como a entrevista, a observação, a reunião, a visita domiciliar e a análise de documentos pertinentes à situação determinada. Todos estes instrumentos são criados e recriados mediante os objetivos e exigências da ação profissional e são fundamentais para se conhecer a realidade. O produto da análise é um documento final, o parecer, que leva em consideração os dados da realidade, o marco teórico-metodológico e o conhecimento da área, das legislações pertinentes e de outros estudos relacionados (MIOTO, 2009, p. 492-493).

Nesta universidade, o estudo socioeconômico é realizado pelas assistentes sociais para cada solicitação de auxílio/bolsa. As definições, critérios e normas sobre tais programas ficam disponíveis no *site* da universidade. Já o Edital, único para todos os *campi*, com prazos e mais detalhes dos programas, é publicado anualmente. Os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação podem se inscrever, entregando um questionário socioeconômico preenchido e assinado e uma documentação em cópia, que vai listada em anexo ao questionário. O prazo para análise das profissionais leva de 30 a 60 dias e o estudante tem direito a recurso em primeira e segunda instância, caso não esteja satisfeito com o resultado. Os casos que apresentam peculiaridades ou condições omissas ao Edital são tratados na Comissão PAPE/PBP, assim como os recursos.

Dentre os instrumentos de análise mais utilizados estão à análise documental, a entrevista, a observação e a visita domiciliar. Esta última é utilizada em menor escala, mas é a que permite uma maior amplitude no entendimento e conhecimento da situação socioeconômica trazida pelos estudantes. As reuniões da Comissão PAPE/PBP são realizadas de duas a três vezes por mês e servem como espaço tanto de discussão dos casos pontuais quanto de elaboração de estratégias, planejamentos, avaliações entre outras demandas.

Todo o instrumental utilizado nas análises socioeconômicas feitas por esta equipe de assistentes sociais foi elaborado por elas. O material foi pensado e é constantemente aprimorado levando-se em consideração a realidade tanto da vida dos sujeitos quanto das atualizações institucionais e profissionais.

Maria Inês Graciano e Neide Lehfeld (2010, p. 177) entendem o instrumental como o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização profissional, segundo uma visão crítica da realidade e o uso de habilidade e criatividade:

[...] O instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade (entrevista/relatório, visita, reunião, observação participante, etc.), produto desta visão concebida. É, portanto, o instrumental, por excelência, uma categoria relacional e abrange não só o campo das técnicas como também conhecimentos, métodos e habilidades. É uma categoria que se constrói a cada momento, a partir de finalidades da ação que se vai desenvolver e dos determinantes históricos, políticos, sociais e institucionais a ela referidos.

Neste tópico buscou-se demonstrar como são realizadas as análises socioeconômicas pelas profissionais, sendo esta a principal demanda de trabalho das assistentes sociais entrevistadas. A seguir, serão exploradas outras demandas de seu cotidiano.

5.2.2 Outras demandas e a relação com o trabalho multi/interprofissional

As outras demandas citadas pelas profissionais entrevistadas estão relacionadas aos problemas de saúde ou emocionais, que são direcionados aos profissionais de saúde dos NAEs, quais sejam enfermeiras(os), auxiliares de enfermagem, médicas(os), pedagogas(os) e psicólogas(os) dos Núcleos. Casos em que são necessários encaminhamentos, os mesmos são realizados, seja para o Serviço de Saúde do Corpo Discente – SSCD, localizado junto ao *campus* São Paulo, seja para a rede assistencial de cada município, serviços-escola de universidades privadas ou à rede de atendimento particular (caso os estudantes tenham convênio próprio).

A assistente social Leila trouxe outros indicativos de demandas que vão além da busca por auxílios financeiros. Neste NAE são concedidas as duas modalidades de bolsa/auxílio. Os estudantes deste *campus*, além da questão socioeconômica e de saúde, trazem também ao NAE questões que envolvem dificuldades de acompanhamento, relações interpessoais, situações que envolvem violência, além de esclarecimentos quanto aos demais assuntos de ordem acadêmica ou mais geral.

Quanto ao atendimento pedagógico, este NAE apresenta uma situação peculiar. A pedagoga recentemente foi realocada junto à Direção Acadêmica, devido à particularidade de seu trabalho ser realizado de modo independente dos outros profissionais deste NAE. A profissional entrevistada deixa claro que sua atividade não é vinculada à equipe de modo multiprofissional.

Na parte pedagógica acaba vindo mais no sentido inverso, alguns [estudantes] da pedagoga para [a equipe NAE], e alguns questionamentos de alguns atendimentos que a gente já faz acompanhamento ela não me dá retorno. Então dizer que tenha esse trabalho interdisciplinar ou minimamente multidisciplinar ele é muito precário [...] ou quando ela demanda alguma coisa da equipe, mas eu não tenho esse feedback dela [...] (Leila).

Outra questão levantada por esta profissional diz respeito ao trabalho multidisciplinar, que é muito precário, segundo ela, não existindo troca entre todos os profissionais dentro da equipe. As equipes são compostas por diversos profissionais e nem sempre a presença dos profissionais garante a multidisciplinaridade; tampouco o trabalho pode ser identificado como interdisciplinar. Em alguns NAEs o que ocorre é um trabalho individualizado, no qual as ações são realizadas por cada profissional de modo independente, sem diálogo ou com diálogos superficiais sobre a demanda posta.

Segundo Ortiz (2011, p. 195), a atuação interdisciplinar consiste na “*interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos profissionais envolvidos.*” Segundo a autora, estabelecer uma relação horizontal nas equipes onde um dos profissionais se sobressai como prioritário ou majoritário é um desafio.

Esta questão também é trazida pela terceira profissional entrevistada: “[...] *ainda existe uma divisão entre o Serviço Social e Saúde, mas estamos caminhando e tentando trabalhar como uma equipe multidisciplinar [...]*” (Celina). Este *campus* também apresenta uma equipe praticamente completa, com profissionais (um ou dois) das áreas do Serviço Social, psicologia, medicina e auxiliares de enfermagem. Um dos profissionais de psicologia,

o profissional de enfermagem e da pedagogia se encontram licenciados no momento da escrita desta dissertação. Esta equipe apresenta um modelo de atendimento/acolhimento diferenciado, que é descrito por esta profissional:

Como o NAE funciona doze horas seguidas, a ideia é que o estudante possa ser acolhido por qualquer profissional do setor, para depois a equipe discutir qual o encaminhamento e qual profissional ficará responsável pelo atendimento. Por exemplo, em um caso de violência sexual ou violência contra a mulher qualquer profissional faz o acolhimento do estudante e o encaminha ao psicólogo, que tem especialização nesta temática, e os dois profissionais ficam como referência para o atendimento ao estudante [...] (Celina).

Este NAE, particularmente, atende ao maior número de estudantes de graduação matriculados. Apresenta a maior demanda, tanto por atendimentos para análises socioeconômicas, quanto de questões de conflito e violência; tanto entre os estudantes entre si quanto entre os estudantes e a universidade. A profissional ressalta que a equipe completa é essencial para o bom andamento dos trabalhos. Apesar disso, relata que o compartilhamento das atividades entre os profissionais ainda é precário:

As questões referentes aos auxílios ficam exclusivamente a cargo do Serviço Social. São poucos os profissionais da equipe de trabalho que se dispõem a acolher o estudante em um primeiro atendimento, explicando sobre o programa e tirando dúvidas. Algo que todos os profissionais estão capacitados a fazer [...] (Celina).

Segundo o regimento do Núcleo de Apoio ao Estudante⁵⁷, em seu artigo 3º, a equipe do Núcleo de Apoio ao Estudante deve ser composta por coordenador, auxiliar administrativo e profissionais das áreas de Serviço Social, Educação e Saúde, além de outras categorias profissionais, de modo que atendam as demandas específicas dos *campi*, em acordo com as políticas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e do Decreto PNAES.

Ainda segundo Ortiz (2011, p. 196-197), para a realização das atividades nas equipes interdisciplinares é imprescindível distinguir as particularidades do papel profissional diante dos demais profissionais. A autora ressalta que muitas vezes o campo social é compreendido por outros profissionais como uma abstração, sem conteúdo histórico, ou meramente cultural, cabendo aos assistentes sociais a construção e a sistematização de projetos e ações coletivas que contemplem as demandas. A autora destaca aspectos da profissão que possibilitam estas ações, tais como a formação generalista, a capacidade de analisar a conjuntura, o reconhecimento de possíveis aliados para a implementação das ações,

⁵⁷ Este documento encontra-se disponível em:
<http://www.unifesp.br/reitoria/prae/institucional/documentos/regimento-naes>.

a realização de conexão da demanda trazida pelos usuários com a dinâmica estrutural e sócio-histórica mais ampla, a associação da demanda a elementos da formação social brasileira e latino-americana e a relação existente na sociedade de classes que restringe escolhas e possibilidades dos sujeitos.

Na mesma direção, Fraga (2011, p. 186-187) questiona a forma pela qual podemos pensar o exercício da interdisciplinaridade num mundo “especialístico”, onde cada dia mais os sujeitos são pensados de forma fragmentada. Segundo esta autora, devemos sempre questionar os “aprisionamentos” que são reforçados e produzidos pela realidade contemporânea “*neo-liberal-globalizada-heterogerida*” à qual estamos submetidos.

A autora questiona as práticas interdisciplinares, as quais no contexto de retração do Estado não favorecem o pleno exercício dos direitos, mas pune os mais empobrecidos: “*como exercitar uma prática interdisciplinar, quando deixamo-nos levar pelo ordenamento social do capital, que minimiza os espaços de direito e amplia as ordenações de disciplina dos corpos?*” (FRAGA, 2011, p. 185).

Ortiz (2011, p. 198-199) destaca algumas características do perfil profissional que contribuem para uma atuação interdisciplinar, quais sejam um profissional crítico, criativo, competente, comprometido, que não rebaixa ou dilui seu saber, papel ou intervenção diante dos demais profissionais. Segundo ela, o trabalho interdisciplinar deve ser orientado pela perspectiva da totalidade, com garantia do sigilo profissional e com a criação de espaços democráticos e plurais no interior das equipes.

Porém, a universidade, assim como todo o setor público da Educação Superior, enfrenta a precarização nas contratações de novos servidores, advindas da contrarreforma educacional, impactando diretamente na atenção ao estudante que cada um dos Núcleos pode oferecer. Na prática, o número de servidores nas equipes varia de *campus* para *campus*, e depende de articulação das Direções de cada unidade e de vagas junto ao Ministério da Educação – MEC. Ou seja, além da problemática de equipes reduzidas, ocorrem dificuldades no compartilhamento dos trabalhos de modo interdisciplinar.

Esta profissional relata também que o NAE neste *campus* é acionado por motivos diversos, inclusive alguns que não são da competência deste Núcleo, mas que as demais instâncias acadêmicas do *campus* entendem que deve ser encaminhado ao NAE: “*Qualquer demanda do campus vai para o NAE, e especificamente para a assistente social, mesmo extrapolando os limites da nossa atuação [...]*” (Celina). Em relação a esta situação, a mesma reflete que falta diálogo entre a direção e os próprios estudantes, visando a evitar a mediação

de conflitos e processos de conduta estudantil ou comissões de sindicância internas desnecessárias.

A assistente social Maria Quitéria relatou, além das situações já citadas, circunstâncias de preconceito vivenciadas por estudantes, baixa autoestima e demais intercorrências que envolvem questões pessoais. Os casos que envolvem preconceito, citados pela profissional, são relativos aos grupos étnicos e minorias que cada vez mais estão presentes no ambiente universitário, quais sejam as pessoas com deficiência, estudantes oriundos de países africanos (por intermédio de programas de intercâmbio), questões de gênero e homoafetividade, entre outros grupos. Esta profissional relata inclusive a formação de grupos de discussão entre os próprios estudantes acerca destes temas, os “coletivos”. Ressalta também que interlocuções com outros setores da universidade são necessárias e atendimentos individuais são realizadas na própria equipe, sempre que possível.

A respeito dos conflitos vivenciados pelos estudantes homoafetivos, esta profissional entende que são oriundos de seu reconhecimento e identificação, que ocorrem no período que coincide com o (ou é propiciado pelo) ingresso na universidade. Segundo este relato, os estudantes procuram o NAE para buscar ajuda e apoio neste processo de amadurecimento, muitas vezes não encontrados em suas famílias.

Como forma de dar vazão e/ou atendimento a esta e outras questões relacionais, a profissional busca nos coletivos e outras organizações estudantis o contato permanente, entendendo que o NAE tem papel articulador, e não centralizador:

Eu acho que o nosso papel [...] de quem está dentro da instituição, dentro dos programas em si é isso: é poder propiciar que nosso público alvo tenha o conhecimento de como funciona os seus direitos e se apoderem disso. É fazer essa interlocução[...] (Maria Quitéria).

A assistente social Chiquinha Gonzaga traz um panorama sobre suas ações e o trabalho em sua equipe:

A grande maioria dos atendimentos são relacionados com os pedidos de auxílio e bolsa e não trazem indicativos de uma vulnerabilidade mais acentuada que possa ter uma relação com o comprometimento da permanência do estudante na universidade. Então, eu costumo dizer, por meio dos meus pareceres, que esses estudantes cumprem os requisitos para o acesso aos programas, e então, eles se encaixam pelo norteador renda, dentro dos determinados perfis socioeconômicos e acabam acessando os auxílios ou bolsas, conforme a regra de curso de período integral e curso de meio período. Existem perfis mais vulneráveis sim, um número menor, e pontuais os casos que são decorrentes de questões homoafetivas, fragilização de vínculos [...] (Chiquinha Gonzaga).

Segundo ela, os casos de conflitos são pontuais, não se apresentando como uma demanda significativa, diferente do que apontam as demais profissionais. Quando ocorrem são tratados por toda a equipe conjuntamente e os encaminhamentos em saúde são feitos pela médica ao Serviço de Saúde do Corpo Discente - SSCD. Ressalta-se que a profissional sente a falta de um psicólogo e que muitos dos encaminhamentos não são sistematizados pela Pró-reitoria, feitos muita das vezes por iniciativas dos profissionais. Faltam interlocuções para os atendimentos das demandas estudantis como um todo: “*Não existe um fluxo institucional, descrito, aprovado. O que existe na verdade é a iniciativa de uma profissional [médica] que vai buscar os caminhos para dar a atenção aos estudantes [...]*” (Chiquinha Gonzaga).

Este *campus* apresenta particularidades que o diferencia dos demais. É o *campus* mais antigo, que abriga as Escolas de Medicina e Enfermagem e que, do ponto de vista socioeconômico, apresenta a maior renda *per capita* da maioria das famílias de seus estudantes (ver ítem 5.1 deste estudo), resultando em uma busca menor por auxílios e bolsas.

Outra especificidade neste Núcleo é que o mesmo acolhe e atende, além dos estudantes de graduação (público-alvo prioritário para atendimento, conforme o Decreto PNAES), estudantes residentes multiprofissionais e pós-graduandos *stricto sensu*. Estes são atendidos pelos profissionais de saúde, especialmente pela médica, ocasionando, segundo a entrevistada, uma sobrecarga em seus atendimentos. Já o enfermeiro atua também junto ao restaurante universitário, exercendo a fiscalização.

Esta profissional dá destaque em sua narrativa a uma outra atividade em especial, a atuação junto às matrículas da graduação, de responsabilidade da Pró-reitoria de Graduação. Apesar de esta atividade estar sob outra pró-reitoria, entende-se, de modo comum entre as equipes e na PRAE, que a recepção dos ingressantes deve ter a participação dos NAEs, de modo a divulgar suas ações e esclarecer questões que possam surgir com relação à permanência estudantil:

Na matrícula, primeira chamada do [sistema] misto, a equipe [coordenadora] e o [enfermeiro] e a [médica] ficaram na Atlética, porque foram montados *stands* na quadra da Atlética com vários serviços da UNIFESP [...]. Eu fiquei na matrícula mesmo, na sala da análise socioeconômica fazendo a divulgação do PBP e do PAPE.[...] (Chiquinha Gonzaga).

A assistente social Carolina de Jesus descreve suas demandas a partir do trabalho exercido no NAE do maior *campus* em número de estudantes de graduação (mesmo local de trabalho da profissional Celina). Segundo ela, a demanda por auxílios é tão grande quanto as demais demandas que surgem em paralelo.

É um *campus* que apresenta uma diversidade de demandas significativas. Eu acho que por ser um *campus* cuja a grande maioria dos cursos são na área de educação, a gente tem um número maior de estudantes com um perfil próximo ao perfil da assistência [social], estudantes que apresentam algum tipo de elemento ou fator de vulnerabilidade, dentro de um contexto familiar, contexto socioeconômico. A gente sabe que [...] os cursos de licenciatura ainda são os cursos com estudantes da periferia, os estudantes mais pobres ainda procuram, porque acham que é o curso que eles vão ter acesso e que vai possibilitar a eles emprego de imediato [...] (Carolina de Jesus).

Apesar de a universidade pública ser a opção de muitos jovens com baixa renda no Brasil, devido ao não pagamento de mensalidades, este público ainda é minoria na maior parte dos *campi* desta universidade. Neste *campus*, especificamente, há um dado diferente dos demais, apontado na pesquisa com os estudantes ingressantes em 2011. Mais de 64% destes indicou ter renda até cinco salários mínimos, única unidade da UNIFESP com este indicativo.

As demais questões apontadas pela profissional que são presentes no cotidiano deste Núcleo estão relacionadas à questão racial, de gênero, conflitos (relações interpessoais entre estudantes e entre estudantes e demais membros da comunidade acadêmica), dificuldades de acompanhamento nos estudos, por defasagem no ensino médio, entre outras questões, comuns aos demais NAEs. Apontamentos também foram feitos com relação à moradia, ao transporte, o impacto do trabalho no cotidiano acadêmico dos estudantes do período noturno e ausência de acompanhamento pedagógico.

A mediação aparece, para esta profissional, como as reconstruções que estruturam a dinâmica das ações, trabalhadas no âmbito das representações da população usuária, tal como definida por Pontes (1995, p. 182-183), utilizando estratégias que superam a singularidade, articulando as forças e os sujeitos que se apresentam:

É muita coisa que a gente tem dentro da universidade, são muitas demandas. Desde um problema localizado, como um estudante que entra com um machado na universidade e a gente tem que trabalhar essa relação desse machado para esse estudante, dessa religião que ele aceita; a uma coisa maior, de estudantes que estão organizados para mobilizar uma greve, e aí tem que ser feita uma mediação, uma intervenção para saber o que é possível dialogar para que aquilo não chegue a um momento tão extremo.[...] (Carolina de Jesus).

Segundo esta profissional, a permanência estudantil não está relacionada apenas ao benefício financeiro, mas vai além. A profissional levanta a questão da qualidade da formação, voltada para um público peculiar:

Os cursos deste *campus* são no vespertino e noturno somente, então há um número muito grande de estudantes trabalhadores na universidade, e essa é uma questão que a gente precisa discutir realmente. Como é que a gente está trabalhando essa permanência do estudante na universidade? Que qualidade de formação esses estudantes estão tendo [...]. E a permanência está relacionada [...] com a questão pedagógica. [É preciso] trabalhar a questão pedagógica em paralelo ao auxílio [...]. É complicado a gente trabalhar em um NAE sem pedagogo[...] (Carolina de Jesus).

A mesma profissional, na narrativa a seguir, revela limitação na atuação do profissional do Serviço Social, ao se deparar com questões que ultrapassam a possibilidade de atendimento do setor:

A assistência estudantil ela não foi feita exclusivamente para estudantes com uma vulnerabilidade econômica, ela é feita para todo o estudante que tenha algum tipo de vulnerabilidade na permanência na universidade, seja ela vulnerabilidade econômica e aí [tem] os auxílios, mas tem estudantes com outro tipo de vulnerabilidade, de aprendizado, de outras coisas. Então hoje o Núcleo por mais que a gente queira evoluir para... prestar esses serviços, o maior serviço é o auxílio, mas eu acho que não é por uma questão de não tentativa dos profissionais de fazer algo diferente, eu acho que é por questões de infraestrutura mesmo que a gente não tem condições de dar conta. E é essa estrutura que eu penso não somente do Núcleo, é este diálogo com os [setores] da universidade, esse compromisso que tem que ter de todos com a permanência desse estudante [...] (Carolina de Jesus).

As situações que chegam ao profissional de Serviço Social demandam respostas. Nem sempre os profissionais, em seus Núcleos ou na Comissão PAPE/PBP dão conta de responder às mais diversas demandas, que muitas vezes ultrapassam as possibilidades dos setores. O trabalho multi/interdisciplinar favorece a elaboração de caminhos e estratégias para responder a tais demandas, sejam elas de cunho social (encaminhamentos internos ou externos), questões de saúde (física ou mental), questões pedagógicas (acompanhamentos, oficinas), dificuldades de aprendizagem (envolver as coordenações de curso), atividades culturais, entre outras.

Uma atuação mais propositiva, no sentido de sair da intensa rotina dos NAEs e repensar estratégias, produzir pesquisas e conteúdos acadêmicos, tais como seminários, encontros de reflexão sobre as experiências profissionais e publicações acerca do trabalho realizado pelas equipes é sugerido por esta profissional. Carolina de Jesus ressalta que só por meio da reflexão e da referida produção é que as reais necessidades dos estudantes são conhecidas e demandas por capacitação serão despertadas. Em relação a esta necessidade, Barroco (2012, p. 75 – 76) descreve que:

A capacitação profissional é necessária para o desvelamento da realidade em face das implicações éticas do agir profissional, dos conflitos éticos presentes no cotidiano profissional, dos impasses diante de escolhas de valor, entre outros.

Quando indagamos criticamente sobre valores, colocamos em questão a própria realidade, abrindo a possibilidade de perguntar se os valores que nos orientam estão em consonância com as necessidades e expectativas sociais que foram surgindo a partir de nossas descobertas mais recentes: está dada a oportunidade de indagar se a realidade *poderia ser diferente do que é*; se podemos *dizer não* ao instituído. (BARROCO, 2012, p. 75 – 76. Grifos da autora).

A articulação entre as entidades representativas da profissão (Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social – Conjunto CFESS/CRESS) proporciona espaços de discussão, formação profissional e organização política. Neste sentido, lança o caderno “Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS” em 2012⁵⁸ almejando disseminar e fortalecer a formação e o exercício profissional contribuindo para a garantia da qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Social brasileiro à população.

Deste modo, as profissionais que atuam na dinâmica da permanência estudantil nesta universidade demonstram a necessidade de uma metodologia formativa que vá ao encontro das demandas trazidas pelos estudantes, considerando a articulação das condições macrossocietárias que estabelecem os limites e possibilidades do exercício profissional e a necessidade de oferecer respostas de caráter ético-político e técnico-operativo alinhado nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão (CFESS, 2012, p. 8).

A dimensão formativa é intrínseca à profissão; porém, muitos dos profissionais não contam com oportunidades ou condições para estarem em constante formação. Neste estudo, em particular, percebe-se que esta dimensão pode e deve ser mais explorada pelas profissionais desta instituição, principalmente em virtude de novas demandas que se apresentam no cotidiano. A mediação de conflitos é uma delas, e será explorada no próximo tópico.

5.2.3 A categoria mediação e a demanda da mediação de conflitos

A assistente social Estamira não atua diretamente nos NAEs, mas junto à Comissão de Avaliação e Estudo do Programa de Auxílio para Estudantes (PAPE) e do Programa Bolsa Permanência (PBP) – Comissão PAPE/PBP. Suas demandas são encaminhadas pela Comissão e sua atuação é junto aos pedidos de recurso em segunda instância, casos omissos em edital, atendimentos de demandas do Serviço Social dos NAEs em períodos de licenças das profissionais (junto às solicitações de auxílio e reanálises), além

⁵⁸ Material disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf Acesso em 03/01/2017.

de demandas relacionadas a queixas contra estudantes, na maioria das vezes tratadas com mediação de conflitos.

A profissional faz uma reflexão sobre esta demanda em seu cotidiano, ressaltando também a presença dos outros profissionais em sua equipe de trabalho:

A gente trabalha enquanto equipe multiprofissional, por exemplo o que acontece de demanda nossa específica [...] são os casos de formulários de queixas, aonde a gente tem que entender qual é o motivo da queixa, seja do estudante ou seja do professor em relação a alguma situação [com o estudante], entender se aquilo cabe uma mediação anterior à abertura de sindicância. Quando iniciou essa questão de queixas do Código de Conduta Estudantil a gente não tinha uma equipe, [...] na época só estava eu... não tinha a [psicóloga] nem o [pedagogo]. Eram abertas comissões diretamente e em alguns casos não era necessário se construir uma comissão, sendo que poderia ser feito uma mediação com as partes, evitando todo um desgaste [...] de muitas pessoas na universidade para pensar sobre aquele assunto. Então com a vinda desses profissionais (psicóloga, pedagogo, nutricionista) a gente começou a ter esse cuidado. Se a gente pode... se o NAE consegue fazer uma mediação no *campus*, é realizado. Se não, o caso vem para a PRAE para que gente tente também uma mediação. Se não ocorrer é aberta uma comissão, mas... o nosso objetivo em relação a estas questões é pensar em mediação mesmo [...] (Estamira).

A Pró-reitoria conta com uma equipe de profissionais que atuam junto às políticas de permanência estudantil, subsidiando e coordenando as ações em constante diálogo com os NAEs. Atualmente a equipe é composta por assistente social, psicóloga, pedagogo, nutricionista entre outros profissionais da área administrativa e de tecnologia da informação.

A atuação da assistente social na PRAE também está relacionada com as gestoras da Pró-reitoria, que acompanham os casos de conduta estudantil e indicam os encaminhamentos, seja para a criação de comissão de conduta estudantil, ou para a realização de mediação, ou para devolução ao *campus* para que as providências sejam definidas por este. Com relação à mediação, em casos onde esse é o procedimento mais indicado, a profissional relata não ter recebido capacitação para esta atuação:

Em relação à capacitação, a gente não recebeu, a gente não recebe capacitação, fazemos enquanto a bagagem profissional que adquirimos [...]. Mas seria muito interessante que todos nós, servidores, pudéssemos ter essa capacitação, esse olhar sensível para atender, para analisar, para encaminhar, para ouvir... porque são demandas que, de uma situação que parece simples, com um olhar mais aprofundado se percebe que não é [...] (Estamira).

Lewgoy (2010, p. 19-20), afirma que a demanda para o assistente social ocorre na esfera executiva, formulação de políticas públicas e gestão de políticas sociais. Nesta universidade, percebe-se que as profissionais do Serviço Social vinculadas aos programas de auxílio e à PRAE participam da formulação das políticas e de sua gestão e execução, por meio

da participação na Comissão PAPE/PBP, nas equipes dos NAEs e, por vezes, ocupando cargos de chefia nestes espaços. Porém, ainda segundo Lewgoy (2010, p. 20)

Requer-se, pois, um processo de formação voltado para o desenvolvimento de competências que busquem captar as distintas formas de expressão e de requisições da realidade social: saber criticar, propor, criar, atualizar-se, saber transmitir e ter sensibilidade para escutar e trabalhar com o outro (LEWGOY, 2010, p. 20).

As profissionais entrevistadas sentem que a dimensão formativa não é desenvolvida de modo satisfatório nesta universidade, especificamente com relação ao trabalho dos assistentes sociais. A ausência de formação permanente ou a capacitação em diferentes assuntos possibilita a insegurança diante de fluxos de trabalho e diante de respostas a serem dadas a determinadas questões. A falta de clareza com relação às atribuições profissionais deixa margem para que assuntos diversos, que correspondam ao estudante e que não representem relação com ensino-aprendizagem, sejam encaminhados para os NAEs.

Pontes (1995, p. 167-168) auxilia na compreensão do papel da mediação como categoria reflexiva e ontológica do Serviço Social. Para ele, as demandas institucionais surgem na imediaticidade, como um *“fim em si mesmo”*, cabendo a utilização da perspectiva dialética para uma reconstrução histórica e teórica deste campo de tensões que se apresenta.

Assim, nesta dinâmica de reconstrução da particularidade do campo de intervenção profissional, com a conseqüente reapreensão da demanda social e profissional, o assistente social passa a ter possibilidades de articular as forças políticas em presença, em face de um projeto social politicamente determinado, voltado à construção de uma nova ordem social ou à conservação da ordem vigente (PONTES, 1995, p. 169).

Para ele, o assistente social é o profissional que, por ser polivalente (o que não quer dizer inespecífico), pode concretamente reconstruir as mediações ontológicas que estruturam a dinâmica e suas categorias históricas, trabalhando-as no âmbito das representações da população usuária, utilizando estratégias que superam a singularidade e que pode, por meio deste processo interventivo, articular as forças e os sujeitos em presença (PONTES, 1995, p. 182-183).

Esta categoria, na concepção marxiana, é reflexiva e ontológica, como já dito. As mediações são criadas e recriadas concretamente, nas relações que os homens estabelecem entre si, na realidade complexa e que não se dá a conhecer de imediato. É necessário, para se conhecer a realidade além da aparência, desvelar por meio do pensamento, as múltiplas

mediações existentes na realidade. Articula-se com as categorias totalidade⁵⁹ e contradição⁶⁰ no sentido de trazer à tona o contexto mais geral para se compreender as singularidades trazidas pelos sujeitos.

Todo um conjunto de determinações e mediações, antes dissolvidos e submersos na imediaticidade, agora ganham significado e objetividade. Por exemplo, as demandas para a intervenção profissional, que antes restringiam-se aquelas de ordem institucionais/organizacionais, configuradas nos projetos e programas (espaço-temporalmente determinadas pelo mando do poder institucional), agora podem ser superadas pelo alcance de categorias sociais mais amplas e plenas de determinações sociais. O que permite a *reconstrução do objeto de intervenção profissional*, noutras palavras, as legítimas demandas sócio-profissionais, alcançadas pela mediação das demandas sociais, que se expressam na particularidade de vários *sistemas de mediação*, tais como: processo produtivo dentro de um contexto espaço-temporal; cultura, forças sócio-políticas presentes; Estado e Políticas sociais e sua malha institucional; rede de proteção social privado-filantrópica; movimentos sociais articulados, etc. (PONTES, 1998, p. 16-17. Grifos do autor.)

Por conta da proximidade do termo “mediação”, que se refere a esta categoria reflexiva, com a “mediação judicial de conflitos”, que constitui-se em uma metodologia de intervenção nas relações pessoais e coletivas, onde um terceiro sujeito neutro é introduzido visando propiciar a solução de conflitos de interesses, muitos profissionais assistentes sociais, não apenas nesta instituição mas em outros espaços institucionais, têm tido como demanda de trabalho a participação em mediação de conflitos.

O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), nos documentos Parecer jurídico n. 24/16⁶¹ e na nota técnica intitulada “Posição preliminar sobre Serviço Social e mediação de conflitos⁶²”, buscou tecer algumas considerações e recomendações iniciais acerca da atuação profissional do assistente social frente à mediação de conflitos. Os documentos foram lançados entre 2015 e 2016 e foram motivados pela

⁵⁹ A partir da teoria crítica compreende-se a totalidade como um complexo constituído de complexos subordinados. Esta compreensão é distinta daquela que afirma ser apenas a soma das partes. Cada parte deste complexo constitui-se em um outro complexo, que se articula com os demais por meio de mediações (PONTES, 1998, p. 8).

⁶⁰ Para Marx, o conceito de contradição encontra-se em dois tipos de análise: pode ser definida tanto como o estudo das contradições do capitalismo e sobre os efeitos que o mesmo produz; ou no estudo da luta de classes e seu antagonismo (LÖWY, M.; DUMÉNIL, G.; RENAULT, E. 100 palavras do marxismo. São Paulo: Cortez, 2015, p. 44).

⁶¹ Parecer jurídico nº 24/16. Assunto: mediação de conflitos/conceito jurídico – atuação e intervenção do Assistente Social. CFESS, São Paulo: 05/06/2015. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAR-JUR-24-de-2016-2.pdf> Acesso em 02/01/2017.

⁶² Posição preliminar sobre serviço social e mediação de conflitos: nota técnica. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo- CRESS/SP. 9ª região. Jun./2016. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/03/cress_nota_mediacao_online.pdf Acesso em 02/01/2017.

demanda trazida para a profissão, por meio de determinadas leis federais e estaduais que se impõem aos trabalhadores do sistema judiciário, criança e adolescente, SUAS, entre outros.

Os documentos apresentam reflexões fundamentadas em aspectos legais e históricos desta demanda, além de outros que vão de encontro ao cotidiano do profissional assistente social, que implicam em incompatibilidades éticas no exercício de ambas profissões, tanto do assistente social quanto do mediador de conflitos.

Um ponto chave que foi levantado por uma das profissionais desta universidade no momento em que a proposta de um curso de mediação de conflitos foi sugerido às equipes dos NAEs e PRAE, e que inclusive mudou os rumos da execução deste projeto, foi a questão que também está presente nos documentos, que diz respeito ao caráter interventivo do profissional assistente social, em detrimento do distanciamento exigido ao mediador de conflitos. Este questionamento foi além, no sentido de refletir também sobre o papel do NAE enquanto acolhimento de estudantes, e que num dado momento passa a ser um espaço de mediação de conflitos entre os estudantes e entre servidores (técnicos e docentes) e estudantes, se este for o caso. Esta contradição implicaria na confusão entre os papéis do Núcleo e possibilitaria o afastamento de estudantes, e não seu acolhimento.

A proposta do curso, trazida pela gestão por sugestões anteriores das equipes, foi repensada e oferecida como linguagem mediadora, e não como mediação de conflitos, pelo entendimento de que as equipes utilizariam com mais frequência esta modalidade. O curso foi ministrado por uma profissional que atua no sistema judiciário, voluntariamente, e não teve adesão da maioria das profissionais entrevistadas aqui. Até o momento não se tem muita clareza entre as profissionais sobre seu papel na mediação de conflitos, sendo que a profissional que atua diretamente na PRAE e que recebe mais diretamente esta demanda é a que descreve melhor esta “atribuição” e como este fluxo ocorre na PRAE:

Tem um caso de duas estudantes do *campus* [...], que a gente está tentando fazer uma mediação entre as duas; teve um caso que eu fui presidente de uma comissão e que eu entendi que não necessariamente precisaria ter sido aberta comissão, poderia ter chamado as pessoas que trabalham na [empresa] terceirizada do restaurante junto com o estudante que se envolveu no conflito e ter resolvido sem precisar de abertura de comissão. O próprio código⁶³ diz [sobre] medidas socioeducativas, [...] tem coisas que você pode fazer antes. Você pode propor uma medida socioeducativa sem necessariamente abrir um processo. [...] Tem casos que chegam e a gente volta automaticamente [para o *campus*], porque passa por nós mas também tem o olhar [...] da pró-reitora e da pró-reitora adjunta, tem movimentos que elas entendem que não é mediação e também não é abertura de sindicância, seria uma coisa do *campus*, um contexto da coordenação dos docentes junto com direção, não seria um caso

⁶³ A Universidade aprovou em 2014 o Novo Código de Conduta Estudantil, que pressupõe medidas disciplinares e abertura de comissões em caso de desrespeito e situações de conflito entre os estudantes. O mesmo está disponível em: <http://www.unifesp.br/reitoria/prae/institucional/documentos/codigo-de-conduta-estudantil>.

específico de mediação. Porque muitas vezes [a equipe PRAE] não sabe quem são os envolvidos, então [a equipe] não sabe [...] como encaminhar. E a própria pessoa que está fazendo a denúncia também desconhece [...] do fato, então quando ela fica muito genérica normalmente volta para o *campus*, [...] para o *campus* tentar articular melhores formas administrativas locais pra que aquilo não ocorra, uma vez que você não tem as pessoas envolvidas. Mas também tem casos muito graves que é [indicada] a abertura de comissão diretamente. Tem um caso que aconteceu no *campus* [...], uma estudante que está sofrendo perseguição de um ex namorado dela. A gente está acompanhando na Delegacia da Mulher, vai ser aberta comissão, estamos tendo todo um cuidado de acompanhar, de orientar dos direitos dela, então são *N* situações em que a gente está sempre atuando junto [...](Estamira).

A assistente social Tarsila traz um exemplo de situação de conflito atendida pelo setor em que trabalha, demonstrando como essas situações são geridas em seu NAE:

O professor entrou com um processo [comissão de conduta] contra um aluno e é como se nenhum dos dois quisesse dar o braço a torcer...Um estudante também veio aqui e comentou da professora em relação às provas, achou que ela não entende que ele teve uma nota baixa mas não porque é um aluno desatento, mas ele sentiu muita cansaça com o trabalho, um mal entendido entre eles, coisas assim que acontecem. [...] (Tarsila).

Primeiro a gente tenta conciliação por aqui mesmo, tem que ver o grau, a gravidade. Tem casos que a gente comenta por aqui [equipe NAE] em algum outro momento você tentar conversar com essa pessoa... e tem casos que eu acho que eles querem mais é conversar somente, querem que a gente ouça, eles começam a falar depois desabam, começam a chorar e acho que saem um pouco mais aliviados daqui. E tem casos como esse do professor mesmo a gente teve que passar para essa outra instância [PRAE]. [...] (Tarsila).

Trata-se de uma questão complexa e que ainda está em discussão no âmbito da Comissão e da PRAE, levando-se em consideração os documentos oficiais e as reais demandas da instituição. Esta atuação tem a participação, e na maior parte das vezes, é conduzida por outros profissionais das equipes, já que não consta como atribuição e competência profissional do assistente social.

Nesta seção foram apresentadas as impressões referentes ao primeiro eixo, que envolveu a discussão sobre o trabalho das assistentes sociais nos NAEs, o envolvimento das equipes nestas atividades e a questão da mediação. Foram destacados alguns entraves, tanto entre as equipes quanto em relação à instituição, que demonstram haver dificuldades neste campo de atuação profissional.

5.3 Identificando o perfil do estudante: novas demandas e possibilidades

Esta seção trata das impressões referentes à segunda questão abordada nas entrevistas com as sete profissionais que participaram da pesquisa. A primeira questão

envolveu a discussão sobre o trabalho nos Núcleos de Apoio ao Estudante, bem como a articulação entre as equipes de cada um dos NAEs para o atendimento das demandas apresentadas. Neste momento, serão apresentadas as impressões coletadas das profissionais entrevistadas com relação ao perfil dos estudantes que ingressam na Unifesp e dos que demandam ações dos NAEs e da PRAE, como público alvo da assistência estudantil. A questão que deu origem a este tópico foi:

- A partir do perfil dos estudantes já identificado, quais foram as principais mudanças percebidas? Quais novas demandas desveladas? Quais novas possibilidades de intervenção podem ser construídas? Por quê? Como fazer?

As pesquisas de perfil, apresentadas nos itens 2.1.1. e 5.1 deste estudo, serão utilizadas como pano de fundo para esta discussão. Nestas narrativas buscou-se observar quais as impressões empíricas das profissionais que lidam em seu cotidiano com os estudantes, bem como conhecer as ações que podem ser construídas em favor do atendimento estudantil, a partir de um perfil delineado e conhecido.

Os estudos socioeconômicos, tal como expressado no tópico anterior, são realizados a partir das demandas postas pelos sujeitos que buscam os serviços. Devem contemplar o conhecimento da situação à qual o sujeito está implicado e suas condições de vida. Por meio dos estudos socioeconômicos é possível reconstruir processos sociais levando-se em consideração as relações e determinações sociais que permitam um conhecimento mais aprofundado e ampliado para uma interpretação crítica da situação (MIOTO, 2009, p. 488).

Por meio do conjunto de instrumentos definidos para a profissão, tais como a entrevista, a observação, a reunião, a visita domiciliar e a análise de documentos, os assistentes sociais aproximam-se da realidade social dos sujeitos, de modo a compreender a situação apresentada com precisão e, deste modo, analisá-la, avaliá-la e/ou emitir um parecer sobre determinada situação (MIOTO, 2009, p. 491).

Na universidade, cenário dessa pesquisa, observa-se que entre as profissionais entrevistadas são utilizados todos os instrumentos que possibilitam a análise e emissão de parecer para a efetivação de estudantes com vulnerabilidade nos programas de assistência estudantil disponíveis. Cabe destacar que a metodologia de atribuição de auxílios desta universidade possibilita a utilização de todo o arcabouço de instrumentos disponíveis para o estudo socioeconômico a fim de se chegar ao parecer mais fidedigno possível, haja vista que não há número limite de bolsas. São atendidos todos os estudantes que, após a realização do estudo socioeconômico, são identificados em um dos perfis de vulnerabilidade elencados na tabela 2 – “Perfis para atribuição de auxílios” pois, segundo a assistente social Chiquinha

Gonzaga “*a política da PRAE é: o estudante tem perfil, vamos pagar e vamos correr atrás do recurso[...]*”.

Quanto à metodologia de atribuição dos auxílios/bolsas desenvolvida pela equipe, cabe destacar, tal como descrito no tópico 2.1.1 deste estudo, o conjunto de critérios elencados como variáveis agravantes e atenuantes que possibilitam uma análise mais apurada e próxima da realidade de cada estudante avaliado nos programas. Esta análise é fundamental, pois possibilita a classificação dos estudantes por perfil de vulnerabilidade e o acesso equitativo aos auxílios/bolsas.

Para realizar estes estudos socioeconômicos é necessário desenvolver as competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético políticas inerentes à profissão. A metodologia do trabalho realizado em comissão, formada pelas profissionais e coordenada por um membro da gestão da PRAE é de fundamental importância para assegurar a operacionalização de um trabalho analítico afinado e crítico, tanto da situação singular trazida pelos estudantes quanto da conjuntura social que envolve o momento histórico.

As pesquisas de perfil do estudante citadas anteriormente nos fornecem dados objetivos deste público. Porém, as assistentes sociais participantes deste estudo relataram não conhecer ou conhecer superficialmente os dados institucionais sobre os estudantes da UNIFESP, ainda que os resultados sejam públicos:

Onde estão esses dados não é? Importante isso... (Tarsila).

Os questionários continuam sendo feitos, todos os anos no ingresso, mas não tem um estudo desses dados. Hoje a gente não tem... ou pelo menos não tem isso publicizado. Mas acho que seria muito importante até para subsidiar nosso trabalho e também para a construção de políticas mesmo. Então, se você não tem um perfil, não tem um banco de dados, sistematizado e publicizado, fica difícil [...] (Leila).

Eu não recebi nenhuma informação, esses dados não nos foram passados. O que é complicado pois somos os executores da política, deveríamos ter acesso aos dados para assim tentar colaborar. É bem difícil trabalhar sem planejamento e sem acesso às informações [...] (Celina).

Eu acho que mexeu um pouco, mas eu ainda não tenho indicadores fiéis porque não foi feito uma pesquisa de fato... É da percepção.[...] A gente tem as percepções pelo cotidiano de trabalho. [...] Mas acho muito precoce falar em alguma mudança, a não ser que se faça um estudo [...] (Chiquinha Gonzaga).

Eu tive [acesso] rapidamente, mas não pude explorar, porque era um livro que estava na PRAE, eu até pedi para poder ficar comigo. Alguém disse que não podia liberar porque só tinha aquele exemplar. E lá no *campus* não tem, os NAEs não tiveram um [...] (Carolina de Jesus).

Dentre as entrevistadas, apenas duas demonstraram ter maior conhecimento acerca de uma das pesquisas. Uma delas da pesquisa de 2011 e a outra sobre a atual pesquisa, visto que foram participantes dos grupos de trabalho que atuaram na construção dos estudos. Isto demonstra que o envolvimento direto com a atividade proporciona um conhecimento mais aprofundado dos resultados:

Naquela época a gente conseguiu identificar que os estudantes [do município do *campus*] tinham a idade de 19, 20 anos; que a maioria eram estudantes de classe média alta, o que era muito diferente de um curso específico do *campus*, o curso de Licenciatura em Ciências e que agora [se chama] Ciências. E esse público era o mais atendido dentro da assistência estudantil no NAE. De 2011 para cá a gente teve a Lei de Cotas na universidade e a ampliação dessas porcentagens ao longo do ano, do ingresso dos estudantes cotistas e com isso conseguimos observar que esse perfil de estudante ficou um pouco mais distribuído entre os cursos [...] (Maria Quitéria).

Particpei da comissão CEPEG, Comissão de Estudo de Perfil, que mudou de nome, mas apresenta o mesmo objetivo da Comissão anterior. A gente ficou um ano praticamente, um período muito longo tentando reestruturar o questionário do ingressante, porque tinham perguntas ali que não nos atenderiam de uma forma mais objetiva em relação ao perfil. Por exemplo, a questão de renda não estava ali tão clara. Várias informações a gente foi alterando e melhorando para esse questionário, [com o objetivo de] não ficar mudando a cada ano. A PROGRAD tinha um questionário em 2010, ela mudou para 2013 e para 2014, e agora ela está mudando de novo. Tivemos um trabalho de “pincelar” todos esses questionários, ver o que tem de melhor de cada um, criar coisas novas e tentar fechar. Independente de quem vai estar na próxima comissão, [ao analisar o questionário] entender que aquele formato de trabalho vale a pena e não mudar, mas avançar, o objetivo é avançar [...]. O resultado da CEPEG eu acredito que saia até meados de 2016, porque o pessoal da PROGRAD e o pessoal de TI (Tecnologia da Informação) está trabalhando com os dados [...] (Estamira).

Depois desse [questionário] não foi feito nenhum ainda, a gente não tem publicado nada, eu acho. Acredito que essa parte de tabular dados ficou mais na mão da PROGRAD, porque tem pessoas da PRAE e da PROGRAD, tem outros docentes também que participam da Comissão. A PROGRAD está nessa responsabilidade de fazer esse trabalho, a gente tem uma professora de estatística ajudando nessa análise. Eu acredito que até o meio do ano [2016] esses resultados apareçam [...] (Estamira).

Apesar da maioria das profissionais não apresentarem um conhecimento aprofundado acerca do perfil “institucional” do estudante da Unifesp, elas atuam entre 2 e 7 sete anos junto a este público-alvo, e esta experiência empírica não pode ser desconsiderada. Com o objetivo de conhecer com mais profundidade estas experiências, lançamos mão do questionamento deste segundo bloco, para conhecer as impressões das profissionais acerca deste público.

Nessa direção, reafirma-se que o trabalho profissional do assistente social se depara com limites institucionais que dificultam as ações, visto que os profissionais contam com autonomia relativa, conforme já explicitado em capítulos anteriores. Esta profissão foi

regulamentada como “liberal”, de onde se decorre seus estatutos legais e éticos que determinam uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução de seu exercício profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 38). Porém, o exercício profissional é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada e, enquanto trabalhador assalariado, se incorporam parâmetros institucionais e trabalhistas que incidem nas relações e condições em que este trabalho se realiza.

A autonomia relativa de que se trata possibilita a impressão de uma direção social ao exercício profissional. Depende da correlação de forças que se expressa nos distintos espaços ocupacionais construídos (o que inclui o serviço público federal, ao qual estão vinculadas as assistentes sociais participantes desta pesquisa) e condicionam a materialização desta autonomia profissional, do trabalho concreto e dos efeitos deste trabalho no processo de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 39).

Além disso, as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais também sofrem influências de outra ordem, como esclarece Iamamoto (2009, p. 40):

Todavia, as atividades desenvolvidas sofrem outro vetor de demandas: as necessidades sociais dos cidadãos, que, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional.

Assim como abordado no capítulo anterior, as demandas dos usuários são apresentadas aos profissionais, mas também revisitadas pelas instituições, o que os desafia, em sua competência teórico-metodológica, para a leitura da realidade e para a atribuição de visibilidade ao singular no coletivo, incorporando a pesquisa e o conhecimento do modo de vida, trabalho e expressões culturais destes sujeitos, como requisitos básicos para o desempenho profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 40).

A política de assistência estudantil desta universidade é pautada no Decreto PNAES⁶⁴, que estabelece como teto para a concessão de auxílios o valor de um salário mínimo e meio por pessoa da família, sem prejuízo dos demais critérios estabelecidos pelas universidades. E é nessa “brecha” que se insere o arcabouço de critérios, metodologia de análise e de estudo socioeconômico desenvolvido por esta Comissão ao longo dos anos.

De modo a implementar o questionário do perfil e incorporar ao trabalho profissional as dimensões universais e particulares postas pelos sujeitos, as profissionais nos

⁶⁴ Decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 27/11/16.

trazem observações acerca do público-alvo da assistência estudantil em seu *campus*, nas narrativas a seguir:

De um modo geral, eu tenho observado, do ponto de vista socioeconômico, um público mais vulnerável em relação aos anos anteriores. A gente percebe que ao longo desses anos, com a implementação da lei de cotas, uma demanda maior de estudantes mais vulneráveis do que a gente tinha anteriormente. E não necessariamente só os cotistas são mais vulneráveis, tem estudantes que não ingressaram pelo sistema de reserva de vagas, mas que têm uma situação de vulnerabilidade bastante significativa. Eu tenho percebido ao longo desses últimos anos um agravamento da condição socioeconômica dos estudantes, não só socioeconômica mas do ponto de vista também de acadêmico e de formação [...] (Leila).

Esta profissional tem percebido o agravamento da situação de vulnerabilidade dos estudantes ano a ano. A universidade, apesar de ter a maior parte de suas vagas ocupadas por brancos e ricos (conforme pesquisa apresentada no tópico 5.1 deste estudo), tem apresentado um aumento de estudantes pobres e oriundos do ensino médio público, que em sua grande parte não contribui para o desenvolvimento acadêmico de seus estudantes. Seu foco, como será explorado mais adiante, permanece na formação básica e para o trabalho.

Outras características são percebidas pelas profissionais que lidam com este público:

Eu acredito que o perfil de estudante [no *campus*] ficou um pouco mais vulnerável. Foi ingressando mais estudantes que são atendidos por programas sociais, desde o Bolsa Família, ou PROUNI, ou outros programas sociais de incentivo. Então isso para mim foi uma diferença marcante durante esses anos. E de estudantes que são os primeiros a ingressarem na faculdade do grupo familiar, acho que essa questão ficou mais evidente [...] (Maria Quitéria).

Uma realidade da Baixada, no pouco tempo que eu trabalhei ali – eu fiquei um pouco trabalhando com o curso de Serviço Social que tem aula no noturno [naquele *campus*]. E o perfil dos estudantes que fazem Serviço Social é diferente dos outros cursos e estes são a maioria dos que são atendidos pela assistência [estudantil]. Então, é interessante ver que uma das discussões que é feita é que a grade curricular do curso de Serviço Social não atende o estudante perfil trabalhador, que não vai poder participar da pesquisa e extensão – muitas vezes ele está ali apenas para o ensino [...] (Estamira).

O aumento de estudantes que são os primeiros a ingressarem no ensino superior em suas famílias; estudantes oriundos de famílias atendidas por programas sociais; estudantes trabalhadores (principalmente os matriculados em período noturno); estudantes pais e mães; com idade acima de 24 anos⁶⁵ são alguns dos novos perfis dos estudantes da UNIFESP. Para

⁶⁵ A faixa etária de 18 a 24 anos é utilizada como referência por representar o contingente populacional com adequada demanda para o ensino superior. Este norteador é utilizado por agências internacionais e, no Brasil,

responder a estas demandas, no que tange ao atendimento do Serviço Social, as profissionais procuram atender aos pedidos de auxílios/bolsas com a inserção de índices redutores, agravantes e atenuantes nas análises, considerando a condição peculiar apresentada por cada caso. Porém, há de se considerar o caráter de totalidade que estas demandas apresentam, tal como esclarece a assistente social Estamira:

Articular diferentes formas desse estudante também poder participar de pesquisa e extensão sendo um estudante do noturno e sendo um estudante trabalhador é uma dificuldade na construção pedagógica dos cursos. O universo acadêmico tem que começar a ter mudanças em relação a isso, a essa nova realidade de estudante trabalhador, porque acredito que cada vez vai aumentar mais, independente do curso que a pessoa escolha, acho que deveria ter uma mudança necessária [...] (Estamira).

Aliado ao estudo socioeconômico propriamente dito, as ações profissionais pressupõem a utilização de conhecimentos adquiridos ao longo do processo de formação e de exercício profissional, que se concretiza na compreensão das situações trazidas pelos estudantes, por meio de escuta qualificada e atenta, acolhimento institucional e encaminhamento para o atendimento das questões apresentadas dentro ou fora do espaço institucional.

Conforme já discutido anteriormente, a compreensão do conceito de vulnerabilidade auxilia na elaboração do estudo e análise das demandas. Compreendemos a vulnerabilidade apresentada pelos estudantes como risco de desistência de cursar o ensino superior público, seja por motivações pessoais internas (que envolvem saúde mental), seja por motivações externas (conflitos com pessoas da família) e materiais (dificuldades financeiras, conciliação de papéis, entre outras). O papel do Núcleo de Apoio ao Estudante e, de forma mais objetiva, da concessão de auxílios financeiros realizada neste, é de fortalecer o estudante para que o mesmo possa fazer escolhas e dar respostas às mudanças inerentes à sua situação de vida, seja em relação ao seu grupo familiar, seja em relação à si mesmo, com autonomia. Esta é uma grande tarefa, que merece atenção de toda a comunidade acadêmica.

5.3.1 A reserva de vagas e seus novos desafios

Neste contexto, a universidade apresenta um novo desafio às políticas de assistência estudantil: a adesão à Lei de Cotas e ao conseqüente acolhimento de estudantes

comprovadamente⁶⁶ mais vulneráveis em relação ao público tradicionalmente ocupante destes espaços.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre a reserva de vagas no ensino superior para estudantes egressos de escola pública, egressos de escola pública com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio por pessoa da família e autodeclarados pretos, pardos e indígenas⁶⁷. O prazo para que as IFES aplicassem tal determinação foi finalizado em 30 de agosto de 2016.

A implementação desta Lei se dá a partir de intensas lutas do movimento negro brasileiro que, em suas várias manifestações contra o racismo, tem envidado esforços para garantir direitos de igualdade racial por meio de diversas políticas públicas (LEMOS, 2015, p. 198).

Para Isabele Lemos, as ações afirmativas formam um conjunto de políticas públicas que visam combater a discriminação racial, de gênero e de origem nacional e combater os efeitos da discriminação realizada no passado em nosso país, buscando a efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego. Para ela, as ações afirmativas não exigem apenas a vedação de condutas discriminatórias, mas também a promoção de condutas de igualdade jurídica (2015, p. 199).

Lemos (2015, p. 201) afirma que apesar de não ter sido desenvolvido oficialmente no Brasil um sistema discriminatório segregacionista e birracial como ocorreu em países como os Estados Unidos e a África do Sul, não significa que não vivenciamos uma realidade de racismo e preconceito que influenciou e ainda influencia na dinâmica das relações sociais:

Ao contrário do que apregoa o discurso democrático-racial, a estrutura de pensamento da sociedade brasileira é racista: o negro e a negra estão sempre numa situação de fragilidade e de subalternidade. Há uma tendência espontânea de beneficiar o branco em todos os âmbitos da vida social. Segato (2002, p. 36)⁶⁸ afirma que a forma mais frequente do racismo no Brasil é um racismo prático, “automático, irrefletido, naturalizado, culturalmente estabelecido e que não chega a

⁶⁶ Por meio desta Lei os ingressantes que se inscreverem no Sistema de Seleção Unificada – SISU (com a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM) em alguma das vagas reservadas que incluam o critério renda (25% do total de vagas), devem apresentar a documentação que comprove a renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Deste modo, estes ingressantes já são submetidos a um processo de análise socioeconômica documental, porém nem sempre realizado por assistentes sociais e com critérios próprios.

⁶⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em 28/11/2016.

⁶⁸ SEGATO, Rita Laura; CARVALHO, José Jorge de. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Série Antropologia, n. 314, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2002.

ser reconhecido ou explicitado como atribuição de valor ou ideologia”(LEMOS, 2015, p. 201).

A mesma autora destaca os marcos de lutas do movimento negro contemporâneo, que denuncia a flagrante opressão racial vivenciada pelos negros e negras, tanto na educação quanto no trabalho e traz visibilidade aos temas que contestam a alicerçada identidade nacional e o mito da democracia racial.

O primeiro marco ocorreu em junho de 1978, quando grupos e entidades negras se reuniram em São Paulo e criaram o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Em 1988, ano das reformas constitucionais e centenário da abolição no Brasil, os movimentos unificados reagiram contra a data comemorativa de 13 de maio, reivindicando a data de 20 de novembro (morte de Zumbi dos Palmares) como o Dia da Consciência Negra, segundo marco na luta dos movimentos negros em favor de seus direitos. Já em 20 de novembro de 1995 ocorreu a Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi, em Brasília. Neste evento os coordenadores da Marcha entregaram ao presidente Fernando Henrique Cardoso um documento que reivindicava ações afirmativas na educação e no mundo do trabalho. Este evento foi o terceiro marco, que deu visibilidade ao movimento e possibilitou o reconhecimento do governo para as questões que envolvem esta população (LEMOS, 2015, p. 203-205).

Todo este contexto de lutas e de reconhecimento concretiza-se nas legislações hoje vigentes, ainda que insuficientes, que asseguram vagas para negros tanto em universidades federais quanto em concursos públicos. Estas conquistas “[...] *refletem o protagonismo do movimento negro enquanto agente político que acumulou uma tradição de combate ao racismo e eliminação da discriminação racial*” (LEMOS, 2015, p. 208).

Sem sombra de dúvidas, a implementação da Lei de Cotas na UNIFESP, que atingiu a marca de 50% de ingressantes por reserva de vagas em 2016 é um marco para a inclusão de jovens no ensino superior no Estado de São Paulo e no Brasil. Segundo dados do MEC, entre 2013 e 2015 a política de reserva de vagas garantiu o acesso de 150 mil jovens negros ao ensino superior no Brasil. Para efeito comparativo, no ano de 1997 o percentual de jovens negros (entre 18 e 24 anos) que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8%, e de pardos 2,2%. Em 2013 estes percentuais atingiam 8,8% e 11%, respectivamente⁶⁹. As pesquisas de perfil mencionadas neste estudo também apontam para o

⁶⁹ Informações disponíveis em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>. Acesso em 28/11/2016.

aumento do número de negros e pessoas com vulnerabilidade financeira ocupando vagas na graduação.

A reserva de vagas é realizada com alguns critérios. A legislação estabelece cotas raciais (pretos, pardos e indígenas – PPI) e socioeconômicas, para estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* de até 1 salário mínimo e meio. A parcela de 50% dos ingressantes por reserva de vagas são divididos em quatro grupos, conforme segue:

- Grupo L1: candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino superior em escolas públicas;
- Grupo L2: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- Grupo L3: Candidatos que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- Grupo L4: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O ingresso destes estudantes na universidade é realizado sob responsabilidade da Pró-reitoria de Graduação, que estabelece, em consonância com a legislação, a documentação exigida para comprovação das situações específicas de cada um destes grupos.

Em contrapartida, não se observou um planejamento por parte da universidade para acolher este público específico, em especial um aumento de recursos (humanos, financeiros, estruturais). As profissionais participantes da pesquisa perceberam esta mudança no cotidiano do atendimento realizado nos NAEs e, a partir da necessidade e demanda de estudantes negros e mais empobrecidos por atendimentos específicos, realizaram estudos acerca deste público-alvo, buscando melhor acolhê-los e melhor intervir nesta realidade:

A gente tem um perfil que foi traçado em 2011. Quando essa pesquisa de perfil foi feita, a proposta da política de cotas ainda não estava efetivada na universidade. Então, eu acho que devem ter ocorrido alterações maiores, não [em relação] às diferenças aos outros *campi*, acho que vai permanecer essas discrepâncias, vão permanecer algumas variáveis que foram apresentadas por aquele perfil; mas acho que esses dados tenderão a aumentar mais, um número ainda maior de estudantes com perfil socioeconômico da assistência [estudantil], um número maior de estudantes negros, um número maior de estudantes oriundos de [...] outros Estados, [...] do interior. Eu acho que tem ocorrido um aumento ainda maior no número de estudantes dentro desses perfis. Mas eu acho que a tendência é permanecer e aumentar cada vez mais [...] (Carolina de Jesus).

O que eu percebi mesmo foi a mudança das cotas. Tanto que eu estou fazendo uma pesquisa sobre os alunos cotistas. Eu percebi que os alunos entraram e neste *campus* não mudou tanto porque a gente já tinha muitos alunos de escola pública, com a renda dentro do perfil, mas os outros *campi* não. Os alunos entraram e nada foi feito. Eu sinto falta de fazer um perfil de toda a universidade e um perfil específico para os cotistas.... Eu tento acompanhar [neste *campus*], todo ano eu faço [um levantamento] de quantos desistiram, que característica aumentou, o que diminuiu, qual é a renda..., mas é uma coisa muito pontual do *campus*. Eu sinto falta de alguém para auxiliar a gente, porque vai mudar o perfil da universidade daqui quatro ou cinco anos, cinquenta por cento entrando, e a gente não fez nada, não tem uma perspectiva do que fazer, do que aumentar, do que tirar... Acho que a gente está “meio perdido” em relação a isso [...] (Celina).

Percebe-se por esta narrativa que as pesquisas realizadas institucionalmente ou não foram apropriadas por todos os profissionais que estão envolvidos no atendimento ao estudante, ou não correspondem com todas as informações pertinentes para o dia-a-dia dos Núcleos, trazendo aos profissionais a urgência na consolidação de novos dados que respondam às necessidades dos cotistas, em especial. Acerca da pesquisa realizada por iniciativa das profissionais neste NAE, a próxima narrativa elucida seus objetivos:

Algumas questões foram levantadas por nós com relação à assistência estudantil a partir da questão do perfil [...]. Esse levantamento que está sendo feito [pela assistente social Celina], com relação aos cotistas é um trabalho significativo para entender quem são esses cotistas dentro da universidade, para entender as reais necessidades que existem em relação aos estudantes que a gente está reconhecendo como estudantes em situação de vulnerabilidade. Porque através de um cruzamento das informações dos cotistas e dos alunos que estão [nos programas da] assistência estudantil a gente pode fazer uma investigação e propor ações de intervenção. Acredito que as principais ações de intervenção não vão se dar dentro do NAE [deste *campus*] e sim dentro da comissão [PAPE/PBP] [...] (Carolina de Jesus).

Torna-se importante destacar que as profissionais buscam a apropriação de todas as particularidades que os estudantes apresentam, seja em seus NAEs e equipes multi/inteprofissionais, seja no âmbito da Comissão PAPE/PBP. Nesta situação em particular, qual seja a dos estudantes cotistas, este conhecimento mais apurado torna-se indispensável, haja vista esta nova realidade. O atendimento às suas demandas e a efetivação da permanência destes estudantes só ocorrerá quando toda a comunidade acadêmica se propuser a conhecer e buscar esta integração.

5.3.2 A universidade urbana: mobilidade e território

Paralelo ao trabalho realizado na Comissão PAPE/PBP, as assistentes sociais entrevistadas são lotadas nos NAEs, que são localizados em cada um dos *campi* desta

universidade, em municípios diferentes das regiões metropolitana da capital, Baixada Santista e interior. Para além das diferenças entre os territórios, presencia-se diferenças entre os estudantes que acessam determinados *campi*, e não outros.

Eu venho percebendo um aumento pequeno de estudantes de [município do *campus*] aqui na universidade. Em 2011 não chegava nem perto de ser maioria, mas esse ano acredito [...] que tenha havido algum aumento sim dos estudantes [do município]. Normalmente nosso público maior é o estudante da capital e do interior, mas acredito, e até pelos atendimentos [realizados], que da região do ABC tenha havido um crescimento[...] (Maria Quitéria).

Eu tenho percebido sim um agravamento que eu não consigo definir em números exatos, a renda, não tenho, é empírico... Mas de um modo geral eu tenho percebido que tem mais estudantes da região, não tinha tantos assim não, aumentaram um pouquinho, e estudantes muito vulneráveis da região. Em algumas situações os da região são mais vulneráveis do que os que vêm de outras regiões para cá. E a gente tem uma característica muito peculiar que é a questão da região, a gente tem um custo de vida na região muito alto em relação às demais regiões do Estado ou em relação à outros Estados. Então de um modo geral eles têm muita dificuldade, mesmo para aquele que não atende ao recorte de um salário mínimo e meio de renda por pessoa para atendimento pelos auxílios, a gente percebe que há uma dificuldade no custeio principalmente das despesas com moradia e manutenção desse estudante [...] (Leila).

Estas narrativas demonstram que há diferenças no acesso aos estudantes entre os *campi*. Alguns são mais acessíveis a um público mais pobre do que outros, devido a vários fatores: custo de vida local (moradia, alimentação, transporte) e região de localização (central, litoral, periferias, interior). A assistente social Estamira traz em sua narrativa a questão da escolha dos cursos e das regiões de localização dos *campi* que mais favorecem os grupos familiares, reforçando a identificação de um perfil mais vulnerável acessando a universidade:

Eu acredito que vai ter uma mudança de perfil sim, que a entrada dos estudantes cotistas vai colorir a universidade, ainda mais, então vamos esperar. Eu não tenho como dizer sem ter os dados, sem ter a informação concreta, mas eu acredito que cada *campus* tenha um perfil diferenciado sim, até mesmo pelos cursos que temos. Quem procura mais curso de humanas, quem procura mais curso de exatas... quem tem disponibilidade de sair da sua cidade e cursar uma universidade no interior, vamos pensar assim [...]. Quantas pessoas poderiam vir de fora para estudar, que teriam condições de estudar... Com isso é possível até fazer um recorte de perfil familiar de quem prestaria e quem iria estudar [no interior]. Com relação à Grande São Paulo, [...] na capital, quantas pessoas não tentariam estudar na UNIFESP! Não necessariamente ela vai ter que ter um [alto] poder aquisitivo para poder frequentar a universidade, porque muita gente mora na capital de São Paulo, mora na própria [região metropolitana] então tem mais acesso a poder estudar ali, de diferentes perfis, [...] vai ter mais acesso. Na Baixada [Santista] também seria diferenciado porque o custo de vida ali é muito caro. Então se o estudante e a família pesquisarem e ponderarem as coisas talvez o filho não vá fazer um curso de Educação Física na Baixada Santista, porque a família não vai ter condições de bancar os estudos. Então acredito que tenha essa diferença sim, diferenças de municípios... de acesso (Estamira).

Conforme descrito no ítem 1.3.1 deste estudo, os municípios que abrigam os *campi* da UNIFESP apresentam alta densidade populacional e índices de desenvolvimento humano altos e muito altos, que levam em consideração o acesso a educação, renda e a longevidade da população. Entretanto, as condições objetivas apresentadas nos dados não deixam claro que as regiões citadas são também marcadas pela vulnerabilidade e risco social que se apresentam à sua população.

A efetivação do direito social à permanência estudantil não traz em seu escopo o conceito de território de forma direta, tal como estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Este documento, que embasa as ações da referida política, estabelece normas e critérios para a gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, destacando a dimensão territorial como *locus* de vivência comunitária, alvo das ações de proteção social básica, de vigilância social e de defesa social e institucional, com prioridade de atenção na matricialidade sociofamiliar (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 74-75).

Este desafio está tanto na natureza das IFES, qual seja, a de receber estudantes de diversas regiões do país, dificultando o acesso da instituição às realidades vivenciadas por seu grupo familiar de referência, quanto na estrutura dos programas de permanência, que, por receberem recursos diretamente da União para a manutenção de seus programas, acaba por não se aproximar da realidade dos municípios aos quais estão instalados, ocasionando um distanciamento com as políticas de assistência social locais. Particularmente, esta universidade traz como característica o atendimento majoritário a estudantes provenientes do Estado de São Paulo, desde a Região Metropolitana, litoral e interior do Estado. É minoritário o número de estudantes provenientes de outros Estados.

A perspectiva de território dentro das políticas de permanência aparece implícita nas narrativas como uma nova demanda de atuação destas profissionais, haja vista que o estudante está, no período de sua graduação, ou em um outro território, e encontra-se, por vezes, desprotegido socialmente dos recursos que antes possuía; ou é proveniente de territórios próximos aos *campi*, os quais são reconhecidos pela situação de pobreza, principalmente os localizados em regiões periféricas.

Haroldo Torres e Eduardo Marques são pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole – CEM, instituição de pesquisa que investiga temáticas relacionadas às desigualdades e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas⁷⁰. Em um

⁷⁰ Informações disponíveis no site do CEM: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/>. Acesso em 29/11/2016.

estudo sobre a pobreza nas regiões metropolitanas constataram que, no Estado de São Paulo, quase 55% dos pobres residem na região metropolitana de São Paulo, onde estão localizados 5 dos 7 *campi* da Unifesp. Segundo os autores, os resultados indicam que nas regiões mais desenvolvidas do país a pobreza surge como um fenômeno metropolitano. Ressaltam ainda que outras regiões metropolitanas paulistas apresentam índices também elevados de famílias abaixo da linha da pobreza, como Santos e Campinas (TORRES; MARQUES, 2004, p.30).

Segundo estes autores, a pobreza urbana traz algumas características específicas, como menor acesso à produção para autoconsumo (referente à própria alimentação, comum nas regiões de interior), as externalidades negativas (ser pobre em uma área com alta concentração de pobres), a performance escolar e os estímulos à evasão, além do custo de vida nas regiões metropolitanas que tende a ser mais elevado, principalmente em relação à habitação e os transportes. Para eles, alguns critérios territoriais devem ser levados em consideração, de modo estratégico, para o cadastramento de famílias para programas assistenciais (TORRES; MARQUES, 2004, p.30).

A próxima narrativa da entrevistada Tarsila ilustra a realidade de um *campus* localizado na região metropolitana de São Paulo, onde a maioria dos estudantes reside distante e precisa utilizar o transporte público para chegar ao destino:

Tem alguns estudantes que vêm de regiões muito distantes e estão morando próximo ao *campus* (em repúblicas ou pensionatos). Outros mesmo morando em outra região, mas com condições de vir – mesmo levando duas horas [no trânsito] – preferem continuar [morando] com a família e não terem esse gasto [com repúblicas ou pensionatos] [...] (Tarsila).

O problema é o trânsito e não a falta da condução, que também ocorre. Mas a demora de conseguir chegar aqui. Eu pensava que o número de estudantes morando mais próximo era maior, mas eu vejo que tem muitos que preferem continuar com a família. São poucos os que moram próximos com a família, que moram na região [...] (Tarsila).

Esta entrevistada relata que há uma realidade de violência urbana no entorno do *campus*, assim como uma preocupação com a questão da segurança dos estudantes e outros membros da comunidade acadêmica. Segundo ela, várias alternativas foram tomadas com a participação do NAE para que os estudantes tenham maior tranquilidade no acesso ao *campus*:

Tem uma avenida bem próxima e tem o SESC ao lado, mas até chegar ao SESC é um muro bem comprido mesmo e naquele espaço já aconteceram alguns assaltos, alguma moto ou algum carro onde a pessoa fugiu entendeu? [...] (Tarsila)

Outra coisa que a gente pediu [ao *campus*] era que houvesse mais iluminação. Tem o parque ao lado onde já aconteceu assaltos, inclusive com técnicos [...]. Isso já foi falado aqui com a Direção [do *campus*], de ter uma ronda policial ao redor. Já foi discutido na Congregação. Na ocasião até teve uma ronda mas vai passando alguns meses e vai sumindo, não é verdade? A gente tem que ir de novo atrás da Prefeitura, da Polícia Militar para que permaneça, tem que haver sempre uma insistência [...] (Tarsila).

A perspectiva de território apresentada por Aldaísa Sposati (2013, p. 6) nos ajuda, por outro lado, a entender o território não como algo estático, com um endereço e localização. Mas afirma que este é reconhecido pelas vivências, significados e relações construídas coletivamente. Segundo ela, “*o conceito de território, no singular ou plural, refere-se a uma concepção dinâmica, tanto do ponto de vista geográfico, como histórico, político e sócio-relacional*” (SPOSATI, 2013, p. 7).

Para Sposati (2013, p. 17), o trabalho social nos territórios deve levar em consideração o conjunto de serviços públicos disponíveis e sua relação com a população daquele determinado local, por meio de construções intersetoriais. É preciso articular as dinâmicas e abrangências dos serviços para desencadear a pactuação das demandas, aproximação com a população, participação nos conselhos e a concepção dos demais agentes públicos acerca do público-alvo dos serviços.

A profissional descreve uma alternativa encontrada por sua equipe NAE para atuar na questão do espaço territorial onde o *campus* encontra-se localizado. A utilização da Bolsa de Iniciação à Gestão – BIG, promovida pela PRAE aos NAEs, que tem por objetivo reembolsar estudantes para ações relacionadas à gestão da universidade sob supervisão dos técnicos dos NAEs⁷¹:

Uma pesquisa foi feita nesse projeto [BIG] “Conhecendo o vizinho”, para verificar se os estudantes estavam praticando algum tipo de esporte ou (atividade) cultural. Foi sugerido aos estudantes desenvolver alguma atividade próximo ao *campus*. Teve um outro projeto que [...] foi abordado sobre a moradia, alimentação e mobilidade. [A estudante bolsista] fez uma pesquisa sobre o transporte e a segurança no entorno do *campus*. Esse projeto tem que continuar, porque não deu tempo suficiente para que tivesse um término, uma conclusão [...] (Tarsila).

Por meio de projetos desenvolvidos pelas equipes NAEs em conjunto com os estudantes bolsistas muitas alternativas podem surgir, visto que os próprios estudantes auxiliam em seu planejamento, trazendo a perspectiva de seu grupo para a realização das

⁷¹ Informações disponíveis em: <http://www.unifesp.br/reitoria/prae/programas/programas/big>. Acesso em 29/11/2016.

ações. A interação dos bolsistas nos NAEs traz uma concepção de alteridade na medida que o olhar do estudante é considerado para o planejamento e a execução das políticas.

Muitas ações podem ser realizadas no sentido de melhorar o acesso aos *campi* para os estudantes, principalmente para os mais pobres. Estas ações estão, em sua maioria, vinculadas a parcerias com as prefeituras, governo do Estado e Federal e com a sociedade civil, considerando as realidades locais e gerais e priorizando o acesso público em detrimento do privado e particular.

Ainda sobre a questão da vulnerabilidade em que se encontram os estudantes público-alvo dos NAEs, o tópico a seguir busca demonstrar que as profissionais conhecem e descrevem um perfil do estudante em suas particularidades, considerando a condição de vulnerabilidade em relação ao contexto social e político que vivenciamos neste momento histórico.

5.3.3 Vulnerabilidade e democratização da universidade

A democratização do ensino superior, por meio de políticas de expansão, reserva de vagas, entre outras, traz explícito o discurso da inclusão dos jovens mais vulneráveis nestes espaços. Porém, não podemos perder de vista os reais objetivos desta abertura, que visa atender a uma demanda do mercado de trabalho, regido, portanto por interesses mercadológicos e capitalistas.

Leher (2011, p.2-3) esclarece que duas medidas recentes e interligadas objetivaram modificar o ensino superior, tornando-o mais breve e acessível, ampliando assim o número de vagas. O projeto “Universidade Nova” e o REUNI (tratado neste estudo no tópico 2.1). O projeto “Universidade Nova” consiste na oferta de um ciclo básico e posterior formação profissional. Seus idealizadores entendem que o “novo” consiste na rejeição completa do modelo de universidade pública idealizado no pós-guerra (onde se forjou um pensamento crítico à modernização e à heteronomia cultural).

Para Leher (2011, p.3), o ensino superior no Brasil passou a ser considerado um estorvo a ser reformulado inteiramente para atender às necessidades de um mercado capitalista dependente que já não estaria demandando formação acadêmico-profissional sólida e longa. Deste modo, as fórmulas bancomundialistas se sobressaem, por meio de esquemas da área de negócios de educação superior estabelecidos pelo processo de Bolonha e da OCDE/Unesco, possibilitando a criação de um espaço europeu de negócios educacionais com “competitividade internacional”.

Estas mudanças favoreceram ao que Chauí (2003, p.7-8) chamou de *universidade operacional*. Este modelo atende às aspirações mercadológicas a partir da sua estrutura de normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual e vinculada a contratos de gestão, índices de produtividade e outras estratégias organizacionais. Explica que a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na competitividade por estar privatizada, e por suas pesquisas serem regidas pelas exigências do mercado.

Neste sentido, por atender a interesses do capital em detrimento de uma verdadeira democratização, são implementadas políticas educacionais voltadas para ampliar o acesso ao ensino superior aos jovens pobres e negros, já que estes encontram-se historicamente excluídos destes espaços. O aumento das vagas de ensino superior público no país não proporciona, na mesma medida, uma equiparação nas condições de permanência destes segmentos. Na contramão da garantia deste direito presenciam-se nesta universidade o congelamento de verbas de custeio e restrições nos investimentos por parte do Governo Federal, dificultando tanto o trabalho das equipes quanto o acesso do estudante aos recursos. A política de assistência estudantil por si só não é suficiente para proporcionar a qualitativa participação destas camadas nos espaços acadêmicos. Porém, a destinação de verbas adequadas para a realização de ações afirmativas e de permanência é de fundamental importância para proporcionar as condições materiais básicas de manutenção dos estudantes mais pobres na universidade.

O que se percebe nas narrativas que trazem esta perspectiva são preocupações e ações, por vezes limitadas, para atendimento das demandas apresentadas. As profissionais demonstram a preocupação em relação à demanda por atendimento pedagógico, atendimento psicológico, encaminhamentos para acesso aos serviços de saúde, além de outras questões relativas à permanência como a moradia, o transporte, a alimentação, e relatam algumas ações empreendidas:

Eu acho que a questão do apoio pedagógico é uma questão importantíssima e urgente e a gente não tem. Tem algumas iniciativas da pedagoga, mas elas são isoladas, restritas a um grupo de estudantes, e aí boa parte dos estudantes não sabe que tem, nem que podem procurar esse tipo de serviço, esse tipo de atendimento [...] (Leila).

Dentro da linha de suporte pedagógico, a gente fez um levantamento dos estudantes que têm tido um baixo rendimento acadêmico. Não estamos fazendo isso somente pelo coeficiente de rendimento, mas também pelo número de reprovações, abandonos... A ideia é fazer uma investigação e em paralelo um levantamento dos professores que estão oferecendo atividades que tenham como objetivo esse [curso] introdutório para leitura, para interpretação, para elaboração de textos. Porque a gente percebe que isso tem sido uma demanda muito grande dos alunos, eles têm se

queixado muito em relação à dificuldade de acompanhar a disciplina em virtude desse problema que eles trazem, da formação básica [...] (Carolina de Jesus).

A análise da avaliação do perfil do estudante nesta universidade não pode estar desvinculada de uma compreensão da lógica do processo de democratização da universidade, que na verdade buscou uma formação massiva de pessoas com o objetivo de atender a uma demanda do mercado de trabalho. Buscou-se, conforme Graeff (2014, p. 57) o “desenvolvimento” por meio da inclusão de jovens no ensino superior. Por trás da aparente universalização e inclusão democrática, o que se percebe é que o ordenamento jurídico que diz respeito a essa “universalização” atende a uma perspectiva mercadológica.

Nesta direção, percebe-se ainda uma expectativa de que a assistência estudantil dê conta das necessidades e demandas postas por este público, além de atender a uma busca pela qualidade acadêmica, medida pela produção massiva de pesquisa e pelo excesso de trabalho.

Discutiremos esta temática na próxima seção, que irá trazer a avaliação da política pelas assistentes sociais participantes da pesquisa.

5.4 Avaliação dos programas de auxílios e bolsas e novas perspectivas

Esta seção apresenta as análises das profissionais entrevistadas acerca do conjunto de fatores que viabilizam os programas de assistência estudantil na UNIFESP. Após seis anos de promulgação do Decreto PNAES e de atuação das profissionais frente aos programas de auxílio/bolsa desta universidade, em conjunto às equipes multi/interprofissionais dos NAEs, o objetivo deste eixo foi proporcionar uma reflexão sobre a implementação destes programas, sua operacionalização e os desafios que se apresentam às profissionais na contemporaneidade, compreendendo este processo como dinâmico, histórico e socialmente referenciado. Para tanto, foi lançada a seguinte questão:

- Como você avalia os processos de implantação / implementação da política de assistência estudantil na UNIFESP, incluindo sua concepção e atual operacionalização?

As respostas se apresentaram de modo diversificado, demonstrando mais uma vez a diversidade de olhares das profissionais com relação aos pontos abordados, assim como nos demais tópicos das entrevistas. Neste particular, o modo como o sistema foi implementado por esta equipe e seu desenvolvimento. As entrevistadas estiveram à vontade para colocar suas opiniões acerca do processo, seus limites e possibilidades, além de levantar outras temáticas relacionadas para discussão.

A seguir são destacadas narrativas de cada profissional, nas quais pode-se observar que as avaliações no geral são positivas, porém propositivas e críticas:

As considerações são as mais positivas possíveis, mas tendo em vista que há uma progressão constante. Ano a ano a gente aprende. Na metodologia, uma variável que outrora a gente não observou, mas que em um momento ganhou destaque... enfim, a cada processo, e dentro dessa interação, quando a gente consegue fazer um planejamento, a gente sempre constrói e traz o algo mais. Isso é muito interessante e isso que pessoalmente que eu gosto muito de trabalhar com a assistência estudantil na UNIFESP, trabalhar com a equipe a qual eu faço parte. Porque a cada ano a gente constrói, melhora, consegue ter uma percepção mais apurada de todo o processo. Não é fácil, não foi fácil, a gente veio de alguns editais que hoje a gente critica, mas era o que tinha para aquele momento... mas é muito válido (Chiquinha Gonzaga).

Acho que a política está caminhando e grande parte disso é mérito da equipe que executa. É a equipe que colabora com o planejamento. Há uma melhora no nosso edital porque o que deu errado nesse ano conseguimos alterar para o próximo. Outro ponto positivo é que conseguimos atender todos os estudantes que se enquadram no perfil. Não temos um limite de bolsas como acontece em outros programas. [...] (Celina).

Eu acredito que o processo de implantação da assistência estudantil na UNIFESP, durante um período inicial, no período de implantação, desde a elaboração a implantação da assistência, veio caminhando muito bem, porque se conseguiu construir um arcabouço técnico, instrumental bem bacana. Então, você tem uma política que está normatizada, você tem um programa que normatiza essa política, programas com critérios, bem definidos, com objetivos bem definidos, e que de certa forma acolhe ao perfil que é desse Estado, que é um perfil diferenciado de outros estados, no que tange à questão dos estudantes ingressos na universidade [...] (Carolina de Jesus).

Acho que ter sido formada a equipe de assistentes sociais foi crucial para o desenvolvimento dos programas da assistência estudantil. Antes tinha apenas uma assistente social [...] e não dava conta mesmo, de trabalhar com cinco *campi* diferentes [...] Então esse foi um momento crucial para implementação mesmo da política de assistência estudantil aqui na UNIFESP. A gente teve certas dificuldades e até hoje a gente tem, da comunidade acadêmica compreender a importância da assistência estudantil e dos assuntos estudantis em geral, mas acredito que a gente foi contratada exatamente para fazer essa reflexão dentro da universidade [...] (Maria Quitéria).

Quando eu cheguei eu tinha uma certa dificuldade de entender como que era trabalhar com essa questão de perfil, de índice de classificação, da demanda da família... que o dinheiro pode ser usado para qualquer tipo [de necessidade], independente do que for, mas se for para garantir a permanência [do estudante] está sendo válido, está sendo bem aplicado. Essa percepção que foi construída por vocês é muito interessante [...] (Estamira).

Acho que ainda está em construção, porque ainda estamos sempre querendo aperfeiçoar, não é verdade? Não tem um ano que é igualzinho o outro, a gente está sempre querendo aperfeiçoar, querendo facilitar, para que não se faça um trabalho dobrado, desnecessário. O que eu acho muito importante é esse contato com o estudante. Enquanto eu puder, e não precisar abrir mão disso, acho que a realidade do *campus* permite ainda que eu tenha contato direto com cada um [...] (Tarsila).

Eu acho que a gente conseguiu construir um programa que do ponto de vista da avaliação socioeconômica, do ponto de vista da permanência material, mesmo que parcialmente a gente consegue dar conta, pensando isso em relação às outras

universidades. Mas por outro lado a gente não conseguiu avançar muito além disso. E aí às vezes você fica também estigmatizado como “só o lugar onde eu vou pedir a bolsa” [...] (Leila).

As narrativas mostram que os programas foram pensados por esta Comissão e que continua em aprimoramento, visto que as demandas para estas profissionais estão em movimento constante. As narrativas destacam, entre outros aspectos, a importância da atuação do profissional de Serviço Social junto ao planejamento das ações, não exercendo apenas a função de mero executor das políticas sociais (cf. NETTO, 2004, p. 123); a importância da construção coletiva dos programas e dos seus critérios e objetivos, do protagonismo entre as profissionais; a atenção dada ao perfil dos estudantes na construção dos programas; o papel do assistente social enquanto mediador da assistência estudantil entre a comunidade acadêmica; o caráter inovador da metodologia de atribuição de auxílios utilizada pela equipe e a proximidade das profissionais com os estudantes atendidos (ou que buscam o serviço por outros motivos).

A assistente social Celina traz um dado importante e diferencial nesta instituição: o atendimento a todos os estudantes que atendem ao perfil de vulnerabilidade sem número limite de auxílios/bolsas, como ocorre em outras universidades federais brasileiras. Esta prerrogativa se dá em virtude do posicionamento da PRAE, desde a sua primeira gestão, em garantir que nenhum estudante que atenda ao perfil de vulnerabilidade esteja fora dos programas. No momento da escrita desta dissertação, devido à conjuntura política atual, esta prerrogativa encontra-se em discussão, haja vista o aumento de estudantes que buscam os auxílios/bolsas (seja por um contexto de aumento da vulnerabilidade familiar, devido à crise política e econômica vivenciada nos últimos anos, seja pelo aumento de estudantes provenientes de reserva de vagas por renda), em detrimento do congelamento de repasses governamentais para a universidade, afetando especialmente a assistência estudantil.

Porém, percebe-se no decorrer das narrativas que as profissionais reconhecem que há uma necessidade dentro da equipe de ir além. O trabalho do assistente social junto à assistência estudantil muitas vezes fica reduzido à análise socioeconômica, conforme descrito nos tópicos anteriores e em outras pesquisas da área (CISLAGHI, 2010; VASCONCELOS, 2010; NASCIMENTO, 2012, entre outras). Deste modo, há um reconhecimento por parte da equipe de que este modelo de atuação precisa de ajustes, haja vista o esgotamento expresso pelas profissionais e a necessidade das equipes NAEs de contar com a participação das assistentes sociais nas atividades locais, de modo multi e interdisciplinar.

O volume de atendimento que a gente tem hoje [...] e pensando também nesta questão da lei de cotas, que a gente passa a ter um perfil de estudante diferente do que a gente tinha até então, com outras demandas, com outras necessidades, e, muitas vezes a gente não consegue nem levantar essas demandas e necessidades porque a gente não consegue muito ir além do processo de avaliação socioeconômica, que não deixa de ser importante, é muito importante, mas a gente acaba só tendo uma interface mais na questão da permanência material, a gente não consegue avançar em outros termos, em termos acadêmicos, em termos simbólicos, de pensar nessa permanência simbólica desse estudante. São questões de gênero, a questão de etnia e raça, preconceito, situações de violência, discutir outras temáticas e... fazer um trabalho mesmo de prevenção, de promoção de saúde por exemplo, na área de cultura, enfim, pensando que o PNAES indica que a gente deve atuar em 10 linhas, alimentação, moradia, transporte, apoio pedagógico, lazer, cultura... enfim, inclusão digital... tem um leque muito grande de ações que o Decreto permite, mas tem essa limitação aí do cotidiano, de não ter pernas para dar conta de outras coisas [...] (Leila).

A gente chegou num momento que precisa não necessariamente se repensar o programa, mas se ampliar as questões de assistência estudantil, pois ela não se limita apenas na concessão de auxílios financeiros. A assistência estudantil é muito mais do que isso, não abrange apenas o assistente social, mas outros profissionais, outras demandas. Então acredito que a gente precisa começar a pensar sobre expandir estas questões. Isso a gente já sabia antes, que não se limitava apenas na concessão de um auxílio financeiro, as questões sociais que se apresentam aqui na universidade, mas também a gente tinha e tem que trabalhar de acordo com o que é possível. Então eu acho que dentro desses moldes a gente ainda precisa melhorar algumas coisas [...] (Maria Quitéria).

O projeto político do assistente social é esse compromisso que tem que ter com esse “executar” do serviço, com essa produção de conhecimento, mas principalmente com a garantia dos direitos. A gente não pode ficar somente na execução de análises. A análise é importante. Mas demonstrar todo esse processo que a gente faz desde a análise, a uma reanálise, ao recurso, tudo isso faz parte de um processo de trabalho que tem um conhecimento investido. E que precisa ser sistematizado, precisa ser orientado para que as pessoas não sejam penalizadas [...] (Carolina de Jesus).

Estas narrativas apresentam um dado importante: o elenco amplo de ações que o profissional de Serviço Social em suas equipes pode realizar, em detrimento da rotina de análises socioeconômicas. Como já dito, as profissionais participantes desta pesquisa atuam em equipes multi/interprofissionais, para atendimento dos estudantes que se apresentam em situação de vulnerabilidade (público-alvo das ações, de acordo com o Decreto PNAES).

As participantes entendem que o atendimento realizado por elas é fundamental para a permanência dos estudantes, qual seja a atribuição de auxílios por perfil de vulnerabilidade. Porém, entende-se também (e o próprio documento vai nesta direção), que o atendimento a estudantes mais vulneráveis não se encerra na concessão de auxílios e bolsas, mas esta é *uma* das formas deste atendimento ocorrer.

Os Núcleos de Apoio ao Estudante são espaços privilegiados de atendimento aos estudantes. Por contar com profissionais de diversas formações, uma gama de possibilidades

de atuação que vai desde o atendimento de saúde até a elaboração de projetos culturais, passando por oficinas, grupos, rodas de conversa das mais diferentes temáticas são realizadas.

Em relação ao trabalho na Comissão PAPE/PBP, novas possibilidades também se revelam. As profissionais realizam o planejamento anual, onde se discutem as regras dos Editais (publicado anualmente), novos critérios e variáveis para aprimorar as análises, estudos com os dados específicos do público vinculado aos programas. De modo mais específico, é realizado o acompanhamento de estudantes cotistas, ações determinadas e pontuais em casos de violências, preconceitos, conflitos entre estudantes, entre outras ações. A Comissão também discute estas questões quando solicitada a sua representação em outras instâncias da universidade, como por exemplo no Conselho de Assuntos Estudantis.

No próximo tópico serão abordadas as consequências do projeto neoliberal nesta universidade, que impactam também as possibilidades de avanço na política de permanência estudantil.

5.4.1 A assistência estudantil e a contrarreforma da Educação Superior brasileira

Toda análise a respeito do trabalho profissional deve levar em consideração a conjuntura em que se insere a prática cotidiana. Neste particular, não se pode deixar de atentar aos impactos das políticas neoliberais na política de Educação Superior, caracterizada pela obediência a organismos internacionais que delimitam a expansão universitária mercantil, a privatização interna de universidades públicas e a massiva expansão da formação superior aligeirada e à distância (MORAES, 2016, p. 589).

Nesta universidade destaca-se a progressiva redução de recursos de custeio para sua manutenção, em especial para a assistência estudantil, que ameaça a prerrogativa institucional de atendimento a todos os estudantes identificados como perfil de vulnerabilidade. Esta situação aponta para um possível “ranqueamento” ou classificação entre os estudantes com o objetivo de atender apenas aos mais vulneráveis, o que representa um retrocesso nesta política.

Segundo Moraes, que estudou o trabalho profissional do Serviço Social brasileiro junto à educação no limiar do século XXI, a educação direciona-se estrategicamente a favor da hegemonia do capital, contribuindo para a reestruturação produtiva e a superexploração do trabalho, além de sofrer com medidas cada vez mais regressivas (MORAES, 2016, p. 589). O

autor afirma que essas medidas são percebidas tanto no processo de formação dos profissionais do Serviço Social quanto em sua vinculação no mercado de trabalho:

[...] De forma geral, é predominante a indicação de que essa profissão sofre os processos gerais de precarização do trabalho, de suas condições e relações no cenário atual. Seus vínculos trabalhistas são, muitas vezes, precários, e as exigências institucionais são crescentes, desafiando o profissional a *não* ser crítico, propositivo e criativo (MORAES, 2016, p. 590. Grifo do autor).

A assistência estudantil na UNIFESP, assim como o conjunto de trabalhadores das universidades federais brasileiras, sofre as consequências do projeto de contrarreforma da Educação Superior. Percebe-se, entre as entrevistadas, o compromisso com o público-alvo, quais sejam os estudantes que demandam ações da assistência estudantil. As próximas narrativas demonstram este comprometimento refletido com base na conjuntura atual:

Por mais que a gente esteja num momento de crise econômica, que a conjuntura mostra, onde cortes de recursos aconteceram na educação de nível superior, a questão da crise talvez traga também algumas informações relacionadas à situação de desemprego, porque a gente vê nos noticiários “desemprego, desemprego, desemprego”. E isso traz um crescente de informalidade e vai mudar o perfil de vulnerabilidade dos estudantes. Com isso eu acho que a gente tem um grande desafio [...] (Chiquinha Gonzaga).

Tive alguns casos de reanálise em recurso em que o estudante informou que o aluguel, a energia e o gás aumentaram, e realmente aumentou, a gente sabe como está o país agora. O nosso auxílio há quatro anos é o mesmo valor, não houve reajuste, a gente não tem verba para fazer isso, porque o valor que vem do Ministério [MEC] é fechado e faz muito tempo que não aumenta de forma significativa. E para dar conta da assistência [estudantil] – porque a gente ainda não abarca tudo que o PNAES nos exige, apenas uma parcela dele – o dinheiro não dá conta de fazer nada além do que a gente já consegue, com muito esforço, que é atender a todos os estudantes que demandem auxílio estudantil. Então essa é uma outra questão que a gente vai começar a enfrentar também, de ter muitos estudantes que na nossa análise, no nosso formato de IC [índice de classificação] ficam dentro de um perfil [menos vulnerável] mas vão acabar recorrendo em reanálise para a gente colocar ele num outro perfil [mais vulnerável] para que possa continuar dando conta das suas despesas [...] (Estamira).

A produção da contra-hegemonia pelas classes subalternas requer a construção de novos modos de pensar, com a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente. Neste sentido, a fragilização teórica, metodológica e política do trabalho profissional ameaça a capacidade de pensar a realidade atual a partir das bases do projeto ético-político profissional, por meio de ações pautadas no imediatismo, no bom senso, na submissão às regras, normas e mandos institucionais que ferem a autonomia profissional (MORAES, 2016, p. 592).

Ainda de acordo com Moraes (2016, p. 594), as implicações da agenda neoliberal nas políticas sociais e no mercado de trabalho do Serviço Social repercutem também no questionamento do projeto profissional do assistente social, relativizando sua autonomia e ameaçando a dimensão intelectual do trabalho profissional. Tais processos ameaçam seu protagonismo e adoecem os profissionais.

Com base na atual dimensão ético-política do Serviço Social, as estratégias que tentam responder e enfrentar a questão social têm sido tensionadas por projetos político-institucionais distintos, que são indissociáveis da contrarreforma do Estado, via redução dos cortes orçamentários para o atendimento das demandas dos sujeitos e burocratização da vida social, que produzem implicações diretas às condições de trabalho e relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais. Essas condições e relações interferem no direcionamento do trabalho, nas atribuições veiculadas aos assistentes sociais, nos recursos para o trabalho, que repercutem em seu conteúdo e qualidade (MORAES, 2016, p. 596-597).

Para enfrentar esta situação, o autor aponta alguns caminhos que favorecem a defesa do projeto profissional, a partir de críticas, construções e avanços que buscam refletir e compreender os efeitos da produção ideológica sobre as práticas sociais. A articulação de alianças no cotidiano é, segundo o autor, elemento importante para o questionamento do poder no interior das instituições e de posicionamentos institucionais que culpabilizam o sujeito, num processo de resistência política organizada (MORAES, 2016, p. 599). Neste sentido, destaca-se a formação da Comissão PAPE/PBP desde o início dos trabalhos das profissionais nesta instituição, regulamentada em 2013. A próxima narrativa destaca a importância do papel da comissão organizada e fortalecida e descreve partes de suas ações e perspectivas:

A segunda [questão] é em relação aos profissionais que atuam nesse programa. A gente vê que é [a equipe] mais organizada dentro da Pró-reitoria, é a equipe que consegue dialogar, construir e defender suas posições políticas dentro da universidade e dentro particularmente da Pró-reitoria. A equipe que tem a maior coesão em relação a essas questões. E isso é muito bom, eu acho que isso é ótimo, a gente precisa fomentar mais isso. Construir materiais técnicos que legitimem o nosso trabalho [...], construir os parâmetros dessa atuação, é nossa responsabilidade. A gente sabe que tem outras universidades copiando nosso modelo, tem outras universidades que tomam a UNIFESP como uma referência do programa. Então, sabendo disso eu acho que a responsabilidade da gente em relação a esse programa aumenta em dobro, porque a gente sabe que está servindo de referência para outras, entende? Eu acho que a gente precisa estreitar também essa comunicação com outras instituições. Ter encontros anuais para dialogar com esses espaços, com essas outras universidades, construir um fórum de diálogo entre as assistentes sociais das instituições [...] (Carolina de Jesus).

Embora o marco mais conhecido da assistência estudantil seja a promulgação do Decreto PNAES em 2010, a discussão sobre este tema é aliada à democratização da universidade e tem início bem antes disso. As ações de assistência estudantil integraram a agenda de lutas desde os pioneiros da escola nova⁷² e do Movimento de Reforma Universitária de 1968⁷³, que retrataram anseios de transformação da própria sociedade brasileira, não apenas restrita ao ensino superior (NASCIMENTO, 2014, p. 91).

Em seu estudo, Clara Nascimento apresenta uma reflexão acerca do histórico da assistência estudantil enquanto luta de movimentos estudantis e, a partir de sua aproximação com instituições de hegemonia (neste particular o FONAPRACE), seus objetivos são modificados e passam a atender aos anseios da agenda contrarreformista vigente.

A autora explica que a aproximação da temática com este Fórum ocorre a partir da estruturação da assistência estudantil nas IFES, organizada tanto pelos usuários quanto pelos gestores. A partir dos anos 2000, as ações passam a ter maior legitimidade na agenda governamental com a publicação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2007⁷⁴, e da instituição do Decreto PNAES, em 2010. Cabe ressaltar que os documentos foram alvo de manifestações e críticas por retratarem os processos contrarreformistas em curso (NASCIMENTO, 2014, p. 92).

Conforme a autora supracitada, neste período o Fórum aproxima-se das instâncias governamentais e, isentando-se de mediações quanto às ações contrarreformistas em curso, permite que a assistência estudantil sofra com os impactos desta ofensiva conservadora. Segundo ela, a lógica educacional dominante está posta a partir da insuficiência de recursos para a área e de uma visão de assistência estudantil como “investimento” em detrimento de garantia de direito, incluindo nesta perspectiva a lógica da contrapartida (NASCIMENTO, 2014, p. 97).

⁷² O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi lançado em 1932 com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política nacional de educação em todos os níveis, onde o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo (CAMURRA, L.; TERUYA, T. K. “Escola pública: manifesto dos pioneiros da educação nova e o direito à educação”. In: *1º Simpósio Nacional de Educação – XX Semana da Pedagogia*. Cascavel, 2008.)

⁷³ Segundo Martins (2009, p. 16-17), a Reforma Universitária de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro pois, por um lado, modernizou parte das universidades federais articulando atividades de ensino e pesquisa, abolindo as cátedras, criando políticas de pós-graduação, entre outros avanços e, por outro lado, favoreceu o surgimento do ensino privado de cunho marcadamente profissionalizante e distanciado da pesquisa e da contribuição para uma análise macrosocietária. (Cf. MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.)

⁷⁴ Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf
Acesso em 16/12/2016.

Nascimento (2014, p. 98) demonstra algumas das principais tendências contrarreformistas na assistência estudantil na contemporaneidade, tais como a exclusividade e o rebaixamento do recorte de renda como critério de acesso aos programas; o distanciamento das Pró-reitorias de outros movimentos de lutas relacionadas à comunidade acadêmica; a desistoricização da assistência estudantil mediante vinculação exclusiva ao REUNI e a incorporação de lógicas produtivistas (rotatividade dos estudantes nos programas, naturalização de contrapartidas, rigidez no desempenho e critérios socioeconômicos rebaixados).

A partir da compreensão do contexto apresentado por Nascimento (2014), percebe-se que a UNIFESP sofre as consequências da lógica contrarreformista atual. Apesar do posicionamento da Reitoria e da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis desde a sua primeira gestão quanto ao pagamento de auxílios/bolsas a todos os estudantes que apresentam o perfil para acesso, esta premissa tem sofrido ameaças por conta da intensa e progressiva diminuição de recursos sofrida por toda a universidade, inclusive nas verbas direcionadas exclusivamente para a assistência estudantil como um todo. Esta situação traz rebatimentos nos programas da assistência estudantil e no trabalho profissional exercido pelas assistentes sociais nos NAEs e na PRAE.

Nós somos instrumentos de acesso a esses programas da assistência estudantil. As políticas governamentais estão direcionadas para a democratização do acesso e a permanência do estudante, e as políticas de ações afirmativas também. Então, nada mais justo do que o estudante ter plenas condições de cursar a universidade de uma forma efetiva, não apenas garantindo o mínimo necessário. Porque ele sempre vai estar em desvantagem, essa é a história. Eu tento em todos os atendimentos direcionar o estudante para que ele possa usufruir da universidade no seu máximo permitido, que as questões sociais, embora tenha outros (campos) que a gente não consiga dar conta, mas que uma limitação financeira não seja impedimento para ele vivenciar a universidade [...] (Maria Quitéria).

A atual gestão da reitoria da universidade, eleita no final de 2012 e reeleita em 2016, trouxe como pauta principal a proposta de uma gestão “plural e democrática”. Apoiada em 10 pontos principais (desde a promoção de uma universidade transformadora, transparente, com planejamento participativo, visibilidade para todos os segmentos, valorização da carreira e expansão com qualidade, entre outros), a gestão se elegeu com maioria de votos de estudantes e servidores não docentes. A partir daí muitos desafios se apresentaram no cenário nacional neste período, provenientes da instabilidade do governo em instância federal e a ocorrência de perda de direitos trabalhistas, limitações burocráticas e a efetivação de uma nova universidade pública.

Muitas dificuldades foram e permanecem agravadas nesta conjuntura: infraestrutura e permanência estudantil são trazidas como as áreas mais prejudicadas, visto que demandam recursos financeiros diretos. A realidade é de pouca autonomia no uso destes recursos, cada vez mais escassos.

Acerca do contexto social e político vivenciado no país neste momento histórico, destacam-se alguns retrocessos no que se refere à administração das políticas públicas brasileiras. Várias das medidas tomadas pelo atual governo, que assumiu a presidência em 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, expressam a crise social e econômica e, sob a alegação de busca do equilíbrio fiscal, retiram vários direitos dos trabalhadores, em especial os direitos previdenciários e trabalhistas.

Algumas destas medidas podem ser exemplificadas: aumento da contribuição previdenciária, processos massivos de demissão voluntária, intensificação da jornada de trabalho, regulamentação da terceirização do trabalho, menor aumento no salário mínimo em relação aos últimos anos, entre outras.

Outra questão que merece destaque nesta conjuntura é o fortalecimento da onda conservadora, que moraliza desigualdades de classes ao defender e ratificar o patriarcado, a misoginia, o racismo, a LGBTfobia, o individualismo exacerbado, a defesa e o incentivo à ditadura militar e o ódio ao comunismo e ao pensamento de esquerda. Essa disseminação ideológica ganha força por estar representada por membros da classe política em todas as esferas.

Todas estas expressões da questão social têm sido intensificadas e seu rebatimento é sentido na sociedade. A universidade não permanece alheia a este processo, visto que traz representada a sociedade como um todo. A contrarreforma do ensino superior se amplia para uma contrarreforma dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais e este contexto torna imperativa uma organização dos assistentes sociais em movimentos sociais e populares, sindicatos, partidos e outras formas de organização, buscando construir formas de resistência às práticas capitalistas cada vez mais emergentes.

O trabalho coletivo e consciente do contexto atual fortalece as ações profissionais e possibilita a articulação em defesa da classe trabalhadora e de seus direitos sociais e trabalhistas. No próximo tópico serão abordados o trabalho coletivo e a gestão da universidade em relação às políticas de assistência estudantil.

5.4.2 O trabalho coletivo e a relação com a gestão

A assistência estudantil, segundo as entrevistadas, não pode estar vinculada apenas ao âmbito da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Porém, esta é a instância de referência no tema no âmbito acadêmico e a gestão deve estar alinhada aos interesses que se apresentam no cotidiano. Algumas das entrevistadas revelam um descontentamento com relação à gestão da PRAE, com os outros setores que poderiam estar atuando na mesma direção e com a relação docente-discente, que é permeada por conflitos e dificuldades.

Para mim, de tudo, a coisa mais difícil dentro da universidade é a relação com os docentes. Trabalhar dentro da universidade demanda parceria com o discente, com o técnico e principalmente com o docente, que é quem está com o estudante pelo menos uma vez na semana e consegue perceber se há e quais são as limitações do estudante. É esse docente que deveria colaborar na assistência e na permanência desse jovem dentro da universidade, mas não é isso que acontece [...] (Carolina de Jesus).

Não existe parceria em relação às outras esferas da universidade. Porque a questão da permanência não é só da assistência estudantil, é também do [setor] acadêmico, da PROGRAD, das outras Pró-reitorias e não existe essa interlocução, não se tenta propostas conjuntamente. Já começa pela questão do modelo de ingresso, pela Lei de Cotas: não se conversam, não se pensa em conjunto [...] (Leila).

Em seu estudo sobre o trabalho do assistente social no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, Brisola e Silva (2014) trazem algumas reflexões que podem auxiliar na compreensão das vivências trazidas por estas narrativas.

A lógica que orienta as políticas sociais como um todo é marcada pela precarização da força de trabalho, focalização dos programas e descentralização da gestão da pobreza. O assistente social vivencia estas mudanças nas condições e relações de trabalho que se apresentam cada vez mais precarizadas em detrimento de exigências cada vez mais intensas (BRISOLA; SILVA, 2014, p. 78-79).

Estas políticas, no escopo da contrarreforma, priorizam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, reafirmando as lógicas impostas pelas agências multilaterais de focalização nos extremamente pobres, visando assegurar maior coesão da sociedade por meio da transferência de renda (BRISOLA; SILVA, 2014, p. 86).

A pesquisa realizada pelos autores encontrou resultados que se aproximam das narrativas aqui descritas, reflexos das vivências das profissionais participantes da pesquisa. Entre as dificuldades encontradas pelos autores estão a forma como a gestão se desenvolve (falta de direção e vontade política dos gestores, falta de preparo para implementar a agenda

de programas em suas normativas), a ausência de capacitação para as equipes técnicas, falta de articulação com a rede, lacunas teóricas, insegurança no trabalho, precarização das condições de trabalho, dificuldades em trabalhar intersetorialmente (BRISOLA; SILVA, 2014, p. 87).

Nesta direção, o assistente social, ao integrar o trabalho coletivo para a implementação de ações determinadas pelas instituições, percebe que o resultado de seu trabalho depende do recorte priorizado pelas instituições empregadoras, que estabelecem as demandas e prioridades a serem atendidas, o que influencia na diminuição da autonomia profissional (BRISOLA; SILVA, 2014, p. 88). Sem dúvida, a articulação do trabalho profissional é afetada pelos processos mais amplos de reestruturação do trabalho e pela forma com que a assistência estudantil é apreendida e apropriada pelos gestores.

Por outro lado, a articulação dos profissionais com os usuários dos programas pode tanto fortalecer o protagonismo destes para a conquista de direitos quanto atender ao princípio ético de compromisso com os usuários. As profissionais participantes desta pesquisa concordam, em sua maioria, que a intensidade do trabalho prejudica as relações com os estudantes em sua totalidade, e que uma alternativa a esta rotina é a aproximação com os estudantes. A próxima narrativa demonstra uma iniciativa de uma das profissionais com relação a esta ação:

A gente fez alguns grupos, foi bastante interessante levantar o que eles pensam da assistência, ou [como] eles enxergam a universidade, como eles se enxergam inseridos na universidade. Com isso, o que a gente pensou e pensa para desenvolver esse ano é trabalhar mais ou menos nessa perspectiva novamente. Só que precisaria ser algo mais periódico, para a gente poder acompanhar esses estudantes. A minha ideia seria essa, fazer um acompanhamento mais sistemático com os estudantes, de acordo com o desenvolvimento acadêmico, juntando-os em grupos coletivos para fazer discussões. E dentro desses grupos identificar demandas que a gente possa trabalhar, que sejam relacionadas a auto-estima, a organização do estudo, do tempo, questões de preconceito, enfim, e aquelas demandas que surgissem desse público alvo a gente poderia acionar outros setores da universidade ou mesmo capacitar os profissionais do NAE e ir trabalhando com esse público alvo específico da assistência [...] (Maria Quitéria).

Para Brisola e Silva (2014, p. 92), a burocracia assume local de destaque nas práticas profissionais, inibindo a reflexão crítica e a possibilidade de resistência dos profissionais, ocultando, assim, o sentido do fazer profissional. Na medida da intensificação do trabalho, as exigências e cobranças de resultados são maiores e a precarização “*subtrai dos trabalhadores o tempo necessário para sua organização política, articulação com movimentos sociais e usuários, seja pelo excesso de trabalho que os mobiliza no ambiente*

laboral, seja pelo esgotamento físico provocado por esse excesso. ” A narrativa seguinte descreve com clareza uma vivência sob pressão da gestão local:

As relações aqui foram construídas de uma forma muito complicada. Situações de assédio a gente [equipe NAE] passou desde o início, de não poder ter contato com o curso [...]. A relação de forças, as forças políticas, a gente fica no meio dessas disputas e não está em lado nenhum também, não tem legitimidade de nenhum dos lados [...]. Talvez seja uma realidade muito do *campus*, da própria constituição do *campus*, das relações daqui que não são muito tranquilas. E por outro lado, por muito tempo houve uma indefinição do que é a atuação do NAE, qual é o espaço de fato de atuação do NAE [...]. Hoje é nítido que há um adoecimento nas equipes, isso é claro, claro e notório [...]. Não só físico, mas emocional. E a própria relação PRAE – *campus* nunca foi uma relação muito fácil aqui. Então são demandas diferentes e essa falta de clareza para algumas coisas deixa a gente vendida [...] (Leila).

Uma das formas de enfrentamento das dificuldades impostas pelo novo modelo de gestão do trabalho é a utilização da estratégia de desenvolvimento da função socioeducativa do trabalho. Nesta dimensão, os usuários ocupam o papel de protagonistas e não de mero receptores das ações da assistência (BRISOLA; SILVA, 2014, p. 95).

Eu gostaria de ter uma aproximação maior com os estudantes, com a representação estudantil e desenvolver alguns projetos no sentido de discussão de algumas temáticas, sabe? Não necessariamente só eventos, mas algumas campanhas, algumas outras coisas que a gente pudesse pensar... outras questões simbólicas que estão dentro da universidade, seja questão de gênero, discutir violência, conseguir ter uma parceria [...] com a nossa equipe de saúde, trabalhar de fato com a prevenção em relação à saúde, que não é o que a gente faz⁷⁵, mais voltado para o público universitário, que não é uma população doente, é uma população que tem demandas específicas relacionadas à questão de gênero, de sexualidade, de uso abusivo de álcool e drogas. Acho que são outras questões que a gente deveria trabalhar mais, ter uma aproximação maior com essa questão do apoio pedagógico. Estar em mais comissões, até porque se a gente não se faz presente também não é lembrado, então acho que isso seria importante. Ter uma participação mais próxima da vida do *campus*, e aí poder, a partir dessa aproximação, uma vivência com a realidade de fato do *campus*, porque a gente fica muito na sala, tem muita coisa que eu vou ficar sabendo depois que aconteceu [...] (Leila).

Eu acho que nesse processo o assistente social, pela sua formação e pela sua demanda de atendimento no NAE, é um profissional essencial para desenvolver essas e outras ações. Só que a operacionalização do programa faz com que a gente fique voltado apenas para as análises. E é nessa discussão de ampliação da equipe de assistentes sociais [...] que hoje a gente está pedindo duas coisas (ampliação da equipe e sistematização do processo de triagem socioeconômica). Mas eu não vejo nessa instituição atualmente nenhuma proatividade para que nenhuma das duas ocorram. E ao mesmo tempo são cobradas muitas demandas que precisam ser trabalhadas, mas por outro lado o profissional que pode trabalhar ou que deseja

⁷⁵ Esta profissional remete às ações realizadas pela equipe de saúde em sua equipe NAE e pela PRAE com viés de prevenção às doenças, e não com o de promoção de saúde, defendido por diversos autores e pela OMS como a atuação sobre os determinantes da saúde, e não na doença em si. (Ver em SÍCOLI, J. L.; NASCIMENTO, P. R. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. In: Comunic., Saúde, Educ., v. 7, n. 12, p. 101-122, fev. 2003). Cabe ressaltar que muitos dos conflitos vivenciados pelas equipes de profissionais de saúde que integram os NAEs entre si e entre a gestão da PRAE surgiram por esta indefinição.

trabalhar não tem nenhum incentivo da instituição para que ele possa realizar. Os técnicos que atuam nesse NAE identificam que o Núcleo e a assistência estudantil são instituições políticas e operacionais, “dançam” de acordo com quem está no poder no momento [...] (Maria Quitéria).

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o trabalho socioeducativo com as famílias é uma estratégia de atuação dos profissionais envolvidos para se aproximar das questões trazidas pelos sujeitos. Supõe compromisso político consciente com as classes subalternas por parte dos profissionais, competência teórica, metodológica e política para identificar e se apropriar das reais possibilidades presentes no movimento social no sentido de redimensionar a prática para a luta por direitos e emancipação das referidas classes (BRISOLA; SILVA, 2010, p. 93).

Neste sentido, as assistentes sociais envolvidas nesta pesquisa apresentam iniciativas de aproximação com os estudantes, buscando apreender, de modo mais objetivo, as questões trazidas por estes. Por meio de estratégias como oficinas, encontros, eventos culturais, projetos específicos, entre outras, procuram voltar sua atuação para compreender as demandas e necessidades para além da questão socioeconômica. O desafio se encontra na conciliação entre os estudos socioeconômicos, realizados durante o ano todo e o trabalho multidisciplinar nas equipes, que pode favorecer a atuação socioeducativa destes profissionais, sobretudo das assistentes sociais. A superação de questões que interferem na realização das atividades, tais como a falta de recursos adicionais para eventos, equipes reduzidas em número de profissionais, grande demanda por auxílios/bolsas em determinados *campi*, dificuldades de articulação locais para a realização de atividades também se revela como um desafio a estas profissionais.

5.4.3 Os limites de atuação e as estratégias para seu enfrentamento

O cenário aqui refletido, acerca do contexto de adesão dos governos latino-americanos, em especial o Brasil, às recomendações das agendas multilaterais, evidencia a influência dos mecanismos neoliberais nos processos decisórios e de atuação das políticas sociais, quais sejam a focalização na extrema pobreza, a privatização de serviços sociais (como massificação e o aligeiramento da Educação Superior), a centralidade dos programas de transferência de renda, entre outras (LEITE, 2013, p. 6).

Neste viés, a mercantilização da Educação Superior traz em seu escopo uma tendência de assistencialização das políticas sociais e educacionais, legitimando-se como

necessária para combater a pobreza no âmbito da política de educação, compreendida como “investimento”, em detrimento da afirmação desta política como direito. Busca-se privilegiar as políticas de “alívio” da pobreza por meio de bolsas e da neofilantropia, justificada pela compreensão de que a desigualdade de renda do corpo discente é um dos fatores que propiciam a evasão e a retenção dos estudantes (LEITE, 2013, p. 6).

Esta tendência é criticada pela equipe, como pode-se observar ao longo deste estudo. É refutada por apresentar um caráter reducionista da assistência estudantil como mera “bolsificação”. A metodologia adotada pela equipe e todo o arcabouço teórico que a fundamenta está relacionado a uma perspectiva de acolhimento e totalidade em relação ao estudante que busca os serviços.

O viés mercantil no ensino superior destina a assistência estudantil exclusivamente aos estudantes que atendem a determinados critérios de renda e de vulnerabilidade, de modo reducionista, fortalecendo a perspectiva assistencial com respostas emergenciais, contingenciadas e fragmentadas. Este processo vem desde o reordenamento da Seguridade Social nos anos 1970, e ameaça a concepção do direito e de política pública (NASCIMENTO, 2012, p. 7).

Em resumo, no que diz respeito as políticas sociais em geral, é a assistencialização, enquanto categoria teórica que vem “iluminando práticas profissionais e, inclusive, definições governamentais, do ponto de vista do mero acesso a benefícios e projetos [...]. Tal reflexão é uma mediação para o entendimento de como a assistência estudantil vem se configurando nas universidades, expressando o ranço do mecanismo assistencial que se constituiu historicamente no âmbito das políticas sociais brasileiras (COUTO, 2011, p. 64⁷⁶ *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 8).

Entender a dimensão assistencial da política social como direito requer um distanciamento da concepção clientelista e assistencialista presentes na formação social brasileira. Exige uma análise da expansão do ensino superior apreendendo as configurações das políticas educacionais em sua totalidade, sob o ponto de vista da forma pela qual as ações respondem às demandas da classe trabalhadora em seu acesso à universidade (NASCIMENTO, 2012, p. 10).

Neste particular, observa-se que esta universidade busca proporcionar atendimento prioritário à política de assistência estudantil. Desde a primeira gestão da Pró-reitoria, os “assuntos estudantis” têm atendimento prioritário na destinação de verbas na UNIFESP. Porém, outras questões que envolvem o trabalho realizado são levantadas pelas

⁷⁶ COUTO, B. R. Assistência social em debate: Direito ou Assistencialização? In: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011.

assistentes sociais que participam da operacionalização dos programas de auxílios/bolsas apontam para um esgotamento do trabalho realizado, devido ao enfraquecimento de outras frentes que envolvem o trabalho realizado:

Isso é a precarização do trabalho. Eu não tenho como conseguir atender trezentos alunos que estão dentro do programa com uma qualidade, se eu não tenho tempo para poder planejar ações, se eu fico somente na execução e análises de processos. Então é preciso a Comissão sentar, para primeiro se organizar, se legitimar e sugerir propostas para que isso possa ser realmente pensado [...] (Carolina de Jesus).

O volume de atendimento que a gente tem hoje, por exemplo, eu comecei atendendo 110 estudantes, hoje eu atendo 420, uma evolução de 400% de aumento de volume de atendimentos. E pensando também nesta questão da Lei de Cotas, onde a gente passa a ter um perfil de estudante diferente do que a gente tinha até então, com outras demandas, com outras necessidades, muitas vezes a gente não consegue nem levantar essas demandas e necessidades porque a gente não vai muito além do processo de avaliação socioeconômica [...] (Leila).

O que se apresenta é um cenário de crescente demanda por auxílios, impactando na fatigante rotina de análises documentais, elaboração de pareceres e atualizações constantes de listas de pagamento. Paralelo a isso, os demais profissionais que integram as equipes NAEs se desdobram em realizar atividades relacionadas à permanência estudantil sem a presença das assistentes sociais, atreladas apenas (não desvalorizando este fazer) ao fazer cotidiano das análises.

As principais queixas apresentadas nas narrativas estão relacionadas ao aumento considerável da demanda de trabalho, sem a proporcional contratação de mais profissionais assistentes sociais nas equipes; a dificuldade em participar de outras atividades no *campus*, pertinentes à assistência estudantil ou ao coletivo dos estudantes e técnicos; à ausência de um sistema informatizado que propicie tanto o cadastro de estudantes nos programas quanto a um banco de dados dos estudantes atendidos.

Uma das estratégias pensadas por esta equipe de profissionais foi o desenvolvimento de um sistema informatizado para a assistência estudantil, que poderá tanto otimizar o tempo destinado ao preenchimento de planilhas e suas atualizações, quanto diminuir o volume de informações apenas em formulários impressos, gerando assim um banco de dados da assistência estudantil nesta universidade. Este projeto foi pensado por uma das profissionais em conjunto com a Comissão PAPE/PBP e contou com a ajuda de bolsistas BIG e um analista em tecnologia da informação, tendo seu protótipo entregue para a PRAE e o DTI (Departamento de Tecnologia da Informação) em março de 2016. Este projeto de

sistema pretende ainda conciliar todas as ações que envolvem a permanência estudantil no âmbito desta Pró-reitoria, tais como saúde, alimentação e atividades culturais.

Outra proposta pensada pela equipe foi a realização do Fórum da Assistência Estudantil como forma de avaliar os programas.

Em relação ao programa, este é um momento de avaliação, de repensar esse programa, principalmente em relação ao perfil de estudantes que está adentrando ao programa e à universidade. Eu acho que esse programa precisa se estender, precisa perder essa expressão somente de auxílio estudantil. Os alunos e a universidade precisam entender que a política de assistência não é somente auxílio, é uma política que tem outras perspectivas de ação que precisam ser trabalhadas de forma integral. Tem a questão da saúde mental, que deve ser trabalhada em paralelo, e a gente sabe que um dos problemas de evasão está relacionado à saúde mental, então esta questão tem que ser levada mais a sério dentro da universidade, e considerando também as especificidades da saúde mental: recorte antirracial, gênero, tudo isso tem que ser considerado, dentro desse processo. O segundo é a questão pedagógica, também tem que ser levada muito a sério [...]. Por isso eu acho que os fóruns podem ajudar a gente nisso, porque ele pode não somente apresentar mais esse programa, mostrar à comunidade acadêmica que a assistência não é só o auxílio, e a assistência não é somente a PRAE, é um conjunto de atores que precisam estar atuando em paralelo para a permanência do aluno [...] (Carolina de Jesus).

Acerca da avaliação dos programas, o decreto PNAES, em seu artigo 5º, parágrafo único, estabelece que:

Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I – Requisitos para a percepção de assistência estudantil, observando o disposto no caput do art. 2º; e

II – Mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Neste sentido, as profissionais elaboraram o I Fórum dos Programas de Assistência Estudantil da UNIFESP, que teve por objetivo proporcionar um espaço de avaliação dos programas junto aos estudantes usuários. Esta ação foi desenvolvida pela equipe em conjunto com a PRAE e realizada em todos os *campi* da universidade. Os pontos avaliados foram as ações de moradia; acesso a transporte; qualidade da alimentação; suporte pedagógico; assistência a necessidades especiais (estudantes com deficiência e outros); estudante trabalhador; estudantes mães e pais; relações interpessoais (estudantes/ estudantes; estudantes/ professores; estudante/ gestão da universidade; estudante/ família) entre outras. Os resultados desta ação, promovida no segundo semestre de 2016 têm previsão de serem socializadas com a comunidade acadêmica no primeiro semestre de 2017.

Nascimento (2012, p. 154) esclarece que a abrangência dos programas de atenção ao estudante só será atingida na medida que as diretrizes dos programas incorporarem as reais

necessidades dos estudantes (o que vai além do atendimento às necessidades básicas de sobrevivência). Para isso, é necessário interpretá-las de maneira crítica e extrapolar a dimensão estritamente biológica das necessidades estudantis (bolsa/auxílio, restaurantes universitários e moradias estudantis), contribuindo para o alcance de outras dimensões que permeiam as desigualdades educacionais. Esta concepção toma como parâmetro a realidade social a qual estes indivíduos estão vinculados.

Um projeto de avaliação que contemple as reais demandas de seus usuários pode auxiliar na compreensão desta concepção e sua aplicação na realidade das instituições. Segundo a autora, *“o resgate de um conceito crítico de necessidades nos permite visualizar as necessidades estudantis nas suas mais variadas dimensões”* (2012, p. 154-155).

Nascimento ressalta ainda que cabe aos profissionais assistentes sociais envolvidos com a assistência estudantil a apropriação deste fenômeno, do modo como está inserido na materialização entre Estado, capital e classe trabalhadora, e sua especificidade no campo da educação (NASCIMENTO, 2012, p. 156).

Este tópico apresentou o panorama sobre a avaliação dos programas de auxílios/bolsas realizado pelas assistentes sociais que o operacionalizam. Cabe destacar o caráter dinâmico e contemporâneo desta avaliação, que pretende atender a demandas estudantis de institucionais de transparência e devolutiva das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou a operacionalização dos programas de auxílios/bolsas estudantis na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, com destaque para a contribuição das profissionais de Serviço Social envolvidas neste trabalho. Buscou trazer contribuições acerca da temática da assistência estudantil em um âmbito mais geral e sua constituição nesta Universidade, particularmente explorando a construção da política de permanência em curso e demonstrando o conhecimento das assistentes sociais envolvidas sobre seu trabalho profissional.

Como ponto de partida para estas reflexões utilizou-se os resultados das pesquisas de perfil realizadas pela UNIFESP nos anos de 2011 e 2016, que buscaram conhecer, do ponto de vista socioeconômico, quem foram os ingressantes nesta Universidade naquele ano, em comparação com os estudantes-alvo da assistência estudantil atualmente. As referidas pesquisas permitiram a produção de dados, visto que constituem uma fonte rica para diversas outras pesquisas e remetem a um momento particular de expansão desta Universidade, o que possibilitou reflexões sobre as questões relacionadas ao acesso e às condições de permanência dos estudantes matriculados, apontando indicadores possíveis para a elaboração de políticas de assistência estudantil específicas para as demandas desta instituição. Estes dados demonstram haver diferenças no perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nos diversos *campi* desta Universidade e podem auxiliar em estudos futuros para elaboração e avaliação das políticas estudantis atuais.

Dentre os apontamentos realizados no tópico destinado ao perfil dos estudantes, pode-se observar que houve manutenção no padrão de renda familiar, sendo que a sequência dos *campi* mais ricos para os mais pobres são: São Paulo, Osasco, São José dos Campos, Baixada Santista, Diadema e Guarulhos. A faixa etária dos estudantes se manteve na média apontada pelo IBGE, com destaque para o *campus* Guarulhos com maior parte dos ingressantes com 30 anos dentre os *campi*. Com relação à cor da pele autodeclarada, houve um aumento de estudantes autodeclarados pretos e pardos, com diminuição dos autodeclarados brancos. Esta diferença é associada à recente adesão da universidade à Lei de Cotas.

Quanto à situação conjugal dos estudantes, houve um ligeiro aumento no número de estudantes solteiros. Houve aumento no número de estudantes vindos do interior do

Estado, com diminuição dos que são provenientes da Capital e Região Metropolitana. Houve diminuição dos estudantes que não trabalham, evidenciando um aumento de estudantes trabalhadores na universidade. Este dado se relaciona com o aumento de estudantes responsáveis pela própria manutenção.

Como o observado, a UNIFESP apresenta mudanças em seu corpo discente. Estas mudanças também são notadas em sua organização institucional entre os *campi* e seus respectivos estudantes, em relação à situação de vulnerabilidade socioeconômicas e culturais e nas disputas de poder internas e externas à comunidade acadêmica. Aspectos que, somados à conjuntura de contrarreforma educacional, impactam diretamente nas condições de trabalho das profissionais do Serviço Social envolvidas com a permanência estudantil. A Educação Superior, compreendida como espaço de construção de cidadania, direitos e emancipação humana, acaba não atendendo às necessidades apresentadas por seus estudantes, particularmente em relação à permanência estudantil como um todo (questões que envolvem não somente direitos à moradia, alimentação, transporte, creche, entre outros, mas o pleno exercício do direito à Educação Superior). Afinal de contas, a quais interesses atende a evidente “universalização” do acesso, se a universidade sofre com as consequências do projeto neoliberal e permanência não é tratada com prioridade pelo governo atual?

Essas semelhanças e diferenças ficam evidentes, por exemplo, quando conhecemos a realidade dos *campi*. A maioria deles localiza-se na região metropolitana de São Paulo, conhecida pela intensa urbanização. Destes, um está localizado em uma região nobre, o *campus* São Paulo, o que diferencia dos demais no critério renda *per capita* de seus estudantes, dado relacionado ao curso de Medicina, de alto prestígio entre os demais. Dos outros três que estão localizados em cidades vizinhas, Diadema e Guarulhos se destacam por estarem em regiões periféricas, porém de acesso facilitado por transporte urbano; o *campus* Osasco se aproxima do *campus* São Paulo no que se refere à renda *per capita* de seus estudantes, já que seus cursos também apresentam *status* de prestígio (Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais). Já os *campi* de região litorânea e interior do Estado sofrem com a estrutura deficitária de transporte urbano e com o alto preço do custo de vida (aluguel, alimentação e transporte). Nestes *campi* os cursos de alto e baixo prestígio estão mesclados, assim como em Diadema, apresentando uma combinação de perfis socioeconômicos distintos entre seus estudantes. O *campus* Guarulhos é o que apresenta a maior parte de estudantes mais vulneráveis e com perfil para atendimento por programas de permanência estudantil.

Nenhum dos *campi* contam estrutura de moradias universitárias, sendo que os estudantes estão sujeitos aos aluguéis cobrados por particulares no entorno das unidades ou em bairros de mais fácil acesso. Alguns *campi* têm várias unidades (em endereços diferentes) no mesmo *campus*, mas nem todos têm transporte entre estas unidades para seus estudantes. O serviço de saúde para estudantes fica localizado junto ao *campus* São Paulo, com necessidade de deslocamento por parte dos estudantes que precisam deste tipo de atendimento.

Diante da realidade vivenciada pelas assistentes sociais que atuam junto às políticas de permanência dessa Universidade, a partir de sua perspectiva, intencionalidade e conhecimento acerca da totalidade de seu fazer profissional, relacionada às atividades exercidas multiprofissionalmente nos NAEs (já que a interdisciplinaridade não foi identificada nos Núcleos, tal como sugerem Fraga, 2011 e Ortiz, 2011), apresentou-se para reflexão o seguinte questionamento: como se efetivou e se efetiva o trabalho profissional das assistentes sociais nos NAEs da UNIFESP, em relação ao atendimento das demandas estudantis identificadas na pesquisa de perfil do estudante em 2011 e atualmente?

A possibilidade de compreensão dessa realidade, apresentada como o problema deste estudo, esteve relacionada tanto com a ampliação do campo de trabalho deste profissional no ensino superior, sendo este requisitado a exercer suas atividades vinculado (em sua maioria) às análises socioeconômicas para acesso aos programas, dificultando as demais interfaces da intervenção profissional (em uma perspectiva reducionista de seu fazer profissional); quanto às mudanças do perfil do estudante, que sofreu alterações ao longo destes anos, apreendidas pelas profissionais que trabalham com este público, além dos rebatimentos da crise do capital que tem no campo das políticas sociais e da educação grandes impactos.

O objetivo central deste estudo foi conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo a respeito das demandas estudantis. Os objetivos específicos buscaram investigar como a política de assistência estudantil é operacionalizada na Comissão PAPE/PBP da UNIFESP; verificar as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* desta Universidade, considerando o trabalho em equipes multi/interprofissionais e as demandas locais; identificar novas possibilidades de intervenção profissional, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante da UNIFESP.

Para tanto foi sendo estruturado um “caminho metodológico”, que iniciou com a exploração dos *campi* dessa Universidade, seus municípios e a primeira gestão da UNIFESP

(que iniciou as ações institucionais de assistência estudantil); levou em consideração artigos, teses e dissertações escritos anteriormente, autoras e autores que trouxeram importantes contribuições acerca das temáticas envolvidas; considerou a concepção de assistência estudantil implementada nessa Universidade, permeada pela discussão crítica sobre permanência estudantil e a garantia desse direito; explorou o trabalho profissional do assistente social amparado principalmente em Yamamoto (2009, 2014) e destacou o referencial teórico crítico marxista que orientou este estudo.

A necessidade de atuação na realidade leva ao conhecimento da própria realidade. Assim, a pesquisa situou-se como mediação entre o conhecimento teórico referente a temática e a realidade apresentada pelas profissionais como campo para a intervenção. Conforme Guerra (2009, p. 705), *“compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo”*.

As reflexões apresentadas pelas profissionais demonstraram seu conhecimento acerca do trabalho realizado, da interação entre os profissionais dos NAEs e da Comissão PAPE/PBP, das questões que envolvem a dinâmica da permanência estudantil, sobre as relações intra e extra *campus*. A articulação de alianças promovida pela Comissão PAPE/PBP foi vista como um ponto de destaque.

A opção pela metodologia de História Oral para a coleta e análise dos dados permitiu uma experiência única em cada uma das sete entrevistas realizadas. Cada profissional pode expressar de forma livre suas compreensões sobre cada um dos eixos da pesquisa e de outros temas correlacionados, o que gerou mais de oito horas de gravação de áudios. Um material rico que possibilitou um trabalho de cuidadosa leitura e apreensão dos conteúdos ali presentes.

A proximidade metodológica da pesquisadora com a instituição (ser servidora) e com os sujeitos da pesquisa (ser uma das assistentes sociais da equipe) foi visto como um desafio. Trouxe possibilidades de maior proximidade com as profissionais, de apreensão da temática, do conhecimento tanto institucional quanto do fazer profissional das equipes. Em contrapartida, o maior desafio foi o distanciamento necessário para um estudo “de fora”, que foi compensado pela escolha da metodologia de coleta e análise dos dados utilizada, que contempla esta proximidade e interação entre pesquisador e sujeito.

Na questão referente às demandas trazidas pelos estudantes e às respostas profissionais elaboradas para atendê-las, pode-se conhecer o *modus operandi* de cada um dos

NAEs. Observou-se que as profissionais estão vinculadas à análise socioeconômica para inserção dos estudantes nos programas de auxílio/bolsa disponíveis, porém não estão alheias ao cotidiano dos NAEs. Cada um dos Núcleos atua de modo multidisciplinar, com a participação de vários profissionais envolvidos com as questões de permanência, sejam elas materiais ou simbólicas. Observou-se o comprometimento das equipes na busca pelo atendimento equitativo das demandas, apesar das dificuldades relatadas, tais como a conciliação do excesso de estudos socioeconômicos com a rotina de cada um dos NAEs; as dificuldades no compartilhamento dessas atividades com os outros profissionais; a escassez de servidores nas equipes, evidenciada pela precarização das condições de trabalho; o acompanhamento de casos de conflitos que envolvem estudantes, mesmo que na incerteza do papel do assistente social nesta mediação; o desenvolvimento deficitário da dimensão formativa para o atendimento da diversidade de demandas que surgem no cotidiano, questões estas que permeiam o escopo da permanência estudantil e que não se esgotam com a concessão de um auxílio financeiro.

A segunda questão abordou as novas possibilidades e demandas a partir da identificação do perfil do estudante. Observou-se que a maioria das profissionais entrevistadas não demonstrou conhecimento aprofundado das pesquisas de perfil realizadas pela Universidade. Seja por não acesso ao material, seja por suas atribuladas rotinas, as impressões que marcam esta seção são, em sua maioria, fruto da observação empírica das assistentes sociais. Ainda assim, as principais mudanças narradas pelas profissionais vão de encontro aos resultados apontados nas pesquisas. A mais sensível delas foi a adesão da UNIFESP à Lei de Cotas Raciais, que assegura a reserva de 50% das vagas para estudantes de escola pública, com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio (público alvo das ações de assistência estudantil) e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Esta mudança, segundo as profissionais, não foi acompanhada por um planejamento ou aumento nos recursos para a assistência estudantil, gerando ações pontuais e não coordenadas para atendimento a estes estudantes. A discussão sobre o território trouxe contribuições para se repensar estratégias de acolhimento e permanência, visto que o número de estudantes que residem nas regiões próximas aos *campi* tem aumentado. Concluiu-se que a assistência estudantil por si só não dá conta de “resolver” os problemas que envolvem a permanência de estudantes mais pobres na Universidade. Há de se ter ações conjuntas para possibilitar que as escolhas feitas pelos estudantes se concretizem em sua formação pessoal e profissional.

A terceira questão trouxe uma avaliação dos programas sob o olhar das assistentes sociais participantes deste estudo. Em sua maioria, as profissionais percebem que a Comissão PAPE/PBP fez e faz a diferença nas atividades do grupo. Cabe destacar que além da atuação nas equipes NAEs em cada um dos *campi*, as assistentes sociais trabalham em conjunto formando esta comissão permanente. É majoritária também a avaliação de que o trabalho na Comissão pode ir além dos estudos socioeconômicos. Percebe-se um compromisso com o estudante público-alvo das ações e um reconhecimento de que as ações de permanência não se esgotam na concessão de auxílios, como já dito. O questionamento crítico e a proposição de novas ações, que têm por objetivo alcançar este atendimento ampliado e desvinculado da mera burocracia evidenciam este comprometimento. Duas ações concretas, elaboradas por esta Comissão, são destacadas neste particular: a criação de um sistema informatizado para inscrição e análise preliminar dos candidatos aos programas de auxílio/bolsa e a realização de um Fórum de Assistência Estudantil. Ambas estão em curso, o que faz a Comissão acreditar que novas perspectivas estão por vir.

Sendo assim, conclui-se que o estudo atingiu seu objetivo central, que foi o de conhecer o trabalho das assistentes sociais da Comissão PAPE/PBP na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis. Os objetivos específicos também foram cumpridos, pois houve uma investigação sobre como a política de assistência estudantil foi e permanece sendo operacionalizada na Comissão PAPE/PBP da UNIFESP, abordando neste sentido as relações com os NAEs e com a gestão da universidade.

Os demais objetivos específicos foram verificar as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* desta Universidade, considerando o trabalho em equipes multi/interprofissionais e as demandas locais e identificar novas possibilidades de intervenção profissional, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante da UNIFESP. Neste sentido, o estudo permitiu explorar o tema do trabalho destas profissionais e sua contribuição para esta política – que é maior do que a gestão dos programas de auxílios/bolsas. As demandas e respostas do trabalho profissional foram relatadas, partindo sempre do ponto de vista das profissionais participantes da pesquisa.

Em suma, as competências e atribuições profissionais exigidas para a realização do trabalho profissional, o compromisso ético-político voltado para o público-alvo em referência, os caminhos para efetivação dos direitos dos estudantes para além da concessão de auxílios/bolsas ficaram evidentes no decorrer do estudo. Ressalta-se também a utilização de todo o arcabouço teórico-metodológico para a criação de uma metodologia de trabalho que

ultrapassa o mero assistencialismo, mas que enfatiza outras dimensões da permanência estudantil.

A permanência estudantil aqui refletida tem na concessão de auxílios/bolsas uma das formas de sua efetivação. Tem sua origem anterior ao Decreto PNAES e vai além dele. A permanência do estudante mais pobre na universidade passa pela associação ao conjunto de políticas (promoção de saúde, apoio pedagógico, arte e cultura, alimentação), com as demais instâncias da universidade e com a sociedade civil, ou seja, traduz-se em um maior comprometimento da comunidade acadêmica como um todo para proporcionar um ambiente estudantil acolhedor e propiciador de desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L.C. et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALMEIDA, N. L. T. *Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília, CFESS/CRESS, 2011.

ASSIS, A. C. L. et al. “As Políticas de Assistência Estudantil: Experiências comparadas em Universidades Públicas Brasileiras”. In: *Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, nov. 2013. Edição Especial.

BARROCO, M. L. S. *Código de ética do/a assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E.R. “Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil.” In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 69-86.

_____. *Brasil em Contra-reforma*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOLORINO, E. *Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania*. São Paulo: Unesp, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em 28 abr. 2016.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 20 jun. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 11 fev. 2017.

_____. Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8957.htm>. Acesso em 08 jul. 2016.

BRISOLA, E. M. A; SILVA, A. L. da. “O trabalho do Assistente Social no SUAS: novos desafios e velhos dilemas”. In: *O Trabalho do Assistente Social no Suas: entre novos desafios e velhos dilemas*. Taubaté: Cabral, 2014.

CARVALHO, C. Q. L. *O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública: análise da “Política de Assistência estudantil” da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

CARVALHO, S.C.S. *Avaliação da eficácia da política pública de assistência estudantil na Universidade Federal de Lavras*. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. “Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral.” In: *Biblos*, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004.

CAVALHEIRO, J. S. *O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, prspectivas e desafios*. 2013. 257 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas.

CAVALLI, M. “A categoria mediação e o processo de trabalho no Serviço Social: uma relação possível?” In: *Encontro de Iniciação Científica*, Presidente Prudente, v. 5, n. 5, p. 1-15, 2009.

CHAUI, M. “A universidade pública sob nova perspectiva”. In: *Rev. Bras. Educação*, nº 24 p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

CISLAGHI, J.F. *Análise do REUNI: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira*. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

COSTA, C. B. “A escuta do outro: os dilemas da interpretação”. In: *Historia Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014.

COSTA, S. G. *A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRUZ, F. M.; CESPEDES, J. G. *O Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da Universidade Federal de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

DEL GIÚDICE, J. Z. A. *Programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários*. 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa.

DENTZ, M. V.; SILVA, R. R. D. “Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica.” In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

FALEIROS, V. P. *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FARIA, D. C. *O acesso e a permanência dos estudantes de origem popular à educação superior: uma avaliação do Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Palmas*. 2011. 241 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará.

FERNANDES, N. G. O. *A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá*. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo.

FERREIRA, N. S. A. “As pesquisas denominadas ‘estado da arte’”. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FONAPRACE. *Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Org.: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Uberlândia: UFU/PROEX, 2012.

FRAGA, V. “Interdisciplinaridade e Assistência Social”. In: *O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional*. Brasília: CFESS, 2011. p. 180-188.

GAZOTTO, M. A. *Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM*. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, V. S. A. *A assistência estudantil como política social no contexto da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL: concepções, limites e possibilidades*. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas.

GOUVÊA, A. P. *Acesso e permanência nos cursos de graduação da UFRJ: o centro de filosofia e ciências humanas*. 2009. 245 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. S. “Estudo Socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea”. In: *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. IX, n. 9, p. 157-186, jul. 2010.

GRAEFF, B. A. *A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior*. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GUERRA, Y. “A dimensão investigativa no exercício profissional”. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-717.

IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

_____. “As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social Contemporâneo”. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm>. Acesso em 06 jun. 15.

_____. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, p. 9-32, 2ª ed. 2004.

KHOURY, Y. A. “Narrativas orais na investigação da história social”. In: *Proj. História*, São Paulo, v. 22, p. 79-103, jun. 2001.

KOIKE, M. M. “Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais”. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

KOWALSKI, A. V. *Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. 180 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LEHER, R. “Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente”. 14f. 2011 (mimeo).

LEITE, J. de O. “A expansão da assistência ao estudante universitário em tempos neoliberais”. In: *VI Jornada internacional de políticas públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação*. São Luis, 20 a 23 de agosto de 2013. 9p.

LEMONS, I. “Movimentos negros, combate ao racismo e políticas de ação afirmativa para acesso à educação universitária no Brasil.” In: *Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.*, Ponta Grossa, 23 (2): 197-210, jul./dez. 2015.

LESSA, S. *Serviço social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. “Serviço social e trabalho: do que se trata?” In: *Temporalis*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-58, 2000. Disponível em: http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/ssocial_trabalho_2000.pdf. Acesso em 25/09/2016.

LESSA, S. E. C. “A Educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do (a) assistente social: contribuições para este debate.” In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar. 2013.

LEWGOY, A. M. B. *Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGALHÃES, R. P. *Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. “Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas”. In: *Revista Univap*, v. 20, n. 35, jul. 2014.

MARIZ, S. D. *O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB*. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba.

MATTAR, C. M. “A fala do entrevistado como narrativa: encontros possíveis entre o psicólogo e a história oral a partir das contribuições de Alessandro Portelli”. In: *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 66-87, 2008.

MIOTO, R. C. “Estudos socioeconômicos.” In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-496.

MONTEIRO, S. R. R. P. “O marco conceitual da vulnerabilidade social”. In: *Sociedade em Debate*, Pelotas/RS, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011.

MORAES, C. A. de S. “O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional”. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez./ 2016.

_____ et al. “O estudante do Ensino Superior: identificando categorias de análise”. In: *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 3, p. 205-218, set./dez. 2011.

NASCIMENTO, C. M. “A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000”. In: *Universidade e Sociedade - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*. Brasília – ano 23, n. 53. 2014.

_____. *Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco.

_____ ; ARCOVERDE, A.C.B. “O Serviço Social na Assistência Estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão”. In: *FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia: ANDIFES, 2012. p. 167-179.

NASCIMENTO, P. F.; MELAZZO, E. S. “Território: conceito estratégico na assistência social”. In: *Serv. Soc. Rev.*, Londrina/PR, v. 16, n. 1, p. 66-88, jul./dez. 2013.

NEVES, J. L. “Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades”. In: *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996.

NETTO, J. P. “Introdução ao método na teoria social”. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ORTIZ, F. da S. G. “Interdisciplinaridade e Assistência Social”. In: *O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional*. Brasília: CFESS, 2011. p. 188-199.

PEREIRA, P.A. P. “A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da Sociedade Civil”. In: *Ser Social*, Brasília, UnB, n. 6, p. 119-132. 2000.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

PORTELLI, A. “O que faz a história oral diferente”. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRADO, A. P.; YARI, J. “Assistência Estudantil: algumas considerações”. In: *Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 1-19, nov. 2013. Edição Especial.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMALHO, L. E. G. *Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.

RISTOFF, D. “O novo perfil do *campus* brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação”. In: *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

ROJAS, J. E. A. O indizível e o dizível na história oral. In: *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

ROMERA, V. M. et all. “Os indicadores sociais como instrumentos de gestão social.” In: *Serviço Social em Revista*, Londrina, UEL, v. 10, n. 2, jan./jul. 2008.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. “Ensino Superior Público Brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão.” In: *Argumentum*, Vitória (ES), v. 6, n. 2, p. 182-200, jul./dez. 2014.

SELAU, M. S. “História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais”. In: *Esboços*, Florianópolis (SC), v. 11, n. 11, p. 217-228, jan./jul. 2004.

SILVA, F.A. *A formação política da juventude: uma experiência do MST no Assentamento Palmares – MA*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté.

SILVEIRA, M. M. *A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. 2012. 137 f. Dissertação. (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas.

SPOSATI, A. “Território e gestão de políticas sociais”. In: *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 05-18, jul./dez. 2013.

TEIXEIRA, E. de A. W. *A categoria trabalho na produção teórica de Marilda Yamamoto*. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-199.

TELLES, V. S. “Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno”. In: *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 77-104.

TONET, I. “Teoria Social Crítica: do que se trata?”. In: *Em defesa do pensamento crítico*, Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2013. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em 31 mai. 2015.

TORRES, H. da G.; MARQUES, E. “Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana.” In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 4, p. 28-38, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. “Programa Auxílio Permanência: aprimoramento da metodologia de avaliação socioeconômica e de atribuição de auxílios”. São Paulo, 2012. PDF.

VASCONCELOS, N. B. “Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.” In: *Ensino Em-Revista*, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VÉRAS, M. P. B. “Cidade, vulnerabilidade e território”. In: *Ponto-e-vírgula*, n. 7, p. 32-48, 2010.

YAZBEK, M. C. “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

_____. “A dimensão política do trabalho do assistente social.” In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

ZACARIAS, I.R. *A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social*. 2013.139 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Apêndice I

Termo de Autorização

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NA INSTITUIÇÃO

1. Informações sobre a pesquisa:

Título do Projeto: “A operacionalização da política de assistência estudantil na UNIFESP e a contribuição do Serviço Social”

Pesquisador Responsável: Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira.

Tel. para contato: (12) 98168-5091. Email: anacarolina.moreira@outlook.com

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

Telefone para contato: (12) 98144-7805. Email: elisabrisola@gmail.com

2. Descrição da pesquisa:

Objetivo geral: identificar a percepção do assistente social na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis.

Objetivos Específicos:

Investigar como a política de assistência estudantil foi concebida na UNIFESP;

Reconhecer as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nos Núcleos de Apoio ao Estudante dos *campi* desta Universidade, considerando o trabalho em equipes multiprofissionais e as demandas locais;

Identificar novas possibilidades de intervenção profissional, a partir do reconhecimento do perfil atual do estudante desta Universidade.

3. Local de realização da pesquisa:

A pesquisa de campo será realizada nos Núcleos de Apoio ao Estudante – NAEs dos *campi* Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, Reitoria e São Paulo.

4. População alvo da pesquisa:

O universo da pesquisa será constituído por 07 assistentes sociais, sendo uma lotada no *campus* Baixada Santista, outra no *campus* Diadema, uma em Osasco, uma na Reitoria, uma no *campus* São Paulo e duas lotadas no *campus* Guarulhos.

5. Instrumento /técnica da pesquisa:

A pesquisa de abordagem qualitativa, um estudo de caso com a Metodologia da História Oral, tem por objetivo conhecer em profundidade o processo de construção da política de assistência estudantil nesta Universidade, a partir das narrativas das profissionais envolvidas com a operacionalização da política.

6. Período de realização da pesquisa:

Segundo semestre de 2015.

7. Como será a participação do sujeito da pesquisa e o tempo estimado para participação do sujeito na pesquisa:

As participantes terão total liberdade para escolher o horário para realização das entrevistas, com sugestão de local nos próprios NAEs onde atuam. Utilizaremos equipamentos de audiogravação para a coleta dos dados, após a transcrição das gravações (que poderão ser revisadas pelas mesmas) e divulgação dos resultados, serão arquivadas pela pesquisadora durante o período de cinco anos em local seguro, as entrevistadas receberão uma cópia das gravações em CD.

8. Risco/Benefício para os sujeitos da pesquisa:

A realização da pesquisa não acarretará qualquer risco ou dano as participantes, ficará a critério das profissionais qualquer alteração no cronograma. Como benefício, será realizado um registro histórico da construção do Programa de Auxílios, que poderá contribuir para o aprimoramento do mesmo, a partir do desvelamento da percepção das profissionais em relação ao seu fazer profissional.

9. O que se espera da pesquisa em relação aos sujeitos:

Espera-se, ao final desta pesquisa, obter um registro sobre as experiências profissionais frente às demandas estudantis apontadas pelo perfil do estudante desta Universidade, conhecer as ações desenvolvidas pelas profissionais e suas equipes de trabalho e as que ainda podem ser realizadas, ou seja, novas respostas a serem postas diante das novas demandas apresentadas.

10. Privacidade dos sujeitos:

Os dados coletados na entrevista serão transcritos, entregues para os sujeitos ratificarem seus depoimentos e permanecerão arquivados durante cinco anos com a pesquisadora. Manter-se-á o sigilo das informações das profissionais entrevistadas garantindo a preservação da identidade, tanto na coleta dos dados como no tratamento e divulgação dos mesmos.

11. Utilização de dados institucionais:

Por meio deste documento, solicitamos também autorização da instituição para uso do nome da Universidade, localização dos *campi* e documentos relacionados à Pró-reitoria de Assuntos

Estudantis, tais como: regimentos, editais, normativas e outras produções realizadas no âmbito desta Pró-reitoria e da Comissão de Estudo e Avaliação do Programa de Auxílio para Estudantes – PAPE.

Obs.: As participantes poderão se retirar a qualquer momento da pesquisa.

Nome e assinatura da pesquisadora e orientadora:

Ana Carolina G. S. Santos Moreira

RG 34.404.177-3

Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

RG 7.631.475-3

Parecer da Instituição:

Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Pró-reitora de Assuntos Estudantis

UNIFESP

Apêndice II

Roteiro de entrevistas

Eixos norteadores:

1. Em seu trabalho, quais as principais demandas trazidas pelos estudantes e quais respostas profissionais você constrói para elas? Qual a participação da equipe de profissionais do NAE nestas respostas?

2. A partir do perfil dos estudantes já identificado, quais foram as principais mudanças percebidas? Quais novas demandas desveladas? Quais novas possibilidades de intervenção podem ser construídas? Por quê? Como fazer?

3. Como você avalia os processos de implantação / implementação da política de assistência estudantil na UNIFESP, incluindo sua concepção e atual operacionalização?

Apêndice III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar da pesquisa “A operacionalização da política de assistência estudantil na UNIFESP e a contribuição do Serviço Social”. Nesta pesquisa pretendemos identificar a percepção do assistente social na Universidade Federal de São Paulo acerca das demandas estudantis.

Para esta pesquisa adotaremos o seguinte procedimento: realizaremos um estudo de caso com a Metodologia da História Oral. A realização da pesquisa não acarretará qualquer risco ou dano às participantes, ficando a critério das profissionais qualquer alteração no cronograma. Como benefício, será realizado um registro histórico da construção do Programa de Auxílios, que poderá contribuir para o aprimoramento do mesmo, a partir do desvelamento da percepção das profissionais e das novas respostas a serem dadas às novas demandas estudantis prementes.

Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, tampouco ressarcimento. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. Sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

A Sra. não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar, porém, serão citados o nome da Instituição e a localização do *campus*, respeitado sempre o sigilo quanto ao nome da entrevistada.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida à senhora.

NOME DO PESQUISADOR: Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira.

TELEFONE: (INCLUSIVE LIGAÇÕES À COBRAR) (12) 98168-5091

E-MAIL: anacarolina.moreira@outlook.com

Assinatura da pesquisadora

Eu, _____, portadora do documento de identidade nº _____ fui informada dos objetivos da pesquisa: “A operacionalização da política de assistência estudantil na UNIFESP e a contribuição do Serviço Social”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) Participante

Anexo I

Folha de aprovação para pesquisa institucional

realizadas no âmbito desta Pró-reitoria e da Comissão de Estudo e Avaliação do Programa de Auxílio para Estudantes – PAPE.

Obs.: As participantes poderão se retirar a qualquer momento da pesquisa.

Nome e assinatura da pesquisadora e orientadora:



Ana Carolina G. S. Santos Moreira
RG 34.404.177-3



Prof. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola
RG 7.631.475-3

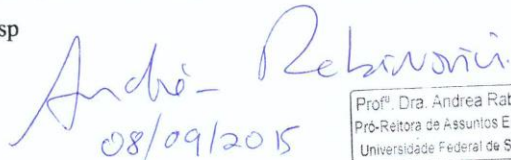
Parecer da Instituição:

A presente proposta está adequada e calcada na experiência de servidores de Universidade. O estudo é de interesse de Unifesp. Devem respeitar os desafios de segurança profissional/pesquisadora, incluindo o acesso aos documentos institucionais que, se utilizados, deverão ser solicitados formalmente, resguardado o sigilo profissional. Não haverá restrições a seu uso e pedimos que seja providenciado parecer ao CEP e que, ao término seja entregue o produto final e, se possível sua exposição aos possíveis interessados.

Prof. Dra. Andrea Rabinovici

Pró-reitora de Assuntos Estudantis

Unifesp


08/09/2015

Prof. Dra. Andrea Rabinovici
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de São Paulo

Anexo II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENADORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE PERMANÊNCIA**

**PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA
APRIMORAMENTO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO
SOCIOECONÔMICA E DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS**

Documento elaborado pela Comissão de Avaliação do
Programa Auxílio Permanência para apresentação e avaliação
do Conselho de Assuntos Estudantis em setembro de 2012.

Setembro/2012

INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo vem sendo estruturada ao longo dos anos, visando criar melhores condições de acesso, permanência e aproveitamento pleno da formação acadêmica dos estudantes de graduação desta Universidade. O Programa Auxílio Permanência (PAPE) parte integrante desta política, destina-se prioritariamente aos estudantes que se apresentam em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Desde a criação da Coordenadoria de Ações Afirmativas e Política de Permanência – CAAP no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE, a equipe de trabalho tem demonstrado uma preocupação com a qualificação e a validade dos critérios para a atribuição dos auxílios do PAPE, considerando as constantes mudanças na sociedade contemporânea, refletidas nas diversas manifestações da questão social vivenciadas cotidianamente.

Nesta perspectiva, o PAPE por ter como objeto de trabalho especificamente os contextos de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, também se aprimora conforme as mudanças e perfis apresentados, num processo dinâmico de aprimorar o Programa a partir das demandas estudantis para melhor identificá-las e atendê-las.

Assim, a Comissão de Avaliação do PAPE formada pelas Assistentes Sociais dos Núcleos de Apoio ao Estudante – NAEs e pela Coordenadoria de Ações Afirmativas e de Permanência - CAAP, vem ao longo da implementação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, em outubro de 2010, aperfeiçoando alguns aspectos do PAPE, tais como: as formas de inscrição, os prazos para pedidos, os instrumentos de entrevista e coleta de dados da situação socioeconômica e a metodologia para análise e concessão de bolsas socioeconômicas aos estudantes.

A partir de um trabalho recente e intenso, caracterizado por atividades como: acolhimento e identificação das demandas; caracterização do perfil do estudante solicitante; estudos socioeconômicos e análise documental; reuniões de trabalho periódicas; grupos de estudos de casos; avaliação constante do PAPE, seu impacto e limitações; avaliação de nossas categorias e instrumentos de análise, dentre outras atribuições do corpo técnico que operacionaliza o PAPE, foi possível criarmos um repertório importante que fundamentasse nossa iniciativa de aprimorar o PAPE.

Esse trabalho permitiu-nos, nesta etapa atual, criarmos condições para a identificação, verificação e validação de novos indicadores socioeconômicos que pudessem fazer parte das análises que empreendemos e dos critérios utilizados para empreendermos a atribuição dos auxílios de uma forma mais democrática e fidedigna às demandas e situações específicas apresentadas pelos estudantes.

Deste modo, apresentamos ao Conselho de Assuntos Estudantis nossa proposta inicial, a ser apreciada e avaliada por este conselho, tendo como escopo principal a implementação de uma nova metodologia para duas frentes importantes de constituição de PAPE:

1. Metodologia de avaliação socioeconômica
2. Metodologia de atribuição de auxílios que compõem o Programa.

Estas duas metodologias estão referenciadas e fundamentadas em uma perspectiva que visa contemplar uma certa totalidade de aspectos que configuram um quadro de situação socioeconômica, de modo que abrigue a análise dos diferentes aspectos da vida social que incorrem na configuração de situações singulares, sobretudo os de ordem estrutural, conforme afirma Miotto (2009).

A PROPOSTA

Atualmente, o PAPE oferece aos estudantes de graduação 04 (quatro) modalidades de auxílios, sendo estas passíveis de serem acumuladas, a saber: auxílio alimentação (R\$213,00); auxílio creche (R\$95,00); auxílio moradia (R\$373,00) e auxílio transporte (R\$160,00). Para fins de conhecimento, segue abaixo tabela que mostra a distribuição de auxílios entre os diversos campi da UNIFESP entre os anos de 2010 e 2012:

TOTAL DE AUXÍLIOS DISTRIBUÍDOS POR CAMPUS:

Quadro comparativo de auxílios atribuídos: 2010-2011-2012 (atualizados até agosto/2012):

TIPOS DE AUXÍLIO	SJC	SP	BX. S.	OSASCO	DIADEMA	GUARULHOS
Alimentação						
2010	36	91	104	-	47	185
2011	88	123	137	21	85	321
2012	97	111	205	29	143	397
Moradia						
2010	21	31	74	-	26	31
2011	55	35	103	11	46	80
2012	54	45	178	14	58	159
Transporte						
2010	13	55	31	-	35	140
2011	33	76	41	12	57	176
2012	43	61	65	22	91	229
Creche						
Creche						
2010	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-
2012	3	1	7	0	2	23
Total						
2010	70	177	209	-	108	365
2011	176	234	281	34	188	629

A partir dos dados apresentados é possível identificar um significativo aumento na concessão de auxílios a partir do ano de 2011, ano da instituição da PRAE, período no qual houve a adoção de uma nova orientação às análises socioeconômicas, conforme apresentado neste Conselho de Assuntos Estudantis, em sua reunião ordinária em 31/10/2011. Vale ressaltar que este crescimento quantitativo tem impacto qualitativo na vida de mais de 1.147 estudantes somente neste ano de 2012, contribuindo, para a permanência estudantil, no desempenho acadêmico e, por conseguinte, em conclusões de curso.

No entanto, as demandas encaminhadas ao PAPE nos exigiram uma atenção especial à tentativa de identificar perfis específicos dentro do perfil geral definido pelo PNAES e pelo PAPE. Este refinamento da identificação dos perfis de estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica era fundamental para o estabelecimento de uma outra metodologia relacionada, a saber, uma metodologia para a definição de critérios de atribuição dos auxílios.

Identificamos, assim, em diversas entrevistas e estudos de casos, que existiam perfis socioeconômicos com demandas distintas contempladas no PAPE, porém classificados até o momento de modo homogêneo, ou seja, todos os estudantes são considerados perfil

para o Programa do PAPE segundo os critérios para a análise deste perfil. No entanto, nosso trabalho neste período (outubro/2010 a agosto/2012) demonstrou que para além de um perfil que indique que o estudante é apto a participar do Programa, sentimos a necessidade de estabelecermos uma diferenciação entre perfis baseada em níveis de vulnerabilidades que orientasse a metodologia e os critérios para atribuição de valores de auxílio que pudessem condizer com a realidade e as necessidades dos distintos níveis de vulnerabilidade com os quais nos deparamos.

Compreendemos assim que nosso trabalho deveria apontar outra direção. Diferentemente de atribuir os auxílios por tipologias (alimentação, transporte, moradia), método que restringia as opções dos estudantes e a forma de concessão do Serviço Social, orientamos nosso trabalho para a atribuição de auxílios a partir dos graus de vulnerabilidade identificados na população global de estudantes que atendem aos requisitos do PAPE. Ou seja, o que define o valor a ser concedido é a situação de vulnerabilidade apresentada pelo estudante e avaliada, de forma sempre global, pelo Assistente Social.

Com o objetivo de promover uma distribuição mais equitativa, considerando as situações diversas apresentadas pelos estudantes e, buscando, conforme descrito nas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES em seu artigo 2º, “democratizar as condições de permanência dos estudantes em seu curso de graduação e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso”, entre outros, **apresentamos uma nova proposta que trabalha com níveis de vulnerabilidade socioeconômica, pretendendo, assim, garantir o princípio da equidade de condições. Deste modo, a atribuição dos auxílios passaria a ser realizada não apenas a partir da finalidade representada por modalidade de auxílios e sim pelas necessidades dos estudantes, pela identificação de perfis socioeconômicos e sua correspondente faixa de valores, conforme demonstramos a seguir:**

- **Perfil I:** caracteriza situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.
- **Perfil II:** caracteriza situação de alta vulnerabilidade socioeconômica;
- **Perfil III:** caracteriza situação de média vulnerabilidade socioeconômica;
- **Perfil IV:** caracteriza situação de baixa vulnerabilidade socioeconômica;

- **Perfil V:** caracteriza situação de vulnerabilidade financeira⁷⁷;

Para fins de análise e atribuição de auxílios do PAPE, consideramos como vulnerabilidade socioeconômica o conjunto de situações que podem comprometer a permanência do estudante da UNIFESP. Tais situações podem abranger ausência ou dificuldade no acesso a bens e serviços públicos básicos e/ou direitos sociais (saúde, educação, moradia, trabalho, lazer, segurança, alimentação e Previdência Social). São considerados como indicadores de vulnerabilidade socioeconômica:

- A situação de moradia do estudante ou da família;
- Procedência escolar;
- A renda *per capita* do grupo familiar;
- Impacto de doenças graves na organização familiar;
- Situação de trabalho do grupo familiar e do próprio estudante.

Conforme a metodologia utilizada até o momento, a classificação socioeconômica para a concessão dos auxílios continuará sendo realizada por meio do cálculo do Índice de Classificação (IC: RT/GT x MR x EP x DG x ET) combinado à análise social do Assistente Social para cada estudante.

Frente às diversidades de perfis identificados, propomos a inserção de duas novas variáveis que permitem quantificar os indicadores de vulnerabilidade, aproximando ainda mais a análise da realidade apresentada por cada estudante. Essas variáveis representam nos permitem chegar a um refinamento no nível de análise qualitativa da situação socioeconômica do estudante. São elas:

- **Variáveis Atenuantes da situação socioeconômica (AT):** buscam apontar, qualificar e quantificar uma situação de estabilidade financeira e/ou capacidade de acesso a bens de consumo e serviços da família e do estudante. São consideradas (ATs) prioritariamente:
 - O estudante já ter concluído curso de graduação anteriormente;
 - Acesso a bens e serviços privados;
 - Patrimônio familiar apresentado;
 - Segurança/estabilidade de emprego e renda;

⁷⁷ Atende ao perfil de renda estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES de um salário mínimo e meio *per capita* sem apresentar outros indicadores sociais.

- Disponibilidade de aplicações financeiras.
- **Variáveis Agravantes da situação socioeconômica (AG):** buscam apontar, qualificar e quantificar uma situação de insegurança de renda e/ou risco social. São consideradas (AGs) prioritariamente:
 - Participação em programas de transferência de renda governamentais;
 - Residência familiar localizada em área irregular ou de risco;
 - Acúmulo de despesas com moradia do grupo familiar e moradia provisória do estudante;
 - Insegurança de renda e/ou desemprego do provedor financeiro da família; ○ Estudante provedor financeiro do grupo familiar;
 - Fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (etário, étnico, de gênero, por deficiência, orientação/ identidade sexual);
 - Especificidades da realidade de cada um dos Campi.

Esta metodologia é utilizada em outras Universidades Federais tais como a Universidade Feral da Fronteira do Sul - UFFS, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, Universidade Federal do Pará- UFPA, Universidade Federal Fluminense -UFF, Universidade de Brasília- UnB, entre outras. Acreditamos que essa mudança contemplará os estudantes da UNIFESP.

Desta forma, atendendo não somente a uma demanda identificada, mas também a uma das reivindicações do movimento estudantil, passamos a considerar a possibilidade de oferta de valores de auxílios relativos aos graus de vulnerabilidade identificados. Nesta proposta, os valores propostos tiverem como referência a soma das modalidades de auxílios atuais (auxílio alimentação-R\$213,00; auxílio moradia-R\$373,00 e auxílio transporte R\$160,00). A justificativa para a utilização destes valores como referência se deve à base inicial de seu cálculo já estabelecida que visa auxiliar nas três necessidades básicas previstas pelo PNAES (alimentação, moradia e transporte). A proposta de novos valores referenciais não está descartada mediante o estudo e a validação de nova referência ou índice financeiro. No entanto esta mudança não fez parte do nosso escopo atual uma vez que avaliamos que as faixas apresentadas abaixo contemplam as demandas existentes e a finalidade dos auxílios desta natureza. A soma máxima destas três modalidades, que perfaz um total atual de R\$ 746,00 (reais) será destinada ao público alvo de estudantes considerados em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. As demais faixas propostas correspondem aos

outros quatro níveis de vulnerabilidade identificados e ordenados conforme classificação⁷⁸ abaixo:

PERFIL	INTERVALO DE IC	REFERENCIAL DE VALORES SALÁRIO MÍNIMO	VALOR DE AUXÍLIO A SER CONCEDIDO (R\$)
Perfil I	0 a 168	0 – ¼ salário mínimo	R\$746,00
Perfil II	169 a 335	¼ - ½ salário mínimo	R\$586,00
Perfil III	336 a 671	½ - 1 salário mínimo	R\$373,00
Perfil IV	672 a 839	1 – 1 ¼ salário mínimo	R\$ 213,00
Perfil V	840 a 1006	1 ¼ - 1 ½ salário mínimo	R\$160,00

A partir da inserção das variáveis qualificadoras apresentadas acima, propomos um novo cálculo do Índice de Classificação (IC):

$$\text{RT/GF} \times \text{MR} \times \text{EP} \times \text{DG} \times \text{ET} \times \text{AT} \times \text{AG}$$

LEGENDA:

- RT: Renda Total
- GF: Grupo Familiar
- MR: Gastos com moradia

Sendo cálculo do MR:

MR = 0,8 x (gastos com a moradia / RT) se a moradia for financiada ou alugada;

MR = 1 se a moradia é própria ou cedida;

- EP: Escola Pública

Sendo o cálculo do EP:

EP = 0,6 se o candidato cursou integralmente o Ensino Médio em escola da rede pública;

⁷⁸ As faixas de definição do Índice de Classificação (IC) propostas baseiam-se nos valores do salário mínimo vigente.

EP = 1 em outros casos;

- ET: Estudante trabalhador

Sendo o cálculo do ET:

ET = 0,8 se o estudante apresenta jornada de trabalho superior a 30 horas semanais;

ET = 1 em outros casos;

- DG: Doença Grave

Sendo o calculo do DG:

DG = 0,8 se existe doença grave no grupo familiar conforme especificada na Portaria

MPAS-MS-2.998-2001

DG = 1 se não existe doença grave no grupo familiar conforme especificada na Portaria

MPAS-MS-2.998-2001

Sendo a atribuição das variáveis AT (Atenuantes) e AG (agravantes) realizadas a partir da análise socioeconômica qualitativa e parecer técnico do Assistente Social de cada NAE, respeitando as singularidades de cada contexto familiar, sendo o IC um norteador para o parecer social. Ressaltando que os casos omissos continuarão sendo analisados pela Comissão do PAPE.

REFERÊNCIAS

ARREGUI, Carola C. “O Trabalho Social e as vulnerabilidades sociais.” In: *Metodologias de Trabalho Social*. Org. ARREGUI, Carola C. IEE, PUC-SP 2008.

BILAC, Elisabete D. “Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões.” In: CUNHA, José M.P. (org.) *Novas metrópoles Paulistas: População, Vulnerabilidade e Segregação*. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2006. p.51-64.

BRASIL. Decreto n. 7234/2010. Estabelece o Programa Nacional de Assistência

Estudantil.

Disponível

em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm

CARNEIRO, Carla B. L. “Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social.” In: *Serviço Social e Sociedade*. Cortez, São Paulo, n.84, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto da *et al.* “A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas.” In: Publicações do Núcleo de Estudos de População - NEPO - Unicamp. 2004.

GOMES, Mônica A. & PEREIRA, Maria Lúcia D. “Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.” In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.10 (2): 357-363, 2005.

KOGA, Dirce. “O Trabalho Social e as vulnerabilidades sociais.” In: *Metodologias de Trabalho Social*. Org. ARREGUI, Carola C. IEE, PUC-SP, 2008.

LOPES, J. R. “Exclusão social, privações e vulnerabilidade: uma análise de novos condicionamentos sociais.” In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo Fundação Seade, v.20, n.1 jan/mar 2006. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>; <http://www.scielo.br>

MARANDOLA, Eduardo. “As Dimensões da Vulnerabilidade.” In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.20, n.1, jan/mar 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>

MIOTO, Regina Célia. “Estudos Socioeconômicos.” In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, Ana Carolina G. da S. S. “A assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras.” Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Políticas Públicas em educação. SP, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social. Convênio MTE-DIEESE, 2007. Disponível em: http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf

RAMALHO, Nelson Alves. “Processos de globalização e problemas emergentes: implicações para o Serviço Social contemporâneo.” In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.110, p. 345-368, abr/jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução n..001/2001 CONSUNI/CE que estabelece regras para a realização de análise socioeconômica permanente.

VIGNOLLI, Jorge R. “Vulnerabilidade e sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe.” In: CUNHA, J.M.P. (org.) *Novas metrópoles Paulistas: População, Vulnerabilidade e Segregação*. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2006. P95-140.

Anexo III



Universidade Federal de São Paulo
Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência
Comissão de Estudos e Avaliação do PAPE e PBP

I FÓRUM DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIFESP

“Construções a partir da voz do estudante”



São Paulo, 2016

Organização:

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DO PAPE/PBP

Sumário

Apresentação

Breves considerações acerca dos Programas de Assistência Estudantil na Unifesp

Justificativa

Objetivos

Geral

Específicos

Procedimentos Metodológicos

1ª Etapa: Ciclo de Oficinas Temáticas

Formato das oficinas

Sugestão de desenvolvimento da oficina

Sistematização das informações levantadas nas oficinas

Cronograma

Previsão Orçamentária

Resultados Esperados

Referências

Apresentação

A criação deste espaço emergiu de diversas discussões e reflexões realizadas ao longo de seis anos de existência da Comissão de Estudo e Avaliação do PAPE e PBP que, partindo das experiências e dos conhecimentos acumulados nesta trajetória, percebeu a necessidade de construir debates sobre as políticas de permanência estudantil na UNIFESP para além dos espaços de trabalho até então vivenciados, expandindo, articulando e ampliando as possibilidades institucionais e políticas existentes.

Entendemos que a assistência estudantil tem por finalidade ampliar a concepção estrita de transferência de recursos financeiros para a efetiva permanência do estudante na Universidade, uma vez que as políticas de democratização de acesso ao ensino superior ampliaram a diversidade do perfil universitário e com ele a necessidade de se trabalhar questões estudantis que visem a equidade de condições, o capital cultural diversificado, o fortalecimento e empoderamento dos estudantes. Com isso as políticas de permanência devem primar pela inclusão, igualdade de condições em seus diferentes aspectos universitários através de ações afirmativas efetivas.

Desta forma, propomos a realização do I Fórum dos Programas de Assistência Estudantil da UNIFESP *“Construções a partir da voz do estudante”*, visando o compartilhamento do conhecimento sobre a assistência estudantil, a troca de experiências e principalmente, discussões e reflexões mais aprofundadas acerca das demandas dos estudantes nos diferentes campi da UNIFESP.

Partindo do entendimento da diversidade que compõe o complexo cenário da assistência em cada um destes ambientes, este espaço cumpre também a função de identificar pontos a serem trabalhados e traçar diretrizes de atuação que ampliem a concepção da assistência estudantil enquanto política de permanência.

Assim, o I Fórum dos Programas de Assistência Estudantil da UNIFESP *“Construções a partir da voz do estudante”* objetiva estabelecer uma agenda de discussão e avaliação sobre os programas de assistência estudantil e permanência dos estudantes na Universidade, tendo como público privilegiado estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Toma-se como pano de fundo para esta discussão o Programa de Auxílio ao Estudante (PAPE/ UNIFESP) e o

Programa de Bolsa Permanência (PBP), como expressões da Política Nacional da Assistência Estudantil - PNAES, associado aos demais programas de apoio aos estudantes na área da saúde e apoio pedagógico, implementados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Breves considerações acerca dos Programas de Assistência Estudantil na Unifesp

A Universidade Federal de São Paulo, oriunda da Escola Paulista de Medicina de São Paulo, passa assim ser reconhecida a partir de 1994. A partir de 2006, inicia-se o processo de expansão com a inauguração do Campus Baixada Santista. Com a implantação do REUNI e a operacionalização da política de expansão das Universidade Federais na UNIFESP são abertos novos Campi em diferentes municípios do estado de São Paulo com cursos concentrados em distintas e variadas áreas do conhecimento, foram estes: Campus São José dos Campos, Campus Guarulhos; Campus Diadema no ano de 2007 e Campus Osasco em 2011.

Este movimento de expansão implementado pela Universidade trás consigo a necessidade de implantação de políticas mais amplas voltadas à assistência ao estudante na universidade. Assim, a partir de 2010 é instituída a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UNIFESP. Conforme nos informa o Relatório do Programa de Auxílio Permanência da PRAE (2010 a 2011) neste ano também começa a ser elaborada a Política de Assistência Estudantil da Unifesp, contendo os princípios e os fundamentos que se concretizam no Programa de Permanência Estudantil, que posteriormente, veio a ser chamado de Programa de Auxílio Para o Estudante da Universidade Federal de São Paulo (PAPE/ Unifesp).

Em 2010 é criada a Comissão de Estudos e Avaliação do PAPE e PBP, instância diretamente ligada a Coordenação de Ações Afirmativas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Compõem atualmente a Comissão as oito assistentes sociais dos Núcleos de Apoio ao Estudante dos Campi da UNIFESP, a assistente social da PRAE, como também a respectiva coordenadora da Coordenação de Ações Afirmativas. Entre suas atribuições estão a elaboração e planejamento dos documentos normativos relacionados aos Programas de Auxílio; a análise de casos e recursos de estudantes; a avaliação das ações implementadas relacionadas ao

programa, bem como a assessoria a assuntos relacionados ao Serviço Social nesta Pró-reitoria.

Os Programas de Assistência Estudantil da Unifesp visam criar condições de permanência e aproveitamento das vivências acadêmicas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica sendo destinado a todos os estudantes matriculados nos diversos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de São Paulo.

A concepção de assistência aqui apontada concretiza-se como conjunto de suportes e ações referendadas pelos técnicos profissionais que podem ser acionados individual ou coletivamente, visando garantir a permanência do/da estudante no seu curso. Nesse sentido, a política de assistência estudantil da Unifesp pressupõe ações integradas à finalidade da formação acadêmica sem assumir ou justapor-se aos demais suportes sociais, caracterizados pela família, redes sociais e as políticas públicas locais.

Justificativa

A avaliação de programas sociais institui-se como uma das etapas necessárias no processo de desenvolvimento das ações institucionais, sendo fundamental para observar a efetividade e eficiência destas ações, como possibilitar a constituição de informações que possam basilar a elaboração de novas propostas e desenvolvimento dos Programas. Neste sentido, este trabalho parte do princípio de que a avaliação de políticas voltadas para educação superior demanda o resgate a um conjunto de dimensões inter-relacionadas. Destacamos aqui aquelas diretamente relacionadas à permanência do estudante na Universidade, a saber: as condições de moradia; acesso a transporte; qualidade da alimentação; suporte pedagógico; assistência a necessidades especiais (estudantes com deficiência e outros); estudante trabalhador; estudantes mães e pais; relações interpessoais (estudantes/ estudantes; estudantes/ professores; estudante/ gestão da universidade; estudante/ família) e outras.

Como outrora exposto, a expansão das universidades públicas trouxe consigo um alargamento das diversidades encontradas no espaço universitário e uma

grande mudança do perfil dos estudantes ingressos. Conforme apontado pelo estudo O Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da Universidade Federal de São Paulo. Estudo realizado com base nos dados de ingressantes de 2011 na Universidade Federal de São Paulo:

“No contexto da Unifesp, a expansão não traz apenas novos cursos e áreas de conhecimento, mas certamente impacta, como temos visto, no perfil do estudante ingressante, levando-nos a refletir nas questões relacionadas ao acesso à universidade e aos locais de produção do conhecimento para além da entrada e do ingresso pelo vestibular” (PRAE/ UNIFESP, 2012, p.3)

Este estudo apontou que 48,7% dos estudantes possuíam renda de até cinco salários mínimos. O Campus Guarulhos e o Campus Baixada Santista apresentavam as maiores concentrações de estudantes cujas famílias estavam dentro deste recorte (64,2% e 50% respectivamente), procedidos a Diadema (49,3%) e São José dos Campos (46,2%). Quanto a cor da pele, o estudo indicou que cerca de 68,93% declaram-se brancos, 23,54% pretos ou pardos, 7,39 amarelos e 0,14 indígenas. Outro dado importante apontado neste relatório trata da origem do estudante, que, aquela época, indicava que a grande maioria dos estudantes da Unifesp era oriunda do estado de São Paulo, principalmente da capital e regiões metropolitanas, porém já indicava a presença significativa de estudantes de outros estados como do exterior.

Dando um salto temporal, ao analisar no Relatório de Gestão da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, ano 2015, verifica-se que o perfil do estudante apontado anteriormente, ainda se reproduz nos diversos Campus da Universidade. Neste relatório também são expressas as principais ações desenvolvidas pelos Núcleos de Apoio ao Estudante nos diferentes Campi da Unifesp. A análise destas ações demonstra a diversidade de demandas relacionadas à permanência e a qualidade da formação do estudante. Também apontam a necessidade de ações integradas e permanentes que garantam o pleno desenvolvimento acadêmico, como psicossocial dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil.

Segundo o Relatório Anual do Programa de Auxílio Permanência ano 2015 (PRAE/ UNIFESP, 2016) em dezembro de 2015 o Programa acumulava um total de 1153 estudantes atendidos. Na Unifesp os auxílios são destinados conforme o Perfil Socioeconômico do estudante variando o valor entre R\$160,00 (Perfil V) à R\$

746,00 (Perfil I). Este perfil é definido conforme identificação, através de análise social, de fatores de vulnerabilidade e elementos que possam ser considerados como agravantes a situação do estudante.

Conforme publicado no Relatório de Gestão PRAE do ano de 2015, a maior parcela dos estudantes atendidos pelo PAPE estão dentro do Perfil II e III. Ainda segundo este, em 2015 somando-se os estudantes beneficiados pelo Programa de Auxílio Para o Estudante e o Programa de Bolsa Permanência (PBP) houve um aumento de aproximadamente 13,17% no número de estudantes atendidos comparado ao anterior.

Com a total efetivação do Programa de Cotas na UNIFESP em 2016 e a destinação de 50% das vagas nos diferentes cursos da Universidade para estudantes oriundos deste, há a expectativa de significativo crescimento no número de estudantes atendidos pelos programas da Assistência Estudantil. Todavia, o estudo realizado pelo Serviço Social do Campus Guarulhos e publicado no Relatório de Gestão da PRAE demonstrou que ainda é pequena a participação de estudantes ingresso através das cotas nos Programas da Assistência Estudantil no Campus.

Este último demonstra a necessidade de implementação de ações que possibilitem avaliar a situação do programa, como possibilitar a construção de mecanismos de aprimoramento e desenvolvimento dos Programas implementados pela Assistência Estudantil de forma a cada vez mais possibilitar melhoria das condições de permanência e formação aos estudantes na Universidade Pública.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar e avaliar de forma participativa os programas de assistência estudantil para estabelecimento de estratégias para planejamento de ações futuras.

Objetivos Específicos

- a) Discutir em conjunto com os estudantes beneficiários dos programas de assistência estudantil (PAPE e PBP) os resultados do programa;
- b) Caracterizar os fatores de vulnerabilidade identificados para permanência do estudante na Universidade;

- c) Identificar demandas reprimidas relacionadas aos eixos da assistência estudantil em conformidade ao Decreto 7.234/2010;
- d) Desenvolver ações de intervenção para promoção da permanência qualificada e efetiva dos estudantes na universidade.

Procedimentos metodológicos

O I Fórum dos Programas de Assistência Estudantil da UNIFESP “Construções a partir da voz do estudante” ocorrerá em duas etapas:

1ª Etapa: Ciclo de Oficinas Temáticas

A opção metodológica de realização da avaliação a partir de oficinas participativas explica-se por entender-se que esta técnica possibilita apreender questões subjetivas (opiniões, dúvidas, sugestões, proposições, etc....) discutidas e refletidas num contexto coletivo e social, possibilitando explorar um nível de dimensões diversificadas destas questões. À medida que são expostas as perspectivas pessoais de cada sujeito-participante e estas se encontram no contexto social, dialeticamente estas são re-significadas possibilitando a elaboração de novas proposições acerca destas questões.

Buscar-se-a realizar o debate acerca da política de assistência situando-a nos contextos locais, objetivando-se agregar as especificidades e diversidades de impacto da política na vida dos estudantes atendidos pelos programas. O espaço possibilita o levantamento de questões debates, discussões, reflexões e proposições. Tratando-se a oficina de um espaço de interação e troca de saberes de forma dinâmica e coletiva, identifica-se que este formato possibilita maior integração e proximidade entre os sujeitos participantes e como os mediadores. Conforme explica Januzzi (2005),

A opinião da população atendida por um programa é certamente importante, desejável e complementar em qualquer sistemática de monitoramento e avaliação, trazendo subsídios para a correção e melhoria do processo de implementação dos programas e também indícios da efetividade social desses programas (JANUZZI, 2005, p.143).

O público alvo são estudantes atendidos pelos programas de assistência da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. As oficinas ocorrerão em cada Campus conforme cronograma previamente estabelecido e serão aplicadas em horários que não conflitem com horário de aula dos estudantes, objetivando maior participação dos mesmos.

Formato das oficinas

As oficinas participativas de avaliação serão mediadas por no mínimo dois profissionais (sendo um deles assistente social da Comissão de Estudos e Avaliação do PAPE e PBP). Está prevista a participação de no máximo 25 participantes por oficina. Serão realizadas oficinas com temas diferenciados, buscando contemplar o máximo de dimensões expressas no PNAES. Neste sentido orienta-se a organização das oficinas a partir das seguintes temáticas:

- Temática 1: “Condições para Ingresso e Permanência no Programa de Assistência / Questões Étnicoraciais e de Gênero”
- Temática 2: “Residências e Moradias Estudantis / Mobilidade e Acesso a Universidade”
- Temática 3: “Alimentação/ Lazer e Qualidade de Vida”
- Temática 4: “Estudante com Filhos / Situação do Estudante Trabalhador”
- Temática 5: “Vivência Acadêmica (*pesquisa, extensão, representação estudantil, outros*) / Dificuldades Acadêmicas”

Ressalta-se que a discussão de tais temáticas em oficinas distintas, não reduz e nem restringe a possibilidade de debate do tema somente neste espaço. A separação é realizada como mecanismo didático para posterior análise e sistematização da atividade. É relevante também ressaltar que a abordagem destas temáticas deve agregar a discussão de temas considerados transversais e fundamentais para o entendimento das especificidades locais.

Antes do início das oficinas os participantes deverão ser comunicados que as oficinas serão gravadas em áudio. Devem ser apresentados os objetivos da atividade e a esclarecida à metodologia que será desenvolvida.

Os mediadores das oficinas aplicarão o instrumento de avaliação construído pela Comissão de Estudos e Avaliação do PAPE e PBP⁷⁹ (em anexo). Este instrumento visa apreender questões avaliativas (positivas e negativas) sobre o programa, como também proposições de intervenção e sugestões para as questões problemas levantadas. Mais do que um instrumento objetivo de avaliação, este buscará também contemplar elementos subjetivos relacionados às questões levantadas, tentando aproximar-se o máximo da realidade dos sujeitos participantes e de suas necessidades.

Será entregue a cada participante o instrumento e estipulado tempo para discussão e preenchimento das proposições apresentadas. Após a discussão e preenchimento do instrumento, as informações levantadas serão socializadas e comporão um quadro sintetizador que subsidiará a elaboração do relatório geral da realização da primeira etapa no Fórum no Campus. À medida que as questões forem sendo apresentadas pelos subgrupos, orienta-se que os mediadores estimulem o debate e discussão, buscando abstrair o máximo de proposições e sugestões acerca das questões apresentadas. Sugere-se também, que sejam feitos registros, em paralelo, de falas, casos, relatos, informações que os mediadores observarem como relevantes.

Sugestão de desenvolvimento da oficina

1º Apresentação da oficina pelos mediadores (finalidade e proposta a ser desenvolvida) – 05 minutos

Levantar diagnóstico do campus no que diz respeito às questões que permeiam a assistência estudantil e a correlação entre os programas PAPE e PBP e levantar as percepções e vivências dos estudantes beneficiários, introduzindo o tema da oficina.

2º Distribuição do instrumental para cada participante para que, a partir de suas vivências possa registrar suas percepções – 10 minutos

⁷⁹ A elaboração do procedimento metodológico tomou como base o relatório do I Fórum de Assistência Estudantil de Porto Alegre realizado em 2014 realizado pelo Núcleo de Acompanhamento Acadêmico (NAAC) do IFRS/ Campus Porto Alegre.

Os estudantes presentes realizarão o preenchimento de forma individual ou em dupla a partir de suas próprias percepções a fim de conhecermos individualmente esta demanda. O preenchimento pode ser individual ou em duplas.

3º Discussão mediada - 40 minutos

Sugere-se que após o preenchimento abra-se a discussão sobre as temáticas com as questões norteadoras a serem realizadas pelos mediadores para levantamento do diagnóstico.

4º Finalização da oficina - 5 minutos

Fechamento da discussão, elencando os pontos principais discutidos e suas respectivas proposta. Fortalecimento do canal de comunicação NAE (campus) e PRAE (questões de maior amplitude) a serem divulgado aos participantes.

Sistematização das informações levantadas nas oficinas

Os mediadores das oficinas deverão apresentar a sistematização do instrumento aplicado nas oficinas como os registros realizados em paralelo (este caso tenha realizado). Estas informações comporão relatório situacional do Campus onde a atividade foi realizada, e será elaborado pela assistente social em conjunto com a equipe do Núcleo de Apoio do Estudante do Campus.

Cronograma

Campus	Data	Horário	Responsáveis
Osasco	04.10.2016	17:30 a 19:00	NAE Osasco Comissão PAPE e PBP
São José dos Campos	06.10.2016	12:00 a 13:30 19:00 a 20:30	NAE São José dos Campos Comissão PAPE e PBP
Guarulhos	10 e 11.10.2016	12:30 a 14:00 17:30 a 19:00	NAE Guarulhos Comissão PAPE e PBP
Diadema	18.10.2016	12:30 a 14:00 18:00 a 19:30	NAE Diadema Comissão PAPE e PBP
São Paulo	31.10.2016	12:00 a 12:30	NAE São Paulo Comissão PAPE e PBP
Santos	09 e 10.11.2016	10:00 a 11:30 18:00 a 19:30	NAE Santos Comissão PAPE e PBP

2ª Etapa: I Fórum dos Programas de Assistência Estudantil da UNIFESP “Construções a partir da voz do estudante”

A segunda etapa do I Fórum dos Programas de Assistência da UNIFESP será realizado num encontro que reunirá representantes de todos os Campi. O objetivo será compartilhar com a comunidade os resultados da avaliação dos Programas de Assistência (PAPE e PBP) realizado nas oficinas em conjunto com os estudantes beneficiários dos auxílios.

A atividade está prevista para acontecer em um único dia ainda no primeiro semestre de 2017. O formato metodológico do encontro será construído pela Comissão de Avaliação e Estudos do PAPE e PBP em conjunto com os Bigs NAEs e representantes estudantis.

Previsão Orçamentária

Para a realização do Ciclo de Oficinas Temáticas serão utilizados recursos da própria Universidade, quais sejam:

- Material de uso nas salas: data show e computador para as apresentações; folhas de sulfite impressas para preenchimento dos formulários; canetas hidrográficas e para uso nas lousas; gravador de áudio.
- Deslocamentos das equipes entre os campi: uso de veículos oficiais, mediante disponibilidade dos campi
- Despesas com refeições e hospedagem: caso necessário, serão de responsabilidade de cada mediador.

Resultados Esperados

1. Elaboração de relatório de avaliação situacional do PAPE e PBP realizada em cada Campus;
2. Elaboração de relatório de avaliação geral do PAPE e PBP na Unifesp;
3. Elaboração de Plano de Trabalho contendo estratégias de intervenção junto aos programas de assistência estudantil para o ano de 2017 conforme orientações extraídas do relatório geral;
4. Elaboração de material de divulgação (cartazes, folderes, links, outros).

5. Socialização dos Resultados como do Plano de Trabalho com a comunidade acadêmica da UNIFESP.

Referências

BRASIL. Decreto 7.234 de 10 de julho de 2010. Dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://goo.gl/z2v4sK>
PRAE/ UNIFESP, 2012. O Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da Universidade Federal de São Paulo. Estudo realizado com base nos dados de ingressantes de 2011 na Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/kzmvYp>
PRAE/UNIFESP, 2016. Relatório de Gestão 2015. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/34osaz>
PRAE/ UNIFESP, 2016. Relatório do Programa de Auxílio Permanência (PAPE) 2015. Disponível em: <http://goo.gl/3g6bVY>

